A crítica que fez história

MILENA DA SILVEIRA PEREIRA

A CRÍTICA QUE FEZ HISTÓRIA

AS ASSOCIAÇÕES LITERÁRIAS NO OITOCENTOS

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da UNESP (FEU)

Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
www.livrariaunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P493c

Pereira, Milena da Silveira
A crítica que fez história: as associações literárias no Oitocentos / Milena da Silveira Pereira. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2015.
Recurso digital

Formato: ePDF
Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-85-68334-50-8 (recurso eletrônico)

1. Literatura brasileira – História e crítica. 2. Literatura brasileira – História e crítica – Século XIX. 3. Livros eletrônicos. I. Título.

15-20318 CDD: 869.909
CDU: 821.134.3(81).09

Este livro é publicado pelo projeto *Edição de Textos de Docentes e Pós-Graduados da UNESP* – Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UNESP (PROPG) / Fundação Editora da UNESP (FEU)

Editora afiliada:

Para Susani
Para Mairun

Sumário

Prefácio

A crítica que fez história: as associações literárias no Oitocentos[1] resulta de um longo período de estudos que teve por interesse central as formas de conhecimento, representação e invenção do Brasil ao longo do século XIX. O ponto central, nos estudos de Milena da Silveira Pereira, constituiu em explorar o lugar ocupado pela crítica literária no período, tendo em vista a sua importância para os caminhos que foram sendo delineados e perseguidos na constituição dos campos de saber e das formas de pensar o todo chamado Brasil.

O tema, na forma como proposto, resulta de estudos sistemáticos anteriores, construído desde as primeiras leituras, realizadas ainda na graduação, de escritos de Sílvio Romero, em especial sua *História da literatura brasileira*. Obra de fôlego em que o autor intentou configurar o processo de formação do Brasil por meio de suas manifestações literárias – ou seja, configurar a via percorrida pela jovem nação, por meio da apreensão de suas diferentes manifestações culturais e literárias, indicativas e definidoras de sua existência singular. Os estudos prosseguiram, já no mestrado, ao vincularem

1 *A crítica oitocentista nos alicerces da literatura e da história do Brasil* foi o título original da tese de doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Unesp, *campus* de Franca, em 2013.

fontes e bibliografia, com a percepção das formas de sociabilização dos letrados no Brasil como tendo sido marcadas pela polêmica, isto é, por escritos que construíam diálogos intensos sobre os temas que interessavam aos homens de letras preocupados com a definição da nacionalidade. O título da dissertação *Insultos e afagos: Sílvio Romero e os debates de seu tempo*, defendida em 2008, constitui indicativo desse percurso que se concretizou com a formulação de uma problemática centrada no acompanhamento da crítica literária que operou, ao longo do período, a prescrição indicativa – criticando, aprovando e/ou reprovando – dos caminhos que iam sendo tomados por aqueles que se aventuravam no exercício da escrita e, em especial, de uma escrita preocupada em forjar uma nacionalidade brasileira. Jovens escritores; imprensa também jovem, em diálogo intenso com intelectuais europeus – de que podemos assinalar as relações que envolveram a Geração de 70 em Portugal e na França.

Da centralidade e procura de definições que aproximassem as perspectivas possíveis para as projeções vinculadas ao (re)conhecimento do Brasil pelas trocas e pelos debates intelectuais sobre a escrita literária e historiográfica resultou o caminho dedicado a perscrutar as formas do associar-se que marcou a vida intelectual no largo período recortado, bem como o significativo papel da imprensa como forma de veiculação de ideias. A indagação quanto à tardia concretização de uma academia de letras de âmbito nacional perpassa o trabalho que, recortando os espaços paulistano e carioca, acompanha inúmeras tentativas mais ou menos bem-sucedidas. A precoce tendência de os jovens estudantes associar-se em academias literárias é convincente, assim como a durabilidade daquelas que foram instituídas de forma mais amadurecida, ou sob patrocínios poderosos, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB (1838) e, já bem no final do século, a Academia Brasileira de Letras – ABL (1897), após frustradas tentativas anteriores. O primeiro surgiu reunindo importantes intelectuais da época, sob os auspícios de sua Majestade Imperial D. Pedro II; a segunda, da coesão de número significativo de intelectuais que, de forma independente, a formaram, aclamando Machado de Assis seu primeiro presidente.

O sumário mostra a procura em acompanhar o que Pereira, tão adequadamente, denominou "espírito associativo", desde os "prelúdios das agremiações" até o "inventar o Brasil pelas letras". A feliz forma proposta por Manuel Duarte Moreira de Azevedo que, em 1885, afirmou serem as associações instituições que "derramam a civilização, a instrução, iluminam os povos, esclarecem os espíritos", parece adequada para enunciar a projeção de trajetórias que buscaram apreender os desafios enfrentados na produção de uma cultura letrada e de histórias que, vazadas pela escrita, literariamente, contribuiriam para aproximações ao que seria o Brasil. Participar de uma associação literária nos é apresentado como passo fundamental e primeiro na formação de homens que ocuparam lugar importante no cenário intelectual brasileiro no período. Entre os extremos guardados pelos "prelúdios" e pela "invenção" do Brasil pelas letras, encontravam-se as prescrições para a apreensão das coisas da terra e da essência de seu povo e formação: "poetar com as coisas da terra", "romancear em torno da paisagem", por exemplo, podem constituir medida do quanto as "prescrições e sugestões do discurso crítico literário oitocentista encaminharam-se no sentido de forjar uma nacionalidade" e "narrar a história da recém-fundada nação brasileira, num extraordinário movimento, próprio desse tempo, em que essa crítica se confundia com a história literária e esta com a história do Brasil".

Como orientadora, tive a oportunidade de acompanhar a trajetória de pesquisas e leituras, que, por sua vez, originaram novos debates com a historiografia, entrelaçando ideias e crescimento intelectual. O texto convida o leitor a percorrer um caminho possível de interpretação de intenções e desejos com relação ao Brasil, à constituição, construção ou invenção de suas histórias e produções literárias que, no limite, possibilitam o reconhecimento de sensibilidades que dizem respeito ao seu delineamento e traçado físico e intelectual – construção de alicerces, no dizer da autora.

Marcia Naxara

Apresentação

"Cada um só pode pensar como se pensa em seu tempo." (Michel Foucault)

Em 1827, o influente político e jornalista Evaristo Ferreira da Veiga (p.2), na apresentação de seu jornal *Aurora Fluminense*, manifestava que somente pelo "amor da ordem" e pelo "culto" da Constituição é que a "Mocidade Brasileira" conseguiria "dar ao nosso governo uma existência durável, aos nossos contemporâneos um exemplo de caráter, que para o futuro nos assegurar[ia] um lugar distinto entre as Nações civilizadas do antigo e do novo continente". Décadas mais tarde, em 1854, aquele que ficou conhecido como o "pai da historiografia brasileira", Francisco Adolfo de Varnhagen (p.11), afirmava que, ao projetar a árdua e longa empreitada de coligir documentos e escrever a *História geral do Brasil*, estava "desejoso de prestar este serviço ao país em que nasce[u]", ou seja, estava ávido por dar a conhecer aos brasileiros a sua história, estabelecendo "patrioticamente os fatos mais importantes". Em 1868, o respeitado político e professor de História e Geografia Candido Mendes de Almeida (p.8), ao publicar o seu pioneiro *Atlas do Império do Brasil*, dedicado ao que define como "eminente cultor das letras", o imperador D. Pedro II, declarava que o fim desse ambicioso trabalho era

"instruir cidadãos que no futuro possam colocar os destinos da nossa nacionalidade em firme, eminente e glorioso pedestal". E, anos depois, em 1888, na sua *História da literatura brasileira*, o historiador da literatura e polemista Sílvio Romero (1980, p.55), já nas primeiras páginas, apontava que o objetivo dessa obra era "encontrar as leis que presidiram e continuam a determinar a formação do gênio, do espírito e do caráter do povo brasileiro".

Separadas entre si por algumas décadas, essas frases guardam, a despeito das diferenças de gênero e da sutileza dos propósitos, uma ligação significativa quando pensadas à luz da questão da nacionalidade brasileira. Tema caro ao século XIX, sobretudo depois de o Brasil independente, a política, a história, a geografia e a literatura, todos eles, apesar do seu estágio formativo, buscaram forjar uma nacionalidade brasileira, produzindo cada um documentos privilegiados para o estudo da produção cultural do Oitocentos brasileiro. Tais discursos, como têm mostrado vários historiadores, defenderam a necessidade de dotar o Brasil de uma identidade, uma língua, uma história, um povo, enfim, inventar uma cultura nacional. Além dessas formas de expressão, uma outra, cujo papel nem sempre é reconhecido como decisivo, a crítica literária, também fez parte desse repertório e pode ser tomada como uma das linguagens possíveis para examinarmos como uma cultura letrada se constituiu e que formas não letradas encontrou para se expandir. É justamente o papel desempenhado pelo discurso crítico na construção da cultura escrita do Oitocentos brasileiro que será explorado nas páginas que se seguem, ou melhor, partindo do pressuposto de que a literatura no século XIX foi a principal forma de expressão, de conhecimento e de reconhecimento do Brasil enquanto tal, a indagação que norteia este estudo se refere ao lugar que ocupou, nessa sociedade, a incipiente crítica literária, a qual visava a essa expressão máxima da inteligência, a literatura, com a finalidade de impulsioná-la e também redefini-la. Em outras palavras, um dos questionamentos fulcrais lançados aqui diz respeito ao desempenho da crítica no impulso e no direcionamento da principal forma de expressão do Brasil oitocentista.

Parte nada negligenciável de tal discurso crítico, de acordo com o que será apresentado ao longo do estudo, foi publicada nas páginas dos periódicos das sociedades literárias surgidas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Daí nosso *corpus* documental ser constituído em grande parte pelas circulares de associações, sobretudo pelos impressos produzidos por agremiações de viés literário do século XIX, fundadas em São Paulo, onde surgiu um movimento peculiar desse tipo de sociabilização dos letrados, e na capital do país, principal centro cultural do Brasil. Daí, inclusive, a preocupação inicial deste trabalho em explorar um certo gosto por associar-se dos letrados oitocentistas, mapeando agremiações de naturezas diversas e centrando-se nas associações literárias, com a finalidade de fornecer ao leitor uma visão, tão detalhada quanto possível, desse movimento associativo do Brasil naquele século, bem como com o objetivo de destacar a importância dessas agremiações como veículos de reunião da intelectualidade, de organização dos letrados e de promoção da incipiente cultura nacional desse tempo. Não é nosso propósito, contudo, abranger a totalidade das associações literárias surgidas em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas sim mostrar quais modelos de associação foram fundados no país; uma tentativa de amostragem em busca de um possível padrão de criação, organização e produção entre esses grêmios, como também do papel dessas agremiações no processo de formação da cultura nacional.

Examinadas essas condições e circunstâncias que concorreram para o despertar do gosto por reunir-se entre a intelectualidade brasileira, são lançados em cena os dispositivos de desenvolvimento e preservação do tal espírito de associação presentes nas páginas dos periódicos das associações literárias. Entre os dispositivos, ou práticas discursivas,[1] que sustentaram e impulsionaram as agremiações, o principal destaque será conferido à imprensa. Dedicamos um capítulo específico para a produção das agremiações literárias,

---

1 Sobre dispositivo, é importante destacar que cada um dos discursos que "se vê implicado nos gestos, nas instituições, nos poderes, nos costumes e até mesmo nos edifícios que o põem em funcionamento [forma] o que Foucault chama de dispositivo" (Veyne, 2011, p.20).

buscando mensurar a importância que teve a imprensa periódica no século XIX, que se anuncia como um palco privilegiado das discussões sobre o Brasil e a sociedade brasileira. A proposta, nessa parte, é dimensionar particularmente o peso da imprensa como instrumento de manutenção da prática de associar-se dos letrados daquele tempo, bem como avaliar em que medida serviu para legitimar a existência das agremiações e para dar a conhecer os escritos dos letrados gregários, em suma, em que medida serviu para levar tal produção para além do restrito meio em que foi gerada. No encalço desses dispositivos, a fim de dar a conhecer ao leitor esses impressos, por vezes esquecidos na história, mostrou-se indispensável indagar: "Como eram essas revistas?", "Quem escrevia?" e "Quais eram os seus formatos e conteúdos?".

Na abordagem desses dispositivos, uma preocupação fundamental vem à tona nesta altura do trabalho, a saber, que formas de apropriação do conhecimento foram partilhadas por esses letrados gregários? Sem negligenciar o papel das singularidades em qualquer época, o problema que se nos mostrou mais frutífero para entender o jogo encenado no século XIX diz respeito às formas convencionais que os letrados encontraram para exprimir-se. O que está de alguma forma pressuposto na interrogação é a ideia de que um conjunto de valores partilhados teve um peso decisivo – maior até do que a de qualquer "chefe" da cultura escrita – num momento em que se tentava criar um vínculo entre formação de um país e espírito coletivista. Conhecer e associar-se, como veremos, foi a forma que nossos letrados parecem ter encontrado para autoafirmar-se e para abrir as portas para um devir literário e histórico que deveria configurar-se sob parâmetros diferentes daqueles que até então tinham caracterizado a vida cultural no gigante dos trópicos.

Em estudo anterior (Pereira, 2008), a questão das formas de apropriação do conhecimento no Oitocentos brasileiro, ainda que de forma embrionária e não articulada nos termos em que aqui se apresenta, já se anunciava como decisiva. Desde os primeiros estudos sobre a concepção de história de Sílvio Romero, tem-se nos colocado o problema das bases em que se fundaram os discursos dos

letrados daquela época, problema explorado a partir dos debates de Sílvio Romero e dos homens de seu tempo, especificamente a partir da forma que se mostrou a mais profícua para a produção do debate intelectual sobre a sociedade brasileira e sobre a construção da história da nação: a polêmica – meio de interação, apresentação e autoafirmação desses homens no palco das letras. No estudo que ora apresentamos, o objeto central de análise se deslocou das consideradas polêmicas literárias travadas a partir do terceiro quartel do século XIX para o papel sociocultural do comentário literário que se firmou ao longo desse século, buscando mapear as lições e advertências que propuseram para o escritor brasileiro e notar que peso estas tiveram na definição das práticas sociais compartilhadas por esses letrados, numa sociedade que estava buscando se afirmar e atestar sua singularidade.

Além de investigar o gosto dos letrados por associar-se, descrever as formas de organização das agremiações e ressaltar o papel capital da produção das associações literárias para o nascente discurso crítico literário, o capítulo central deste trabalho desenvolve-se em torno da contribuição da crítica literária para o delineamento da cultura escrita oitocentista brasileira. Uma das principais funções da crítica para os homens daquele tempo, ou talvez a principal, como será explicitado neste estudo, era estabelecer um discurso de esclarecimento e divulgação, empenhado em definir os parâmetros e os caminhos para a igualmente incipiente produção literária, que deveria constituir-se e expressar-se sob princípios próprios. Algumas questões-guias foram, pois, suscitadas para levar a cabo a tese: se os críticos literários procuraram disseminar lições e prescrições, senão apenas sugestões, aos jovens ou pretendentes a escritores, quais foram as diretrizes que estabeleceram para definir um escritor nacional? Como esse discurso projetou o literato e redefiniu o que já existia? Que perfil os críticos propuseram para a produção literária?

Além disso, partindo da proposição, própria do tempo em questão, de que a crítica se confundia com a história literária e esta com a história do Brasil, outras questões emergem: o discurso crítico teve algum papel na tradução dos anseios e dos projetos da sociedade

brasileira? Ou melhor, podemos afirmar que esse discurso metaliterário esteve envolvido na criação dos contornos do literato que viria a se distinguir como brasileiro?

Antes, porém, de respondermos a esse conjunto de questões e inquietações, é importante mencionar algumas opções de abordagem e de escrita. Primeiramente, a forma de tratamento das fontes merece alguns esclarecimentos. No texto, como o leitor notará, avultam citações de documentos de época – umas, por certo, longas, outras nem tanto –, em comparação com o número de citações da historiografia, menos citadas diretamente e sobretudo referenciadas em nota de rodapé. Isso não significa, porém, que a historiografia e os estudos críticos sobre as associações e a crítica literária cumpriram papel menos decisivo nessa empreitada, os trabalhos posteriores ajudaram, e muito, a formular nossos questionamentos, definir nosso percurso e encaminhar nossas conclusões. Essa opção de abordagem justifica-se na medida em que nossas preocupações se encaminharam no sentido de entender como o discurso crítico presente nas publicações das associações literárias ajudou a moldar, de forma idealizada ou não, o escritor brasileiro, ao mesmo tempo que pretendeu dar os contornos e criar um projeto de Brasil. Assim, pelo tipo de questionamento aqui lançado, foi fundamental recorrer aos testemunhos diretos que esses homens nos transmitiram para efetivar este trabalho.

Retomando, por fim, a epígrafe desta introdução sobre a ideia de que "Cada um só pode pensar como se pensa em seu tempo", vale esclarecer que ela não deve ser confundida com uma reprodução ingênua ou transparente dos documentos daquela época, em busca da imparcialidade e da totalidade da visão do século XIX. Muito pelo contrário, a proposta aqui é realizar um entrelaçamento de documentos, um diálogo de textos da época, a partir de nossas preocupações presentes. Em suma, esquadrinhar como determinados grupos humanos construíram sua realidade e como definiram socialmente os parâmetros do que era verdadeiro ou não dizer sobre ela.

Outra preocupação que tivemos, apesar de trabalharmos com um *corpus* documental literário, foi de evitar tomar os estilos de época

como condutores da análise das fontes literárias, pois, além de serem formulações posteriores ao tempo estudado e estarem mais voltados para as problemáticas estéticas, nosso propósito, tendo em vista as observações sobre a forma de tratamento da documentação, não é enquadrar o discurso crítico numa concepção aprioristicamente estabelecida. Finalmente, um esclarecimento de ordem técnica merece ser lançado: optamos por modernizar o nome de todas as agremiações e a linguagem das citações, a fim de tornar a leitura mais suave e fluida, no entanto, tivemos sempre a preocupação de preservar as peculiaridades desses escritos.

Apresentados tais caminhos e opções, partamos, então, para a tentativa de apreender em que medida a nascente crítica literária, ainda que aprendiz, foi conduzida por princípios regulares ou por uma certa unidade, ou seja, até que ponto foi conduzida pela busca de definir, forjar e até mesmo inventar, em associação, uma cultura escrita e uma nacionalidade brasileiras.

1
O despertar de um espírito associativo

"A nossa Portuguesa América que na produção de engenhosos filhos pode competir com Itália, e Grécia, não se achava com as Academias, introduzidas em todas as Repúblicas bem ordenadas [...]. Não permitiu o Vice-Rei, que faltasse no Brasil esta pedra de toque ao inestimável ouro dos seus talentos, de mais quilates, que os das Minas. Erigiu uma doutíssima Academia, que se faz em Palácio na sua presença." (Rocha Pita, 1730)

Prelúdios das agremiações

Em 2 de julho de 1832, Francisco Cordeiro da Silva Torres, presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Sain), em sessão solene pronuncia: "um homem só, para que serve? [...] Quão diferente porém é este mesmo homem associado com outros! Põe em movimento, [...] resolve dificílimos problemas [...]! Onde não há associação, o mundo é pobre, é pouco, é rude" (*O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1833, p.12). Do mesmo modo, anos depois, em 1852, Manuel Antônio Duarte de Azevedo (p.34), orador da Sociedade Ensaio Filosófico Paulistano, ao discursar na sessão inaugural

da Sociedade Ateneu Paulistano, afirma que o espírito de associação, "esse poderoso motor do desenvolvimento e do progresso derramado por todos os povos civilizados", tinha também "tocado o coração da mocidade brasileira: o indiferentismo de cada um vai cessando pelo bem de todos, e cada qual procura concorrer com o seu contingente de ilustração e de talentos para a marcha da civilização do país".

Em 1885, em seu pioneiro estudos sobre associações fundadas no Brasil, Manuel Duarte Moreira de Azevedo (p.265) igualmente declara que "é reconhecida a utilidade das associações que, por meio de esforços comuns, põem em prática um fim comum. Derramam a civilização, a instrução, iluminam os povos, esclarecem os espíritos". As associações "fazem aparecer os grandes propugnadores das letras, artes e ciências, despertam os espíritos estudiosos e constituem o exercício mais útil e frutífero do espírito humano"; são, em suma, "o conjunto da força de todos, o esforço coletivo, que sempre é o mais forte; são escolas úteis" (ibidem).

Afirmações dessa natureza, que destacam os benefícios do associar-se e manifestam a convicção da importância das agremiações para o desenvolvimento da cultura das nações, foram recorrentes no Oitocentos brasileiro, especialmente a partir da década de 1830, quando, então, começam a surgir um sem-número de associações de naturezas diversas. Entre essas manifestações, as respectivas às agremiações de cunho literário foram as mais acaloradas na defesa do "espírito associativo" e do seu potencial para colaborar na afirmação e promoção da literatura brasileira. No entanto, o esforço por criar condições de concretização e de solidificação dessas instituições, em muitos casos, não foi proporcional à vontade de associar-se, tornando-se possível, só bem mais tarde, em 1897, uma associação de caráter nacional duradoura, a Academia Brasileira de Letras (ABL). Mas, a despeito do sucesso tardio, não foram poucos os letrados que, buscando reverter o quadro de tentativas malogradas e associações literárias efêmeras, reivindicaram um lugar, durante o Império brasileiro, para tais agremiações. Macedo Soares (1860, p.276), por exemplo, no ensaio "Da crítica literária", conclama: "formem um centro literário que não seja simplesmente

histórico e geográfico". Tempos antes, em 1833, Francisco de Sales Torres Homem (1978a, p.106-7), em discurso dirigido ao Instituto Histórico da França, já lamentava: "nenhuma academia, nenhuma instituição literária".

No século XIX, como veremos neste trabalho, foram inúmeras as tentativas de criação de associações literárias, umas com vida relativamente longa, outras nem tanto e algumas não passaram da etapa do projeto e sequer chegaram a ser fundadas. Mas, antes de retomarmos suas trajetórias ou as propostas das agremiações ou dos projetos frustrados, retornemos um pouco no tempo para apresentar algumas iniciativas anteriores e refletir em que medida se assemelham ou se distanciam das associações literárias promovidas no século XIX.

Em setembro de 1724, o jornal francês *Mercure Historique de France* noticiava que a Academia Brasílica dos Esquecidos era "sem dúvida a primeira Academia que os brasileiros tiveram" (Sigaud, 1844, p.481). Fundada em 23 de abril de 1724, na Bahia, pelo vice-rei do Brasil Vasco Fernandes César de Meneses, a Academia Brasílica dos Esquecidos[1] tinha como propósito maior coligir informações sobre a história brasílica em quatro partes: natural, militar, eclesiástica e política. Nas memórias dessa associação – memórias por muitos anos consideradas perdidas e posteriormente resgatadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) –, ficou expresso, além desse objetivo principal de estudar a História do Brasil, o desígnio de honrar as letras "para dar a conhecer os talentos que nesta província floresciam e que por falta de exercício literário estavam como desconhecidos" (Pinheiro, 1868, p.18).

Foram convidados para tal empreitada sete letrados "esquecidos" pela Academia Real de História Portuguesa, tendo cada qual um cognome: ocupado, vago, infeliz, obsequioso, venturoso, laborioso e nubiloso.[2] A Academia Brasílica dos Esquecidos, seguindo os

1 É importante destacar que foram feitas atualizações da língua portuguesa em todos os nomes das associações que serão apresentadas ao longo deste estudo.

2 A denominação esquecidos pode estar relacionada ao fato de os seus membros não terem sido convidados para fazer parte do quadro de fundadores da Academia Real de História de Portugal, em 1720. Os sete principais membros

moldes das academias surgidas na Europa desde o século XVI,[3] escolheu o sol como empresa, *sol oriens in occiduo*, e era composta por homens ligados ao Estado e à administração pública ou à Igreja. Na sua ata de fundação, estava definido que, "em obséquio dos engenhos poéticos, se dariam para todas as conferências dois argumentos ou assuntos, um heroico, outro lírico" (ibidem, p.20). Teve duração de menos de um ano, realizou 18 reuniões quinzenais e nos legou a *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita (1730).

Se na Europa desde o século XVI o gosto por palestras e academias havia se generalizado, o marco desse movimento no Brasil foi a Academia Brasílica dos Esquecidos. O Setecentos brasileiro conheceu, a partir de então, apesar da demora em cruzar o Atlântico, um pródigo movimento academicista que congregou letrados e

---

da Academia dos Esquecidos foram: padre Gonçalo Soares da França, o obsequioso; desembargador Caetano de Brito Figueiredo, o nubiloso; ouvidor Luís de Siqueira da Gama, o ocupado; juiz de fora Inácio Barbosa Machado, o laborioso; coronel Sebastião da Rocha Pita, o vago; capital João de Brito, o infeliz; e José da Cunha Cardoso, o venturoso (cf. Rizzini, 1988, p.267).

3 Desde o século XVI, começam a despertar na Europa as primeiras associações literárias, caracterizadas pela preocupação com as línguas vernáculas, pelo patrocínio real e pelos nomes excêntricos e apelidos esdrúxulos dos associados. Na Itália, pioneira desse movimento, surgiram, entre outras academias, a dos Úmidos, dos Gelados, dos Solitários, dos Surdos, os Ociosos e, a mais famosa, a Academia della Crusca ou do Farelo (Florença, 1582), as quais transmitiram aos países que tinham relação com a Itália o gosto por essas reuniões literárias. Logo em seguida, na França, a marquesa de Rambouillet abre seus salões aos homens de letras, e, de acordo com o cônego Fernandes Pinheiros (1868, p.12-4), "o poderoso ministro de Luiz XIII, imitando o exemplo de Cosme de Medicis, expande cartas patentes e rodeia de privilégios a modesta convivência de alguns eruditos dados ao estudo do pátrio idioma". Na Espanha, surge a Academia Espanhola, aos moldes da francesa, e vestígios das academias italianas podem ser notados nas academias dos Noturnos, na dos Desconfiados e na do Bom Gosto, uma espécie de "pálido e frouxo reflexo das eruditas conferências do palácio Rambouillet" (ibidem), estabelecida pela condessa de Lemus. E, em Portugal, aparecem, depois da Restauração de 1640, entre outras, a Academia dos Generosos (1647) e a Academia dos Singulares (1663), as quais, principalmente a segunda, serviram de modelo para a Academia Brasílica dos Esquecidos.

propagou-se por várias regiões do país.[4] Essas primeiras associações, ligadas ao "culteralismo lusitano" (cf. Rizzini, 1988, p.269; Castello, 1972), eram formadas tanto para um grande objetivo, como a tentativa de redação da História do Brasil, quanto por fatos isolados, como a homenagem devida à chegada de um nobre à colônia ou à morte ou ao nascimento de um aristocrata, podendo ser divididas em três grupos. O primeiro seria formado pelas academias propriamente ditas, com organização, objetivos e estatutos definidos, de caráter literário, histórico e às vezes científico, com destaque, entre as mais expressivas no conjunto do movimento em geral, para a já apresentada Academia Brasílica dos Esquecidos, Academia dos Felizes (1736), Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos (1859), Academia Científica do Rio de Janeiro (1771) e Sociedade Literária do Rio de Janeiro (1786-1790; 1794). No segundo grupo, encontram-se os atos ou as sessões acadêmicos que se destacavam como acontecimento literário e histórico em que predominava o "espírito bajulatório", como a Academia dos Seletos (1752), em homenagem a Gomes Freire de Andrada, e academia em homenagem a Bernardo José de Lorena. Do terceiro e último grupo, fariam parte as celebrações realizadas por ocasião de festejos públicos comemorativos em homenagem a reis ou príncipes nos momentos de aclamação, nascimento, casamento, morte, como as exéquias da infanta D. Maria Francisca Dorotéia, realizadas no ano de 1771 (cf. Castello, 1972; Candido, 2007).

Em linhas gerais, as academias e os acadêmicos do século XVIII contribuíram inegavelmente para o melhor conhecimento do Brasil e estímulo à nossa vida literária, muito embora nem sempre tenham atingido seus objetivos, em razão da curta duração dessas

4 José Aderaldo Castello (1972, p.119), crítico e historiador literário que buscou estabelecer um trabalho de síntese sobre as origens e a unidade da literatura brasileira, pontua que esse movimento talvez tenha sido o que de mais sério ocorreu na vida cultural do Brasil colônia, por desenvolver o princípio da vida literária, levar a criação poética e teatral à comunicação direta com o público, numa época em que as publicações impressas, além de raras, só se faziam em Portugal, e dar início ao "exercício da crítica".

manifestações (cf. Castello, 1972, p.97-9). Assim, ao mesmo tempo que a tradição academicista se mostrou muito forte no Brasil, o fracasso das agremiações literárias também foi uma constante na história desses movimentos. Além disso, essas primeiras manifestações se deram no âmbito da colônia, e seus interesses estavam muitas vezes voltados para Portugal, ou seja, foram organizadas por iniciativas de representantes oficiais da autoridade e da mentalidade portuguesa e, de certa maneira, tornaram-se centros organizados de elogio à Metrópole. Fernandes Pinheiro (1839, p.68), o visconde de São Leopoldo, em estudo lido no primeiro ano do IHGB, ao analisar as academias literárias do século XVIII, buscou marcar a diferença de propósitos dessas primeiras associações em relação a instituições como o IHGB, assinalando que aquelas primeiras "só tiveram em alvo particulares congratulações e louvores a certo e determinado objeto ou indivíduo".

Não se pode negar, pois, que essas primeiras iniciativas associativas foram talvez os principais meios de produção, promoção e expressão da cultura escrita, servindo inclusive de estímulo para algumas futuras agremiações Oitocentistas. Duarte Paranhos Schutel (1837-1901), por exemplo, membro da Academia Filosófica, em 1858, ao realizar um histórico da situação da cultura no país, declara que "novas sementes foram lançadas no terreno, e desta vez já algumas brotaram, e começaram a encravar suas raízes; a poesia ia-se implantando, porque uma sociedade foi fundada na Bahia em 1724" (p.10). "A Academia dos Esquecidos", completa Schutel (1858, p.10), "era o primeiro passo seguro que o Brasil dava para a sua emancipação".

No entanto, embora os germes dessa prática associativa estejam nesse movimento academicista do Brasil colonial, no século XIX os interesses e o cenário passaram a ser outros. As agremiações fundadas a partir da chegada de D. João VI no Brasil e, especialmente, depois de 1822, fazendo coro com o seu tempo, passaram a ter uma forte preocupação com os destinos da nacionalidade brasileira, caracterizando-se pelo desígnio de tentar influir no cenário social e cultural do Brasil. Além disso, as associações oitocentistas, apesar de

partilharem dessa conduta, não se destacavam majoritariamente pela forma de instituição de festejos públicos, comemorações solenes e atos acadêmicos, que tanto haviam caracterizado as sociedades literárias do século XVIII. E, especialmente, pelo fato de ser proibida a instauração de tipografias na América Portuguesa, o que limitou, e muito, a ação dessas associações setecentistas. Assim, a presença da imprensa no século XIX aparece como ponto fundamental de diferenciação, pois uma das principais características das sociedades literárias oitocentistas, como veremos mais adiante, era a produção de periódicos.[5]

O florescer das associações

Frei Francisco de Monte Alverne (1784-1858), considerado pelos coetâneos o maior orador sacro do período, sobre a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, em 1808, descreve:

> A chegada do príncipe Regente ao Brasil foi saudada como presságio de sua grandeza, e sua futura independência. Os grilhões coloniais estalaram um a um entre as mãos do príncipe, que a posteridade reconhecerá por o verdadeiro Fundador do império do Brasil. As artes, a indústria e o comércio floresceram à sombra do gênio criador deste Monarca generoso, para quem o Brasil era o sonho mais agradável de sua vida. Tudo que o Brasil possui em estabelecimentos de pública utilidade, teve nele sua origem. (Monte Alverne, 1856)

Desde os tempos coloniais, é sabido, o espaço ocupado pela cultura escrita fora sempre muito limitado. A carência ou mesmo a

5 É importante mencionar que existiram tentativas de publicação no período colonial, como foi o caso da Oficina de Antônio Isidoro da Fonseca, que conseguiu, por intermédio do governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada, em 1847, a autorização para a instalação de uma tipografia, contudo, a duração foi bem curta, menos de um ano, e publicou somente três obras (cf. Hallewell, 2005, p.92-4).

ausência de meios de produção de cultura, a inexistência de universidades, a escassez de bibliotecas, o número restrito de público-leitor, as dificuldades de comunicação e a proibição de instauração da imprensa na colônia dificultavam a promoção de ideias no Brasil (cf. Moraes, 1979; Rizzini, 1988). Houve, como apresentado, alguns esforços de agremiações de homens de letras, a partir do século XVIII, no sentido de dar alguma vida à cultura escrita. Todavia, é a partir da chegada de D. João VI que começa a surgir um ambiente propício para a produção cultural e intelectual, com a formação de bibliotecas públicas e particulares, a criação da Biblioteca Real e do Museu Nacional, o estabelecimento de tipografias e da Imprensa Régia, a criação das primeiras escolas superiores, o desenvolvimento do gosto pelo teatro, pela música e pela oratória religiosa nas solenidades da Igreja, entre outras medidas no sentido de dotar a nova sede da Coroa de algumas instituições culturais. Segundo Francisco de Sales Torres Homem (1812-1876), citado por J. B. Debret (1768-1848), pintor e integrante da Missão Artística Francesa, tal teria sido o impacto do deslocamento da Corte para os trópicos que se poderia dizer que "a travessia de um só homem coroado inverteu as posições respectivas de Portugal e do Brasil; o primeiro deixou de ser metrópole; o segundo deixou de ser colônia: os papéis foram trocados" (apud Debret, 1978, p.107). Em 7 de março de 1808, pois, desembarcavam no Rio de Janeiro D. João VI, a Família Real, sua Corte e todo um aparato administrativo, dando início, pode-se dizer, à história institucional brasileira e à instalação dos primeiros estabelecimentos de caráter cultural no Brasil.

Nesse contexto de mudanças significativas, começaram a surgir associações de naturezas diversas. Vejamos mais detalhadamente algumas modalidades de associações criadas nesse tempo e suas motivações, a fim de entendermos melhor o gosto e a necessidade crescente por associar-se dos letrados do século XIX.

Entre outra instituições, surge a Academia de Belas-Artes no Rio de Janeiro (cf. Debret, 1978), como resultado da Missão Francesa que chegara ao Brasil em 26 de março de 1816. Em fins de 1815, D. João VI incumbiu, sob influência do ministro das Relações

Exteriores, conde da Barca, o embaixador marquês de Marialva, encarregado dos negócios de Portugal na França, de contratar o secretário do Instituto da França, Joaquim Lebreton, e outros hábeis professores de pintura, escultura e arquitetura para criar no Rio de Janeiro uma instituição aos moldes da Academia de Belas-Artes francesa. Foram escolhidos para compor essa missão de fundar aqui uma academia de artes os seguintes homens: J. B. Debret, pintor de paisagens e quadros de gênero; Augusto Taunay, escultor; Grandjean de Montigny, arquiteto; S. Bonrepos, ajudante do escultor Taunay; além do músico Newcon e os dois irmãos Ferrez, escultores, gravadores e peritos em decoração, que se juntaram a esse grupo inicial (cf. Debret, 1978). Assim, em agosto de 1816, o monarca baixa um decreto contratando, inicialmente por seis anos, os profissionais franceses. Entre os objetivos expostos no decreto, estavam: "estabelecer no Brasil uma Escola real de ciências, artes e ofícios, em que se promova, difunda a instrução e conhecimentos indispensáveis aos homens", pois, na concepção de D. João VI, o estudo das belas-artes e da estética possibilitaria "aproveitar os produtos cujo valor e preciosidade podem vir a formar do Brasil o mais rico e opulento dos reinos conhecidos" (Debret, 1978, p.132). Entretanto, em razão de alguns transtornos econômicos e políticos, somente dez anos depois do projeto inicial, já no reinado de D. Pedro I, graças à iniciativa do visconde de S. Leopoldo, é instalada a Academia Imperial de Belas-Artes na capital do país.

Os efeitos da Missão Francesa sobre a cultura do Rio de Janeiro foram significativos, especialmente o seu papel na emancipação da inteligência local da predominância artística e intelectual de Portugal, estabelecendo uma ruptura com a cultura desenvolvida na era colonial. De forma geral, pode-se dizer que a Missão promoveu uma importante transformação no gosto do carioca. Araújo Porto Alegre (1806-1879), aluno expoente da Academia, resume que, com a fundação dessa instituição, uma "prodigiosa revolução se verificou nas ideias do povo brasileiro", pois "os pintores, que não eram até então apreciados, foram admitidos nas sociedades mais brilhantes; gozam agora da estima e da consideração geral" (apud Debret, 1978, p.113).

E, ao descrever o episódio de um pintor com o imperador, em que o primeiro, em um instante de inspiração, deixa cair o pincel no chão e o monarca curva-se para pegá-lo e o entrega ao artista, Porto Alegre (apud Debret, 1978, p.113) celebra: "finalmente as belas artes se introduzem no seio das famílias e raras são hoje aquelas em que o desenho e a música não entrem no programa da educação das crianças".

Malgrado a exaltação, a Academia enfrentou, nos primeiros anos, muitas dificuldades de ordem econômica,[6] além das intrigas denunciadas por Debret (1978) nos escritos "História da Academia de Belas-Artes". Segundo o pintor francês, a sua persistência em levar adiante a missão de concretizar a academia tinha por fim provar ao governo que "o gênio brasileiro, preciosamente dotado para o cultivo das belas-artes podia e devia produzir, indiscutivelmente, uma escola capaz de um paralelo vantajoso com as que florescem na Europa" (ibidem, p.127). A situação da Academia Imperial de Belas-Artes tornou-se mais estabilizada durante o reinado de D. Pedro II, sobretudo graças aos auxílios públicos e privados do Imperador. E, apesar dos percalços, essa entidade destacou-se pela formação de nomes que se tornaram referência à vida intelectual do Brasil.

Nesse início do século XIX, igualmente começaram a espalhar-se pelas províncias brasileiras as lojas maçônica,[7] a despeito da intolerância do governo e da intensa perseguição sofrida por seus membros, depois da transferência da Corte para o Brasil. Tiveram espaço em várias províncias, entre as quais: em Pernambuco, onde nas reuniões eram acintosamente proibida a presença de europeus;

---

6 Debret (1978, p.300) relata que o projeto inicial de construção do edifício da Academia de Belas-Artes sofreu modificações em razão da "modicidade dos fundos disponíveis". Foram suprimidos os aposentos dos professores que dariam um caráter imponente "ao palácio das belas-artes", mas isso não abalou o arquiteto Grandjean, que improvisou, em apenas um andar, o "templo dedicado às belas-artes".

7 Vale destacar que, em razão do foco deste estudo e da condição de secretas dessas associações, não serão aprofundadas as questões envolvendo a maçonaria, apesar de muitos membros de sociedades literárias terem participado também das sociedades maçônicas. Sobre maçonaria, ver Azevedo (1996-1997), Barata (2006) e Morel (2001-2002).

na Bahia, criou-se o Grande Oriente ou o Governo Supremo; no Rio de Janeiro, surgiram as lojas Reunião, Constância, Filantropia e Emancipação, além do Grande Oriente do Brasil, que teve José Bonifácio como grão-mestre (Azevedo, 1885, p.274). Essas associações em muito contribuíram para a divulgação de ideias políticas e morais, fundamentais para o processo de independência que viria logo a seguir. Todavia, em carta de lei de 20 de outubro de 1823, foram proibidas sociedades secretas, pois esse tipo de sociedade não participava "ao governo a sua existência e os fins gerais da associação" (ibidem, p.286). Passaram, assim, a ser consideradas "conventículos sediciosos as sociedades que tivessem princípios e fins subversivos da ordem social e do regime constitucional, quer não tivessem feito as participações ao governo, quer as tivessem feito falsas" (ibidem).

Das associações do período joanino, de diversas naturezas, que participavam ao governo sua existência, vale destacar a Sociedade Filantrópica Suíça, criada em 1821. Era uma associação filantrópica fundada por negociantes suíços para auxiliar os colonos compatriotas instalados em Nova Friburgo. A entidade recebeu do governo brasileiro uma fazenda como sede e, de acordo com Moreira de Azevedo (1885, p.278),[8] além das contribuições anuais dos sócios, recebia "anualmente um subsídio do Alto Conselho Federal e do governo de quatro cantões suíços", acumulando um patrimônio que, em 1885, excedia 48 contos de réis em apólices. Tal instituição, além de prestar serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura nessa região, recolheu e educou alguns meninos órfãos, constituindo a mais antiga associação de beneficência criada no Rio de Janeiro.

---

8 É importante mencionar que o trabalho de Moreira de Azevedo (1885), apesar de datar de mais de um século, é o estudo mais completo até hoje publicado sobre associações fundadas no Brasil. O autor realiza uma espécie de trabalho de síntese das agremiações de diversas áreas – instrução, ciência, indústria e comércio, artes mecânicas, belas-letras, música, belas-artes etc. – surgidas no Brasil desde o século XVIII, destacando a fundação, os financiamentos, alguns representantes, tudo isso sem muito aprofundamento. Todavia, não deixa de ser fonte fundamental para a pesquisa das associações literárias de um modo geral.

Ainda em 1821, Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Gonçalves Ledo, os quais, também nesse ano, publicaram o periódico *Revérbero Constitucional Fluminense* (cf. Lustosa, 2000), empenharam-se em criar uma sociedade literária similar à Academia das Ciências de Lisboa. Reunidos os homens de letras comprometidos na empreitada, em 31 de julho, na Livraria d'El-Rei, hoje Biblioteca Nacional, receberam a notícia de que D. Pedro I havia aprovado o estabelecimento da sociedade e concedera os recursos pedidos para a sua fundação. Liberaram-se "a pensão anual de 6.000 cruzados, extraída da loteria da Santa Casa de Misericórdia", "a transferência para a biblioteca da sociedade das memórias, planos e manuscritos existentes nas secretarias de estado e em outros estabelecimentos públicos", a "permissão para mandar cunhar na casa da moeda as medalhas de que necessitasse" e "um prédio da imprensa nacional para impressão de obras" (Azevedo, 1885, p.279).

Em 3 de novembro, foram empossados o conde de Palma (presidente), Joaquim Gonçalves Ledo (secretário), Januário da C. Barbosa (vice-secretário), padre Damaso (tesoureiro) e o Dr. Amaro Baptista, o tenente-coronel João da Silva Feijó, Diogo Soares de Bivar e José Silvestre Rebello (censores). A associação recebeu o nome de Academia Fluminense das Ciências e Artes e no seu estatuto ficou estabelecido que

> [...] seria seu objeto o estudo das ciências, belas-letras, artes, história do Brasil e sua estatística, teria vinte e cinco sócios efetivos e mais honorários e correspondentes, devendo os trabalhos começar em 26 de fevereiro e findar em 16 de dezembro, em memória do dia que o Brasil foi elevado a reino. (Azevedo, 1885, p.280)

Para Ledo e Barbosa, era preciso, urgentemente, criar "cidadãos beneméritos, que desempenhem a confiança pública da Nação e da Pátria" ("Ata das sessões de criação da Academia Fluminense...", 1821, p.16). Algumas sessões foram realizadas em novembro do mesmo ano, contudo os ânimos políticos começaram a se agitar às vésperas da Independência, e os idealizadores do projeto – ativos

participantes da vida pública e promotores do "Dia do Fico" – direcionaram seus esforços para esse importante momento da vida nacional, deixando de lado, ao menos durante esse período de efervescência política, as preocupações de caráter cultural. Não foi ainda nesse cenário, portanto, que se viu surgir uma associação de caráter literário, tendo em conta a vida curtíssima dessa entidade, que nem chegou a ser propriamente fundada.

Vida mais longa teve a Sain. A ideia nasceu em 1816, durante o governo de D. João VI, quando Inácio Álvares Pinto de Almeida, o visconde de Alcântara, propôs a criação de uma associação para promover o melhoramento e a prosperidade da indústria nacional (Domingues, 2001, p.85). Na ocasião, a iniciativa foi julgada precipitada, entretanto o autor não desistiu de sua proposta e, em 20 de maio de 1820, publicou um artigo defendendo que "todo aquele que se prezar de ser bom cidadão, e desejar dar testemunho público de quanto se interessa pelo progresso da pátria, não deve perder a bela ocasião de subscrever para auxiliar a indústria nacional" (Azevedo, 1885, p.283). Depois de tal convocação, em 1824, o visconde de Alcântara organizou os estatutos da sociedade, reuniu em sua casa os primeiros associados e dirigiu-se ao monarca para pedir-lhe a proteção. Um ano mais tarde, foram aprovados os estatutos por D. Pedro I, e a sua primeira diretoria foi designada e empossada. Em 28 de fevereiro de 1828, foi celebrada, pelo presidente e fundador visconde de Alcântara, a primeira sessão da pioneira Sain, nascida sob a jurisdição do governo. Inicialmente ligada ao Ministério dos Negócios do Império, essa associação teve como inspiração a francesa Société D'Encouragement à L'Industrie Nationale (1801), da qual herdou seu próprio nome, e a portuguesa Sociedade Promotora da Indústria Nacional (1822).

A Sain – cuja sucessora hoje é a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro –, orientada pelos ideais de divulgação do progresso e formação da pátria, prestou inúmeros serviços à cidade do Rio de Janeiro e ao país, funcionando como uma espécie de órgão de consultoria do Estado. Era composta por proprietários, representantes da elite agrário-econômica, por profissionais liberais e especializados e por

letrados, militares e religiosos. Apesar de o papel dos proprietários ser relevante, tendo em vista que as atividades da Sain se faziam "pelo desenvolvimento econômico do país", não eram os homens diretamente ligados à produção econômica que dirigiam a instituição, mas sim o grupo de letrados. Nos cargos de direção da Sain, portanto não aparecia a categoria de proprietários, estes eram ocupados pelos políticos e especialistas em ciências (Domingues, 2001, p.93).

Entre as iniciativas dessa associação, dois feitos, no cenário cultural, merecem especial destaque: 1. o estabelecimento, em 1830, de escolas normais dirigidas gratuitamente pelos sócios efetivos, onde eram oferecidos cursos de geometria e mecânica aplicada às artes, de física e astronomia, de aritmética, álgebra e geometria aplicada às questões de comércio e agricultura e de botânica, aplicada à agricultura (ibidem, p.284); 2. a criação, em 1833, da revista mensal *O Auxiliador da Indústria Nacional*, periódico que procurava divulgar conhecimentos úteis à lavoura e às demais indústrias nacionais e trazia já no seu primeiro volume os objetivos da sociedade: "é para concorrer a estes progressos e para apressar a realização de bens, que só a propagação das luzes pode produzir no Brasil", que a Sain aqui estabelecida "empreende esta publicação periódica de Memórias e Notícias interessantes a todas as classes periódicas" (p.10).

O Auxiliador era distribuído em diversas províncias do Império, e, nas suas páginas, seguindo o padrão dos periódicos da época, publicavam-se diferentes gêneros como cartas, memórias, relatórios e traduções, com temáticas, em geral, voltadas para a agricultura e a indústria (cf. Sodré, 1999, p.126-8). Foram publicados, inclusive, análises sobre a situação do país, a saber:

> No vasto, rico e importantíssimo Império do Brasil, que por felicidade nossa habitamos, uma máquina é exótica; não existe uma estrada perfeita; não se navega por um canal; e isto porque ainda não resolvemos associar os poucos meios de cada um para, com o coletivo de todos, obtermos os resultados que os capitais reunidos fazem todos os dias surgir naqueles países onde o espírito de associação comanda a natureza bruta e a força a apresentar nova face polida,

tudo efeito, tudo obra da reunião de indivíduos. (*O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1833, p.12)

Como se vê, o discurso presente no periódico da Sain reforçava o valor e a necessidade de associar-se. Além desses importantes feitos, a Sain foi o berço de outras associações relevantes para o desenvolvimento da cultura brasileira, como o Instituto Fluminense de Agricultura, o Museu da Indústria, a Sociedade Estatística do Brasil e o renomado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – a cuja história dedicaremos mais tempo logo adiante.

Caminhando para a província de Minas Gerais, em 1824, depois da aprovação do estabelecimento de uma Biblioteca Pública na vila de São João Del Rei, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, futuro visconde de Sepetiba, propõem a criação de uma agremiação, que teria por objetivos despertar "o amor das letras com a leitura de periódicos nacionais e estrangeiros e outras obras" ("Projetos d'estatutos para a organização...", 1899, p.817-8), além de ter por incumbência administrar a biblioteca e a tipografia que havia nessa vila. Seria criado um "Ginásio Literário", com a finalidade de "aperfeiçoar nossas faculdades pela deliberação, e pelo conflito das Luzes em todos os assuntos dos conhecimentos humanos", focada em "três grandes objetos – Ciências, Artes e Letras" (ibidem). De acordo com o estatuto, seria "uma escola de perfeição, uma assembleia de ensaios", de índole "parte científica, parte erudita, parte instrutiva" (ibidem).

A criação da denominada Sociedade Filopolitécnica foi aprovada com mérito pelo monarca Pedro I em 1828, e ficou estabelecido, em seus estatutos, que haveria um gabinete de leitura e uma revista mensal contendo, como pontuou Azevedo (1885, p.287), "os extratos do movimento literário da Europa e do Brasil". Eis aqui outra tentativa de criação de uma instituição de caráter literário que não chegou a sair dos estatutos.

Retornando à capital do país, em 1829, foi inaugurada a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. O objetivo dessa entidade era reunir médicos para debater assuntos específicos sobre saúde

e doenças, ou seja, instalar na Corte um foro de discussão sobre as ciências médicas e cirúrgicas, bem como ampliar a participação desses profissionais junto ao Governo Imperial em questões referentes à higiene e políticas de saúde pública. O projeto teve boa aceitação – e a inauguração deu-se em abril de 1829, numa sessão solene realizada no Hospital da Ordem Terceira de São Francisco de Paula, que contou com a presença de 17 médicos e do ministro Carneiro de Campos. De início, como destaca Jean B. Debret (1978, p.28), a associação ficou dividida em quatro seções: vacinação, consultas gratuitas, doenças repugnantes e higiene geral da cidade do Rio de Janeiro. Dois dias da semana eram dedicados às consultas gratuitas aos indigentes, sendo doados medicamentos por um farmacêutico, membro honorário da entidade. Além disso, era oferecido um prêmio de cinco mil frs. ao autor de memórias que determinasse, com observações clínicas gerais baseadas em casos particulares e principalmente autópsias, a natureza, as causas e o tratamento de qualquer moléstia endêmica no Brasil (ibidem, p.29).

Na sua constituição, assim como a maioria das associações fundadas no país, a entidade seguiu os moldes das sociedades surgidas na Europa e seus estatutos foram elaborados segundo os regulamentos da Academia de Medicina de Paris, cujo alvo principal eram as questões de saúde pública relativas às inspeções sanitárias em geral. Entre os fundadores da Sociedade de Medicina, estavam profissionais brasileiros formados pela Faculdade de Medicina de Paris, José Martins da Cruz Jobim e Joaquim Cândido Soares de Meirelles, e médicos estrangeiros, os franceses José Francisco Xavier Sigaud e João Maurício Faivre, e o italiano Luís Vicente De Simoni. Depois de cinco anos da sua criação, foi elevada à categoria de Academia Imperial de Medicina. A fundação dessa sociedade e a criação da Faculdade de Medicina, em 1832, e do Hospício Pedro II, em 1841, são marcos importantes do "crescente processo de penetração do saber médico na sociedade carioca", processo cujos efeitos sobre os hábitos e costumes da população foram enormes (cf. França, 1999, p.72).

Ainda sobre a história das agremiações criadas nos anos do Primeiro Reinado, o período viu surgir a Sociedade Jovial e Instrutiva.

Fundada, em 1829, por Damaso da Fonseca Lima, Elias Afonso Lima, João Carneiro dos Santos e Joaquim Bernardo Leal, essa instituição teve como primeiro objetivo instruir os seus jovens membros, em sua maioria estudantes e funcionários públicos. Para esse propósito de "ensino recíproco dos membros entre si", foram abertas, então, aulas de latim, francês, lógica e taquigrafia. Tempos depois, o projeto inicial ganhou rumos mais nobres – e, em 12 de maio, o conselho da instituição decidiu tornar públicas suas atividades e abrir aulas de instrução primária para meninos pobres. A partir de 15 de agosto de 1831 a sociedade passou a se chamar Amante da Instrução e, em 1833, fundou, no mesmo edifício no beco da Lapa, uma escola para meninas (Almeida, 2000, p.211-12).

O mecenato de D. Pedro II, iniciado quando o monarca tinha apenas 8 anos, em muito colaborou para o sólido progresso da Amante da Instrução, que ampliou significativamente suas atividades, recebendo, inclusive, o título de Imperial. José da Silva Lisboa (apud Azevedo, 1885, p.291), o visconde de Cairu, político renomado e ativo na defesa do ensino no Brasil, ao visitar essa sociedade, declarou: "fui informado de que alguns jovens tiveram a sublime lembrança de darem instrução à mocidade, de que tanto carece o nosso país. Quis pessoalmente ver para acreditar e estou sumariamente satisfeito". Foi ela, pois, a primeira agremiação de iniciativa particular a estabelecer aulas de ensino para a mocidade no Brasil, prestando grande serviço à educação da sociedade carioca.

A criação dessas associações ligadas à instrução, à ciência, à indústria, ao comércio, e às belas-artes, as quais almejavam a formação moral e intelectual da sociedade brasileira, fez parte, portanto, de um projeto maior desencadeado depois da chegada de D. João VI ao Brasil. Um projeto, nem sempre consciente, cujos objetivos eram forjar as bases da nação brasileira, visando à formação de um povo com ideias pátrias e à criação de uma cultura e um Estado nacionais.[9]

9 Sobre a ideia de um processo civilizador desencadeado com a chegada da Família Real no Brasil, ver, entre outros, Lima (2006), Candido (2007), Mattos (1987), França (1999) e Edmundo (1939-1940).

Esse processo iniciado no período joanino e expandido durante o reinado de D. Pedro I culminou em outras duas datas fundamentais para a vida nacional, o 1822 e, posteriormente, o 1831, quando, então, a incipiente nação brasileira passa a trilhar seus caminhos, favorecendo inclusive, e aqui nosso ponto de interesse, a criação de um ambiente propício para a emergência de sociedades de caráter literário no país, ou seja, um dos instrumentos para forjar a nacionalidade brasileira foi fomentar e abrir espaço para tais associações literárias.

As associações literárias em cena

Após a abdicação e partida de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, um clima de agitações, revoltas, definições políticas e afirmações patrióticas e nacionalistas tomou conta do país.[10] Ajudam a compor esse clima e ilustram o desejo de criar um senso de coletividade ou um espírito público no Brasil as inúmeras agremiações surgidas nessa época, especialmente de caráter político. No próprio ano de 1831, foram criadas mais de cem sociedades de naturezas diversas, a maior parte das quais, contudo, marcadas pela efemeridade. Moreira de Azevedo (1885, p.294), sobre esse *boom* de sociedades, ressalta que

> [...] em 1831 adquiriu o espírito público amplo desenvolvimento, e sirva de prova mais de cem sociedades científicas, políticas e industriais, que então se criaram no Império. Logo após a abdicação de Pedro I desenvolveu-se o espírito de sociabilidade, proclamando a união do povo.

Nesse burburinho, um dos principais grêmios políticos surgidos foi a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional.

10 Sobre esse conturbado momento da vida da recém-fundada nação brasileira, ver, entre outros, Mattos (1987), Lyra (2005), Morel (2003), Carvalho (2008) e Marson (1986).

Coube a Antonio Borges da Fonseca – redator do célebre jornal "exaltado" *O Republico*, convertido momentaneamente à moderação, logo após a abdicação (cf. Basile, 2006, p.351) – a iniciativa de promover a sua criação. Na noite de 10 de maio de 1831, Borges da Fonseca recebeu em sua casa os 150 primeiros membros e, assim, foi instalada a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro e realizou-se a primeira sessão. Encabeçada pelo então deputado Evaristo da Veiga, um dos sócios mais atuantes na política, fizeram parte dessa sociedade tanto militares quanto parlamentares e outras autoridades da burocracia imperial.

As ações dessa sociedade foram de grande valia para a vida política e para a ordem do período regencial, ou seja: exerceu decisiva pressão sobre a Assembleia dos Deputados para a criação das Guardas Nacionais; abriu uma subscrição com o intuito de estabelecer na Corte uma moderna casa de correção baseada nos princípios apregoados pelo inglês J. Bentham; fundou o jornal *O Homem e a América*, o qual, segundo Evaristo da Veiga, foi um árduo defensor da liberdade e da legalidade política; e combateu intensamente o tráfico negreiro, lançando, inclusive, por meio desse jornal, um prêmio a quem apresentasse a melhor memória combatendo o tráfico e mostrando à opinião pública os efeitos nocivos da escravidão sobre "os costumes, civilização e liberdade do país" (cf. Basile, 2006, p.352; Azevedo, 1885, p.297). Sua influência nos assuntos políticos chegou a tal ponto que, na expressão dos seus adversários, constituía-se num "Estado dentro do Estado" (Guimarães, 1995, p.481). Moreira de Azevedo (1885, p.298) assim resume a importância dessa instituição para a conturbada fase política que o país atravessava: "Dominou onipotente a situação, governou o Brasil em certo período, pesando sua influência no ministério, no parlamento, e estendendo-se por todos os ângulos do Império".

Também de caráter político foi a Sociedade Federal Fluminense, fundada em dezembro de 1831, sob a direção de Ezequiel Corrêa dos Santos. Seus objetivos eram derrubar a regência e proclamar um sistema federativo no Brasil. Já em 1832, surgiu a Sociedade Conservadora, cujas reuniões aconteciam na casa do general Antonio

Manoel da Silveira Sampaio com a finalidade política de promover o regresso de D. Pedro I ao Brasil e o restabelecimento dos homens que o serviram nas suas posições oficiais. Chegaram até mesmo a enviar um abaixo-assinado a Portugal rogando o retorno de Pedro ao Brasil; todavia, como é sabido, tal pedido não foi atendido.

Embora tenham tido existência curta e atividade limitada, a importância dessas agremiações políticas – que, vale ressaltar, não se limitaram à capital do Império, estendendo-se por várias províncias – deveu-se sobretudo ao fato de elas terem funcionado, naquele momento decisivo da vida brasileira, como centros aglutinadores da elite local, contribuindo para a organização do nascente Estado nacional. Merece destaque, ainda, o fato de que cada uma dessas associações esteve ligada a uma corrente política, isto é, a Sociedade Defensora à facção dos "liberais moderados" ou "liberais monárquicos", a Sociedade Federal aos "liberais exaltados", na sua maioria republicanos e "democratas", e a Sociedade Conservadora e a Sociedade Militar ao "partido Caramuru" (cf. Wernet, 1978, p.11).

Além das sociedades políticas, o ano de 1831 foi palco do surgimento de sociedades filantrópicas e de ensino. A Sociedade Elementar, por exemplo, almejava auxiliar o desenvolvimento do ensino básico na província do Rio de Janeiro e em todo Império. Funcionando em uma sala do Museu Nacional, a vida dessa associação não foi longa, porém muitas foram as ações por ela desencadeadas: abriu aulas para o estudo dos métodos de ensino, desenvolveu um projeto de reforma para o Seminário de São Joaquim, futuro Colégio Pedro II, e criou cursos para a formação de professores com lugares gratuitos para os menos abastados. Entre os seus membros, estavam José Bonifácio de Andrada e Silva, Antonio Ferreira França, frei Custódio Serrão, Araújo Lima e José da Costa Azevedo (Azevedo, 1885, p.300).

Nesses mesmos moldes de associações do tipo breve estava a maioria das sociedades criadas em 1832, como a Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria, fundada na Bahia por iniciativa do marquês de Abrantes. Essa entidade, almejando promover e sustentar a agricultura, o comércio, a indústria e as artes, distribuía

sementes de plantas, publicava o jornal *Auxiliador da Indústria, Comércio e Agricultura* e chegou a financiar os estudos de um jovem talento na França, oferecendo, como nos conta Azevedo (1885), uma pensão anual de 400 francos. Além da Sociedade do Bem Público, a Sociedade Filomática do Rio de Janeiro, Sociedade Filosófica, a Sociedade do Tatu, surge uma lista incontável de outras agremiações interessadas em promover as áreas mais diversas: instrução, ciência, indústria e comércio, artes mecânicas, música e belas-artes.

Almeida Areias (1848, p.53), orador do Instituto Literário Acadêmico de São Paulo, em 1848, a esse respeito, ressalta que, embora a época atual ainda seja de efervescência política, por todo o Brasil começam a despontar associações literárias e científicas, ou seja, "publicações importantes difundem os conhecimentos por todos os ângulos do Império; por toda a parte nota-se um movimento sensível nos espíritos estudiosos da atualidade". Nesse momento, segundo Areias (1848, p.53), passaram a surgir "úteis, proveitosas e benéficas instituições": Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, IHGB, Sociedade Amantes da Instrução, Auxiliadora da Indústria Nacional, que foram "associações de um valor transcendente para o nosso melhoramento intelectual e moral". Seria, portanto, a crença dos letrados numa espécie de esforço conjunto que levaria ao desenvolvimento do país, um desenvolvimento de diferentes facetas, mas voltado para um bem comum ainda não inteiramente definido como tal e que foi ganhando contornos mais precisos justamente com o paradigma das associações. Ou seja, recorrendo mais uma vez aos escritos de Moreira de Azevedo (1885, p.307), professor de História do Brasil do Colégio Pedro II e primeiro-secretário do IHGB, faz a seguinte declaração:

> Prova que entrara o país em fase nova, em época de vitalidade, de energia e esforço, que se inoculara vida nova no organismo político e social, e surgira uma época de liberdade e expansão de pensamentos, a enumeração dessas diversas sociedades políticas, literárias e industriais de 1831 e de 1832. Toda a associação constitui uma força, e organizando-as, manifestava a nação o desejo de entrar em

movimento, aproveitar-se dos seus recursos, ensaiar sua atividade e adquirir outra organização e outra existência.

Essa nova fase, depois da chamada "Revolução de 7 de abril", quando teve início um movimento empenhado em promover a atualização e o progresso da cultura nacional, marca, ainda, o despertar das agremiações de caráter literário, até então muito tímidas ou quase nulas. Francisco de Sales Torres Homem (1978a, p.106-7), nesse sentido, em 1833, num discurso dirigido ao Instituto Histórico da França, ao abordar a pobreza de instituições culturais no país até aquela data, lamenta: "nenhuma academia, nenhuma instituição literária".

A literatura nesse tempo, a propósito, começava a ganhar força no Brasil. O esforço inaugural, no sentido de valorização da produção literária brasileira, como ressaltam os estudos críticos e a historiografia sobre o tema (cf. Amora, 1961; Castello, 1999; Candido, 2007; Cesar, 1978), deu-se com Januário da Cunha Barbosa, no *Parnaso brasileiro*, de 1829. Primeira obra antológica produzida no Brasil, o *Parnaso* pode ser visto como uma tentativa de forjar uma tradição literária e, principalmente, apresentar às novas gerações um pouco do gênio brasileiro. Barbosa (1829-1832, p.3) pretendia, como declara, tornar conhecido "o Gênio" de brasileiros, que poderiam servir de modelos ou de estímulos "à nossa briosa mocidade", que já começava "a trilhar a estrada das Belas-Letras". José Veríssimo (1981, p.119) destacou, em sua *História da literatura brasileira*, que a poesia brasileira deve ao cônego Januário da Cunha Barbosa "um inestimável serviço, a compilação e publicação do *Parnaso Brasileiro*, com que salvou de total perda grande número de produções dos nossos poetas da época colonial".

Monte Alverne foi igualmente de suma importância para lançar as bases dessa nova cultura que estava se iniciando. A influência desse pregador da real capela deu-se especialmente na formação filosófica de muitos dos jovens que mais tarde iriam tomar as rédeas do romantismo brasileiro. Monte Alverne, profundamente influenciado pelo ecletismo de Victor Cousin – que concebia o conhecimento

como um exercício a ser dado de forma aberta, flexível, propiciando uma conciliação entre as diversas doutrinas e uma tolerância em relação às diferenças –, lançou temas caros ao nosso romantismo, como a ideia de que as letras estavam a serviço da pátria, da religião e do *eu*, confiando, desse modo, às nascentes belas-letras uma função civilizadora e patriótica.

Entre os jovens alunos de Monte Alverne que estiveram na cabeceira do movimento romântico no Brasil, merece destaque especial Domingos J. Gonçalves de Magalhães (1811-1882), que liderou o grupo divulgador de nossas letras em Paris – grupo representado também por Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879), Francisco de Sales Torres Homem (1812-1876), João Manuel Pereira da Silva (1817-1898) e Cândido de Azeredo Coutinho (?-1878). Esse "patriarca da independência romântica do Brasil"[11] foi, como muito já se disse, um dos primeiros a analisar as belas-letras e a advogar a necessidade de uma literatura nacional.

Esses homens de letras fizeram florescer, então, as reflexões sobre a questão da nacionalidade na literatura brasileira no momento em que esse sentimento nacional estava se constituindo politicamente e buscando afirmação.[12] Lançaram, pois, a literatura como um veículo de ideias para afirmar e alimentar valores. Manuel Antônio de Almeida, em um artigo sobre a obra de Francisco Pinheiro Guimarães, declara a esse propósito que a literatura do seu tempo era "filha da política". Para esses letrados, se o Brasil era uma nação, como efetivamente manifestara pela Proclamação da Independência, deveria possuir também um espírito próprio manifesto na criação literária e deveria dar lugar a uma nova sensibilidade, que afirmasse na literatura as peculiaridades nacionais. Em linhas gerais,

11 Designação utilizada por Castello (1999, p.161) para caracterizar Gonçalves de Magalhães.

12 Antonio Candido (2007, p.312), a esse respeito, em seu estudo sistêmico sobre a formação da literatura brasileira, declara que o romantismo no Brasil foi um "episódio do grande processo de tomada de consciência nacional, constituindo um aspecto do movimento de independência. Afirmar a autonomia no setor literário significava cortar mais um liame com a mãe Pátria".

a literatura deveria ser um fenômeno histórico que exprimisse o espírito nacional, ou seja, a originalidade e o caráter da literatura somente poderiam ser buscados no curso da própria história (cf. Candido, 2007; Castello, 1999; Süssekind, 1990, 1994).

Nesse afã, uma das formas mais eficientes de promoção das letras, afirmação do letrado e exploração do seu potencial político--social se mostrou a formação de associações. A partir de então, apesar de um início ainda modesto, as associações de cunho literário começam a despontar no país. Entre os pontos de propagação desse movimento, cujo alcance se deu de norte a sul do Brasil,[13] serão aqui destacados dois polos que estiveram na dianteira de tal movimento, podendo ser considerados modelos e estímulos para as associações literárias que vieram depois. São eles a cidade de São Paulo, onde surgiu um movimento peculiar desse tipo de sociabilização dos letrados, e a capital do país, principal centro cultural do Brasil.

Vejamos, então, tendo em vista os diminutos estudos sobre sociedades literárias brasileiras, uma breve apresentação das principais associações literárias surgidas em São Paulo e no Rio de Janeiro no século XIX.

As associações literárias estudantis de São Paulo

Em junho de 1833, vem a lume, na tímida capital da província de São Paulo, a *Revista da Sociedade Filomática* proclamando: "Associação! Tal é o destino da Humanidade. Tal a convicção universal, espontânea e instintiva do gênero humano" (Campos et al., 1977, p.3). Primeira contribuição da Academia de Direito de São Paulo

13 Reunir em associações, pois, havia se tornado uma preferência no Brasil da época, especialmente a partir de meados da década de 1840, quando começam a despontar agremiações literária, entre outras, no Rio de Janeiro, com a Sociedade Literária, de 1833, na Bahia, com o Instituto Literário, de 1845, e em Pernambuco, com Sociedade Fileidêmica Olindense, de 1846 e, na década seguinte, em São Paulo, com um *boom* de sociedades criadas pelos jovens acadêmicos da Faculdade de Direito.

para a atividade literária no Brasil, a Sociedade Filomática surgiu da reunião, em 1832, de alguns estudantes e professores dessa instituição. As sociedades filomáticas, pois, estavam, por volta dos anos 1830, em moda na Europa. Essas eram entidades, como o próprio nome indicava, "amigas do aprender" e, como tais, segundo o estudioso do romantismo e organizador da reedição da revista dessa instituição Antonio Soares Amora (1967, p.82), estavam empenhadas em proporcionar, "a sócios e aos que estivessem sob sua ação, a oportunidade de se porem a par do estado atual de todos os conhecimentos, particularmente os chamados conhecimentos úteis".

A Sociedade Filomática, desse modo, pode ser vista como o primeiro esforço em conjunto de valorização da literatura brasileira. Couto de Magalhães (apud Castello, 1999, p.229), em 1850, por exemplo, declara que a Filomática teve como consequência "desenvolver o entusiasmo pela glória literária, pôr em relevo alguns talentos verdadeiros, e preparar para a vida da imprensa essa primeira mocidade". Magalhães, contemporâneo desse movimento, buscou divulgar com grande vitalidade as agitações ocorridas na Faculdade de Direito de São Paulo, as quais, durante muito tempo, ficaram esquecidas ou tiveram repercussão somente entre os estudantes dessa Academia de Direito. Todavia, guardadas as devidas proporções, essa academia pioneira e o lançamento em Paris da *Nitheroy – Revista Brasiliense* (1836) foram os primeiros empreendimentos no sentido da formação de uma consciência crítica que deveria orientar os escritores e os destinos literários do Brasil. Além disso, a Sociedade Filomática, apesar da sua curta duração, menos de um ano, ajudou a criar um padrão de divulgação da literatura e de organização dos homens de letras daquele tempo, servindo, inclusive, de modelo e estímulo para as associações literárias paulistanas que vieram depois.

A São Paulo desses tempos de fundação da Academia de Direito[14] e da Sociedade Filomática, a propósito, apesar de ter alcançado o

---

14 Em 1827, D. Pedro I, pela Lei Imperial de 11 de agosto, decretava a criação de dois cursos de Ciências Jurídicas e Sociais no Brasil, uma na cidade de São Paulo e outra na de Olinda, e, assim, na tarde de 1º de março de 1828, estava inaugurada, no Convento São Francisco, a Academia de Direito de São Paulo. O

título de Imperial, em 1823, era ainda uma cidade colonial, com a maior parte das ruas sem iluminação e sem calçamento, com casas de taipa, uma vida social e cultural praticamente inexistente e uma sociedade majoritariamente analfabeta. O memorialista Spencer Vampré (1924, p.67-71) conta-nos que São Paulo ainda mantinha o ritmo dos tempos coloniais: a vida social só se dava nas igrejas; as damas da melhor sociedade só vestiam preto, mantinham o rosto coberto nas ruas e, em casa, observavam a rua através das gelosias das janelas; poucas vezes chegavam ali estrangeiros; a iluminação públicas só existia em alguns pontos, com "lampiões de azeite, sujos e mal distribuídos"; os habitantes recolhiam-se cedo, e, "ao voltar de festas noturnas, traziam consigo lanternas"; e não havia hotéis, nem restaurantes, apenas, para os tropeiros, as pousadas. Se comparada à capital do país dessa mesma década de 30 do Oitocentos, a situação da pequena capital de São Paulo mostrava-se mais desoladora.

Tão poucas, por exemplo, eram as construções que alguns estudantes, chegados de outras províncias para estudar na capital paulista, tiveram que ir morar nas celas do convento franciscano, como é possível notar na carta do primeiro diretor da Academia, José Arouche de Toledo Rendon (1756-1834) (apud Martins; Barbuy, 1998, p.30), ao ministro do Império:

> É porque a falta de casas se aumenta, já se acham seis estudantes em celas do dito convento [...] e todos pela razão de não acharem casas para alugar, o que era natural acontecesse em cidade pequena, não sendo possível edificarem-se com tanta brevidade e falta de oficiais.

Esses mesmos estudantes que vieram a se instalar na capital paulistana, contudo, começaram, aos poucos, a imprimir um outro perfil

---

termo "academia" foi formalmente utilizado nos estatutos dos cursos de Ciências jurídicas e Sociais do Império, aprovados por decreto de 7 de novembro de 1831, e o termo "faculdade", somente a partir da aprovação dos estatutos para as faculdades de Direito do Império, pelo decreto de 28 de abril de 1854 (cf. Venâncio Filho, 2004).

para a cidade, sem se esquecer, é claro, do papel que o café teve para a consolidação e o desenvolvimento econômico da região, a partir de meados desse século. A nova dinâmica, aos poucos, traduziu-se numa configuração diferente para a cidade, alterando a estrutura, os costumes tradicionais e fazendo surgir os hotéis, as casas de diversão, o teatro, além das atividades intelectuais. Já em meados do século XIX, era possível perceber uma certa intensificação nas atividades urbanas e na ocupação residencial e comercial da cidade,[15] apesar de o melancólico Álvares de Azevedo (2000, p.493) declarar, na década de 1860, que, em São Paulo, "não há passeios que entretenham, nem bailes, nem sociedade".

Sobre o lugar que os estudantes e a Faculdade de Direito vieram a ocupar em São Paulo, Augusto Emilio Zaluar (1862) relembra que a cidade era "triste, monótona e quase desanimada" e, quando os estudantes dessa instituição iam para as férias, esses adjetivos tornavam-se ainda mais perceptíveis. De acordo com Zaluar (1862, p.194-5), "a mocidade acadêmica imprime à povoação, durante a sua residência nela, uma espécie de vida fictícia", ou seja,

---

15 Sobre as mudanças urbanas ocorridas em São Paulo, o historiador Ernani Silva Bruno (1953, p.504) resume que foi "a partir de meados do século dezenove que a rua e o largo paulista se beneficiaram de uma porção de medidas mais amplas, do seu poder municipal, valorizando-se consideravelmente. Proibiu-se que as casas tivessem canos que despejassem sujeiras para as vias públicas, ou rótulas de portas e janelas que se abrissem para fora. Que houvesse moirões em certos largos ou ruas, onde se amarravam cavalos. Que certos artífices trabalhassem ao ar livre, atravancando os passeios. Determinou-se que os muros fossem caiados e tivessem cobertura de telhas. Criou-se um serviço de limpeza contando com carroças que recolhessem o lixo das casas pobres. Começaram a ser tomadas medidas, na Câmara, para que tivessem melhor traçado e melhor nivelamento os pequenos largos que vinham dos tempos coloniais. Para que se macadamizassem algumas ruas centrais, substituindo-se a antiga pavimentação feita de grandes pedras irregulares. Para que se arborizassem alguns largos e algumas ruas. E para que se iluminassem algumas ruas, ainda que pobremente, por meio de lampiões de azeite. Tudo isso contribuiu para que a rua paulistana – prestigiada também nessa época pela presença bastante viva dos estudantes de muitas partes do país – fosse ganhando feição menos primitiva que aquela que pudera exibir até o começo do século dezenove".

> [...] a antiga cidade dos jesuítas deve ser considerada, pois, debaixo de dois pontos de vista diversos. A capital da província e a faculdade de direito, o burguês e o estudante, a sombra e a luz, o *estacionarismo* e a ação, a desconfiança de uns e a expansão muitas vezes libertina de outros, e, para concluir, uma certa monotonia da rotina personificada na população permanente, e as audaciosas tentativas do progresso encarnadas na população transitória e flutuante.

Pelo que se apreende das palavras de Zaluar (1862), a Faculdade de Direito do Largo São Francisco teve papel significativo para a transformação da capital paulista, moldando um outro rosto para essa cidade. Assim, criou-se, em São Paulo, tomando a definição do historiador Ernani Silva Bruno (1953), um "burgo de estudantes".[16] Todavia, é importante mencionar que parte das queixas e reclamações sobre as condições de vida e de produção nessa acanhada capital de província ajudou a compor o repertório de promoção e afirmação dos acadêmicos paulistanos, pois a necessidade de apontar as dificuldades tornava a empreitada mais heroica.

E, somente 14 anos depois do surgimento da Sociedade Filomática, uma outra sociedade literária entra em cena na capital paulista. A demora para o aparecimento de agremiações talvez esteja relacionada, não olvidando o efervescente período político pelo qual o país estava passando,[17] ao declínio das matrículas na Faculdade de Direito. De acordo com Spencer Vampré (1924, p.303), o quinquênio de 1836 a 1840 "assinala uma quadra de esmorecimento na existência da Academia. O número de matrículas chegou a baixar

16 Ernani Silva Bruno (1953) ressalta que a instalação da Academia de Direito representa um marco cronológico na história da cidade, contribuindo não apenas para o surgimento de novas atividades urbanas, as quais mudaram sensivelmente a estrutura socioeconômica da cidade, mas também para uma "transformação psicossocial".

17 Sobre esse agitado momento da política brasileira que envolve os anos regenciais, ver Mattos (1987), Lyra (2005), Morel (2003), Carvalho (2008) e Marson (1986).

de tal ponto, que mal atingia a sessenta a soma dos estudantes nos cinco anos".[18] Passado esse período, outra associação que despontava era o Instituto Literário Acadêmico, fundado em 26 de julho de 1846. Tal associação teve seus primeiros trabalhos centrados nos escritos jurídicos e só depois se dedicou às letras, ou melhor, passou por períodos de dificuldades no início e foi desses períodos de crise, segundo seus membros, que se viu surgir "esse belo pensamento que deu amplitude aos vossos trabalhos estendendo-os da discussão de pontos jurídicos à discussão de questões literárias" ("Discurso recitado pelo presidente...", 1848, p.2).

Essa associação teve duração relativamente longa, se comparada à Sociedade Filomática, publicando seu jornal, *Ensaios Literários. Jornal de uma Associação de Acadêmicos*, até 1851. Em um dos últimos números de seu jornal, de 9 de maio de 1850, J. d'Almeida Pereira Filho, em discurso lido na inauguração de uma nova agremiação, ressalta que as iniciativas de associação vinham produzindo grandes resultados e um deles tinha sido a fundação da Sociedade Ensaio Filosófico Paulistano: "filha de um pensamento meditado e de sagradas aspirações [...] tem todas as condições, que prognosticam um porvir de esperanças lisonjeiras. [...] É mais um esforço pelo progresso, mais uma página sagrada às letras" (p.19-20).

A Sociedade Ensaio Filosófico Paulistano, desse modo, fundada em 3 de maio de 1850, vinha inaugurar um novo cenário na Academia de Direito de São Paulo, pois, se nas décadas de 1830 e 1840 temos notícias somente dessas duas associações destacadas, no decênio de 1950, contudo, começaram a proliferar agremiações em São Paulo com notável vitalidade. Além dessa última destacada, surgiram o Ateneu Paulistano (1852) – o qual, ao longo dos anos, tornou-se a sociedade literária de maior prestígio no meio estudantil

18 Martins e Barbuy (1998, p.30) igualmente destacam que, "entre os anos de 1837 e 1843, registrou-se uma queda sensível no número de matriculados. Com 274 alunos inscritos em 1832 (maior quantidade daquele período), chegou a apenas 53 em 1840, não ultrapassando os 94 entre os anos citados, o que foi atribuído pelo viajante Kidder ao caráter antiquado do ensino que se ministrava então na Academia".

de São Paulo, acolhendo os acadêmicos mais brilhantes do tempo, como Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Castro Alves –, a Arcádia Paulistana (1857), Associação Culto à Ciência (1857), Instituto Acadêmico Paulistano (1858), Sociedade Acadêmica Brasília (1859), Associação Recreio Instrutivo (1859), Associação Club Científico (1859), Associação Amor à Ciência (1860), Associação Tributo às Letras (1863), Club Acadêmico (1863), entre outros grêmios literários estudantis.

Em São Paulo, como se vê, despontaram muitas associações literárias, e seus sócios reuniam-se para debater os mais diversos assuntos de filosofia, literatura, história e até metafísica. Todas essas agremiações literárias tiveram origem nos meios acadêmicos e nenhuma delas deixou de editar sua revista. A publicação de periódicos, como veremos no terceiro capítulo, foi peça fundamental na promoção da cultura escrita paulista, pois, nas páginas desses periódicos, foram publicados importantes textos literários. Além disso, essas sociedades, ao gerarem seus próprios jornais e revistas, desenvolveram a imprensa e fizeram com que esta fosse o maior campo de atuação dos jovens acadêmicos da Faculdade de Direito.

Certezas sobre se essas foram as principais agremiações surgidas em São Paulo até a década de 1870 não se tem, todavia essas foram as mais citadas pela historiografia e algumas das que possuem, ainda hoje, documentação conservada. Coleções completas dos periódicos, no entanto, são raríssimas, pois parte da produção dessas associações ficou perdida na história, e de algumas, inclusive, não se encontra atualmente sequer um exemplar. A *Revista da Sociedade Filomática*, por exemplo, por muito tempo ficou esquecida. Afonso A. de Freitas (1915, p.63) ressalta não saber quanto tempo viveu essa revista, ou seja, nas suas próprias palavras, "dela conhecemos somente as edições correspondentes aos primeiro e segundo números publicados a 14 de junho e em julho de 1833". Do mesmo modo, estudos da década de 60 do século XX, como *Textos que interessam à história do romantismo*, de José Aderaldo Castello (1963), ou *O romantismo*, de Soares Amora (1967), não tiveram acesso aos seis volumes lançados da *Revista da Sociedade*

Filomática, os quais só foram resgatados e publicados, em edição fac-similar, em 1977.

Pessanha Póvoa (1964, p.111), da Sociedade Ensaio Filosófico Paulistano, resumiu, certa vez, o papel dessas associações da seguinte maneira: "das academias, onde o vício ainda não tem manchado o coração, onde a intriga e a perfídia não têm com presteza ensaiado seus dramas, é que a verdade deve ir inconcussa guiar a multidão incauta e ignorante". Para ele, era das associações que deveriam "sair aptidões para dirigirem o destino das sociedades" (ibidem). Almeida Areias (1848, p.53), com as mesmas concepções, tempos antes, em um discurso proferido em comemoração ao 30º aniversário da Faculdade de Direito, anunciava: "as instituições são a pedra de toque da civilização de um povo – as científicas e literárias num país livre são os documentos irrefragáveis da sua ilustração".

As sociedades literárias paulistanas surgidas no século XIX, juntamente com os seus periódicos, foram, pode-se dizer, centros de propagação da literatura e de uma consciência crítica que deveria orientar a nossa criação literária, especialmente no sentido de definir a sua nacionalidade. Além de instruírem os jovens escritores, esses grêmios ainda possibilitaram a conquista de espaço pela mocidade que estava despontando, pois cada sociedade tinha a sua voz na imprensa. Todavia, uma análise mais detida dos escritos dessas associações literárias será feita nos próximos capítulos deste estudo, quando então mapearemos o que foi publicado nesses periódicos e exploraremos o papel dessas agremiações na formação do escritor brasileiro. Passemos, agora, às associações literárias do Rio de Janeiro ou às tentativas malogradas de associações até a realização da empreitada maior dos letrados gregários, a Academia Brasileira de Letras (ABL).

As associações literárias da capital do país

Em 18 de agosto de 1838, na sessão do conselho administrativo da Sain, o primeiro-secretário, marechal Raimundo José da Cunha

Mattos, leu uma proposta, assinada por ele e também pelo secretário adjunto, o cônego Januário da Cunha Barbosa, pedindo a aprovação da assembleia geral para a criação de um IHGB. Justificavam o empreendimento da seguinte maneira:

> [...] sendo inegável que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, [...] é evidente que em uma monarquia constitucional [...] são as letras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquelas que, versando sobre a história e geografia do país, devem ministrar grandes auxílios à pública administração e ao esclarecimento de todos os brasileiros. Por isso, os abaixo assinados, membros do conselho administrativo da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, conhecendo a falta de um Instituto Histórico e Geográfico nesta Corte, que principalmente se ocupe em centralizar imensos documentos preciosos, ora espalhados pelas províncias, e que podem servir à história e geografia do Império, [...] desejam e pedem sua pronta instalação. (Mattos; Barbosa, 1908, p.5-6)

Três dias depois, em 21 de agosto de 1838, tendo como modelo o Institut Historique de Paris (1834), estava fundado o IHGB, sob a proteção da Sain. A agremiação, a princípio, funcionou no salão onde a Sain costumava fazer suas sessões e lá foram aprovados os estatutos e estabelecida a primeira diretoria. Foram eleitos: presidente, o senador José Feliciano Fernandes Pinheiro – visconde de São Leopoldo –; vice-presidentes o marechal Cunha Mattos e o conselheiro Araújo Vianna, que também passariam a ocupar os cargos de diretor da sessão de geografia e diretor da sessão de história, respectivamente; primeiro-secretário o cônego Januário da Cunha Barbosa; segundo-secretário o Dr. Emílio Joaquim da Silva Maia; orador oficial o major Pedro de Alcântara Bellegarde; e tesoureiro o Dr. José Lino de Moura (cf. Mattos; Barbosa, 1908, p.8). Entre os fins e os objetivos da instituição, estabelecidos pelo capítulo 1º do estatuto de 1838, estavam: "coligir, metodizar, publicar ou arquivar

os documentos necessários para a História e a Geografia do Império do Brasil"; "promover os conhecimentos destes dois ramos filológicos por meio do ensino público"; "sustentar correspondência com sociedades estrangeiras de igual natureza"; ramificar-se "nas províncias do Império para mais fácil desempenho dos fins que se propõe"; e publicar "de três em três meses um folheto [...]" ("Extratos dos estatutos...", 1839, p.18), que seria a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB), lançada a partir de 1839.

Assim sendo, o secretário adjunto Januário da Cunha Barbosa (1839, p.9), que não obtivera êxito na tentativa de criação de uma academia de ciências e artes em 1821, comemorava, em discurso, a nova e bem-sucedida empreitada:

> Não se compadecia já com o gênio brasileiro, sempre zeloso da glória da pátria, deixar por mais tempo em esquecimento os fatos notáveis da sua história, acontecidos em diversos pontos do Império, sem dúvida ainda não bem designados. Eis o motivo, Senhores, porque dois membros do conselho da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, e também sócios do Instituto Histórico de Paris, participando dos generosos sentimentos dos nosso literatos, se animaram a propor a fundação de um Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que sob os auspícios de tão útil quanto respeitável sociedade curasse de reunir e organizar os elementos para a história e geografia do Brasil [...]. Esta proposta, vós o sabeis, Senhores, foi coroada do mais feliz sucesso e de uma geral aprovação como se esperava do patriotismo e amor das letras que animam os beneméritos membros da Sociedade Auxiliadora.

O IHGB iniciou seus trabalhos com 27 personalidades, tendo apenas um professor como sócio: o médico Joaquim Caetano da Silva (1810-1873), que lecionava no Colégio Pedro II. A grande maioria dos fundadores da associação era constituída por políticos, cujas biografias, muitas vezes, se confundiam com a própria trajetória do Estado imperial.

Na primeira sessão da recém-criada associação, em 1º de dezembro de 1838, Januário da Cunha Barbosa apresenta a proposta de indicar o jovem imperador D. Pedro II como protetor do IHGB. Feito o convite, o monarca não hesitou em aceitá-lo, tornando-se, a partir de então, um eufórico incentivador das atividades da casa.[19] Logo em seguida, foi publicada a primeira edição da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB) e a capa já trazia os seguintes dizeres: "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, fundado no Rio de Janeiro, debaixo da proteção de S. M. I. o senhor D. Pedro II".

Desde o início, o Estado teve um papel significativo na instituição, financiando cerca de 75% das verbas do IHGB, e, com o passar do tempo, as relações de D. Pedro II com a instituição foram ficando cada vez mais estreitas. Em 1849, a associação ganha uma nova casa cedida pelo monarca no terceiro andar do Paço, ao lado da Capela Imperial, e D. Pedro II passa a frequentar com assiduidade as reuniões da associação, presidindo mais de 500 sessões. Havia, no entanto, a preocupação de seus membros em não definir a instituição como oficial, mas fundamentalmente como uma instituição científico-cultural, ou seja, o epíteto de "oficial" era compreendido como uma contradição em relação às suas motivações de erguer um órgão neutro politicamente e exclusivamente dedicado ao seu caráter científico (cf. Guimarães, 1988). Todavia, a ajuda do monarca sempre foi solicitada e bem recebida.

O IHGB, nesse tempo, afirmou-se como um centro de estudos bastante ativo, favorecendo a pesquisa literária, estimulando a vida intelectual e funcionando como um elo entre a intelectualidade e os meios oficiais, tornando-se inclusive uma espécie de porto seguro para os homens de letras (Schwarcz, 1998, p.127). Essa instituição pode ser vista como um marco na concepção de um novo tipo de agremiação no Brasil, sendo o empreendimento cultural mais bem-sucedido do Império brasileiro, por sua organização, pelo papel de

19 Sobre o papel de D. Pedro II como mecenas da cultura nacional, ver Schwarcz (1998), Guimarães (1995) e Guimarães(1988).

sua revista e, ainda, por sua permanência ao longo do tempo.[20] Os escritos da década de 1860, pois, já resumiam o IHGB da seguinte maneira: "à frente de todas as associações literárias, prosseguiu em sua marcha civilizadora; à sombra do septo imperial, cresce e prospera esta mimosa planta transmigrada para os jardins da América" (*Revista Popular*, 1859, p.430).

Sobre ser o IHGB uma instituição com aspirações também literárias, é importante destacar que, malgrado em menores proporções, as questões literárias sempre foram discutidas ao lado dos temas históricos e científicos. Muitas informações preciosas sobre figuras da literatura brasileira desde os tempos coloniais encontram-se nos volumes da sua revista e literatos de talento fizeram parte de tal agremiação. A RIHGB, desse modo, foi fonte relevante da história da literatura nacional oitocentista e teve papel sobremodo importante no desenvolvimento da nossa literatura. José Veríssimo (1977, p.47), por exemplo, afirmou que o IHGB "foi um bom elemento de produção literária no momento da sua fundação e ainda por anos depois".

Durante o Império, o IHGB promoveu duas tentativas de criação de uma Academia de Literatura como parte integrante dessa instituição. A primeira data de 1847, quando na 168ª sessão foi submetida uma proposta de fundação, sob os seus auspícios, de uma sociedade que se ocupasse "especialmente das Belas-Letras, dividida em três seções: a primeira de literatura propriamente dita, subdividida em prosa e poesia; a segunda de linguística; a terceira de arte dramática". Depois de longa discussão sobre essa proposta, resolveu o IHGB ouvir o parecer de uma comissão especial composta por Joaquim Caetano da Silva e Francisco de Salles Torres Homem, frei Rodrigo de S. José, Manoel de Araújo Porto Alegre e Francisco

20 Uma historiografia inteira de peso já destacou o papel do IHGB. Desde os primeiros como o trabalho do secretário-geral Max Fleiuss, "A história do instituto através de sua revista", passando pelo estudo de Manoel Luís Salgado Guimarães (1988), "Nação e civilização nos trópicos", até a tese de Lucia Paschoal Guimarães (1995) publicada na revista do IHGB, "Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial", todos destacaram a importância dessa instituição para preservação da memória e a construção da história do Brasil.

Manoel Raposo de Almeida ("168ª Sessão em 10 de junho de 1847", 1896, p.278-9). Doze dias depois, em 22 de junho, na 170ª sessão, leu-se o seguinte parecer dessa comissão encarregada da análise:

> Muito vantajoso parece à comissão fundar-se desde já proposta sociedade; e muito honroso para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro erguer-se sob seus auspícios criação tão importante, assim como ele foi criado sob os da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: gloriosa sucessão de patrióticos empenhos.
>
> E não só aprova a comissão a parte essencial da proposta, mas também a indicada divisão nas três seções de literatura propriamente dita, linguística e arte dramática.
>
> Unicamente a respeito do título, que é na proposta o de Instituto literário, mais próprio pareceria à comissão o de Academia de literatura brasileira. ("170ª sessão em 22 de junho de 1847", 1847, p.291)

A julgar pela sentença da comissão sobre a pertinência de tal academia, parecia que o projeto seria colocado em prática rapidamente. Os analistas chegaram até a afirmar no fim da sessão: "fazendo-lhes ciente que o Instituto empregará todos os seus esforços em prol da útil empresa literária que se vai encetar sob seus auspícios, augurando-lhe desde já brilhante porvir, visto ser movida unicamente pelo amor das letras e da pátria" ("170ª Sessão em 22 de junho de 1847", 1847, p.291-2). Todavia, não passou de uma proposta.

Na sessão de 24 de maio de 1878, 30 anos depois, o segundo-secretário leu uma outra proposta:

> [...] sendo necessário que se vá organizando o mundo científico e literário brasileiro, para que haja auxílio recíproco em seus trabalhos, proponho que este Instituto Histórico nomeie uma comissão, que será encarregada de organizar e instalar uma associação literária, que será denominada *Academia das Letras Brasileiras*. (Figueiredo, 1878, p.385)

Assim como a primeira, entretanto, essa ideia de criação de uma instituição literária como parte integrante do IHGB não teve muito sucesso e acabou por se tornar somente uma cogitação.

O crítico literário Brito Broca (1991), a esse respeito, chegou a mencionar a possibilidade de não ter surgido uma academia literária durante o Império em razão de o IHGB suprir as necessidades dos letrados. Segundo Broca (1991, p.71), "uma sociedade puramente literária amparada pelo Imperador tornava-se, porém, mais difícil, pois teria, por natureza, uma feição mais atuante que o Instituto", ou seja, o IHGB iria perder grande parte de seus sócios, tendo em vista a quantidade de literatos nos seus quadros. Desse modo, uma academia de letras aos moldes do IHGB no Brasil daquele tempo não teria espaço em razão do número insuficiente de intelectuais para compor os quadros de duas instituições.

Anos antes do IHGB e com menores ambições, surge no Rio de Janeiro a Sociedade Literária. Apesar da pouca informação, sabe-se que esse grêmio foi criado em 1º de fevereiro de 1833 e tinha como objetivo publicar vários tipos de obras, desde livros de instrução e de recreio até composições novas, traduções e mesmo reimpressões; contudo, eram vetadas as publicações de escritos que tratassem de assuntos políticos e fossem despidos de moral. Seus estatutos foram formulados por Antônio do Carmo Pinto de Figueiredo, Antônio Luiz Fagundes e Narciso José de Souza Lameira. Essa associação teve existência razoavelmente longa e, dez anos depois de sua fundação, em 16 de agosto de 1843, recebeu a proteção do monarca Pedro II e passou a vincular o retrato do imperador às suas publicações.

Não foram poucas, a propósito, as tentativas de criação na capital do Império de associações literárias de caráter nacional. No dia 4 de dezembro de 1859, na sala da Sociedade Propagadora das Belas-Artes, alguns moços do comércio, "sequiosos de instrução e luzes", reuniram-se a convite de três colegas seus para criar a Sociedade Brasileira Ensaios Literários. Tendo à frente Feliciano Teixeira Leitão, José Antônio de Almeida e Cunha e João Sílvio de Moura, esses homens almejavam atender à necessidade que a "classe caixeiral brasileira" sentia "de uma associação onde pudesse nas horas

vagas instruir-se e desenvolver o seu espírito" (*Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*, n.2, 1865). Em sessão magna, em 31 de dezembro de 1873, comemorativa do 14ª aniversário da inauguração da sociedade, o então presidente Jerônimo Simões (1831-1917) (1874, p.39) profere tal discurso:

> Possuído de grande e nobre sentimento de estima e culto pelas letras; convencido de sua elevada missão no seio da humanidade; certo de quanto valem as inteligências esclarecidas pela instrução; desejando e amando o engrandecimento da literatura no Brasil como todos os progressos da civilização; um punhado de mancebos de profissões diferentes, [...] tirando ao repouso os momentos que lhe restam de seu quotidiano trabalho, dispôs-se a aprender e ensinar, lendo, escrevendo, meditando e questionando, na biblioteca, na tribuna e na imprensa.

Estudos posteriores sobre essa associação defendem, nesse sentido, que o verdadeiro objetivo da "classe caixeiral brasileira" era firmar-se intelectualmente perante a "classe caixeiral portuguesa", que só aceitava os patrícios, defendendo uma posição político-nacionalista que admitia somente, assim como seu rival, a naturalidade brasileira.[21]

Se era afirmação perante os portugueses ou se era necessidade de instrução pouco importa, antes interessa dizer que a Ensaios Literários destacou-se pela sua ação ante os jovens do comércio e pela sua revista, intitulada *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*. No primeiro volume da revista, de junho de 1863, seus membros já afirmavam:

> O periódico é o boletim de cada dia em que se escrevem as pulsações do coração da sociedade; é o estudo das instituições, dos costumes, das crenças, das luzes de cada hora na vida social,

21 Sobre tais motivações que levaram ao surgimento da Sociedade Brasileira Ensaios Literários, ver Martins 1977, v.3, p.185).

> considerada em todas as suas fases; ele afasta todas as decadências, alenta todos os sãos princípios, e prepara, fecunda, dirige e coroa as revoluções do mundo. ("Introdução", 1863, p.4)

Com esses desígnios, foram lançados ricos trabalhos sobre poesia, literatura e crítica literária, os quais serão mais bem explorados nos próximos capítulos. O grupo da Ensaios Literários, portanto, batalhava por um espaço no meio literário; eram, pois, "moços de talento" lutando por um lugar no disputado e rarefeito palco das letras.

A Imperial Sociedade Amante da Instrução, já mencionada, no quinto aniversário da Sociedade Brasileira Ensaios Literários, proclamava, na voz de seu orador Antônio Álvares Pereira Coruja (1865, p.375), que esses dois grêmios eram "elos da grande cadeia científica e literária que eleva o homem moral ao templo da Glória", ou seja, "se nós, senhores, ensinamos a infância a dar os primeiros passos no caminho das letras, vós procurais desenvolver a inteligência". A relação entre reunir-se e ilustrar-se, desse modo, fica cada vez mais patente no discurso desses letrados. A duração dessa sociedade foi relativamente longa, editando sua revista até 1874, porém, se comparada à Imperial Sociedade Amante da Instrução, que permanece até os nossos dias, sua vida não foi tão duradoura assim.

Outra tentativa de criação de uma instituição nacional se deu depois da morte de José de Alencar, em 14 de dezembro de 1877. Nesse mesmo dia, logo após o enterro do romancista, vários escritores, entre eles Franklin Távora, Francisco Otaviano, Machado de Assis, Joaquim Serra e Visconde de Taunay, reuniram-se ali mesmo, num dos cantos do cemitério, e decidiram fundar a Associação dos Homens de Letras. Com rapidez, no outro dia, aparecia nas páginas da revista *Ilustração Brasileira* (1877, p.125) a notícia:

> Ontem no cemitério de São Francisco Xavier, ao dar-se à sepultura o cadáver de José de Alencar, o Sr. Conselheiro Otaviano, comentando em conversação com alguns outros homens de letras, a falta de uma associação que lhes servisse de nexo, ideia que

> preocupava também o espírito do ilustrado finado, nestes últimos anos, propôs-lhes que ali mesmo, à beira daquela sepultura, e como homenagem a José de Alencar, se obrigassem a regularizar no mais breve prazo a referida associação, dando-a logo como fundada.

Essa primeira tentativa, contudo, em local um tanto quanto impróprio e justificada como homenagem à perda do ilustre José de Alencar, não obteve resultados positivos. Três anos depois, então, o mesmo conselheiro Francisco Otaviano anuncia a fundação, também fracassada, da Associação dos Homens de Letras. A proposta do conselheiro Otaviano foi recebida com pouco entusiasmo pelos mais velhos e conhecidos escritores e com hostilidade pelos jovens letrados – principalmente por um grupo de "novos" escritores reunidos em torno da revista *A Gazetinha*.[22] Liderados por Artur Azevedo e Fontoura Xavier, esses "novos" lançaram notas humorísticas, como, por exemplo: "a convite do Sr. Conselheiro Otaviano, fundou-se no Brasil a Associação dos Homens de Letras. É interessante isso! Associação dos Homens de Letras! Mas onde estão esses homens de Letras?" ou mesmo "Essa associação, ao que parece, é uma segunda edição do Instituto Histórico. O Sr. Machado de Assis foi roubado: escapou da primeira e caiu na segunda" (cf. Aguiar, 1997, p.308).

Em 30 de agosto de 1883, na terceira tentativa liderada por Franklin Távora, era fundada, enfim, a Associação dos Homens de Letras do Brasil. Na sessão solene, ocorrida na sede do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, estiveram presentes figuras ilustres como o imperador D. Pedro II, a princesa Isabel, o conde d'Eu, o escritor argentino e diretor da *Nueva Revista de Buenos Aires*, Ernesto Quesada e seu pai Vicente Quesada,[23] além de inúmeros literatos

22 Acerca dessa ideia de disputa entre jovens e velhos escritores na criação da agremiação, ver Aguiar (1997).

23 Aguiar (1997, p.313) destaca que "como no íntimo de Távora ainda ressoavam os ecos da fracassada Associação dos Homens de Letras do Brasil que fundaram seus amigos no dia do enterro de José de Alencar, ocorreu-lhe a ideia de utilizar a homenagem aos dois ilustres argentinos, animadores das letras e também

brasileiros que figurariam posteriormente tanto na ABL quanto na *Revista Brasileira*, como Visconde de Taunay, Sílvio Romero, Machado de Assis e Arthur Azevedo. Na ocasião, o presidente da comissão, o conselheiro José Manuel Pereira da Silva (apud Aguiar, 1997, p.317), proferiu o seguinte discurso inaugural:

> Senhoras e senhores: compreendemos desde há muito tempo a necessidade de fundar no Brasil uma Associação composta exclusivamente de homens de letras, arrancando-os, dessa forma, da dispersão e do isolamento em que viviam, congregando-lhes suas forças para que desenvolvam melhor e, codificando-lhes os seus deveres e direitos na persuasão de uma classe tão respeitável como essa...

Com esses anseios de união dos homens de letras, a agremiação buscava, inclusive, a regulamentação do escritor brasileiro e a profissionalização literária, ou seja, nas palavras do fundador Franklin Távora (apud Aguiar, 1997, p.319), "a associação lhes pedirá simplesmente uma lei que regule as relações entre o autor, o tradutor, o livreiro-editor e o empresário dramático. Há de pedir-lhes também a revisão das tarifas aduaneiras". Apesar desse primeiro momento de euforia, a sociedade durou pouco, desaparecendo logo em seguida. E, frustrada mais essa tentativa, Távora (apud Aguiar, 1997, p.322) escreveu a José Veríssimo ilustrando o problema:

> Pergunta-me pela Associação dos Homens de Letras?
>
> Morreu. *Mortius est pintus in casca*. Hostilizada inicialmente na Corte, mal recebida nas províncias, como poderia subsistir? Pareceu-me, quando tive a ideia, que poderia fazer qualquer coisa no interesse das letras; enganei-me a olhos vistos.

---

escritores, realizada naqueles dias, para refundar a Associação. Possivelmente só assim atrairia a atenção de seus pares e das autoridades máximas do Brasil, inclusive a Família Real".

Ainda sobre essa preocupação que relacionava associação e profissionalização do escritor, nos primeiros dias da República se deu outra fracassada iniciativa, quando Pardal Mallet publicou no *Correio do Povo* uma série de artigos chamando a atenção para a necessidade de fundar-se no Rio de Janeiro uma sociedade capaz de defender os direitos dos escritores. Durante a monarquia, é sabido, não surgiu nenhuma lei que regulasse os direitos autorais, sendo possível publicar obras de autores brasileiros e mesmo traduzir obras estrangeiras sem pagar qualquer direito autoral.[24] Os artigos de Mallet geraram alguns comentários antipáticos na *Gazeta de Notícias*, a qual julgou exagerada a análise da questão da falta de proteção literária. Mallet, com sua índole polemista, não tardou em responder, destacando que o centro da questão consistia não em dar dinheiro a literatos, mas sim em desenvolver os meios de produção literária. Seus esforços, pois, surtiram alguns resultados, e, em 15 de maio de 1890, o *Correio do Povo* noticiava a fundação e lançava os estatutos da Sociedade dos Homens de Letras (cf. Mallet, 1890; Broca, 1991, p.133-8).

Entre os objetivos dessa sociedade, estavam: "conseguir do governo brasileiro uma lei regulando os direitos editoriais"; "socorrer, a juízo da diretoria, os que sendo reconhecidamente homens de letras caírem na indigência, ou às suas famílias, em caso de morte"; "influir para a publicação de obras de reconhecido mérito escritas pelos sócios"; "estabelecer as condições para um fundo social"; e "estabelecer direitos, entre os quais, o de encarregar-se a sociedade da cobrança dos honorários dos sócios" (cf. Broca, 1991, p.136-7). Esse grêmio literário seria formado por homens de letras como Valentim Magalhães, Aquiles Varejão, Olavo Bilac, Aluísio Azevedo, além de uma diretoria que seria composta por Ferreira de Araújo, Machado de Assis, José do Patrocínio, Emílio Rouède, Alcindo Guanabara e o idealizador, Pardal Mallet. Entretanto, essa tentativa não passou de um projeto malogrado.

24 Sobre a profissionalização do escritor brasileiro, ver Lajolo e Zilberman (1996).

Mais uma ideia da fundação de uma academia de letras, agora, no entanto, já entrando nos primórdios da ABL, surgiu, em 1889, com Medeiros de Albuquerque. Nesse tempo, Medeiros de Albuquerque tinha assumido uma diretoria do Ministério do Interior e era o encarregado de fazer o orçamento do ano seguinte do novo governo. Nas suas próprias palavras: "Como a minha diretoria era precisamente a da instrução pública, pensei em aproveitar a ocasião e incluir no orçamento a verba para uma Academia Brasileira, que seria criada pelo governo. Preparei os estatutos e submeti o caso a Aristides" (Albuquerque apud Neves, 2008, p.38-9). No dia em que Medeiros de Albuquerque foi entregar a proposta ao ministro do Interior Aristides Lobo, adentrou pelo gabinete Lúcio de Mendonça, que era secretário do ministro da Justiça, Campos Salles. Disse Medeiros de Albuquerque (apud Neves, 2008, p.38-9) que, quando Lúcio chegou, Aristides "submeteu-lhe o caso: – O Medeiros quer que nós fundemos uma Academia". Mas, pouco tempo depois, Aristides deixou o Ministério e Medeiros saiu da Secretaria do Interior, achando que havia perdido a oportunidade de fundar uma academia de letras.

Essa primeira tentativa de criação da academia por um ato oficial não teve sucesso. Sete anos mais tarde, então, o já membro do Supremo Tribunal Federal, ministro Lúcio de Mendonça, resolveu reavivar a ideia, traçando, dessa vez, um plano mais elaborado. Para tanto, escreveu a Alberto Torres solicitando o empenho desse ministro do Interior em acolher seu projeto de fundação de uma academia de letras. E, em 12 de novembro de 1896, na seção "Cartas Literárias" de *O Estado de S. Paulo*, sob o título "Academia de Letras", anunciava:

> Não se afigure, pois, estranha a fundação de uma Academia de Letras em plena República [...]. É bem certo que, na forma da lei, podíamos constituir-nos extra-oficialmente; mas não é mau, antes convém, por mais de uma razão, que sejamos instituto oficial: (1) como se trata do "culto externo" da Arte, torna-se indispensável tal ou qual solenidade, que faltaria à associação livre; (2) tentativas

> desta última forma têm falhado, umas após outras, o que já é boa razão para ensaiar coisa diversa; (3) a feição oficial impressiona mais e melhor [...] a generalidade do público, assegurando aos homens de letras outro respeito, que, numa civilização imperfeita como a nossa, ainda não conseguem plenamente pelo esforço individual ou das meras sociedades literárias [...]. (Neves, 2008, p.43)

Nesse longo extrato da carta, Lúcio de Mendonça estava preocupado em incitar o Estado a patronear a fundação de uma academia literária, pois, segundo ele, uma instituição oficial impressionaria mais o público e possibilitaria uma academia mais duradoura, já que as tentativas de associações livres falharam todas.

Frustradas essas iniciativas oficiais, os literatos por trás da campanha de Lúcio de Mendonça e os frequentadores do chá das cinco da redação da *Revista Brasileira* – entre outros, Machado de Assis, José Veríssimo, Coelho Neto, Visconde de Taunay e Joaquim Nabuco – resolveram, então, dar continuidade ao projeto acadêmico por sua própria conta e risco. E Mendonça, assumindo outro discurso, buscou mostrar, e obteve sucesso, "que o pensamento, para triunfar, prescinde da chancela dos governos" (Campos, 1928, p.X). E na tarde do dia 20 de julho de 1897, numa sala do Pedagogium, respeitado colégio da capital federal, a considerada fina flor da intelectualidade brasileira, composta por 16 escritores, poetas, gramáticos, historiadores, dramaturgos e críticos literários, encontrou-se para dar início à sessão inaugural da ABL. Foi empossada, então, a sua primeira diretoria: Machado de Assis (presidente), Joaquim Nabuco (secretário-geral), Rodrigo Octavio e Silva Ramos (secretários) e Inglês de Sousa (tesoureiro) (cf. Campos, 1928, p.XI; Rodrigues, 2001).

A criação dessa tão almejada academia de letras no Brasil põe fim ao nosso mapeamento das associações literárias fundadas no Oitocentos brasileiro. Esse panorama geral, até certo ponto dispersivo, por destacar desde agremiações de naturezas diversas até associações literárias, mostrou-se necessário para fornecer ao leitor uma visão ampla e detalhada desse movimento associativo do Brasil

oitocentista. A esse respeito, não era nosso propósito aqui tentar apresentar todas as associações literárias de São Paulo e do Rio de Janeiro, mas sim mostrar os modelos de associação fundados no país e o papel das associações no processo de formação da cultura nacional. Moreira de Azevedo (1885, p.321), que partilhou dessa forma de sociabilização dos letrados, resume o papel das associações do seguinte modo: "dizer as sociedades que houve em um período é quase descrever a vida, o movimento social, o tributo literário, a atividade intelectual, o adiantamento, a reunião de esforços, a condensação de luzes e a civilização da nação nessa época". Essas "oficinas chamadas sociedades", continua Azevedo (1885, p.321), "utilizam o mútuo auxílio, estabelecem a consulta recíproca, o conselho permanente, a vigilância coletiva e patenteiam a força, a vida e a história da nação".

Se podem ou não ser vistas como sínteses de uma época ou até espelho de uma sociedade, é temerário afirmar. O propósito deste capítulo foi apenas mostrar que o despertar de um certo espírito associativo tornou possível a criação e a consolidação da cultura escrita, bem como foi fundamental para erigir o monumento da literatura brasileira; peças fundamentais na constituição da cultura nacional. Além de atuarem como veículos de reunião da intelectualidade e organização dos letrados, essas agremiações produziram conhecimentos úteis em diversos ramos do saber e contribuíram para a formação de homens que, até certo ponto, se tornaram guias deste país. Nesse processo, faltava ainda uma instituição maior que respondesse pela literatura, a qual, como vimos, só foi criada em 1897, quando então vem a lume a ABL, já no período republicano.

Terminado esse percurso pelo gosto por associar-se dos letrados oitocentistas, vejamos agora os dispositivos de desenvolvimento e preservação do tal espírito de associação presente nas páginas dos periódicos das associações literárias e as formas de organização das sociedades literárias surgidas em São Paulo e no Rio de Janeiro no século XIX.

2
O pulsar das associações literárias

"Associação! Tal é o destino da Humanidade. Tal a convicção universal, espontânea e instintiva do gênero humano." (*Revista da Sociedade Filomática*, 1833)

Em 1862, Augusto Emílio Zaluar, nos relatos sobre sua viagem pela província de São Paulo, publicados em *Peregrinações pela província de S. Paulo (1860-1861)*, declara que, se há muito tempo o espírito de associação literária vinha se desenvolvendo "vantajosamente entre os estudantes de S. Paulo, cumpre confessar que hoje sobretudo esta tendência, favorável estímulo do talento, está em um dos seus períodos de mais bela plenitude". Os amigos das letras, continua o escritor e jornalista, "não têm arrefecido no seu culto, e, seja dito em abono do presente, é esta uma importante garantia do futuro" (ibidem). A impressão de Zaluar (1862) sobre o desenvolvimento de um espírito associativo entre os letrados vinha engrossar um coro que, àquela altura da vida intelectual não só paulista mas também brasileira, conforme apontado no capítulo anterior, já não era pequeno. Da Sociedade Filomática à futura Academia Brasileira de Letras (ABL), primeira associação literária de âmbito nacional, praticamente todas as agremiações literárias empenharam-se de

alguma forma, como veremos ao longo deste capítulo, em destacar a importância do espírito associativo para as letras e para o país.

Partindo da percepção dos homens daquele tempo sobre a função dessas entidades associativas e o despertar de um gosto por agremiar-se, o primeiro volume da *Revista da Sociedade Filomática*, a propósito, trazia na sua introdução, assinada por Carneiro de Campos, Bernardino Ribeiro e Silveira da Mota (1977), um histórico sobre o surgimento desse espírito associativo. Para os autores, "o gérmen do espírito de associação comprimido por tanto tempo só produziu seus frutos no século 16, neste período em que a Sociedade humana tomou na Europa uma forma definitiva [...] e marchou rápida para um fim preciso" (ibidem, p.4). Declaram, nesse sentido, que a Grécia, mesmo que tenha sempre sido tomada como ponto de partida da "marcha progressiva do homem social", nunca vira reuniões de homens instruídos, "tudo lá era individual, reputações, erros, e conceitos" (ibidem, p.6). Não negam os nossos letrados a existência de associações gregas, contudo eram associações "de um mestre só", ou melhor, eram escolas centradas na figura de um só homem, em que reinavam doutrinas predominantes. Segundo os estudiosos da Filomática, nesse tipo de reunião, presidida, entre outros, por Pitágoras, Platão e Aristóteles, "ensinava-se, não se discutia, e sabe-se que o livre combate das ideias opostas é o cadinho único onde a verdade se apura, e se reveste de seu brilhantismo" (ibidem, p.8). Com esse tipo de consideração, destacando o que não se queria, esses homens de letras começavam, assim, a delinear o que deveriam ser as associações para servir ao desenvolvimento do país.

E somente no século XVI, de acordo com Campos et al. (1977, p.11), quando "o gênio começou a entender qual era sua devida destinação" – esclarecer os homens e concorrer com eles para o seu bem geral – e os sábios começaram "a trabalhar de concerto na grande obra da regeneração do espírito humano", foi dado o primeiro passo que concorreu positivamente para o espírito associativo. A partir de então, "associações fortes e permanentes" passaram a se estabelecer por toda a parte, fortalecendo o seguinte pensamento: "poucos

indivíduos podem por si dar melhoramentos ao homem; portanto grande número se reúna para produzi-los" (ibidem).

Ao realizarem esse histórico, ou melhor, ao construírem uma narrativa retrospectiva empenhada em relacionar progresso e coletividade, como no seu tempo se tornava imperativo, graças aos ideais ilustrados, os letrados da Filomática buscaram denunciar a carência de associações no Brasil naquela década de 30 do Oitocentos. Nosso país, segundo eles, no que se refere às agremiações – tirando as "não poucas políticas em vários pontos do império" –, apenas pode mencionar a Sociedade de Medicina, algumas destinadas à Instrução Pública no Rio de Janeiro e a de Agricultura na Bahia. Muito poucas, portanto. A grande deficiência, pelo diagnóstico dos autores, devia-se a um vício remoto, a falta de continuidade, ou seja, desde 1780, quando se intentou formar uma Arcádia no Rio de Janeiro, "tudo tem ficado em projeto, nada tem progredido" (ibidem, p.14). E era justamente esse quadro, em que ao arrebatamento não correspondia uma igual persistência, que os membros da Sociedade Filomática buscavam alterar, ou seja, "este universal atraso, que prova quanto é necessário derramar-se entre nós as ideias de associação e seus benignos efeitos, devia animar mesmo francas capacidades a aventar alguma empresa; e [foi] o que sucedeu" (ibidem). Na percepção desses homens, portanto, a Sociedade Filomática viria fundar uma postura associativa ou redefinir a frágil postura que antes se tinha anunciado.

No primeiro aniversário da Associação Tributo às Letras, em 1864, no relatório anual da instituição, Manoel Gomes Tolentino (1864, p. 36), do mesmo modo, reafirma o valor das agremiações anunciando que "no vasto altar do patriotismo as inteligências comungam e a fé no espírito de associação se manifesta no simbólico aperto de mão da fraternidade". O tom emotivo, característico dos balanços das sociedades literárias do tempo, era ainda mais comovente por apelar para relações com os ideais que se firmavam no período: pátria e letras. A intencionalidade de tal relação vinha justamente comungar com os princípios divulgados naquele tempo, especialmente depois da independência do Brasil. Assim, por meio

do espírito associativo, continua o secretário dessa agremiação, "o princípio de união alia-se ao amor ardente da Pátria e sobre tão sólidos alicerces e tão larga base se ergue o edifício das associações literárias, a origem de uma explica-se pela de todas" (Tolentino, 1864, p.36). As letras são, *grosso modo*, aquelas compromissadas em fixar a memória de uma nação cujos percalços, ao contrário de serem observados pelo seu aspecto negativo, eram lidos como desafios de uma história cujo fim seria promissor. E a pátria de que Tolentino (1864) fala é, pelo que se depreende de seu balanço, a mesma anunciada por Gonçalves de Magalhães (1978, p.152), quando este analisa a situação da literatura em 1836:

> [...] uma só ideia absorve todos os pensamentos, uma nova ideia até ali desconhecida, é a ideia de Pátria; ela domina tudo, tudo se faz por ela, ou em seu nome. Independência, Liberdade, instituições sociais, reformas, política, enfim, tais são os objetos, que atraem a atenção de todos, e os únicos, que ao povo interessam.

Semelhante teleologia vai se delineando também em outros discursos comemorativos e ganhando componentes que a engrandecem e fornecem-lhe conteúdo. Uma outra pitada de exaltação aos grêmios literários é lançada por Luiz Paulo dos Santos Macedo Ayque (1865), membro da Sociedade Propagadora das Belas-Artes. Em discurso lido no aniversário da Sociedade Ensaios Literários do Rio de Janeiro, em 1865, o fervoroso associado recorda uma peça que, naquele tempo, parecia depender inegavelmente do espírito de corpo: o avanço, o desenvolvimento, a civilização. Declara ele que tal prática associativa, que despertou no alvorecer do século XIX, "abriu caminho, gigante e impávido, na arena da civilização" (ibidem, p.457). O espírito de associação, prossegue, "é um elemento da vida", pois as associações literárias "são os estádios em que se experimentam as forças do espírito, em que o talento pela unção do trabalho empluma as asas para voos da posteridade!" (ibidem, p.460). E continua: "as instituições literárias, Senhores, são escolas ao povo que lhes colhe a educação; são horizontes abertos à perfeição

intelectual destes mancebos de hoje que serão a vanguarda dos sábios e dos filósofos do declínio deste século" (ibidem, p.461). Na posição do orador, posição partilhada pelas demais associações, às sociedades literárias era atribuído um papel pedagógico e proposto um empenho no desenvolvimento da cultura escrita da nascente nação.

Vejamos, agora, depois de anunciarmos as aspirações projetivas de pactos coletivos em prol da construção da nação e os depoimentos denunciadores da presença de um certo espírito associativo, os dispositivos de desenvolvimento e de continuidade das sociedades literárias, bem como as formas de organização dessas entidades surgidas em São Paulo e no Rio de Janeiro, entre 1833, ano de surgimento da Sociedade Filomática, e 1897, data de fundação da ABL.[1]

Associar-se e ilustrar-se

Em 1832, alguns estudantes e professores da Academia de Direito de São Paulo, aproveitando o clima favorável à fundação de agremiações que mencionamos no capítulo anterior, reuniram-se para criar a Sociedade Filomática:

> [...] alguns Mancebos ainda no tirocínio, atentando a todas as expendidas considerações de glória, e de utilidade pública, e particular, formaram uma Associação que intitularam Filomática. Foi seu fim criar um pequeno centro de luzes dispersas [...] e incitar maiores capacidades a reunirem-se para proveito geral. [...] O órgão da Sociedade é a Revista Filomática, que agora aparece. Seu timbre e sua única meta serão – coadjuvar a marcha lenta, mas

1 É importante mencionar que tal análise foi feita tendo como base as informações contidas nos periódicos publicados pelas associações literárias, em razão dos poucos ou quase inexistentes estudos sobre esse tema. Esses periódicos perpetuam, até os nossos dias, por meio ou de edições fac-similares (*Revista da Sociedade Filomática*, 1977), ou de antologias (Castello, 1963), ou nas raras pesquisas sobre o tema (Garmes, 2006) ou, caso da maioria, por meio das primeiras edições dessas revistas do século XIX.

> sempre progressiva, da civilização brasileira com todos os esforços [...] seus meios – a publicação de memórias úteis sobre as Ciências e a Literatura –; a crítica das Obras notáveis que aparecem em nosso país –; a notícia do que forem tendo de mais interessante os Povos cultos. (Campos et al., 1977, p.14-5)

Quatorze anos depois, surgia, também em São Paulo, o Instituto Literário Acadêmico com o formato e os interesses bem próximos aos da Filomática, ou seja, era constituído por alunos, majoritariamente primeiranistas, e professores da Faculdade de Direito – homens como José Carlos d'Almeida Areias, Joaquim Ferreira Valle, José de Alencar, João d'Almeida Pereira Filho, Aureliano José Lessa, Antônio José Leite Lobo e José Bonifácio, o moço –, os quais, no discurso de abertura do Instituto Literário Acadêmico, proclamavam: "a quadra atual Srs. é a quadra precursora de um futuro brilhante, de uma civilização que nasce e que caminha a passos de gigante para um porvir cheio de esperança" ("Discurso recitado pelo presidente...", 1848, p.4). Seu periódico, *Ensaios Literários*, com o subtítulo *Jornal de uma Associação de Acadêmicos*, trazia nas primeiras páginas estampada a missão, qualificada de "nobre, santa e sublime", de desenvolver a literatura e a filosofia e de honrar a Pátria "de alma e coração" ("Introdução", 1847, p.1, 4).

Aparentemente, tanto os objetivos dessas sociedades literárias quanto as metas das revistas traduziam as aspirações mais amplas daquele tempo. A divulgação de conhecimentos diversos em favor da "marcha lenta e progressiva da civilização brasileira" e o estímulo a "uma civilização que nasce e que caminha a passos de gigante" eram os propósitos de praticamente todos os poucos movimentos de caráter cultural e revistas literárias surgidas até então. No entanto, apesar de o desígnio de tentar influir no cenário social e cultural do Brasil ter ganhado força naquela época e ter se tornado uma espécie de moeda corrente entre os letrados, podemos afirmar que tal desígnio e o discurso em prol da necessidade de associar-se foram os legados mais fortes deixados pela pioneira Sociedade Filomática, atuando, inclusive, como um importante

veículo de formação das sociedades literárias estudantis paulistas que viriam depois.[2]

Se, em São Paulo, nas décadas de 30 e 40 do Oitocentos, temos notícias somente dessas duas associações destacadas, no decorrer dos anos 1850, no entanto, começaram a despontar na capital paulista agremiações de caráter literário com notável entusiasmo. A primeira delas foi a Sociedade Ensaio Filosófico Paulistano, fundada em 3 de maio de 1850. Teve como presidente de honra o Dr. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, diretor da Faculdade de Direito, e presidente efetivo, em 1857, Lafaiete Rodrigues Pereira. Entre os sócios desse grêmio, estava a fina flor da intelectualidade acadêmica daquele tempo, a saber, Ferreira Viana, Paulino José Soares de Sousa, Félix da Cunha, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, José Bonifácio, o moço, e o mais talentoso poeta brasileiro de sua geração, Álvares de Azevedo, idealizador e fundador da entidade. Malgrado as questões filosóficas estivessem na frente para a agremiação, a preocupação com a literatura, com os caminhos do país e com os destinos da nacionalidade foi o principal foco dos membros da Sociedade Ensaio Filosófico – preocupação, vale frisar, que perpassaria praticamente todas as agremiações literárias. A relação entre literatura, desenvolvimento do país e nacionalidade, como já anunciado, foi tema recorrente não só das sociedades literárias, mas também de todos os campos envolvidos com as letras e o progresso da recém-fundada nação brasileira. Macedo Soares (apud Castello, 1963, p.73), a esse respeito, fala que, naquela época, o pensamento da nacionalidade havia ganhado terreno e já se pensava "na necessidade de nacionalizar-se a ideia em todas as ordens de conhecimentos", ou seja,

2 Os trabalhos mais recentes que se dedicaram ao estudo dessa agremiação apontam que, embora efêmera, a Sociedade Filomática e especialmente a sua revista tiveram um papel significativo nos primórdios do romantismo e da crítica literária brasileira. Castello (1999, p.178), por exemplo, afirma que ela "é um marco inicial de um movimento de sociedades culturais e de revistas que traduziriam muito bem a efervescência literária, crítica e criadora". Soares Amora (1967, p.85) igualmente ressalta que "não é difícil chegar à conclusão de que o saldo deixado pela Sociedade Filomática, em matéria de 'princípios ativos' para a literatura nacional em gênese, não foi despiciendo".

> Da tribuna e da imprensa, proclama-se a nacionalização da família.
>
> Nas academias, ouve-se a voz dos mestres pugnar pela nacionalização do direito.
>
> Nas associações literárias, discutem-se os elementos da nacionalidade da literatura, as fontes de vida da arte.
>
> É, enfim, a nacionalidade a palavra mágica que ocupa o pensamento calmo e severo do homem de Estado, que faz vibrar a voz do professor, que eletriza o coração dos mancebos.

Objetivos bem próximos também são encontrados em associações como o Ateneu Paulistano, o qual estabeleceu a data de fundação no dia 7 de setembro de 1852 para celebrar os 30 anos da Independência do Brasil. São Paulo, no que se refere às questões envolvendo a Independência, por ter sido palco desse episódio, fez criar entre os seus homens de letras um espírito de "brado da liberdade", cujo impulso para o surgimento de agremiações com tal propósito foi significativo. Os sócios do Ateneu relatam que a escolha de tão célebre data "é mais uma prova dos sentimentos patrióticos, que felizmente animam os corações da geração moderna" (*Ensaios Literários do Ateneu Paulistano*, 1852, p.25). E, no empenho por forjar uma imagem positiva do Brasil e do brasileiro e despertar tais sentimentos patrióticos, os membros do Ateneu Paulistano exaltavam: as "proporções gigantescas do novo Império Americano, o clima benigno e variado, que percorre suas vastas regiões, a fertilidade e os recursos do solo, tudo predizia, que o Brasileiro seria inteligente e social, cavalheiro e patriótico, hospitaleiro e magnânimo" (ibidem).

E muitas foram as sociedades literárias – acordadas com esse tempo de consolidação da cultura de um Brasil que há pouco se tornara independente – fiéis aos ideais nacionalizantes e empenhadas no cultivo das belas-letras, no estudo da história pátria, nas questões sociais, políticas e jurídicas e formadas por jovens acadêmicos e professores da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. A pioneira Sociedade Filomática, nesse sentido, ajudou a criar um padrão de divulgação da literatura e de organização dos homens de letras daquela época. Couto de Magalhães (1881, p.19), a esse respeito, em

1850, declara que "só quem aprecia de longe estes fatos é que pode avaliar a sua importância"; "desde a fundação desta *Sociedade* para cá plantou-se uma ideia na mocidade e foi: que nas letras, como em tudo o mais, a união faz a força". Tais esforços lançavam, assim, mais uma pá de cimento para vincular um projeto de nação e a necessidade de criar um espírito coletivista nas letras ainda sem rastro no século XIX.

Não sabemos muito sobre como eram as reuniões dessas associações literárias, a não ser que elas tinham papel capital na existência dessas entidades, pois, em alguns casos, as reuniões eram as realizações mais efetivas das associações. Pelas atas e pelos relatórios publicados nas revistas dessas sociedades paulistas, podemos afirmar que os encontros eram semanais, com duração média de duas a três horas, e aconteciam, geralmente, em salas da Faculdade de Direito, no período noturno. Na *Revista da Associação Club Acadêmico*, de 1864, aparece, por exemplo, o seguinte extrato das atas das sessões:

> 1ª – 17 de março – Compareceram 20 sócios. Procedeu-se as eleições gerais, e em lugar de sessão magna se resolveu a publicação do presente número da "Revista".
> 2ª – 23 de março – Presentes 23 associados. Foram aprovadas as contas do Snr. C. Ottoni, tesoureiro interino, e bem assim o parecer da mesa – mandando pagar uma reclamação do Snr. E. Santo Cabral na importância de 21$000 rs.
> 3ª – 30 de março – Presentes 21 sócios. O Snr. Calazans leu seu parecer sobre a tese; "O decreto de 28 de março de 1859 fere a soberania da Igreja?". Oraram os Snrs. Herculano, P. Vicente e Paula Ramos.
> 4ª – 6 de abril – Reuniram 18 sócios. O Snr. C. Ottoni leu seu parecer sobre a tese: "Qual o fundamento do direito de punir?". Oraram os Snrs. Ribas e Leônidas.
> 5ª – 13 de Abril – Presentes 27 sócios. Continuou em discussão a tese adiada. Oraram os Snrs. T. Bastos, P. Vicente P. Ramos, Epaminondas, Herculano e C. Ottoni. [...]
> 12ª – 24 de maio – Estiveram presentes 34 sócios. O Snr. P. Vicente leu seu parecer sobre a tese: "Qual a influência dos Jesuítas na

> civilização da Europa?". Oraram os Snrs. Leônidas, C. Ottoni e F. Veiga.
> 13ª – 1º de junho – Continuou a discussão adiada. Oraram os Snrs. T. Bastos, Pereira Campos, F. de Menezes, Pedro Vicente, Cunha Leitão, Silva Paranhos, e S. Epaminondas. Estiveram presentes 34 associados. ("Extratos das atas das sessões", 1864, p.70-1)

As sessões eram frequentadas por um número razoável de sócios, sendo necessária a presença de metade dos associados para a sua realização. Os cargos sociais eram formados, em geral, por três categorias de filiados: efetivos, correspondentes e honorários; e a mesa diretora era constituída pelos cargos de presidente efetivo, presidente honorário, vice-presidente, primeiro-secretário, segundo-secretário, tesoureiro, adjuntos e oradores, todos eleitos anualmente. As sessões eram sempre abertas com o discurso do presidente da associação ou equivalente; em seguida, o secretário apresentava as realizações da sociedade no período, desde trâmites burocráticos até publicações da sociedade, e, depois, os oradores recorriam às bibliotecas dessas instituições e iniciavam a leitura de poemas, teses, projetos ou optavam por levantar alguma questão para ser discutida. Existiam também reuniões solenes de comemorações e homenagens, sessões magnas no aniversário das associações e, completando o rol das cerimônias comemorativas, sessões fúnebres pela morte de algum sócio ou figura importante. Eram, pois, reuniões em que o caráter ritualístico e o compromisso mais com a formalidade do que com questões socioculturais de certa maneira se impunham.

Na sessão magna de 16 de abril de 1864, por exemplo, a Associação Tributo às Letras comemorava seu primeiro aniversário. Na ata de tal sessão, o segundo-secretário Firmino de Souza Lima relata que o presidente efetivo, Antonio Benedito dos Santos Malheiros, declarou aberta a sessão com um discurso que "foi um verdadeiro brado de animação, regando assim em nosso espírito as ideias de progresso, esperança e resignação" (Vasconcellos, 1864, p.35). Em seguida, o primeiro-secretário, Manoel Gomes Tolentino, leu o relatório "dos principais fatos acontecidos durante todo o ano social"

(ibidem). Depois, teve a palavra o orador da associação, Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos, "satisfazendo ao que realmente esperava-se, continuou a mostrar por seu discurso os resultados que tem colhido em seus aturados estudos" (ibidem). A sessão continuou com o discurso de alguns convidados, representantes de outras associações literárias,[3] em homenagem à associação aniversariante. E, por fim, o encerramento e os agradecimentos finais, que deveriam ter sido feitos por Fagundes Varela, foram proferidos por João Correa de Moraes, já que o "incansável orador" não pôde comparecer.

Outro exemplo do predomínio do tom panegírico nas sessões dos agremiados é a notícia sobre a sessão fúnebre no Ateneu Paulistano, realizada em 29 de março de 1858, em razão da morte de dois sócios, Dr. Lindorf Ernesto Ferreira França e José Augusto Terra. O segundo-secretário, o bacharel J. M. de Lima e Silva (1858, p.453), relata em ata que o presidente Duque Estrada Teixeira abriu a sessão "com a recitação de um tocante discurso análogo à solenidade" e, em seguida, uma orquestra, postada junto à entrada da Sala da Sessão, executou uma sinfonia que bem "exprimia o sentimento de que se achavam possuídos os membros do *Ateneu Paulistano*, pela perda de seus dois Sócios, companheiros valentes nas fadigas, nas glórias e nos infortúnios desta Associação". Música, comoção, recitações e bajulações recheavam, assim, a cerimônia. Depois da apresentação, tiveram a palavra Pedro Luiz Pereira de Souza e Luiz José de Carvalho e Mello Mattos. Aquele, na qualidade de orador do Ensaio Filosófico Paulistano, manifestou "a parte que toma esta Associação no luto de seu irmão", e este, como orador do Ateneu, fazendo uma sucinta biografia dos sócios finados, "esparge sobre seus túmulos lágrimas e saudades" (ibidem). O encerramento da reunião, como de praxe, foi feito pelo presidente. Ritos e protocolos, enfim, davam a feição do que deveriam ser os encontros para pensar um projeto de Brasil por meio das letras e das trocas entre letrados.

E não somente em São Paulo as sociedades literárias foram marcadas por esse ritualismo e gosto pela formalidade. As associações

3 Mais adiante, trataremos dessa relação entre as associações literárias.

literárias surgidas na capital do país não se distanciaram minimamente dessa forma de organização dos letrados, embora as possibilidades de sociabilização fossem mais amplas, como veremos mais adiante.[4] Não é nossa intenção aqui transcrever muitas atas dessas reuniões, mas alguns exemplos são válidos para tentarmos entender a dinâmica dessas associações. Nos dois trechos extraídos de atas da Sociedade Brasileira Ensaios Literários, sobressaem, por exemplo, aquele gosto pelo protocolo, pelas normas e pelas etiquetas:

> SESSÃO ORDINÁRIA EM 26 DE JULHO DE 1865
>
> *Presidência do Sr. Pereira Silva*
>
> Às 7 ½ horas da noite, abriu-se a sessão estando presentes 34 Srs. sócios. Compareceram depois mais 7 Srs. sócios.
> Foi lida a ata da sessão antecedente. O Sr. Cícero Pontes, mandou à mesa uma moção que foi discutida pelos Srs. Pires d'Almeida, Caetano de Campos, F. Leitão, Frazão e Pereira Silva.
> O Sr. Pinto requereu o encerramento da discussão que foi aprovado.
> Foi em seguida aprovada a ata.
>
> PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA
>
> Fizeram ofertas à biblioteca e leram trabalhos em prosa e verso os Srs. Cassiano Moreira, Paraty, Pereira Leitão, Cícero Pontes, Cunha Rocha, Pires de Almeida, Jerônimo Simões e Chaves Faria.
>
> SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA
>
> Ocupou a tribuna o Sr. Hancok Dunham.
> Levantou-se a sessão às 9 ½ horas da noite.
>
> *A. C. Chaves Faria*, 1º Secretário.

---

4 Vale lembrar que o foco de nossa análise são as sociedades literárias de São Paulo e do Rio de Janeiro, mas tal afirmativa sobre a existência de um padrão de sociabilização entre os letrados pode ser, acreditamos, estendida para o restante do Brasil oitocentista.

SESSÃO ORDINÁRIO EM 2 DE AGOSTO DE 1865

Presidência do Sr. Pereira Silva

Abriu-se a sessão às 7 ½ horas da noite, estando presentes 27 sócios. Compareceram depois mais 6 Srs. sócios.
Leu-se a ata da sessão antecedente. Veio à mesa um requerimento do Sr. F. Leitão sobre o qual falaram os Srs. Major e Cícero Pontes, que foi aprovado, e em seguida aprovada a ata.

EXPEDIENTE

Leu-se o seguinte ofício do Ex. Sr. Ministro da Marinha, acusando a recepção do ofício que a Sociedade lhe enviará: [...]

PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA

Fizeram ofertas à biblioteca e leram trabalhos os Srs. Paraty, Pires de Almeida, Jorge de Carvalho, Pereira Leitão, F. Leitão, Jerônimo Simões, Major, Gutierrez, Macedo de Carvalho e Chaves. A Sra. Sócia honorária D. Adelaide Moreira, ofereceu à biblioteca um rico volume.
O Se. Presidente fez a leitura do segundo canto do seu poema *Riachuelo*.

SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA

Ocupou a tribuna o Sr. Manoel Antônio Major, e levantou-se a sessão às 9 ½ horas da noite.
Esta sessão foi honrada com a presença de várias senhoras.

A. C. Chaves Faria, 1º secretário. (*Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*, 1865, p.152-3)

Apesar dessa cerimonialidade, os sócios desses grêmios encontravam-se com frequência e não apenas se dispunham a recitar poemas, mas também buscavam discutir literatura, história, filosofia e direito, e debater teses. Conviviam, desse modo, com seus pares

e admiradores, e deixavam, entre uma e outra formalidade, uma e outra discussão, um espaço reservado para fofocar sobre a vida e a produção de membros e de outras agremiações.

Esse tipo de sociabilização dos letrados, pois, ajudou, sem dúvida, a compor parte significativa dos escritores brasileiros do século XIX. Essa relação entre os letrados pode ser vista como uma forma de produção e apropriação do conhecimento, ou melhor, havia entre os homens de letras e nos seus escritos um incentivo à convivência, mais talvez do que a dedicação individual e em isolamento, como forma de enriquecimento cultural, de troca de experiências e de conteúdos. Em uma sociedade em que as expressões culturais eram ainda recentes, as bibliotecas escassas, o produtor de cultura era seu consumidor e as carências literárias eram muitas, as sociedades literárias apresentavam-se como uma forma importante de obtenção de conhecimento e de estímulo a ele.[5]

O maior exemplo de associação cultural bem-sucedida, ou melhor, duradoura e mais frutífera para o desenvolvimento do conhecimento no país, foi o IHGB, fundado na capital do Império em 1838. O IHGB, em meados do século XIX, retomando o que foi apresentado no capítulo anterior, afirmou-se, diferentemente de algumas associações, como um centro de estudos bastante ativo, favorecendo a pesquisa literária, estimulando a vida intelectual e funcionando como um elo entre a intelectualidade e os meios oficiais, tornando-se, inclusive, uma espécie de porto seguro para os homens de letras (Schwarcz, 1998, p.127). Essa instituição pode ser vista como um marco na concepção de um novo tipo de agremiação no Brasil, sendo o empreendimento cultural mais bem realizado do Império brasileiro, pela sua organização, pelo papel de sua revista e, ainda, pela sua permanência ao longo do tempo.[6] E, por essas e

5 Sobre o cenário cultural do século XIX, ver, entre outros, Martins (1977-1978), Lajolo e Zilberman (1996) e Abreu (2005).

6 Uma historiografia inteira de peso já destacou o papel do IHGB. Desde os primeiros como o trabalho do secretário-geral Max Fleiuss, "A história do instituto através de sua revista", passando pelo estudo de Manoel Luís Salgado Guimarães (1988), "Nação e civilização nos trópicos", até a tese de Lucia

outras, praticamente todas as agremiações surgidas no país nesse século XIX seguiram o padrão de organização do IHGB e seu modelo de revista.

No que se refere à sociabilização dos letrados brasileiros, é sabido, inclusive, que existiram outras formas de reunião da intelectualidade, especialmente no Rio de Janeiro nas últimas décadas do Oitocentos, quando, então, a atividade literária intensifica-se.[7] Uma das mais conhecidas formas teve lugar na famigerada via carioca do século XIX, a Rua do Ouvidor, que funcionou como uma espécie de ponto de confluência e de rivalidades dos letrados. De saída, vale destacar que, entre os acontecimentos que colaboraram para a intensificação da relação entre os letrados no final do século XIX, o processo de modernização desencadeado desde meados desse século no Brasil – impulsionado, entre outros motivos, pela decadência da economia tradicional e ascensão da economia cafeeira e industrial, pela urbanização, pelo aparelhamento técnico e institucional do país, e pelo aperfeiçoamento do sistema de transportes e dos meios de comunicação –[8] alterou significativamente a capital do Império. O Rio de Janeiro, nessa época, já contava com ruas calçadas, iluminação a gás e bondes elétricos, contava também com uma vida social relativamente intensa, com as opções de teatros, bailes, centros comerciais, jardins, hotéis, cafés e passeios públicos. A vida cultural na urbe carioca, desse modo, ganhava novos contornos, com a intensificação das atividades intelectuais, a introdução de novas técnicas na imprensa, o aumento da circulação de ideias e, ainda, com o apoio de D. Pedro II. Para a capital do Império,

---

Paschoal Guimarães (1995) publicada na revista do IHGB, "Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial", todos destacaram a importância dessa instituição para preservação da memória e a construção da história do Brasil.

7 Sobre sociabilização dos letrados no século XIX, ver Broca (1979), Lajolo e Zilberman (1996), Schapochnik (1994), Machado (2001), Abreu (2005) e Machado Neto (1973).

8 Esse processo de modernização desencadeado a partir de meados do século XIX no Brasil foi trabalhado por grande parte da historiografia, entre outros: Costa (1999), Holanda (1972), Freyre (2008), Prado Júnior (1985) e Alonso (2002).

então, começam a convergir os homens de letras representantes dos movimentos do Norte, do Nordeste, de São Paulo, entre outras províncias, que encontrariam no Rio oportunidades de emprego no ensino, na política ou no jornalismo. Novos contornos ganhou, concomitantemente, a Rua do Ouvidor, projetando-se como um espaço concorrido, elegante, local de encontro, aonde as inovações chegavam primeiro e a vida literária carioca progredia. A rua, desse modo, surgia como um dos símbolos de uma sociedade em que cidade e produção literária eram peças complementares e interdependentes, e em que certos espaços, como esse de socialização letrada, ajudavam a firmar que a urbanidade era o horizonte que se projetava para o futuro.

Nessa rua, ou nas suas proximidades, encontrava-se a maior parte dos principais cafés, confeitarias, jornais e livrarias do final do século XIX, passando por ela tudo o que o Rio de Janeiro literário possuía de mais notável no âmbito das letras. Coelho Neto (2003, p.87-8) resumia esse beco, na virada do século, em seu romance *A conquista*, da seguinte maneira:

> A rua do Ouvidor é trêfega. Durante o dia toda ela é vida e atividade, faceira e garbo; é hílare e gárrula; aqui picante, além poderosa, sussurra um galanteio e logo emite uma opinião sisuda, discute os figurinos e comenta os atos políticos, analisa o soneto do dia e disseca o último volume filosófico, sabe tudo – é repórter, é *lanceuse*, é corretora, é crítica, é revolucionária. Espalha a notícia, impõe o gosto, eleva o câmbio, consagra o poeta, depõe os governos, decide as questões a palavra ou a murro, a tapona ou a tiro e, à noite, fatigada e sonolenta, quando as outras mais se agitam, adormece. Ouve-se apenas o rumor constante dos prelos nas oficinas dos jornais [...].

Luiz Edmundo (1957), nas suas memórias de juventude sobre o Rio de Janeiro, relembra, ao mapear os principais pontos literários dessa rua, que as confeitarias mais importantes do final do século XIX foram a Colombo, na Rua Gonçalves Dias, e a Pascoal, na Rua do Ouvidor, além de outras que ficavam em um segundo plano,

como a Cailteau e Castelões. Dessas quatro, a mais antiga era a Pascoal, a qual era vista pelo autor como o "melhor centro de reunião e palestra" na época do surgimento da República (ibidem, p.596). Nesse estabelecimento, continua o estudioso carioca, "é que davam *rendez-vous* os paredros da terra, os grandalhões da literatura, da política, do alto-comércio e das finanças" (ibidem). Entre os cafés literários de maior expressão no Rio de Janeiro, estavam aqueles que remetiam ao período áureo da boemia. O coração da capital, segundo Luiz Edmundo (1957), ficava no cruzamento da Rua do Ouvidor com a Rua Gonçalves Dias. Nesse lugar "de maior movimento, de alta-elegância e melhor distinção é que se instala o famoso Café do Rio, com prestígio e renome, desde os últimos dias do passado regime, glória e viço dos estabelecimentos congêneres, em toda esta cidade" (ibidem, p.505). Além do Café do Rio e do Café Paris, tidos como os estabelecimentos de maior concorrência e maior distinção em toda a cidade, merece destaque o Café Globo, na Rua Primeiro de Março, entre a Rua do Ouvidor e o beco dos Barbeiros, onde, como nos conta Luiz Edmundo (1957, p.534), "o sr. D. Pedro II, moço, pela semana santa, após correr as igrejas, no dia da visitação, tomava, sempre, o seu sorvete de caju...". Havia, ainda, no beco das Cancelas, o Café Cascata; descendo o beco, na Rua do Rosário, o Café do Amorim, "reputadíssimo"; o Café Java, no Largo de São Francisco, esquina com a Rua do Ouvidor; e o Café Papagaio, na Rua Gonçalves Dias, entre as ruas do Ouvidor e Sete de Setembro (cf. Broca, 1960, p.33; Edmundo, 1957, p.533-56).

Como se vê, os cafés e as confeitarias, além das livrarias e dos gabinetes de leitura, localizavam-se majoritariamente na Rua do Ouvidor ou nas suas proximidades, fazendo com que a vida literária se constituísse e se animasse sobretudo nessa confluência entre espaço aberto, onde desfilavam os homens de letras e mulheres que buscavam usufruir das novas formas de civilidade que se estabeleciam, e os espaços fechados, onde se confraternizava, se debatia e se projetava um futuro para o país. Nesse cenário, não foram poucos, nem efêmeros, os elementos mundanos que contribuíram para a formação de um significativo ambiente literário, colaborando,

inclusive, para que a vida literária sobrepujasse a própria literatura, ou seja, havia, como declara a historiografia que se empenhou no estudo desse tempo,[9] uma necessidade entre os intelectuais do período de viver a literatura, de encenar uma existência voltada para as letras.

Nesse intuito de encenar uma existência voltada para a literatura, os letrados partilhavam certos tipos de comportamentos. O português Armando E. de Figueiredo, por exemplo, que ficou conhecido pelo pseudônimo de João Luso (apud Broca, 1960, p. 41), em seu *A sublime porta* – com o objetivo de ilustrar a conduta dos escritores e o papel do mais famoso dos estabelecimentos da admirável rua, a Livraria Garnier –, escrevia que ficar ali "de perna trançada, o ombro contra o batente, as duas mãos solidamente apoiadas no castão da bengala, eis a decisiva demonstração de talento ou de valor que a história exige para conscientemente se pronunciar". Luiz Edmundo (1957, p.706), igualmente, relembra que, às badaladas de cinco horas da tarde na Garnier, "a freguesia, agitada, barulha. São advogados, médicos, engenheiros, estudantes que entram para ver novidades literárias, encontrar um intelectual amigo, dar dois dedos de palestra".

Os passeios e encontros nesse ponto da capital do país faziam parte da rotina intelectual dos homens de letras daquele tempo. Era comum encontrar grandes nomes da literatura brasileira caminhando ou sentados em algum estabelecimento da Rua do Ouvidor.[10] Esse

---

9 Broca (1960), Ventura (1991) e Machado Neto (1973) tocam nessa questão de a vida literária ter sobrepujado a própria literatura no século XIX.

10 Edmundo (1957), nesse sentido, destaca que vários eram os grupos que se formavam na hora de maior movimento na Livraria Garnier, entre as 16 e 18 horas. Havia "o grupo de Machado de Assis, com José Veríssimo, Sílvio Romero, Joaquim Nabuco, Rui (às vezes) Constâncio Alves, Bilac, Alberto de Oliveira, Raimundo Correia, Coelho Neto (às vezes), Medeiros e Albuquerque, Araripe Junior, Rodrigo Otávio, Mário de Alencar e Clóvis Beviláqua; [eram] os grossões da Academia que, em geral, [se encontravam] juntos à escrivaninha do Jacinto. João Ribeiro, que, nesse tempo, ainda não é acadêmico, [formava] no grupo de Pedro do Couto e Fábio Luz, com Rocha Pombo, Gustavo Santiago, Pantoja, Maximino Maciel, Múcio Teixeira, Nestor Vítor e Xavier Pinheiro.

trânsito de intelectuais no beco fomentava, inclusive, uma espécie de tietagem literária. Luiz Edmundo (1957, p.716), a esse respeito, transcreve um diálogo comum naquela época:

> – O' sr. Jacinto, aquele senhor, acolá, de nariz de tucano e ar triste, é o sr. Machado de Assis?
> – Não, minha senhora, aquele é o Sr. José Veríssimo, um crítico muito importante...
> – Ah! E o de chapéu de palha, vesgo, que com ele conversa, é o Bilac?
> – Perfeitamente, é o Bilac...
> – Como o senhor seria amável se dele me conseguisse o autografozinho, num postal! E arrancando a uma carteira de veludo seis postais, disse:
> – Ele que escolhe, entre esses cartões, um e o assine. Claro que se ele escrever uma quadra ou um soneto, melhor será... O que vier, porém, serve, sr. Jacinto, serve. O principal é a assinaturazinha, o autógrafozinho... É para minha coleção. Por favor...

Excentricidades à parte, a Rua do Ouvidor pôde, portanto, ser considerada o principal local de propagação da intelectualidade do fim do Oitocentos brasileiro. Os provincianos vindos do Norte, do Sul ou de Minas interessados em conhecer seus poetas prediletos teriam a sua curiosidade facilmente sanada em um único passeio à tarde pela Rua do Ouvidor.

Para os homens de letras daquele tempo, não somente os boêmios, frequentar os estabelecimentos dessa rua constituía-se numa espécie de enriquecimento intelectual e prestígio social, um prolongamento dos seus escritos e, ainda, uma forma de divulgação dos trabalhos, ou seja, passar uma tarde em uma livraria ou num café reunido com grupos de amigos letrados fazia parte da produção e

---

Gonzaga Duque, Márcio Pederneiras e Lima Campos" (ibidem, p.706-707). Havia ainda "outros grupos que se [espalhavam] pelo interior da loja e onde pode a gente encontrar o Osório Duque Estrada, o Sousa Bandeira, o Severino de Rezende e o Curvelo de Mendonça" (ibidem).

promoção de uma obra; além de ser uma prática de valorização e exposição do próprio saber, em um tempo em que tudo parecia novo e demandava exposição. São recorrentes, nas referências literárias da época e em estudos posteriores, descrições do escritor brasileiro como aquele que frequentava todas as tardes os cafés, as confeitarias e/ou livrarias da Rua do Ouvidor.

O cronista Luiz Edmundo (1957, p.713-4), por exemplo, sobre o escritor daquele tempo, declarava:

> As livrarias da época ainda conservam um pouco a estreita mentalidade das boticas que eram, outrora, o lugar onde os homens se reuniam para o cavaco e para a desídia. [...] Centros onde se manejavam [...] o escândalo de críticas restritamente pessoais. Cenáculos de vaidadezinhas, de invejazinhas, de vingançazinhas...
>
> Se o doutor sr. Sílvio Romero, involuntariamente, pisar, por exemplo, o calo do poeta Antonio Lamecha, o que escreveu a "Lira do meu sofrer", e não lhe pedir, logo, desculpas, arrisca-se a passar, não por um indivíduo descuidado, mas por um literato sem talento, porque, no dia imediato, Lamecha trepa para uma gazeta e arrasa-o: "A História da Literatura Brasileira", torpe calhamaço que fede a erudição, escrito por certo energúmeno que acode ao nome de Sílvio Romero, no fundo, nada mais é que uma moxinifada imbecil. Isso ele traça e assina. E à tarde, arrastando uma bengala de Petrópolis, como se arrastasse uma adaga de gancho, vai espetar-se à porta da Garnier, cheio de importância e charuto, para discutir o artigo, e acabar a demolição da glória do escritor.

Coelho Neto, igualmente, em seu romance *A conquista*, denunciava esse tipo de conduta dos homens de letras, afirmando que em toda parte os letrados têm centros onde se reúnem e aqui só se tem a Rua do Ouvidor. E continua:

> É uma vergonha. [...] Uma das causas da decadência literária, talvez a principal, é esta maldita rua do Ouvidor. Vocês mal saem do banho frio, ainda molhados, engolem, às pressas, a xícara de café e

> correm para aqui e aqui passam os dias bebericando, elogiando-se, discutindo sonetos e crônicas ou farejando cocottes. Que diabo! Não é assim que se faz um artista... Trabalhem, deem algumas horas ao livro, façam alguma coisa a sério, deixem este maldito vício da rua do Ouvidor. (Coelho Neto, 2003, p.138)

A bem da verdade, havia, sim, letrados que frequentavam os cafés e as livrarias, mas que se recusavam a conversar sobre literatura, isto é, sempre mantinham a determinação expressa de não se falar jamais de literatura em sua roda, o que, de acordo com o estudioso da vida literária Brito Broca (1960, p.35), traduzia uma "reação contra o clima de artificialidade literária das rodas boêmias". Todavia, menos importa aqui julgar se o peso de certa faceta dessa sociabilização explica, em parte, as recorrentes acusações de superficialidade nas análises, nas leituras e nos próprios escritos de alguns dos homens de letras do Oitocentos brasileiro, antes vale afirmar que tal forma de sociabilização nesse ponto da capital do país ajudou a definir o perfil dos escritores brasileiros do final do século XIX, bem como fomentou a criação de associações literárias, como foi o caso da consagrada ABL.

Apesar da demora na concretização dessa empreitada, reclamada desde meados do Oitocentos, a ABL, como apresentado no capítulo anterior, ao contrário das muitas outras tentativas, perdura até os nossos dias, e os seus primórdios surgiram na Rua do Ouvidor. Machado de Assis, pois, que nunca frequentava os cafés ou as confeitarias, encontrava-se na Livraria Garnier todas as tardes com José Veríssimo, Lúcio de Mendonça, Coelho Neto, Visconde de Taunay, Joaquim Nabuco e outros para um café, depois do fechamento da *Revista Brasileira*. E foi numa dessas tertúlias que nasceu, tempos depois, a ideia da fundação da ABL.

No Rio de Janeiro, portanto, malgrado tenham sido ampliadas as formas de sociabilização, os propósitos das associações, a organização das instituições e a divulgação do conhecimento permaneceram igualmente semelhantes às agremiações paulistanas, que, em grande medida, seguiram o modelo da mais estruturada associação cultural

do Império, o IGHB. Desse modo, tanto as associações fluminenses quanto as paulistas estavam preocupadas em organizar a intelectualidade daquele tempo, promover a incipiente cultura nacional e dar um lugar para a literatura e o escritor brasileiros. E não só em São Paulo e Rio de Janeiro, vale lembrar, essa prática associativa foi partilhada. Esse tipo de conduta estendeu-se pelas demais províncias brasileiras ao ponto de o reunir-se em associação ter se tornado uma preferência entre os letrados oitocentistas, um gosto e, por que não dizer, uma imposição para que seus escritos não fossem engavetados. Eis, por certo, um dos estímulos ao empenho de formar grêmios literários.

"Irmãs de letras"

Embora nem sempre fossem tão claros para aqueles letrados os meios de viabilizar e manter as sociedades literárias contemporâneas, havia, como é possível notar pela leitura dos periódicos, uma forte ligação entre os grêmios, ou seja, uma das práticas mais recorrentes era a participação de sócios de uma determinada associação nas reuniões de outras congêneres, especialmente nas sessões solenes. Esse intercâmbio, pois, foi decisivo para que as atividades das agremiações parecessem periódicas. Os letrados frequentavam as reuniões de sociedades contemporâneas, entre outros motivos, para saudar o surgimento de novas agremiações, comemorar mais um ano de vida da entidade e, como não poderia faltar nesses eventos com pretensão de comprometimento sociopolítico, homenagear homens ilustres.[11] Nessas ocasiões, os oradores das agremiações convidadas sempre tinham a palavra em algum momento da cerimônia, e seus

11 A homenagem aos homens ilustres, que ganhou ênfase no século XVIII, mostrou-se muito forte nesse século XIX, especialmente por parte do IHGB. Maria da Glória Oliveira (2011, p.15), no seu estudo sobre a escrita de biografias na revista do IHGB, afirma que a necessidade de "arrancar do esquecimento os nomes dos brasileiros ilustres afinava-se com o ambicioso empenho da agremiação em colidir documentos para a elaboração da história nacional, tendo em

discursos eram, posteriormente, publicados no periódico da associação participante ou mesmo no da própria homenageada.

J. de Almeida Pereira Filho, orador do Instituto Literário Acadêmico, por exemplo, esteve presente na sessão inaugural da Sociedade Ensaio Filosófico Paulistano, em 1850, e proferiu o seguinte discurso, publicado no *Ensaios Literários*, órgão do Instituto:

> Senhores, no século em que vivemos o princípio da associação tem produzido grandes resultados: semente exótica transplantada das ruínas dos tempos passados – germinou, e hoje admiramos os seus frutos. [...] É do concurso das forças individuais que resulta o progresso, que nascem os grandes pensamentos: melhor ideia não podeis pois acolher, do que a de uma instituição como esta, cuja inauguração hoje solenizamos. Aqui – despindo as vestes do egoísmo vindes trocar os vossos sentimentos, confiar as vossas mais íntimas emoções, os vossos mais generosos desejos à verdadeiros irmãos de letras: aqui não há orgulho, vaidade a recear-se, – porque o fim é nobre, é a instrução, – e a instrução é o farol do futuro. (p.17)

Tal exaltação, pois, talvez resida na confiança de que a Sociedade Ensaio Filosófico abriria novos tempos para os letrados gregários, porque até aquele momento em São Paulo haviam surgido apenas a Sociedade Filomática, em 1833, e o Instituto Literário Acadêmico, em 1846.[12] Além disso, alguns dos membros dessa nova associação, como Álvares de Azevedo, Manoel Francisco Correia, Francisco da Costa Carvalho, Santos Lopes, tinham sido colaboradores do periódico *Ensaios Literários.* Independentemente da motivação, esse entusiasmo com que Pereira Filho anunciava a nova associação vinha inaugurar um estilo de discurso acalorado que se tornaria comum

---

vista as demandas políticas peculiares à consolidação do Estado monárquico no Segundo Reinado".

12 Hélder Garmes (2006, p.13), estudioso do órgão dessa agremiação, a *Ensaios Literários*, destaca que a maior contribuição desse grêmio foi para o publicismo acadêmico, "reinaugurando toda uma verdadeira tradição de associações e publicações estudantis em São Paulo".

entre os demais oradores que prestigiavam reuniões de outras associações literárias.[13]

Na sessão inaugural da Sociedade Literária Ateneu Paulistano, em 1852, nesse sentido, Manuel Antônio Duarte de Azevedo, orador da Sociedade Ensaio Filosófico Paulistano, proclamava:

> Há três anos, senhores, que o Ensaio Filosófico Paulistano vivia de trabalhos e de esperanças, porém só – como a águia pescadora pousada no tronco da palude; viu muitas vezes pela sua cabeça estalar a tormenta, mas passada que fosse, sacudia as suas asas úmidas da chuva, levantava o seu voo e adejava sempre. É agora somente que cheio de contentamento ela vê a seu lado aparecer um companheiro de viagem, para com ele compartir as lidas e as glórias.
>
> O espírito de associação, esse poderoso motor do desenvolvimento e do progresso derramado por todos os povos civilizados", tinha também "tocado o coração da mocidade brasileira". (p.34)

Mas seria apenas, sete anos mais tarde, no ano de 1859 que esse vaivém de oradores e sócios, ou melhor, essa relação entre associações se intensificaria. Entre os principais motivos desse aumento da circulação de letrados entre os grêmios, estavam: a criação de algumas sociedades literárias nesse ano, como a Sociedade Acadêmica Brasília, Associação Recreio Instrutivo e Associação Club Científico; o surgimento de outras pouco tempo antes, como a Associação Culto à Ciência, em 1857, e o Instituto Acadêmico Paulista, em 1858; e a sobrevivência de duas agremiações duradouras, a Sociedade Ensaio Filosófico Paulistano e o Ateneu Paulistano. Para além da fundação dessas sociedades, acontecimentos de ordem política e econômica também estiveram diretamente relacionados ao aumento da circulação de homens de letras entre as entidades literárias na segunda metade do século XIX. A expansão da cafeicultura, a urbanização,

13 O discurso inflamado e eloquente, como é sabido, não se restringiu às sociedades literárias, sendo recorrente em todos os âmbitos da vida pública brasileira (cf. Souza, 1999; Machado, 2001).

a instalação de setores econômicos modernos – bancos, comércio de importação e exportação, empresas de serviços públicos, transportes marítimos – e a melhoria nos transportes possibilitaram o aumento do nível de vida da população e uma maior transferência de estudantes para a província de São Paulo. Apesar de as mudanças econômicas e sociais serem mais significativas a partir da década de 70 do século XIX, em 1863, o número de formandos na Faculdade de Direito teria atingido "o máximo de 111" (Morse, 1970, p.93, 131).[14]

Florêncio de Abreu e Silva (1859, p.38-9), a esse respeito, declara que "o ano de 1859 há de ser um dos memoráveis nos faustos literários da Academia de S. Paulo", isto é:

> Nunca em S. Paulo houve tanta influência por sociedades, nem também existiram elas em tão grande número. É isto portanto uma exuberante prova de que o amor às letras vai cada dia se desenvolvendo e aumentando, e principalmente este ano tem tomado largas proporções.

Esse ano de 1859 também vai marcar o surgimento, no Rio de Janeiro, da Sociedade Brasileira Ensaios Literários e da Sociedade Filomática. Além disso, não podemos esquecer que nessa data outros importantes periódicos literários, não diretamente vinculados às associações literárias,[15] vieram a lume: a *Revista Popular* (1859-1862), em que foram publicados significativos textos de história da literatura e crítica literária, como os ensaios de Joaquim Norberto de Sousa Silva, Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo, Macedo Soares e Gonçalves de Magalhães; *O Espelho – Revista de Literatura, Moda, Indústria e Artes* (1859-1860), que teve a colaboração de Machado de Assis, Moreira de Azevedo e Casemiro de Abreu; e *A Atualidade* (1859-1864), a qual lançou variados escritos de crítica

14 Ver também Bruno (1984) e Porta (2004).

15 Tal afirmação se refere ao fato de que esses periódicos não eram frutos de associações literárias, no entanto muitos dos colaboradores da *Revista Popular*, d'*O Espelho* e d'*A Atualidade*, entre outros impressos, fizeram parte de grêmios literários surgidos nesse período em São Paulo ou no Rio de Janeiro.

literária, como a crítica do poema épico *Os timbiras* (1857), de Gonçalves Dias, do poema *A nebulosa* (1857), de Joaquim Manuel de Macedo, e da biografia *Varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais* (1858), de Pereira da Silva.

No que se refere às relações entre as agremiações da capital do Império, estas compartilharam da mesma conduta, já descrita, das sociedades criadas em torno da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. No entanto, em razão de existir no Rio de Janeiro um número mais expressivo de associações de naturezas diversas, as relações entre grêmios também alcançaram configurações maiores, não se limitando apenas às conexões entre associações de caráter literário. Nesse contexto mais amplo, por exemplo, a Sociedade Brasileira Ensaios Literários foi convidada a discursar na Assembleia Geral da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Sain). Em tal solenidade de inauguração do busto de um falecido consócio da Sain, o brigadeiro Dr. Frederico Leopoldo Cezar Burlamaqui, Jorge Lopes da Costa Moreira, presidente da Sociedade Brasileira Ensaios Literários, retoma o binômio clássico das artes e das letras, bem como faz uma junção entre elas e a indústria:

> As artes e as letras, Senhores, são irmãs gêmeas, e tendem ao mesmo fim social, que é o aperfeiçoamento do gênero humano, elas marcham assim em harmonia. [...] É precisamente sobre o desenvolvimento e as conquistas destas duas fontes perenes de todo o progresso moral e material que se baseia a indústria. [...] Senhores, nunca seria possível dirigir e regular com proveito e com critério, como vós o tendes feito, as aspirações e o desenvolvimento da indústria nacional num grande país, cheio de recursos e de vida, como é o Brasil, sem que se tenha antes cultivado com esmero e com sucesso as artes e as letras. ("Discurso recitado na Assembleia Geral...", 1865, p.361)

Do mesmo modo, no aniversário da Sociedade Brasileira Ensaios Literários, a Sociedade Propagadora das Belas-Artes, que serviu de berço para aquela entidade, na voz de seu orador Luis Ayque (1865, p.460), manifesta:

> O espírito de associação é um elemento de vida moral.
>
> As associações literárias são os estádios em que se experimentam as forças do espírito, em que o talento pela unção do trabalho empluma as asas para voos da posteridade!
>
> E vós a compreendestes bem, Senhores, que vos ensombrais, hoje, de grinalda festiva para solenizar o aniversário da fundação desta Arcádia, tão prometedora de renome para vós e de glória para nossa pátria.

Como se vê, a postura de reforçar a necessidade e a importância de associar-se – expressa nos discursos proferidos pelos representantes das associações convidadas – vinha atestar o papel desse tipo de sociabilização para criar um ambiente propício à promoção e produção das letras e ao desenvolvimento do país. E não só esses depoimentos em prol do associar-se podem ser tomados como dispositivos de desenvolvimento de um certo espírito associativo, mas também a própria prática de frequentar sessões de outros grêmios reforçava tal crença, pois, até certo ponto, era a relação entre as associações que forjava esse espírito.

A prática de circulação de associados nas reuniões de outras agremiações estava acompanhada, inclusive, de um discurso de amizade fraternal entre elas, ou seja, é comum encontrar nos escritos dessas sociedades a designação "irmãs de letras" para reverenciar associações que mantinham proximidade de interesses e atuação. Todavia, é importante mencionar que o discurso em torno dessa relação fraterna entre associações começa a se manifestar na década de 50 do Oitocentos, quando, então, como destacado anteriormente, o número de associações literárias torna-se mais expressivo e tem início o trânsito entre as agremiações.

Manuel Vieira Tosta Filho (1839-1822) (1857, p.373, grifo nosso), segundo-secretário do Ateneu Paulistano, no quinto aniversário dessa instituição, relata:

> Eloquentes vozes representaram as gloriosas *irmãs em letras* do Ateneu Paulistano, o discurso do Snr. Silva Carneiro adquiriu

> importantes louros ao – Ensaio Filosófico – esses infatigável campeador das lides literárias, ao passo que o – Ensaio jurídico – agora na primavera dos anos, se coroo de uma aureola luminosa pelo discurso do seu Orador o Snr. Gomes de Menezes. Cabe-nos agradecer a ambas essas Associações o propício acolhimento ao convite, que lhes dirigiu o Ateneu.

Do mesmo modo, Afonso Guimarães Júnior (1861, p.6, grifo nosso), no relatório de 1860 da Sociedade Recreio Instrutivo, descreve que

> [...] quanto as nossas relações externas, além da que existia desde o ano passado com o Amor à Ciência, que nasceu quase ao mesmo tempo que a nossa, durante este ano nos relacionamos com o Instituto Acadêmico, Brasília, Culto à Ciência e há dias com o Ensaio Filosófico, Ateneu Paulistano e Club Científico. Esta aliança com as nossas *irmãs de letras* é uma garantia para nossa Associação, por que cobertas de glórias e louros como elas são, certamente muito nos honram muito nos animam, prestando-nos seus auxílios e valiosa proteção. As associações Culto à Ciência, Instituto Acadêmico e Amor à Ciência deram-nos mais uma prova de confraternidade, oferecendo-nos alguns números de seus jornais.

Ainda a esse respeito, Feliciano Teixeira Leitão (1865, p.402-3), na *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*, ao noticiar o aniversário de uma agremiação, ressalta:

> [...] a S. L. Nova Filomática celebrou a sua 1ª sessão aniversária. Se foi pouco numerosa a reunião, se muitas das associações convidadas para assistir a esse festejo não prestaram a aquiescência devida à uma *associação irmã*, é contudo certo que a reunião modesta preencheu o fim para que, entre outros muitos, fomos convidados.

Juntamente com essa fraterna relação, era usual as sociedades presentearem suas "irmãs de letras" com os exemplares dos

periódicos que publicavam. A Associação Tributo às Letras, por exemplo, trazia no seu relatório de 1861 uma lista das revistas recebidas: "temos recebido as revistas que as associações acadêmicas têm publicado, as quais formam a nossa pequena biblioteca" (Tolentino, 1864, p.37). Dessa modesta biblioteca faziam parte: um exemplar dos estatutos do Club Literário, um do Ensaio Acadêmico, um registro interno da redação e dez revistas do Instituto Científico, doze do Culto à Ciência, dois do Ensaio Acadêmico, um do Recreio Instrutivo, um do Ensaio Filosófico, dois do Ateneu Paulistano e cinco da *Revista Escolástica do Rio de Janeiro* (ibidem). Esses letrados gregários, portanto, acreditavam que a distribuição entre as associações de suas publicações era uma forma segura de legitimação da existência da instituição e um meio de torná-la pública.

E quando não havia essa cordialidade ou troca de revistas, vale destacar, as associações logo se manifestavam, como foi o caso do Ateneu Paulistano. No relatório do primeiro-secretário Duque-Estrada Teixeira, este questiona sobre o silêncio do IHGB, que não respondeu às comunicações desse grêmio nem acusou o recebimento dos jornais que lhes foram remetidos. As medidas, então, tomadas pelo Ateneu depois do ocorrido, apresentadas em ata, foram a suspensão da remessa de jornais para o IHGB e um comentário provocativo de Teixeira (1857, p.378-9): "não esmolamos favores nem mendigamos proteção, contamos apenas com simpatias a que temos direito". Essa ponderação pode ser vista como uma pequena alfinetada no IHGB e na sua "imediata proteção de S. M. I. o Senhor D. Pedro II".

Outra quebra, agora mais significativa, daquela certa calmaria anunciada entre as sociedades literárias se deu entre a Sociedade Ensaio Filosófico Paulistano e o Ateneu Paulistano. De acordo com o relatório da sessão de 18 de junho de 1852 (Teixeira Júnior, 1852), uma proposta de reforma nos estatutos da Ensaio Filosófico Paulistano havia gerado uma grande polêmica e um cisma entre os associados. Na ocasião, 13 sócios pediram demissão, e entre esses nomes estavam os de Santos Lopes, José Bonifácio, o moço, e Francisco da Costa Carvalho, os quais, dois meses depois, estariam à frente da nascente associação Ateneu Paulistano. Não se tem

muitas notícias sobre essa cisão entre os sócios da Ensaio Filosófico que gerou o surgimento do Ateneu Paulistano.[16] No entanto, apesar das motivações e desavenças, as duas agremiações sempre fizeram questão de reproduzir uma conduta amigável entre oradores e sócios, tanto que, na sessão inaugural do Ateneu, Manuel Antônio Duarte de Azevedo (1852, p.33-4), orador do Ensaio Filosófico, proferiu o seguinte discurso:

> Senhores: – Quando mil brindes se fazem a uma existência que começa, quando mil vozes se erguem para inaugurarem um busto, que não terá de simbolizar uma grande ideia, não seremos nós os únicos que guardem o silêncio na mesa do festim. O Ensaio Filosófico Paulistano, anuindo ao vosso convite, também se apresenta para saudar-vos. A glória e a prosperidade do ATENEU PAULISTANO!

Embora alguns atritos tenham ocorrido entre essas entidades, o discurso mais recorrente foi o de relação amigável entre as sociedades, ou melhor, entre as "irmãs de letras". Eis, decerto, mais uma faceta desse processo de desenvolvimento e arraigamento do gosto por associar-se.

O laboratório da mocidade brasileira

Juntamente com esse coro em prol do valor de associar-se, a exaltação da mocidade foi outra constante perceptível no discurso

16 Estudos posteriores, como o de Garmes (2006, p.39-40) sobre os *Ensaios Literários*, do Instituto Literário Acadêmico, destacam que no momento em que surgiu o periódico do Ateneu Paulistano, em 1852, seus redatores mantinham "longas polêmicas" com os integrantes da Ensaio Filosófico. O autor destaca as "ácidas críticas" feitas por Santos Lopes à série de artigos intitulados *Ensaios*, de Tomás Alves, ou mesmo o debate sobre "os destinos da alma humana" entre Antônio Ferreira Viana, do Ateneu, e Rodrigo A. da Silva, da Ensaio Filosófico (ibidem). Já Machado (2001) aponta a morte de Álvares de Azevedo como o fator cardeal do cisma dentro da Ensaio Filosófico.

dos letrados gregários, especialmente no caso das associações paulistas, formadas por acadêmicos ao redor do Largo São Francisco. Na revista *Ensaios Literários*, do Instituto Literário Acadêmico, o qual foi criado por primeiranistas da turma de 1846 da Faculdade de Direito, não por acaso, praticamente todos os escritos vangloriaram-se dos trabalhos da mocidade brasileira daquele tempo. Em 1850, Cipriano Fenelon Guedes Alcoforado (1850, p.31), nesse sentido, num longo mas ilustrativo discurso lido na comemoração dos 22 anos da Faculdade de Direito de São Paulo, manifesta:

> A mocidade ardente em concepções, ousada em perscrutar, palpitante, ansiosa, perseverante em seu trabalho, cheia de seiva de vida e vigor, entre risos e folganças, trabalha, caminha [...] como a regeneradora da sociedade, como o arcanjo de luz, como pensamento de Deus, e para esse trabalho insano lhes deu Deus tempo, vontade e meios [...] e um destes [meios] talvez o mais profícuo, o de maiores e quase incríveis resultados, foi a associação. [...] Srs., hoje um dos meios mais usuais de estudos, adotado por vós e por vossos colegas (quero falar dos vossos colegas de Olinda e das mais Academias do Império) é a associação, algumas das quais tendo em vistas a publicação de periódicos, tem entre outros publicado o *Mosaico*, o *Crepúsculo*, o *Fileidemon*, o *Polimático*, o *Cruzeiro do Sul*, os *Ensaios Literários*, o *Ateneu*; é portanto do aturado estudo, dos esforços combinados da mocidade Acadêmica, que tem nascido estes valentes campeões, que hasteando a bandeira do progresso, justificam a divisa, que tomaram – o querer é poder.

O caráter encomiástico, pois, enumerava as qualidades da juventude que poderia levar adiante a missão. No topo, virtudes contrastantes como desassossego e inquietude, de um lado, e constância e empenho, de outro, mostravam-se igualmente necessárias para que as associações cumprissem seu desígnio. Desígnio que, anos antes, já se vinha igualmente delineando como missão dos jovens em outras falas laudatórios, como o discurso de inauguração da associação em questão, em que seu presidente, após anunciar a

fundação da entidade, assevera: "o progresso é sempre impelido pela mocidade: é ela sempre a primeira a lançar os germens da civilização, a primeira sempre a regenerar o país" (*Ensaios Literários. Jornal de uma Associação de Acadêmicos*, 1848, p.4).

O tom apologético e suplicante dos discursos dos membros das sociedades literárias, os quais buscavam transmitir uma imagem de portadores das Luzes, pretendia despertar o desejo dessa mocidade de tomar as rédeas do país e ocupar um lugar naquele cenário. Enquanto liam-se e/ou ouviam-se uns aos outros, esses jovens letrados empenharam-se em estabelecer uma relação direta entre seu potencial e os valores que, embora de conteúdo pouco claro para muitos, eram tomados como incontornáveis para as jovens nações daquele tempo: progresso e civilização. Ambas as noções, pelo que se depreende das publicações das sociedades literárias, foram diretamente alimentadas pelas ideias filosóficas de Victor Cousin, o pensador mais lido no interior da Academia de Direito naquele tempo. De acordo com o filósofo francês,

> *La développement de l'espece humaine dans le espace et le temps, c'est l'histoire. Je dis le développement; car il n'y a point de l'histoire de ce qui ne se développe point. Et quelle est l'idée impliquée dans celle de développement? L'idée de progrès. Tout histoire implique donc un développement, une marche progressive. Qu'est-ce maintenant que le développement progressif de l'espece humaine das l'histoire? La civilization.* (Cousin, 1841, p.12)

Na visão de Cousin (1841) e dos membros das sociedades literárias aqui estudadas, para que o Brasil fizesse parte da história, portanto, seria necessário que o país e seu povo progredissem e se desenvolvessem.[17] E um dos meios mais seguros para a realização de

17 Manuel Salgado Guimarães (1988, p.8), a propósito, ao analisar o projeto do IHGB para uma história nacional, destaca que a leitura da história empreendida pelo instituto esteve marcada por um duplo projeto: "dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a contudo numa tradição de civilização e progresso, ideias tão caras ao iluminismo".

tal empreitada seria justamente o desenvolvimento da cultura por meio das agremiações literárias.

Desse modo, esse vínculo entre mocidade, progresso e civilização, segundo esses jovens acadêmicos, se dava por meio do agrupamento da incipiente intelectualidade, ou seja, o canal para a mocidade alcançar o progresso e regenerar o país era justamente por meio das associações. Tais ligações, como é sabido, não eram procedimentos exclusivos das associações literárias, podendo ser notadas em todos os campos que estiveram comprometidos com a formação da nascente nação brasileira. Barão de Mauá, por exemplo, em 1851, no lançamento do segundo Banco do Brasil, como ficou conhecido, declara: "o espírito de associação, senhores, é um dos elementos mais fortes da prosperidade de qualquer país, é, por assim dizer, a alma do progresso" (Visconde de Mauá, 1942, p.127).

Malgrado essa mocidade tenha se empenhado em exaltar seus feitos, constituir associações e fomentar o surgimento de um certo espírito associativo, a efemeridade do movimento associativo, tão denunciada e temida por esses homens, esteve diretamente ligada à pouca idade dos letrados. Analisando, por hora, o caso das associações literárias de São Paulo, as quais se organizaram no seio da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, vale ressaltar que da pioneira Sociedade Filomática, formada por alguns professores da Faculdade de Direito e, na sua maioria, por acadêmicos, passando pelo Instituto Literário Acadêmico, criado por iniciativa dos discentes do primeiro ano, até as agremiações da década de 70 do Oitocentos, quando esse movimento perde força, praticamente todos os grêmios tiveram seus quadros preenchidos quase que exclusivamente por jovens acadêmicos.

Assim sendo, as sociedades literárias paulistas eram formadas por jovens que estavam cursando a faculdade, e, quando esses mesmos homens terminavam os cinco anos de graduação, a vitalidade e a força de que dispunham nos tempos acadêmicos para levar a cabo essas iniciativas associativas também diminuíam. A vida acadêmica, tomando as palavras do periódico *Ensaios Literários. Jornal de uma Associação de Acadêmicos* (1849, p.2), é "momentânea e

passageira – um dia de solenes alegrias, de grandes saudades nos espera no rematar desta viagem científica –, nesse dia, desapareceremos das cenas dessa vida para entrarmos como autores no grande teatro do mundo". Ou seja, os tempos acadêmicos, e as agremiações literárias estavam incluídas aí, eram uma etapa do processo de formação daqueles homens de letras. Além disso, em alguns casos, as sociedades literárias pareciam atividades complementares da graduação, isto é, as reuniões promovidas pelos grêmios podem ser vistas como uma espécie de prolongamento ou extensão da Academia.[18]

No entanto, embora as sociedades literárias tenham sido empreendimentos vítimas da inconstância própria da juventude, em contrapartida, essas associações funcionaram como uma espécie de laboratório, um laboratório onde os acadêmicos com pretensão a escritor ou político iniciavam seus trabalhos, ou melhor, uma espécie de espaço iniciático na vida pública. Apesar do caráter efêmero, esses grêmios, como vimos, realizavam reuniões com frequência, faziam sessões solenes, tinham estatutos, lançaram periódicos, possibilitaram a publicação das primeiras obras de jovens escritores e deram espaço para os aspirantes a políticos exercerem cargos de liderança, exercitarem a oratória e se organizarem dentro desse meio. Justiniano José da Rocha, por exemplo, quando cursava o último ano de Direito, ajudou a fundar a Sociedade Filomática, em 1833. Nesse tempo, Rocha (1833) estava iniciando suas atividades nas letras e no jornalismo e publicou, na *Revista da Sociedade Filomática*, um estudo pioneiro no ramo do nascente discurso crítico-literário, intitulado "Ensaio crítico sobre a coleção de poesias do Sr. D. J. G. Magalhães". Depois desse primeiro momento acadêmico, J. J. da Rocha tornou-se um grande jornalista, um tradutor incansável – de obras como *O conde de Monte Cristo*, de Alexandre Dumas, em 1845, ou de *Os miseráveis*, de Victor Hugo, em 1862 –,

18 Hélder Garmes (2006, p.43), em seu estudo sobre o periodismo acadêmico, destaca que "o associativismo acadêmico pode funcionar, então, como apoio eficaz das atividades escolares, apresentando-se, possivelmente, como lugar ideal para a publicação de trabalhos de final de curso".

além de destacar-se como político ligado ao Partido Conservador e autor do panfleto "Ação, reação, transação" (1855), ensaio "acerca da atualidade" política do Brasil.[19]

Outros estudantes da Faculdade de Direito e membros de associações acadêmicas também se tornaram personagens destacados na política nacional, a saber: Aureliano C. Tavares Bastos foi membro do Instituto Acadêmico Paulista, redator da sua revista, *O Caleidoscópio*, e participou, como partidário do liberalismo, ativamente da vida política, exercendo três mandatos como deputado geral pela província de Alagoas e escrevendo obras como *A província*, de 1870; e Manuel Ferraz de Campos Sales, membro e colaborador da Associação Culto à Ciência e, mais tarde, quarto presidente da República, de 1898 a 1902. Sem falar no chamado "ninho de republicanos" formado pela Faculdade de Direito de São Paulo nesse tempo. Só na turma de Campos Sales, entre os anos de 1859 e 1863, estiveram na mesma classe Bernardino de Campos, Francisco Quirino dos Santos, Rangel Pestana e Prudente de Moraes.[20]

Figura igualmente destacada nesse cenário foi Álvares de Azevedo, o qual, apesar da passagem curta pela vida, realizou obra literária significativa, foi colaborador em alguns periódicos da época e o idealizador e fundador da Sociedade Ensaio Filosófico

19 Sobre Justiniano José da Rocha, ver Cardim (1964) e Rocha (1956).

20 As faculdades de Direito, tanto de São Paulo como de Recife, foram consideradas por Joaquim Nabuco (1899) como "ante-salas da Câmara", ou seja, centros por excelência de formação de políticos e da administração imperial. Sobre a Faculdade de Direito de São Paulo como uma "escola política", ver Martins e Barbuy (1998, p.58-71). Sérgio Adorno (1988) igualmente, em *Os aprendizes do poder*, desenvolve a ideia de que, mais que uma instituição de ensino jurídico, a Academia de Direito de São Paulo foi uma formadora de políticos, ou seja, a formação do bacharel teve muito mais um sentido político do que propriamente jurídico. De acordo com Adorno (1988), "desde cedo, os cursos jurídicos nasceram ditados muito mais pela preocupação de se constituir uma elite política coesa, disciplinada, devota às razões do Estado, que se pudesse à frente dos negócios públicos e pudesse, pouco a pouco, substituir a tradicional burocracia herdada da administração joanina, do que pela preocupação em formar juristas que produzissem a ideologia jurídico-política do Estado Nacional emergente". Ver também Venâncio Filho (2004).

Paulistano. Também no campo da literatura, tivemos Fagundes Varela, que produziu a parte mais importante da sua obra na sua fase de estudante, e o mesmo aconteceu com Aureliano Lessa, Bittencourt Sampaio, Francisco Otaviano, Bernardo Guimarães, como poeta, José Bonifácio, o moço, e dezenas de outros.

Ainda sobre essa mocidade que esteve na cabeceira do movimento associativo em São Paulo, merece destaque José de Alencar. Quando jovem, esse renomado romancista havia sido membro fundador do Instituto Literário Acadêmico e, anos depois, relembrando esses tempos da Academia de Direito, afirmava: "fundamos, os primeiranistas de 1846, uma revista semanal sob o título – *Ensaios Literários*" (Alencar, 1893, p.20); e sobre os caminhos que seus contemporâneos de faculdade e de associação seguiram: "dos primitivos colaboradores desse periódico, saudado no seu aparecimento por Otaviano e Olímpio Machado, já estão redatores da *Gazeta Oficial* (ibidem)". Os outros, prossegue Alencar (1893, p.20), "aí andam dispersos pelo mundo. O Dr. José Machado Coelho de Castro é presidente do Banco do Brasil" e o "conselheiro João de Almeida Pereira, depois de ter luzido no ministério e no parlamento, repousa das lides políticas no remanso da vida privada". Muitos desses jovens acadêmicos, como se vê, iniciaram suas carreiras nos tempos da faculdade por meio de associações literárias e, com o passar do tempo, ganharam espaço nas letras e na política do país. Ali aprenderam a desenvolver as habilidades oratórias que tanto peso tiveram na nossa vida política e não pouco na abertura de caminho para o prestígio dos escritores.[21]

21 A importância da retórica e da eloquência na formação dos políticos, de uma literatura e de uma cultura brasileiras foi estudada, entre outros, por Souza (1999), Silva (1978), Brandão (1988), bem como por Antonio Candido (2007, p.309), o qual declara que "Como orador e jornalista foi que o intelectual definiu então em grande parte a sua posição: e sob tal aspecto apareceria doravante ao público médio, como a própria encarnação da literatura. Até os nossos dias persiste algo desta ligação funcional entre o reconhecimento coletivo e os gêneros públicos, sem dúvida os caminhos mais seguros que o homem de letras encontra para adquirir prestígio e recompensa. Ainda aqui, a fase que abrange

A passagem por associações literárias, portanto, era um primeiro passo da formação de homens que, até certo ponto, se tornaram figuras significativas do Oitocentos brasileiro. Primeiro passo apenas, pois outras duas etapas coroavam a vida intelectual nesse tempo em que se tentava convencer sobre a importância das trajetórias coletivas para aquilo que se acreditava ser a missão dos estudiosos, dos sábios e dos cultivados: criar um país civilizado, inspirado nas conquistas do passado e nas promessas do futuro. No circuito São Paulo/Rio de Janeiro, três estágios configuravam, portanto, a vida dos intelectuais: uma breve passagem pelas sociedades literárias formadas por jovens acadêmicos ou principiantes; a participação no IHGB, modelo de associação bem-sucedida no Império brasileiro; e a chegada à renomada instituição literária brasileira de âmbito nacional, a ABL, como sócio ou homenageado. Não necessariamente, porém, os letrados passavam pelos três estágios durante a carreira. Mas muitos desses letrados que transitaram, no tempo da mocidade, entre as associações literárias de São Paulo seriam os mesmos homens que, quando mais maduros, iriam compor os quadros do IHGB, e alguns, inclusive, seriam homenageados como patronos das cadeiras da ABL. Vejamos, de modo abreviado, algumas dessas trajetórias.

O caso mais notável foi de José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), mais conhecido como Barão do Rio Branco.[22] O jovem acadêmico, embora tenha concluído sua graduação em Direito na Faculdade de Direito do Recife, cursou os três primeiros anos, de 1862 a 1864, na Faculdade de Direito de São Paulo e, nesse tempo, participou, como vice-presidente, da associação Club Acadêmico, fundada em 1863. Logo depois de formado, Rio Branco foi convidado para filiar-se ao IHGB, com apenas 22 anos, chegando, no início do século XX, à presidência da instituição. E, ainda, em 1898, foi eleito membro da ABL, ocupando a cadeira de número 34. Do

---

os reinados de d. João VI e d. Pedro I, mais a Regência, parece decisiva para apreendermos certas constantes da nossa vida mental independente".

22 Sobre o barão do Rio Branco, ver Lins (1996) e Viana Filho (2008).

mesmo modo, João M. Pereira da Silva (1817-1898), participou dos três momentos da experiência associativa: foi membro da Associação Ensaio Acadêmico, criada em 1861, do IHGB, bem como foi sócio e fundador da cadeira de número 34 da ABL, cuja vaga, como apontado anteriormente, seria logo preenchida pelo Barão do Rio Branco.

É verdade que muitos desses homens de letras não viveram o suficiente para compor os quadros da tão almejada ABL, todavia, de alguma forma, os nomes de alguns letrados gregários do tempo da Faculdade de Direito estiveram lá, por meio da criação do Patronato de cada uma das 40 cadeiras da entidade. Isto é, a ABL, apesar de ter seguido o modelo de organização em 40 cadeiras da Academia Francesa, inovou ao designar um patrono para cada assento. Entre os jovens que partilhavam do gosto por associar-se nos tempos da faculdade e foram homenageados na ABL, temos como patronos: Álvares de Azevedo (1831-1852), da cadeira de número 2; Bernardo Guimarães (1825-1884), da cadeira de número 5; Casimiro de Abreu (1839-1860), da cadeira de número 6; Fagundes Varela (1841-1875), cadeira de número 11; França Júnior (1838-1890), da cadeira de número 12; Francisco Otaviano (1825-1889), da cadeira de número 13; José Bonifácio, o moço (1827-1886), da cadeira de número 22; José de Alencar (1829-1877), da cadeira de número 23; Junqueira Freire (1832-1855), da cadeira de número 25; Pedro Luís Pereira de Sousa (1839-1884), da cadeira de número 31; e Tavares Bastos (1839-1875), da cadeira de número 35.

E dos letrados que participaram dos dois primeiros momentos da carreira associativa, podemos destacar: Couto Magalhães, o Barão de Corumbá, o qual foi colaborador na revista da Sociedade Ensaio Filosófico Paulistano e membro da Arcádia Paulistana, da Associação Club Científico e do IHGB; Francisco Homem de Melo, o Barão Homem de Melo, sócio da Arcádia Paulistana e do IHGB; Luiz Francisco da Veiga, presidente do Club Científico e membro do IHGB; João Francisco Diana, membro da Associação Tributo às Letras e do IHGB; Leonel M. de Alencar, o barão de Alencar, sócio do Instituto Literário Acadêmico e do IHGB, entre outros homens de letras. Esse trajeto intelectual de São Paulo para o Rio de Janeiro, a

propósito, esteve, por vezes, relacionado à necessidade de realização profissional do letrado.[23]

Depois de apresentarmos essa espécie de circuito associativo de formação de parte da intelectualidade que estudou em São Paulo, retomemos a questão da efemeridade das agremiações literárias. Visto que a curta duração das sociedade literárias esteve diretamente relacionada aos ímpetos da juventude, essa tal efemeridade possibilitou, inclusive, um trânsito desses jovens entre associações literárias. Nem bem uma sociedade encerrava seus trabalhos, os seus sócios já estavam fundando uma nova ou preenchendo quadros de outra. Desse modo, durante os anos da graduação ou mesmo antes nos preparatórios,[24] os estudantes da Faculdade de Direito, munidos de um espírito associativo, passaram por mais de uma associação durante a vida acadêmica. O recordista de participações, pois, parece ter sido José Bonifácio, o moço, que, durante os preparatórios, foi membro do Instituto Literário Acadêmico, quando já ingresso na Faculdade de Direito, foi sócio da Sociedade Ensaio Filosófico Paulistano e do Ateneu Paulistano, e, depois de formado e professor dessa instituição, foi presidente do Instituto Acadêmico Paulista e presidente honorário da Associação Culto à Ciência.

Outra hipótese sobre a brevidade das associações talvez esteja relacionada à falta de fundos econômicos – tendo em vista que, na maioria dos casos, eram os próprios sócios que financiavam a instituição – e ao rarefeito cenário literário da época, em que os produtores de cultura, em sua maioria, eram os próprios consumidores (cf. Lajolo; Zilberman, 1996, p.64), ou seja, o Brasil do Oitocentos possuía uma sociedade que estava dando os primeiros passos rumo

23 Broca (1979, p.322) destaca que, "se a atividade intelectual era vivaz em São Paulo e em Recife, depois do período estudantil os que ali se haviam iniciado nas letras tinham de vir realizar-se na Corte".

24 De acordo com Martins e Barbuy (1998, p.31), os estudantes que vinham para São Paulo cursar a Faculdade de Direito "eram meninos de 15 anos, idade mínima prevista pela Lei de 11 de agosto para iniciar o curso de Direito. Muitos deles chegavam a São Paulo mesmo antes desta idade para frequentar o curso preparatório, então chamado de Curso Anexo, e depois prestar os exames para ingresso efetivo na Academia".

à modernização, em que a imprensa ainda se firmava e uma população era formada por mais de 70% de analfabetos (Veríssimo, 1977, p.47). Desse modo, a criação e a permanência de qualquer entidade cultural constituíam tarefa árdua, e a vontade de associar-se, em muitos casos, foi maior que a possibilidade de criar condições de concretização e solidificação dessas instituições. Tão árdua aparecia tal empreitada para aqueles homens que as sociedades literárias mais duradouras eram até exaltadas nas revistas. Feliciano Teixeira Leitão (1873, p.807), sobre a Sociedade Brasileira Ensaios Literários, exclamava: a associação "desmentiu-lhes o vaticínio; e esses quase decorridos 14 anos, esses 158 meses ou 5.110 dias são as provas evidentes da elevação da ideia, da excelência dos fins, da confraternidade e da perseverança dos obreiros".

E como uma espécie de fôlego para a mocidade, os discursos das associações literárias sempre destacavam a disposição dos jovens gregários, que nunca se deixavam abater. Afonso Guimarães Júnior (1861, p.4-5), no relatório da Sociedade Recreio Instrutivo, afirma que seu ânimo estava relacionado à força de vontade da mocidade brasileira e aos bons exemplos, ou seja:

> [...] a mocidade brasileira não desanima porque, além da força de vontade que lhe é própria, além da pureza e firmeza de suas convicções, ela tem o exemplo e a animação auxílio de ilustres e verdadeiros brasileiros, que sempre se acham à testa das grande empresas científicas e de artes, e dentre os quais sobressai aquele, em cuja majestosa fronte fulgura a coroa Imperial, o qual ocupará brilhantes páginas na pátria história, sobre quem a posteridade dirá: Pedro II soube em seu régio manto acolher as ciências e as artes, amou sua pátria, foi bom príncipe, e soube sempre segurar dignamente na cabeça a coroa que a nação confiou-lhe.

O espelho dos valorosos do passado e o apoio dos do presente deviam concorrer para o aclamado vigor da juventude. Dom Pedro II, mencionado no final dessa passagem, foi um grande incentivador da cultura e patrocinou muitas iniciativas literárias, sendo

visto, inclusive, pela maioria dos escritores, como um patrono das letras, um mecenas das artes no país, ou ainda, um "rei-filósofo", desempenhando um papel notório em todos os ramos do saber no Brasil.[25] Além da Recreio Instrutivo, outras associações literárias glorificaram o monarca, exaltaram sua atualização do binômio antigo saber/poder[26] e evocaram a sua ajuda, pois, como afirmou certa vez Maximiano de Souza Bueno (1859, p.7, grifo do autor), "a mocidade, ainda que forte e animada, precisa todavia de ter *os seus Mecenas*". Apesar, pois, dos brados laudatórios da figura do monarca, nem sempre foi tão amigável essa relação, e D. Pedro II foi acusado, mais de uma vez, de privilegiar somente as associações da capital do Império e esquecer-se das outras províncias. Além disso, o imperador não via com bons olhos aqueles jovens estudantes de São Paulo que se autodenominavam byronianos, adeptos de orgias e bebedeiras. O monarca tinha profunda admiração por Byron, considerando-o um dos maiores poetas do século, contudo, preocupado com a missão social da literatura e seu papel na formação da nacionalidade brasileira, não admitia que se confundisse a vida com a literatura, que se mimetizasse a arte. Pires de Almeida (1962, p.168), na sua série de artigos sobre o tema reunidos posteriormente em *A escola byroniana no Brasil*, afirma que o imperador criava "insuperáveis obstáculos à carreira diplomática e sobretudo à magistratura" dos byronianos.

Apesar de toda a disposição do imperador e do seu amor pelas letras, não foi, contudo, durante o período imperial que vimos surgir no Brasil uma associação literária de âmbito nacional. Esta só veio a se tornar possível em 1897, já na República, com a fundação da ABL, como visto no capítulo anterior.

* * *

25 O imperador do Brasil foi sendo construído, de acordo com Guimarães (1988), segundo os protocolos dos monarcas modernos: aqueles que abriram mão do uso da espada em prol da força da pena.

26 Sobre a atualização do binômio antigo saber/poder em D. Pedro II, ver Schwarcz (1998), Guimarães (1995), Carvalho (2007) e Calmon (1975).

Dos dispositivos de propagação e manutenção da prática de associar-se dos letrados, o principal, por certo, foi a imprensa. A imprensa periódica desempenhou um importante papel ao longo do Oitocentos brasileiro, tornando-se palco privilegiado das discussões sobre o Brasil e a sociedade brasileira. Ela era concebida nesse cenário não apenas como um dos meios para obter informações, mas também como um instrumento de aperfeiçoamento do homem e da sociedade. E, no caso das sociedades literárias surgidas no século XIX, esse papel da imprensa não foi equidistante; além de instruírem os jovens escritores, esses grêmios ainda possibilitaram a conquista de espaço pela mocidade que estava despontando, pois cada sociedade tinha o seu quinhão na imprensa.

Nesse afã, os membros das associações, com um extraordinário apetite poético e literário, tinham seus objetivos bem definidos, a saber: a necessidade de nacionalizar não apenas a literatura, mas igualmente todos os segmentos da vida brasileira. E o meio que essas associações encontraram para ter voz naquele nascente cenário intelectual foi justamente pela, igualmente incipiente, imprensa. Da Sociedade Filomática de São Paulo (*Revista da Sociedade Filomática*, 1833) à Sociedade Filomática do Rio de Janeiro (*Jornal da Sociedade Filomática*, 1959-?), passando pelo Instituto Literário Acadêmico (*Ensaios Literários. Jornal de uma Associação de Acadêmicos*, 1846-1851), Ensaio Filosófico Paulistano (*Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*, 1851-1864?) – talvez o mais importante dos periódicos da época que circularam em São Paulo –, Ateneu Paulistano (*Ensaios Literários do Ateneu Paulistano*, 1852-1866?), Instituto Acadêmico Paulista (*O Caleidoscópio*, 1859-?), Sociedade Brasileira Ensaios Literários (*Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*, 1865-1874), Associação Recreio Instrutivo (*Revista da Associação Recreio Instrutivo*, 1861-1863), Associação Culto à Ciência (*Memórias da Associação Culto à Ciência*, 1859-1861), Associação Tributo às Letras (*Revista da Associação Tributo às Letras*, 1863-1866) e por uma dezena de outras associações de caráter literário, todas, de algum modo, lançaram revistas ou jornais.

Finalizado esse breve mapeamento das formas de organização das sociedades literárias surgidas em São Paulo e no Rio de Janeiro e dos dispositivos de desenvolvimento e preservação de um certo espírito associativo, dediquemos mais tempo à imprensa periódica. O propósito do próximo capítulo é, justamente, realizar um breve mapeamento de como eram essas revistas, quem escrevia e quais os seus formatos e conteúdos, bem como apresentar a importância dessas publicações para a literatura e a crítica literária, dado que esses impressos tiveram papel central para as associações literárias e para a propagação da literatura, da crítica literária e do escritor do século XIX.

3
Dos frutos impressos nas associações

> "O periódico é o boletim de cada dia em que se escrevem as pulsações do coração da sociedade; é o estudo das instituições, dos costumes, das crenças, das luzes de cada hora na vida social, considerada em todas as suas faces; ele afasta todas as decadências, alenta todos os sãos princípios, e prepara, fecunda, dirige e coroa as revoluções do mundo." (*Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*, 1863)

Das revistas

O Instituto Literário Acadêmico, em balanço efetuado depois de um ano de existência, declara que, não se contentando "com o recinto estreito em que se encerrava, almejou um espaço mais amplo, lançou-se na senda do jornalismo!" (*Ensaios Literários. Jornal de uma Associação de Acadêmicos*, 1848, p.2-3). A publicação de periódicos, pois, apresentava-se para aquela incipiente intelectualidade como a forma mais segura de legitimação da existência de uma agremiação, de divulgação dos escritos dos letrados e de obtenção de um lugar no meio letrado da época. Depois de termos visto, no capítulo anterior,

como os dispositivos de desenvolvimento e manutenção de um tal espírito de associação desempenharam um papel significativo na organização e afirmação dos letrados de São Paulo e Rio de Janeiro do Oitocentos, destaquemos, entre esses dispositivos, a imprensa, que, como anunciado, ocupou um lugar fulcral no movimento. Mais do que um meio de propagação da produção das sociedades literárias, como veremos ao longo deste capítulo, os impressos foram poderosos instrumentos de manutenção da prática de associar-se dos letrados daquele tempo. Antes, contudo, de debruçarmo-nos sobre a importância dessas publicações para a literatura e a crítica literária, façamos um breve mapeamento de como eram essas revistas, quem escrevia e quais os seus formatos e conteúdos, a fim de conhecermos esses impressos por vezes esquecidos na história.

Apesar da dificuldade em saber, com exatidão, a data de encerramento e mesmo a duração de muitas das publicações dessas associações, em razão da carência de estudos sistematizados sobre esses periódicos e da dificuldade de encontrar documentação completa,[1] é possível afirmar que a maioria dos impressos, assim como suas associações, teve vida curta. Para se ter uma ideia, a duração média de muitas revistas era de três a cinco anos: o Instituto Literário Acadêmico publicou sua revista de 1847 a 1851; a Associação Recreio Instrutivo, de 1861 a 1863; a Associação Tributo às Letras, de 1863 a 1866; o Instituto Científico, de 1862 a 1866; e a Associação Ensaio Acadêmico, de 1861 a 1865. Outros periódicos, como *Revista da Sociedade Filomática*, *O Caleidoscópio*, *Exercícios Literários do Club Científico* e *Revista da Fraternidade Literária*, tiveram vida curtíssima. A primeira revista, que inaugurou o gênero periódico literário em São Paulo, teve duração de seis meses; a segunda, publicação semanal do Instituto Acadêmico Paulistano, lançou 25 números entre os meses de abril e setembro

1 No caso das publicações das sociedades literárias paulistanas, um incêndio ocorrido, em 1880, na Faculdade de Direito resultou na perda de parte da documentação dessas agremiações, que provavelmente era armazenada nos arquivos dessa instituição. Entre os principais estudos sobre imprensa paulista, podemos destacar: Toledo (1898), Freitas (1915), Duarte (1972) e Deaecto (2011).

de 1860; a terceira, revista mensal da associação Club Científico, editou somente três números de sua revista no ano de 1859; e a última citada, que circulou em 1878, viveu tanto quanto a sociedade de que era órgão, isto é, quatro meses, publicando apenas quatro números.

Vida mais longa tiveram os periódicos *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*[2] (1851-1864), *Ensaios Literários do Ateneu Paulistano* (1852-1866?), *Revista Mensal da Sociedade Brasileira Ensaios Literários* (1863-1874) e *Memórias da Associação Culto à Ciência* (1859-1867?). Sobre os *Ensaios Literários do Ateneu Paulistano*, é válido mencionar que esse periódico foi confundido, mais de uma vez ao longo da história, com o jornal *Ensaios Literários*, órgão do Instituto Literário Acadêmico. A revista da associação Ateneu Paulistano buscou ser, pelo que se depreende da leitura de seus escritos, uma continuação do jornal *Ensaios Literários*.[3] Talvez aí resida a confusão de alguns historiadores, pois, no primeiro número da revista, de 2 de agosto de 1852, já aparece enunciado: "rompendo por entre os ataques do indiferentismo, transpondo os obstáculos criados pelo receio e incerteza de seguir a senda tão risonha de seu passado, eis renascidos os *Ensaios Literários*" ("Introdução", 1852, p.1).

Tal oscilação do período de existência dessas revistas, variando de meses a anos e chegando até mais de dez anos, evidenciava a dificuldade de manutenção não só das próprias sociedades literárias,

---

2 A *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano* iniciou-se com o nome *Revista Literária. Jornal do Ensaio Filosófico Paulistano*. José Aderaldo Castelo (1999, p.181), em seu estudo sobre a evolução da literatura brasileira, afirma que essa revista constituiu uma "amostra excelente" do pensamento da época, na filosofia, no direito, na história e literatura, sendo possível encontrar nas suas páginas "a questão do sentimento nacionalista e do sentimento da poesia brasileira".

3 Hélder Garmes (2006, p.38) destaca, contudo, que o Ateneu Paulistano, apesar de reivindicar a tradição dos *Ensaios Literários*, "em momento algum se tem a impressão de continuidade entre os dois periódicos. A matéria publicada nos *Ensaios Literários do Ateneu Paulistano* privilegia disciplinas jurídicas e sociais, com um pequeno espaço reservado para a literatura, situação exatamente contrária à dos *Ensaios Literários*". O que fica evidente, segundo o autor, é a intenção do Ateneu Paulistano de "granjear, através do título *Ensaios Literários*, o reconhecimento acadêmico da publicação homônima" (ibidem).

mas especialmente das produções dessas agremiações. A redação da *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*, por exemplo, no texto de comemoração dos dois anos de existência, aclamava, "para o circuito dos amigos da mocidade que trabalha nas pugnas literárias deste tempo, um ano de vida de um periódico modesto e consciencioso [era] um século de esperança" ("Aos leitores", 1865, p.449). Os altos custos das impressões de exemplares, a penosa busca por um número considerável de assinantes e as poucas e precárias tipografias garantiam esse cenário. Álvares de Azevedo (1976, p.169), do mesmo modo, em carta na qual propõe a criação de um jornal ao primo Domingos Jaci Monteiro, expõe esses problemas:

> Por 27$ mensais não imprimimos três números, cada um do formato do *Maribondo* [sic]; e para que mais?
>
> Cuidaremos somente em arranjar cem assinantes, pagando cada um a quantia de 1$ por três meses. [...] Eu me encarrego de angariar quarenta; você tem muitos conhecimentos acadêmicos, e pode arranjar o resto: a assinatura é muitíssimo leve; uma pataca por mês.

Anos antes, pois, no seu sexto e último número, de 1º de dezembro de 1833, a *Revista da Sociedade Filomática* (1977, p.198) já apontava essas dificuldades relacionadas aos valores das publicações, à manutenção do periódico, à falta de leitores, bem como ao pouco apreço do público pela literatura:

> Com o nº 6 remata a publicação da *Revista da Sociedade Filomática*. O perecimento da Sociedade, que encarregara aos Redatores trabalho tão superior às suas forças, é a razão principal, porque o periódico cessa, mas também contribui para este efeito a pouca tendência, que nos ânimos ainda se encontra, para objetos literários, o desprezo com que são tratos assuntos aliás dignos de todo o apreço, a impressão desfavorável que ainda nos espíritos causa só o nome de – Belas-Letras, e por fim o nem um auxílio que por 6 meses encontraram os Redatores nas pessoas instruídas, que poderiam favorecê-los.

Malgrado a *Revista da Sociedade Filomática* tenha sido pioneira em São Paulo e, em razão disso, seu trabalho possa parecer bem mais penoso, o tom da nota dos redatores ao destacar o esforço quase sobre-humano para levar a cabo uma publicação pode ser notado, como se vê, nas demais publicações que vieram depois. Muitos editores da época, inclusive, mencionam com frequência o "mal dos sete números", ou seja, dadas as dificuldades financeiras ou propriamente de público, muitas revistas, jornais e outras publicações não chegavam à maturidade, isto é, não ultrapassavam o sétimo número de publicação.

A superação dos números iniciais, portanto, era amplamente celebrada nas páginas desses periódicos, com discursos laudatórios que buscavam traçar as duras aventuras na imprensa. Os redatores de *Ensaios Literários. Jornal de uma Associação de Acadêmicos* (1849, p.1), no texto de comemoração do primeiro ano da revista, de maio de 1849, declaram, por exemplo, que "os *Ensaios* cumpriram o seu tempo de provanças e se purificavam com a crítica esclarecida", apesar dos muitos "obstáculos e desenganos para provar-lhe as forças e o vigor". Os *Ensaios Literários*, continuam os redatores, eram "a realização de uma ideia, nós os apóstolos de uma missão" (ibidem). O discurso de missão manifesto, pois, denuncia o caráter pioneiro desses periódicos, que tinham ainda de justificar seu valor e apelar para o tom de glorificação para que o seu desbravamento fosse reconhecido. E não somente na produção das associações literárias, mas também em outros periódicos da época não vinculados diretamente aos grêmios literários, a preocupação com a longevidade das publicações esteve presente. O mesmo foi feito pela renomada revista *Guanabara*, que circulou entre os anos de 1849 e 1856 e foi considerada uma das mais importantes publicações impressas durante o nosso momento romântico. Essa revista não deixa de exaltar-se e comemorar, em 1851, a sua suada periodicidade:

> Quando no dia primeiro de dezembro de 1849 alguns homens corajosos publicaram o primeiro número desta revista, muito longe estavam de esperar que ela chegasse ao seu terceiro tomo. Foi um

> ensaio, uma tentativa, como muitas outras que a tinham precedido: Deus, porém, abençoou a sua obra e ele, que lê no fundo dos corações, conheceu que nenhum outro pensamento senão o de promover o desenvolvimento intelectual do país guiava a tais homens. (*O Guanabara*, 1851, p.254)

Acresce a essa preocupação com a longevidade e manutenção da periodicidade dos impressos um obstáculo ainda maior à sua sobrevivência: as férias escolares. No caso de São Paulo, em especial, muitos desses periódicos sobreviveram o "tempo decorrido entre duas estações florais", ou seja, de acordo com o estudo de Afonso de Freitas (1915, p.17) do início do século XX, as publicações dos grêmios literários acadêmicos paulistas "germinadas à sombra do velho mosteiro de S. Francisco, nasciam em Maio ou Junho, após a abertura das aulas quando já desabrochadas as flores nos jardins do velho mundo, e feneciam em Novembro, com o encerramento do ano letivo". Como vimos no capítulo anterior a propósito da efemeridade das agremiações, esta se devia em grande parte ao fato de serem iniciativas de jovens acadêmicos que, ao se formarem, dispersavam-se e perdiam o fôlego para dar continuidade a essas empreitadas associativas. A grande maioria dos estudantes ou voltava para casa ou dirigia-se para a capital do Império, findando os trabalhos das sociedades literárias. O mesmo, pois, ocorria com os periódicos desses acadêmicos, ou seja, a vontade de produzir e publicar um periódico era enorme, como é possível notar nos vários discursos dos membros dessas sociedades literárias, no entanto essa vontade era quase do tamanho do período letivo, tendo data e tempo de duração um tanto previsíveis. Assim, parte significativa das iniciativas desses jovens letrados era impulsionada pelas motivações próprias do tempo de estudante e, em contrapartida, delimitadas pelo calendário letivo da Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

Na visão dos estudantes da Faculdade de Direito – e muito provavelmente essa visão não se restringiu apenas a eles –, os tempos acadêmicos eram considerados uma fase única da vida desses moços,

em que as iniciativas, as oportunidades e as ideias brotavam a todo tempo e as mais diversas experiências podiam ter lugar. José de Alencar (1893, p.26), por exemplo, sobre os tempos de estudante de Direito, rememora: "a página acadêmica é para mim, como para os que a viveram, riquíssima de reminiscência, e nem podia ser de outra forma, pois abrange a melhor monção da existência". E foi, portanto, durante essa "melhor monção da existência" que esses jovens letrados iniciaram a difícil empreitada em busca de lançar periódicos num país ainda recente nessa experiência.

Os impressos que resultaram desse clima de reunião de letrados, proposição de ideias e renovação eram, no que se refere às questões técnicas, bastante homogêneos, ou seja, o formato e a distribuição das seções dos periódicos de associações literárias seguiam padrões semelhantes de publicação. Geralmente eram lançados em fascículos, de 20 a 30 páginas, alguns com numeração continuada para reunião em livro, impressos a uma ou a duas colunas, sem qualquer material iconográfico, com tiragens bem reduzidas – de 100 a 500 exemplares dependendo da revista – e público bastante restrito. As capas dessas revistas possuíam uma diagramação simples, sem muitos elementos visuais, e seguiram o modelo das revistas francesas, especialmente da *Revue des Deux Mondes* (1829).[4] Vejamos algumas dessas capas:

4 Nelson W. Sodré (1999, p.197) destaca que a *Revue des Deux Mondes* havia se tornado leitura habitual do imperador e "principal alimento espiritual dos estadistas brasileiros". Tal revista tinha no Brasil o maior número de seus assinantes fora da França. Do mesmo modo, apesar de tratar de um período posterior ao aqui analisado, Ana Luiza Martins (2001) destaca o papel da *Revue des Deux Mondes* para a imprensa periódica no Brasil.

REVUE

DES

DEUX MONDES

TOME HUITIÈME

VINGTIÈME ANNÉE. — NOUVELLE PÉRIODE

PARIS
AU BUREAU DE LA REVUE DES DEUX MONDES
RUE SAINT-BENOÎT, 20

1850

REVISTA
DA
SOCIEDADE
PHILOMATHICA.

Junho de 1833.

N.º 1.º

João Rodrigues do Jesus
Parnahyba

S. PAULO.

Typographia do Novo Farol Paulistano.

ENSAIOS
LITTERARIOS.
JORNAL
De uma Associação de Academicos.

«Shall he alone, whom rational we call
«Be pleased with nothing, if not bless'd with all?
«Pope».

1.ª SERIE—N.º 1.º

SETEMBRO.

S. PAULO.

REVISTA
DA
ASSOCIAÇÃO
RECREIO INSTRUCTIVO.

Nobre e illustrada é a ambição
que tem por objecto a sabedoria.
Marquez de Maricá.

N. 1.º—JULHO DE 1861.

S. PAULO
TYPOGRAPHIA LITTERARIA.—RUA DO IMPERADOR N. 12.
1861.

ENSAIOS
LITTERARIOS
DO
ATHENEO PAULISTANO.

1858.—Abril.—N.° 1.

S. PAULO.
TYPOGRAPHIA DOUS DE DEZEMBRO
DE
Antonio Louzada Antunes.
1858.

REVISTA MENSAL
DA
SOCIEDADE BRAZILEIRA
ENSAIOS LITTERARIOS

4.° ANNO.—N. 1 — 30 DE ABRIL DE 1872

RIO DE JANEIRO

A apresentação visual das capas dessas revistas, como se vê, era bem simples, sem cores e composta pelo nome do periódico, pelas referências de número, série, tomo, o ano de publicação e editora, e, em alguns casos, por frases que sintetizavam os ideais dessas iniciativas, bem como por limitados ornamentos visuais, como as "cercaduras" ou molduras. Além disso, cabe lembrar que, nesse momento, nem mesmo a máquina de linotipo havia sido criada, sendo a composição gráfica realizada manualmente; o que justifica, até certo ponto, as modestas publicações (cf. Martins, 2001; Süssekind, 1987).

Nos impressos das agremiações literárias, o primeiro número de cada periódico era iniciado com uma introdução, em que eram apresentadas desde a associação da qual ele era órgão, passando pelos objetivos da publicação até questões envolvendo a nascente nação brasileira, a saber:

> Ao estreamos na árdua carreira do Jornalismo – nos os redatores do Ensaio – não nos podemos furtar ao imperioso dever de jurar a profissão de fé de nossos princípios. (*Ensaios Literários. Jornal de uma Associação de Acadêmicos*, 1847, p.1)

> O que almejamos é participar dessa cruzada gloriosa que denodadamente se esforça para plantar o domínio da inteligência na terra de Santa Cruz. (*O Caleidoscópio*, 1861, p.3)

> Filha da convicção íntima da necessidade do cultivo das letras e do desenvolvimento intelectual em seu país, ela deu começo às suas lides científicas no dia 11 de agosto de 1857. (*Memórias da Associação Culto à Ciência*, 1859, p.1)

Como uma espécie de anunciação ao público, os redatores exaltavam suas iniciativas e buscavam traçar suas trajetórias, sem poupar metáforas, que podiam ajudar a alcançar adeptos. Em seguida, vinha um conjunto de ensaios, em geral inéditos, sobre assuntos que giravam em torno de literatura, filosofia, direito e, em alguns casos, ciências, história, política e religião. Existiam revistas compostas por outros tipos de seções, como a *Ensaios Literários* que publicava, ao final de cada número, "pensamentos e máximas" e, até mesmo, charadas; ou a *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários* que editava a seção "crônica mensal", na qual eram divulgados livros e apresentadas notícias sobre as associações e seus membros e sobre eventos culturais da época; ou ainda a *Revista Mensal da Biblioteca Brasileira* (1863, p.121-2), a qual realizava a divulgação de obras recém-lançadas no país, como foi o caso de *Os miseráveis*, de Victor Hugo, "à venda na livraria Waldemar, rua do Ouvidor, n. 112, por um preço inferior de todas as outras livrarias", e de *Revelações*, poesias de Augusto Emílio Zaluar, a edição "ornada do retrato do autor, gravado em aço, é das mais nítidas e primorosas que tem aparecido entre nós. O preço de cada exemplar encadernado é 5$, na livraria Garnier, rua do Ouvidor, 69".

No corpo dessas publicações, igualmente, era comum a reprodução de discursos proferidos pelos sócios ou por convidados nas sessões solenes e dos extratos das atas das reuniões, como uma espécie de diário oficial para tornar públicas as atividades realizadas pelas agremiações. E, como era de se esperar, por se tratar de sociedades com um caráter literário, todos os periódicos lançaram

poesias, romances, contos, crônicas, entre outros gêneros literários. Por exemplo: algumas poesias que integraram os *Cantos da solidão*, de Bernardo Guimarães, foram lançadas nos *Ensaios Literários*, em 1850; nos *Ensaios Literários do Ateneu Paulistano*, José Bonifácio, o moço, publicou, entre outros, o conto "Derradeiro sonho" (1852) e os poemas "Liberdade", "O Corcovado" e "Soneto", em 1853; os primeiros poemas de Fagundes Varela, "Vem!..." e "O vagalume", surgiram, em 1861, na *Revista da Associação Recreio Instrutivo*; *O Caleidoscópio* editou *O romance de um moço rico* (1860), de Salvador de Mendonça; Florêncio Abreu publicou o romance *A quebra do juramento* (1859) na revista *Memórias da Associação Culto à Ciência*; Macedo Soares lançou *Nininha*, romance de costumes acadêmicos, na *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*; os sonetos "Flor mística" e "Flor venenosa", de Francisco Antônio Proença, e o poema "Mulheres e flores" estiveram, em 1865, na *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*; Joaquim Felício dos Santos publicou o romance histórico *Os invisíveis* e o romance indígena *Acayaca*, em 1863, na *Revista Mensal da Biblioteca Brasileira*; o *Jornal da Sociedade Filomática* editou o poema "Na rede", de Casemiro de Abreu, bem como muitas outras obras literárias. Apesar das dificuldades de publicação e de padecerem da brevidade, nas páginas desses periódicos acadêmicos, como se vê, foram lançadas obras que se tornaram referência da cultura escrita do Oitocentos brasileiro e ajudaram a definir os contornos do que veio a ser a literatura nacional.

Esse modelo de publicação no Brasil, a propósito, vinha desde os tempos de *O Patriota: Jornal Literário, Político, Mercantil, & Comercial*. Considerado por muitos estudiosos[5] como a mais importante publicação literária em língua portuguesa do período joanino, o periódico foi fundado em princípios de 1813, no Rio de Janeiro, por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, um intenso participante das primeiras movimentações culturais daquele tempo, e circulou até dezembro de 1814. *O Patriota*, assim como anunciamos acerca

5 Em seu estudo clássico, Rizzini (1988) considera *O Patriota* não apenas a melhor publicação literária do Brasil, mas do reino e da regência.

das publicações posteriores, buscava fornecer ao leitor informações que iam desde as belas-letras até as ciências, passando pela economia política, pelas novidades tecnológicas e pelas artes, e até uma constante preocupação em debater a realidade política, econômica e cultural brasileira.[6] Tinha, pois, pretensões panorâmicas, num tempo em que o fluxo de publicações ainda não demandava a especialização. O periódico, no seu empenho desbravador, atuou como um importante veículo de formação da nossa tradição literária, divulgando resenhas críticas, traduções e trabalhos inéditos dos nossos poetas e mesmo recuperando e dando a conhecer trabalhos de autores como Cláudio Manuel da Costa e Basílio da Gama, além de funcionar como um dos poucos canais de publicação da produção poética do período joanino. Desse modo, o formato que adotava, a linha editorial que seguia, os gêneros de matéria que vinculava, o perfil de seus colaboradores e a preocupação com a literatura, ou melhor, *O Patriota* como um todo serviu largamente de modelo para as publicações desse gênero que vieram depois; publicações estas como os impressos aqui analisados.

Os periódicos das associações literárias tinham como público-alvo, ao menos em São Paulo, os acadêmicos, ou seja, os periódicos eram lançados por e para os estudantes e professores da Faculdade de Direito de São Paulo e para um diminuto estrato letrado da sociedade paulista, que os alimentava e era alimentado por eles. É certo que se dirigiam, inclusive, em alguns momentos, também ao povo, contudo esse "povo" referido nos periódicos não se tratava dos negros escravos, nem dos índios, nem dos trabalhadores brancos – mesmo porque a grande maioria da população brasileira, em meados do século XIX, era analfabeta –, mas sim de um "povo" referido em

6 De acordo com Jean M. Carvalho França (2008), *O Patriota* foi uma espécie de "inaugurador de séries" nos domínios da literatura nacional. Dito de outra maneira, "o seu iluminismo convicto, o seu patriotismo empenhado, a sua ânsia civilizatória, a ideia que vinculava do homem de cultura e mesmo o seu formato e conteúdo ajudaram a criar padrões para a atividade literária que, via de regra, atravessaram boa parte do século XIX brasileiro" (ibidem, p.45-55).

textos de autores europeus lidos pelos acadêmicos.[7] Mesmo que idealizassem um público que fosse mais irrestrito, os temas lançados nessas revistas, voltados para direito, literatura, política, história e ciências, já selecionavam, em certa medida, um perfil de leitor mais instruído. Outro fator que contribuía para a delimitação do público leitor era a precária distribuição dos periódicos, os quais circulavam majoritariamente entre as agremiações, como visto no capítulo anterior, e por meio de alguns "sócios correspondentes",[8] além dos custos altos e de as tiragens dessas revistas terem sido bem reduzidas, quase nunca ultrapassando os 500 exemplares. Soma-se a isso a própria condição da leitura[9] no Oitocentos brasileiro. José Veríssimo (apud Machado Neto, 1973, p.118), a esse respeito, afirma na virada do século XIX para o XX que

> [...] essencialmente, o caso se resume em ser aqui, no comércio literário, a oferta extraordinariamente maior que a procura. Há quase tantos escritores como leitores, se não mais. Em país de instrução escassa e mofina e cultura sempre incipiente, onde 80% da população é analfabeta e o resto não lê ou lê somente jornais ou línguas estrangeiras, há nos vinte por cento restastes, pelo menos, dez que são literatos, dos quais 6 ½ ou 7 são poetas. Assim, não lhes sobram leitores, e eles se tem de ler a si mesmos ou entre si. O que se chama

---

7 De acordo com Garmes (2006), um dos estudiosos mais lidos pelos acadêmicos gregários da Faculdade de Direito de São Paulo foi o pensador religioso francês Félicité Robert de Lamennais. Para Garmes (2006, p.66-9), é a partir de Lamennais que os acadêmicos "dialogam com o povo, isto é, com o 'povo' de *Le livre du peuple*". Ao analisar a revista *Ensaios Literários*, o autor afirma que, embora nem todas as associações e publicações acadêmicas posteriores tenham tomado Lamennais como mentor, "os princípios de resignação do povo, a confiabilidade das instituições governamentais e a eloquência verbal fundamentam o pensamento político da maioria dessas micro-instituições"(ibidem).

8 A função de "sócio correspondente" foi ganhando cada vez mais espaço nas publicações, entre outros motivos, pelo trânsito de acadêmicos entre as associações.

9 Sobre a condição da leitura no Brasil, ver *A formação da leitura no Brasil*, em que Lajolo e Zilberman (1996) tecem um rico panorama da história cultural da formação do público leitor no Brasil.

> público, esse não lê. Passa-se então na alma desses romancistas e poetas em potência uma sombria tragédia.

E foi nesse palco um tanto quanto desanimador, onde o público aparecia como uma projeção, a população era vista como pouco dada às luzes e o consumidor da cultura era, na maioria das vezes, o próprio produtor, que os periódicos das sociedades literárias tiveram lugar e encerraram seus limites. Cabe ressaltar, no entanto, que, apesar de o público leitor ter sido incipiente e reduzido, essas denúncias dos escritores do século XIX não devem ser vistas como uma mera aclamação de leitores, mas sim como uma cantilena dos produtores de cultura para vangloriar sua empreitada.

Se as sociedades literárias paulistanas se caracterizaram pela reunião de letrados em torno do Largo São Francisco e criaram, como denominaram alguns estudiosos (cf. Toledo, 1898; Freitas, 1915; Duarte, 1972), uma imprensa acadêmica, no caso da capital do Brasil, o público-alvo e as sociedades literárias constituíram-se de maneira diversa, agregando não apenas os jovens acadêmicos, mas também outros estratos da sociedade letrada do Rio de Janeiro. Existiram na capital do Império, como visto no primeiro capítulo, desde tentativas e projetos malogrados, realizados por letrados que atuavam em áreas tão diversas quanto a política, o jornalismo, a prática pedagógica e os estudos científicos, passando pelas associações literárias de moços do comércio, como a Sociedade Brasileira Ensaios Literários, até as de escritores consagrados, como a Associação dos Homens de Letras, que agrupava nomes como Franklin Távora, Francisco Otaviano, Machado de Assis, Joaquim Serra e Visconde de Taunay. Mesmo o IHGB pode ser tomado como uma agremiação literária, pois um número relevante de expoentes da literatura fez parte dessa instituição e consideráveis trabalhos literários vieram à luz nas páginas da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Todavia, a diversificação do público-alvo, em muitos casos, não possibilitou a maior duração de muitas dessas associações.

No que se refere aos escritores campeões de publicação, merece realce Antônio Joaquim de Macedo Soares (1838-1905). Figura

destacada na crítica literária brasileira e colaborador dos principais periódicos do período,[10] Macedo Soares lançou nas revistas das sociedades literárias ensaios como: "Considerações sobre a atualidade da nossa literatura" (1857a), uma espécie de mapeamento da literatura brasileira, apontando as influências da literatura francesa na nossa produção; e "*Cantos da solidão* – impressões de leitura" (1857b), em que realiza uma crítica bastante positiva dessa obra de Bernardo Guimarães, ambos na *Ensaios Literários do Ateneu Paulistano*. Na *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano* estiveram "Harmonias brasileiras" (Macedo, 1859a), uma reunião de poemas de escritores brasileiros, "Ensaios de análise crítica" (Macedo, 1859b), os quais eram, como o próprio título sugere, ensaios críticos sobre as obras de J. A. Teixeira de Melo (1859), *Sombras e sonhos*, e de Bittencourt Sampaio (1860), *Flores Silvestres*, além de "Tipos literários contemporâneos" (1861), uma análise dos escritos de Gonçalves Dias.

Do mesmo modo, outros renomados escritores iniciaram seus trabalhos nos periódicos das sociedades literárias e, igualmente, contribuíram para projetar o nascente discurso crítico-literário.[11] Entre os ensaios de crítica literária, foi pioneiro o estudo de Justiniano José da Rocha sobre as poesias de Gonçalves de Magalhães, intitulado "Ensaio crítico sobre a coleção de poesias do Sr. D. J. G. Magalhães" e publicado na *Revista da Sociedade Filomática*. Esse tipo de análise centrada em uma única figura das letras, como uma espécie de estudo biobibliográfico, foi uma das formas mais recorrentes de manifestação desse nascente discurso crítico nos periódicos das

---

10 Macedo Soares foi colaborador, entre outros, do *Correio Paulistano*, da *Revista Popular* e do *Correio Mercantil*. No que se refere ao lugar desse crítico nas letras, Afrânio Coutinho (1968, p.82), em seu estudo sobre a crítica literária no Brasil, lamenta que "os seus ensaios críticos, dispersos nos periódicos da época, são dos mais injustamente esquecidos ou mesmo desconhecidos". Dessa forma, vejamos no próximo capítulo, de modo mais detalhado, alguns desses seus artigos de crítica "esquecidos".

11 Vale destacar que muitos desses estudos não foram concluídos, tendo em vista que eles eram publicados, na sequência, em vários números das revistas e algumas encerravam sua publicação sem a conclusão do estudo.

associações; discurso que buscou exaltar a singularidade como valor de excelência para os escritores nacionais. Além do ensaio de J. J. da Rocha, vieram a lume "Alfred de Musset – Jacques Rollas"(1850), de Álvares de Azevedo, uma tradução comentada de alguns trechos do poema de Musset, na *Ensaios Literários*. Na *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*, estavam os trabalhos: "Perfis literários: Manoel Antônio Álvares de Azevedo", de Lopes de Mendonça, bem como o questionamento "É justo o título de chefe da literatura brasileira dado ao Sr. Domingos José Gonçalves de Magalhães?", em que Luis Ramos Figueira (1963) defende que a glória de Gonçalves de Magalhães é inegável, contudo uma literatura como a nossa não poderia ter chefes. Deixa, então, em aberto tal posto. A *Ensaios Literários do Ateneu Paulistano* editou "Bibliografia e crítica literária" (1862), de Pessanha Póvoa, série de ensaios em que o autor analisa escritores e obras publicadas naquele ano; e nos *Exercícios Literários do Club Científico*, em 1859, aparece "Traços biográficos sobre os poetas acadêmicos", de Couto de Magalhães.

Ainda sobre esses escritos de crítica publicados nas revistas das associações literárias, existiram estudos que pretenderam realizar uma espécie de análise ou mapeamento da situação da literatura brasileira, apresentando um panorama dos escritores e das letras no Brasil e, em geral, anunciando a preocupação com os rumos da nacionalidade literária, como uma tentativa de teorização de uma literatura que se pretendia nacional (cf. Candido, 2007; Coutinho, 1968; Castello, 1999). Tais posturas tiveram espaço em vários periódicos, entre os quais: a *Ensaios Literários* editou "Reflexões sobre a poesia brasileira", de Bernardo Guimarães (1847a), uma das poucas investidas do autor na crítica, e "O estilo na literatura brasileira", de José de Alencar (1850). Na *Ensaios Literários do Ateneu Paulistano*, foram lançados "As letras no Brasil" (1857), "Breve notícia da arte do século XIX" e "Um tipo literário brasileiro", de Ferreira Dias, e "Literatura brasileira – as letras no Brasil", assinado pelas iniciais H. M., provavelmente Homem de Mello. Na *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*, vieram a lume: "Literatura pátria – as brasileiras cultivando as letras", de Feliciano Teixeira Leitão (1865),

e a série de trabalhos de Manoel Antonio Major, intitulada "Ensaio de crítica", em que o autor explora as produções literárias do Brasil colonial. A *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários* publicou o trabalho de Veríssimo José do Bonsucesso Júnior (1874), "Artes e letras no Brasil". Listar todos os colaboradores dos periódicos, porém, é uma tarefa árdua e, por vezes, cansativa para o leitor, no entanto, ao final deste capítulo, é possível conferir um breve quadro das revistas e seus colaboradores.

Todos esses ensaios de escritores renomados, que serão mais minuciosamente abordados no próximo capítulo juntamente com outros textos ainda não destacados, contribuíram inegavelmente para fabricação de um discurso crítico-literário no Brasil. É sabido, pois, que tal discurso nasceu na imprensa, no entanto parte significativa da produção crítica literária do Oitocentos brasileiro foi produzida pelos participantes desse movimento associativo e lançada nas páginas dos periódicos de agremiações literárias, colaborando para o desenvolvimento da atividade. Apesar de ainda modesto, esse nascente discurso, com um compromisso assumidamente pedagógico, esteve preocupado, sobretudo, com os parâmetros, a divulgação e os caminhos que a literatura e os literatos deveriam traçar. Vejamos, então, de forma mais detalhada, o despertar desse discurso crítico-literário nas produções dessas associações literárias oitocentistas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

O germinar de um discurso prescritivo

Em 1906, no discurso de recepção ao acadêmico Euclides da Cunha na já consolidada ABL, o polêmico Sílvio Romero, membro fundador dessa instituição, profere o seguinte discurso:

> Os decênios que vão de 1868 a 1888 são os mais notáveis de quantos no século XIX constituíam a nossa labuta espiritual. [...] Um bando de ideias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte. Hoje, depois de mais de trinta anos, hoje, que são elas

> correntes e andam por todas as cabeças, não têm mais o sabor da novidade nem lembram mais as feridas que, para as espalhar, sofremos os combatentes do grande decênio. Positivismo, evolucionismo, cientificismo na poesia e no romance, folclore, novos processos de crítica e de história literária, transformação da intuição do Direito e da política, tudo então se agitou. (Romero, 1906, s.p.)

Coincidência ou não, esse período fixado por Romero como o mais notável da vida intelectual brasileira calha com a sua trajetória de formação, desde a sua chegada a Recife, em 1868, aos 17 anos, para cursar a Faculdade de Direito do Recife até a escrita de sua obra capital, *História da literatura brasileira*, em 1888.[12] Esse pensador sergipano, que nem sempre continha sua vaidade, considerava-se um reformador no campo da crítica, por fundamentar seus escritos nesse "bando de ideias novas" e realizar uma história da literatura, como ele próprio afirmava, do ponto de vista naturalista.[13]

Em "A literatura brasileira e a crítica moderna", pois, Romero (2002c) daria os primeiros passos na busca por uma renovação da crítica, ou melhor, na busca por uma "crítica moderna[14], inspirada nas

---

12 Antonio Candido (1988, p.9), em *O método crítico de Sílvio Romero*, define Romero como "o primeiro grande crítico e fundador da crítica no Brasil", aquele a quem coube lançar "as bases mais sólidas para a compreensão da nossa literatura". É necessário voltarmos a Romero, continua Candido (1988, p.9), "se quisermos compreender a formação do espírito crítico no Brasil".

13 Em estudo anterior, trabalhamos com a obra de Sílvio Romero e as polêmicas literárias do final do século XIX (cf. Pereira, 2008).

14 Nesses primeiros trabalhos de Romero, a crítica é vista como um o sinônimo de método e, por vezes, de filosofia ou teoria do conhecimento: "Tanto, que não se considerava um 'crítico literário', mas um crítico em sentido amplo, abrangendo os mais variados setores" (Candido, 1988, p.53). Além disso, a sua própria concepção de literatura tem um sentido amplo. Vale destacar que um dos principais pontos da discórdia entre Sílvio Romero e José Veríssimo era que, enquanto para Romero a literatura era sinônimo de cultura, Veríssimo recorria às concepções estéticas e noções da retórica clássica para definir sua literatura, ou seja, Veríssimo via um "conceito estrito de literatura, como arte da palavra, distinto do de Romero que a tomava, em sentido amplo, como sinônimo de cultura" (Ventura, 1991, p.98-9). Sobre essa questão, ainda, José Veríssimo (1969, p.10), na introdução de sua *História da literatura brasileira*, afirma que

ciências europeias destacadas no excerto apresentado anteriormente. Na introdução[15] dessa compilação de seus escritos, publicados na imprensa do Recife de 1872 a 1874, o estudioso adverte que publicar um livro de crítica no Brasil não deixa de ser coisa perigosa, pois, além da carência desse gênero no país, os nossos leitores "estão tranquilíssimos com tudo quanto os cerca, e repelem soberbamente aquilo que os possa perturbar" (ibidem). Em um país como o nosso, vislumbra ele, em que "não temos vida própria, que somos um dos povos mais deteriorados do globo" (ibidem, p.63),[16] uma espécie de "contrabandistas" do pensamento, "só a crítica, a tão desdenhada crítica, nos pode preparar um futuro melhor" (ibidem, p.39). E assevera, aos críticos que denunciavam a postura apaixonada e belicosa de sua escrita, que "sim, é escrever com paixão, a saber, com pureza e com verdade; é ser apaixonado, isto é, ter a nobreza das boas convicções e a fé dos bons estímulos" (ibidem, p.39-40).

Sílvio Romero defendia explicitamente que a paixão devia mover nossos escritores. Não vacila em afirmar a necessidade de os escritores nacionais escreverem com paixão, pois faltavam aos nossos homens de letras "consciência" e "dignidade" para ir além dos compadrios literários. Escrever assim, segundo ele, seria "chafurdar-se constantemente no pestilento pélago dos *elogios* metidos e das bajulações indecorosas" (ibidem, p.40), e mais, seria compartilhar e deixar perpetuar os velhos hábitos do Brasil. Para Romero,

---

"literatura é arte literária. Somente o escrito com o propósito ou a intuição dessa arte, isto é, com os artifícios de invenção e de composição que a constituem é, a meu ver, literatura". E, como uma espécie de resposta a concepção de Sílvio Romero, continua: "nem se me dá da pseudonovidade germânica que no vocábulo literatura compreende tudo o que se escreve num país, poesia lírica e economia política, romance e direito público, teatro e artigo de jornal e até o que se não escreve, discursos parlamentares, cantigas e histórias populares, enfim autores e obras de todo o gênero" (ibidem).

15 A introdução data do ano de publicação de *A literatura brasileira e a crítica moderna*, 1880.

16 Sílvio Romero (2002c, p.63) defende que uma das causas de nosso atraso seja o português. Para ele, o povo português pertencia a uma sub-raça branca, *greco--latina*, que estava bem longe de igualar-se à raça *germano-saxônica*, e nunca tinha sido fecunda e original.

o sentimento de nacionalismo sustentado no indianismo, o velho lirismo, a retórica portuguesa, o sentimentalismo filosófico, baseado na filosofia de Cousin e outros ecléticos, o "afrancesamento", em suma, todas essas concepções românticas tinham que ser abandonadas para se forjar uma crítica moderna (cf. Candido, 2000; Coutinho, 1968, 1969; Castello, 1969; Ventura, 1991).

A paixão que alardeava e de que lançava mão para rebater as proposições românticas não era, vale sublinhar, aceita por muitos editores da época, ou seja, vários jornais daquele tempo recusavam seus ensaios ou artigos por achá-los violentos demais. E, com não menos "paixão" em mostrar o que julgava como a verdade e o rompimento com a monotonia das ideias, Romero via essas recusas como uma espécie de "ódio à crítica, oposição ao pensamento livre" (cf. Rabello, 1944, p.54). Sobre essas barreiras à crítica e sobre ser um crítico no Brasil, Romero (2002c, p.40, grifo do autor) resume:

> [...] quem ousa desafinar no meio do geral concerto, é apontado nada menos do que como "um *invejoso* das glórias alheias".
>
> A inveja vem a ser assim o incentivo que dirige o crítico no Brasil!...
>
> Em que vale, portanto, o sacrifício de proclamar a verdade a este povo, correndo o risco de ser apontado como o possuidor de um sentimento repugnante?
>
> Em nada.
>
> Resta, porém, sempre a consolação de haver contribuído com alguma coisa para derrocar o podre edifício de velhos erros, e limpar a atmosfera que nos sufoca.

O que o crítico polemista buscava, com esse efusivo lamento, era esclarecer que a ciência de criticar neste país estava ainda "reduzida aos preceitos retóricos, às regrinhas do *bom gosto* do tempo da última *Arcádia Ultramarina*" (ibidem, grifo do autor). O Brasil, para ele, nada tinha produzido em esfera alguma e "só a crítica implacável" poderia nos salvar, só "a crítica levada a todos os compartimentos de nossa ignorância é que nos há de antolhar um melhor ideal"

(ibidem, p.71). Depois de quatro séculos de contato com a civilização moderna, assevera Romero (2002c, p.103), parece ter chegado o momento "de olhar para trás e ver o que tem produzido de mais ou menos apreciável no terreno das ideias", ou seja, era o momento de preparar um balanço dos resultados obtidos em todos esses anos, para então traçar nosso devir histórico. Na concepção de Romero (2002c, p.103), portanto, as renovações dos ideais das nações "seguem-se sempre aos tempos de crise, em que a crítica depura a atmosfera intelectual, sufocando os germens parasitários, que ameaçavam destruir o organismo público".

Em contraposição a essa crítica militante e apaixonada, um tanto quanto belicosa, que estava florescendo no último quartel do século XIX, Machado de Assis (1955a), membro fundador e presidente vitalício da ABL, tempos antes, em "O ideal do crítico", já advertia acerca dessa postura crítica defendida com veemência por Sílvio Romero.[17] O "Bruxo do Cosme Velho" – como viria a ser conhecido – buscou resguardar a necessidade de estabelecer uma "crítica fecunda, e não a estéril, que nos aborrece e nos mata, que não reflete nem discute, que abate por capricho ou levanta por vaidade" (ibidem, p.12), ou seja, defendia a criação de uma "crítica pensadora, sincera, perseverante, elevada" (ibidem), a qual, para ele, seria "o meio de reerguer os ânimos, promover os estímulos, guiar os estreantes, corrigir os talentos feitos" (ibidem). E apelou, inclusive, para que se condenasse "o ódio, a camaradagem e a indiferença",

---

17 As questões envolvendo Sílvio Romero e Machado de Assis, pois, vão bem além da divergência de concepção de crítica. A descomunal antipatia de Romero por Machado vinha de longa data, desde a sua campanha contra o romantismo, tendo-se agravado com o artigo de Machado de Assis (1955c), "A nova geração" (1879). Nesse texto, o romancista analisa a nova geração poética que estava surgindo na década de 1870 e critica a poesia romeriana. A contenda com Machado de Assis estendeu-se por vários anos, entretanto este nunca respondeu às provocações do estudioso sergipano, que chegou a publicar o livro *Machado de Assis – estudo comparativo de literatura brasileira* (1897), em que defendia, na contramão das tendências críticas que vingariam, que a obra do romancista não teria valor, por estar em descompasso com as tendências contemporâneas (cf. Pereira, 2008).

três chagas da crítica que deveriam ser substituídas por sinceridade, solicitude e justiça, pois só assim teríamos "uma grande literatura" (ibidem). O romancista, nessas passagens de "O ideal do crítico", censurava a tendência da crítica a se tornar partidária, direcionada a defender e elogiar amigos e a atacar os oponentes, uma crítica que, menos do que propagar novas ideias e aperfeiçoar a cultura e a sociedade brasileiras, visava afirmar o lugar dos amigos e dos próprios "combatentes" no cenário intelectual. Uma crítica, pois, cujo alvo parecia ser menos a produção literária e mais a afirmação de determinados grupos, que faziam dela porta para a afirmação político-literária tanto dos que a elaboravam, os próprios críticos, quanto daqueles que mereciam seus afagos, alguns escritores.

Não minimizando a ameaça dessa tendência, Machado de Assis refletiu sobre o que se vinha produzindo e projetou o que julgava ser necessário fazer nesse campo que não era de somenos importância, pois, ao analisar o que se produzia, definia o que estava sendo produzido. Como uma espécie de guia para os jovens escritores, portanto, Machado de Assis pontuou, nesse ensaio, as condições, as virtudes e os deveres daqueles que queriam se dedicar à análise crítica, ou melhor, usando uma expressão do tempo, daqueles que queriam ser faróis seguros da cultura nacional. Preocupação, portanto, que, por ressoar entre outros, ilustra a interdependência que se estabeleceu entre literatura, crítica e futuro da nação.

Esses exemplos de preocupação com os rumos da incipiente crítica literária, malgrado as divergências de posicionamento, são do mesmo modo indicativos de como o discurso crítico já estava se consolidando no Brasil na época da fundação da ABL.[18] José Verís-

18 Parte significativa dos livros e textos de crítica literária publicados a partir desse momento, cabe mencionar, foram primeiramente publicados na *Revista Brazileira*, a qual foi berço da ABL e, tempos depois, tornou-se órgão oficial dessa instituição. Homens de letras importantes daquele tempo publicavam na *Revista Brazileira*, como Machado de Assis, Afonso Celso, Alberto de Oliveira, Araripe Junior, Artur Azevedo, Domício da Gama, Graça Aranha, José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Lúcio de Mendonça, Magalhães de Azeredo, Medeiros e Albuquerque, Oliveira Lima, Rodrigo Otávio, Sílvio Romero, Visconde de Taunay. Aqui, pois, estamos nos referindo à *Revista Brazileira* fundada em

simo (1969, p.270), por exemplo, idealizador e igualmente membro fundador da ABL, aponta, na sua *História da literatura brasileira*, que o discurso crítico no Brasil nasceu com as academias literárias do século XVIII e os seus primeiros escritos foram "os pareceres ou os juízos nelas apresentados sobre os trabalhos sujeitos à sua apreciação". A inspiração geral desses primeiros ensaios de crítica, não só aqui mas em Portugal também, segundo Veríssimo (1969, p.270), era "de regra exageradamente benévola e facilmente escorregava para os mais desmarcados encômios e excessivos louvores, em linguagem, como era a literária da época, túrgida e hiperbólica". Esse estilo, destaca o autor, permaneceu por muito tempo, sendo superado somente pelos letrados da década de 70 do Oitocentos. Apesar de destacar o papel dos românticos nesse processo, Veríssimo (1969, p.271) assevera que "com poucas exceções permaneceu este estilo essencialmente o mesmo até o advento do modernismo,[19] cujo espírito foi notavelmente crítico, sem que entretanto lograsse refugá-lo de todo da crítica indígena". Defendendo o seu quinhão e de seus coetâneos nesse processo, Veríssimo (1969, p.271) afirma que, a partir de então, a crítica no Brasil passou a ser vista como um ramo independente da literatura e o estudo das obras começou a ter um critério mais largo que as regras da retórica clássica, "já acompanhado de indagações psicológicas e referências mesológicas, históricas e outras". Estava surgindo, assim, uma crítica de caráter cientificista, que defendia uma postura de verdade, neutralidade e objetividade na análise literária e cultural, ou seja, as ideias naturalistas, evolucionistas e racistas propagadas nesse tempo passaram a exercer um enorme fascínio na intelectualidade (cf. Machado de Assis, 1955c; Romero, 1980; Araripe Júnior, 1960; Veríssimo, 1969;

1895 por José Veríssimo, porque houve, no século XIX, mais duas fases dessa revista. Outra importante *Revista Brasileira*, a propósito, foi a fundada por Franklin Távora em 1879.

19 José Veríssimo (1969, p.232), em sua *História da literatura brasileira*, define o movimento de ideias ocorrido a partir dos primeiros anos do decênio de 70 do Oitocentos brasileiro de "movimento modernista".

Coutinho, 1968, 1969, 1974; Castello, 1999; Candido, 2007; Süssekind, 1987; Ventura, 1991).

Embora a crítica literária tenha ganhado efetivamente contornos mais definidos no final do século XIX, é possível dizer que os primeiros esboços desse tal discurso foram lançados nas páginas dos periódicos das sociedades literárias destacadas ao longo deste estudo. Esses periódicos assumiram um compromisso de produzir trabalhos de crítica e ajudaram, inegavelmente, a moldar a crítica literária em construção no Oitocentos brasileiro. Partindo, por exemplo, da produção da pioneira *Revista da Sociedade Filomática* (1977, p.15), seus membros assinalavam na sua introdução, em 1833, que uma das metas principais dessa publicação seria a "crítica de obras notáveis que aparecerem em nosso país" e os princípios guias em literatura seriam o da razão e do bom gosto, combinados com o espírito e necessidades do século. Com esses desígnios, continuam os colaboradores da revista, "tão longe" estariam "do *Romantismo* frenético e da servil *imitação* dos antigos", bem como já estavam "convencidos" de que a literatura era a "expressão colorida do pensamento da época" (ibidem). Ao afirmarem tais metas e princípios, ou melhor, ao declararem os objetivos de produzirem ensaios de crítica com propósitos de distanciamento dos gêneros clássicos – os quais passaram a ser relacionados à herança portuguesa – e de aproximação – tão ao gosto dos ideais românticos – do "espírito" da época, os membros da Filomática buscavam uma nova postura para a literatura no Brasil. Uma nova postura, nesse sentido, que passava pela preocupação com as influências estrangeiras, em particular a francesa, pela expressão do caráter nacional e pelo espírito da nacionalidade em literatura. Desse modo, concomitantemente à emergência, nesse tempo, de uma literatura que se pretendia nacional,[20] floresciam, no Brasil, os comentários das obras e autores que, mais tarde, viriam a se constituir como discurso da crítica. Em outras palavras, no momento em que as letras assumem uma espécie de missão para afirmar a

20 Vale lembrar que, no primeiro capítulo, foi realizada uma breve descrição da emergência dessa literatura brasileira com pretensões nacionais.

autonomia e a soberania da recém-fundada nação brasileira, contribuindo para fortalecer a cultura e o Estado nacional, surge um discurso de esclarecimento e divulgação, empenhado em definir os parâmetros e os caminhos dessa literatura e em reforçar a referida cultura nacional.

Justiniano José da Rocha (1977), por exemplo, inicia seu "ensaio crítico",[21] publicado na *Filomática*, apresentando um quadro rápido da situação das letras brasileiras, em que reconhece a necessidade do estudo da crítica para o progresso da literatura e lamenta o abandono dessa atividade entre nós. Afirma, para vangloriar o trabalho, como era tópica na época, que havia tomado para si "a espinhosa tarefa de abrir esta vereda [a crítica] no campo da Literatura" (ibidem, p.48), e assumia a seguinte conduta: "despido de toda a má fé, de todo o sentimento pessoal de ódio ou amizade, louvarei tudo o que julgo merecer louvores, censurarei o que, a meu fraco entender, for digno de censura" (ibidem, p.52). O letrado ressalta, inclusive, que o objetivo de sua crítica era assinalar o caráter da poesia daquele tempo para estimular os jovens escritores (ibidem, p.56). Esse tom pedagógico, edificante e às vezes até prescritivo foi muito forte na produção crítica literária de então, apresentando-se como uma espécie de guia, de estímulo ou de modelo para os escritores brasileiros do século XIX, como veremos no próximo capítulo.

É com esse intuito que J. J. da Rocha parte para a análise das *Poesias* (1832) de Gonçalves de Magalhães, ressaltando, já de início, o maior defeito que identificava no poeta, a saber, "às vezes sua dicção poética tem ressabios de prosa". Todavia, segundo Rocha (1977, p.53), se é fraco no que exige minuciosa atenção, em tudo quanto demanda "grandes movimentos, sensibilidades, entusiasmo é um verdadeiro poeta o Sr. Magalhães". E mais, enfatiza que, entre as qualidades que recomendam o Sr. Magalhães, não deve ser esquecido o seu amor ao Brasil, pois, graças a ele, nas palavras do jovem crítico, "já o Sabiá Brasiliense desentronizou o rouxinol da Europa e algumas das belezas americanas trajaram as ricas galas da Poesia",

---

21 O próprio J. J. da Rocha (1977) define seu estudo como um "ensaio crítico".

de forma que fazia votos para que Magalhães elevasse "a pátria, que tanto ama, entre as nações cultas" (ibidem, p.56). Esse posicionamento de J. J. da Rocha acerca da exaltação da natureza local e de um pensamento nacionalizante da literatura, como destacou toda uma historiografia sobre o assunto,[22] teve seus alicerces nas sugestões de Ferdinand Denis.

Esse estudioso francês, escrevendo em 1826, quando já o Brasil era independente, foi pioneiro em fazer uma análise mais profunda de nossa literatura e em afirmar a possibilidade de uma literatura efetivamente brasileira, separada da literatura de Portugal. Residindo no Brasil de 1816 a 1820, Denis escreveu abundantemente sobre os brasileiros e os portugueses. E dessa estada, em que presenciou os anseios de autonomia e progresso dos homens de letras brasileiros, talvez resida o seu interesse pelo problema da literatura nacional, pois havia se alimentado das ideias de Madame de Stäel de "que as artes e letras vinculam-se estreitamente ao estado da sociedade"; bem como tinha sido tocado pelas proposições de Schlegel de "que cada nação destila por assim dizer uma literatura adequada ao gênio do seu povo – a grande fonte criadora; imitar é morrer".[23] E foi com esses propósitos de aproximação entre literatura e sociedade, que se tornará tão manifesta em nossa literatura, e de rejeição à imitação que Ferdinand Denis, em 1826, juntou o *Resumo da história literária do Brasil* ao *Resumo da história literária de Portugal*, buscando fundar uma teoria da literatura brasileira segundo os moldes românticos.

---

22 Sobre essa historiografia literária que apontou Fernand Denis como iniciador da literatura brasileira, por exemplo, Guilhermino César (1978, p.29) procurou mostrar que o estudioso francês, "imbuído de pensamento construtivo, quis ser, em síntese, muito mais o guia de uma literatura em formação que o historiador passivo de fases extintas". Do mesmo modo, Antonio Candido (2007, p.635) declara que Denis aplicou ao nosso caso, "com grande acuidade, certos princípios da então jovem teoria romântica, sobretudo como vinha expressa na obra de quatro escritores: Chateaubriand, Madame de Staël, Augusto Guilherme Schlegel e Sismonde de Sismondi". Ver também Castello (1999), Coutinho (1968) e Ventura (1991).

23 Tais ideias estão presentes na obra do historiador da literatura Antonio Candido (2007, p.637-9).

Denis (1978, p.36), nessa obra, esclarece que a "América, estuante de juventude, deve ter pensamentos novos e enérgicos como ela mesma", ou seja, a glória literária europeia não pode sempre "iluminá-la [a literatura brasileira] com um foco que se enfraquece ao atravessar os mares, e destinado a apagar-se completamente diante das aspirações primitivas de uma nação cheia de energia". E continua, "agora, que tem necessidade de fundar sua literatura, repito: ela deve ter caráter original" (ibidem, p.47). Assim, coube a esse letrado francês, até certo ponto, o papel iniciador do caminho que os nossos literatos iriam seguir. Bernardo Guimarães (1847a, p.14), membro do Instituto Literário Acadêmico, a seu respeito, declarou, na revista *Ensaios Literários*, que o "amigo da literatura brasileira, o Sr. Ferdinand Denis, que tão atentamente estudou a índole e tendências do nosso espírito, pensou conosco e não hesitou augurar os mais felizes sucessos para nossa poesia".

Se, em J. J. da Rocha, as ideias de Denis são notadas, nos escritos dos jovens em torno da famosa *Niterói – Revista Brasiliense* (1836), elas ficam ainda mais evidentes. Essa revista, que dispensa muitas apresentações, foi lançada em dois únicos, mas substanciosos volumes, em Paris, por um grupo de jovens brasileiros com interesses bem claros: "tudo pelo Brasil e para o Brasil". Na *Niterói* foi publicado, entre outros textos, o artigo de Gonçalves de Magalhães (1978a), "Ensaio sobre a história da literatura", em que apresenta, assim como fez J. J. da Rocha, um quadro geral da situação das nossas letras e advoga acerca de uma literatura nacional. Mais conhecido e citado que o trabalho de Rocha, Magalhães (1978a, p.132), nesse estudo, lançado três anos depois daquele primeiro, firma pontos importantes da nascente literatura brasileira, como a ideia de que a literatura é a expressão de um povo, isto é, "cada povo tem sua literatura, como cada homem tem seu caráter, cada árvore seu fruto". Para Magalhães (1978a, p.135), apesar de cada povo possuir sua literatura, o contato entre civilizações gera trocas e empréstimos, fazendo com que cada época tenha um tema central que a defina. Esse tema central, de acordo com ele – e aqui é possível reconhecer um conceito caro aos românticos –, "é o espírito,

o pensamento mais íntimo da sua época, é a razão oculta dos fatos contemporâneos" (ibidem).

A intenção de Magalhães com esses escritos, seguindo os preceitos de Ferdinand Denis, era estabelecer uma genealogia para a literatura brasileira.[24] Como uma espécie de "evolução histórica" da nossa literatura, Gonçalves de Magalhães, entre outros momentos marcantes da vida intelectual brasileira, destaca a gênese dessa literatura no século XVIII, assinala a importância da vinda de D. João VI para a cultura em formação e define o momento em que escrevia como de influência francesa, contraposta à de Portugal. Nesse seu estudo crítico, portanto, apesar do caráter embrionário, Magalhães ressalta a força inspiradora da nossa natureza e dos índios, os quais passaram a ser pontos fundamentais daquele primeiro nacionalismo romântico. Assim, esses trabalhos de J. J. da Rocha e de Gonçalves

---

24 Flora Süssekind (1994), em "O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro", ressalta a existência de uma "forma genealógica de pensamento" que dominaria a literatura romântica brasileira. De acordo com a autora, "abrir a cortina do passado, tirar um Brasil-nação de lá: esta a tarefa indiscutível do escritor", ou seja, os escritores nacionais da época do romantismo assumiram uma espécie de missão para inventar retroativamente a nacionalidade tão desejada (ibidem). Além disso, pondera que, no século XIX, grande parte dos escritores nacionais passou a se formar no próprio país e a buscar conscientemente uma forma brasileira de escrita, com vocabulário e expressões locais, com ritmo e prosódia peculiares. Para a autora, o uso do neologismo no romantismo estava diretamente ligado à tentativa de afirmação da nacionalidade e diferenciação em relação a Portugal. Antonio Candido (2000), no ensaio "Estrutura literária e função histórica" (1961), tempos antes, já havia colocado essa ideia de genealogia. De acordo com ele, os letrados dessa época pretenderam localizar os verdadeiros predecessores de nossa literatura, ou seja, realizar uma "construção genealógica" reconhecendo a tradição literária brasileira. Num país sem tradição, de acordo com Candido (2000), é compreensível que se busquem raízes para demonstrar a mesma dignidade histórica dos velhos países. Nesse afã, continua o crítico, os românticos de certo modo "*compuseram* uma literatura para o passado brasileiro, estabelecendo troncos que se pudessem filiar e, com isto, parecer herdeiros de uma tradição respeitável, embora mais nova em relação à europeia" (ibidem). Esse processo foi, para Candido (2000), uma espécie de "criação retroativa da literatura brasileira, obedecendo às necessidades de afirmar a independência mental".

de Magalhães podem ser considerados os primeiros esforços no sentido de propor um gênero de escritos com função avaliativa e analítica – além de prescritiva – num país sem qualquer tradição nessa atividade. Mesmo na Europa, vale lembrar, o gênero ainda estava meio informe. Nessa época, Saint-Beuve (1804-1869) apenas começava a se afirmar como o grande crítico francês e o criador da crítica moderna, tendo iniciado a redação de *Causeries du lundi* somente a partir de 1850.

Tempos depois dessas primeiras tentativas, A. J. de Macedo Soares, que, como anunciamos, foi o campeão de publicações nos periódicos das associações literárias, empenhou-se na valorização da atividade crítica, chegando, inclusive, a ser considerado por Francisco Otaviano (1825-1889) o "nosso Saint-Beuve". Na *Revista Popular*, importante publicação do século XIX, Macedo Soares (1860, p.276) lançou "Da crítica literária" em que alerta para a valorização da literatura no Brasil e manifesta a necessidade de mudança:

> [...] instituam uma revista literária sob uma direção inteligente e severa; estabeleçam um sistema de crítica imparcial e fortalecido com sólidos estudos da língua e da história nacionais, porque a reflexão e a análise hão de sempre acompanhar *pari passu* as manifestações divinas e espontâneas da inspiração. Sem o trabalho contínuo e regular, sem esta lei elementar das criações duradouras jamais conseguir-se-á uma literatura rica, poderosa e digna de ser contada entre os grandes focos da ilustração humana.

Apesar de a *Revista Popular* não ser uma produção de associações literárias, esse texto de Macedo Soares merece destaque pelo tom imperativo em que convoca os leitores para uma mudança, denunciando a necessidade de reestruturação de todo sistema literário, desde a publicação de revistas, passando pela carência da atividade crítica, até a necessidade de uma produção literária sólida e regular. Ou seja, vincula a qualidade da produção literária ao meio de divulgação e à inevitabilidade de uma prática de apreciar e depreciar essa produção para que viesse a alcançar alguma excelência.

No tocante à sua concepção de crítica literária, Macedo Soares (1857b) deixa algumas orientações na revista *Ensaios Literários do Ateneu Paulistano*, ao analisar, em 1857, a primeira obra de Bernardo Guimarães, *Cantos da solidão* (1852). Soares (1857b, p.390) declara que Bernardo Guimarães era uma das maiores vocações poéticas daquele tempo e tinha entendido o que era a poesia nacional, contudo ele não era um "poeta verdadeiramente nacional", pois não havia equilíbrio entre os seus cantos, uns muito "bonitos" e outros "composições frias, vulgares quanto ao pensamento e pouco felizes na forma". Todavia, apesar das ressalvas, defende que se pode "dizer dele o que Gustavo Planche disse de André Chénier: não é uma esperança de poeta, é um poeta feito" (ibidem). E, ao proferir tal diagnóstico, Macedo Soares (1857b, p.391) explicita sua concepção de crítica positiva, por que não dizer laudatória: "penso com Chateaubriand (1768-1848) que a crítica deve antes ocupar-se em mostrar belezas e bondades que devam ser seguidas e não erros e descuidos que devam ser evitados". Se assim não for, torna-se "meramente negativo o fim da verdadeira crítica" (ibidem). De certa maneira, foi isso que o crítico buscou realizar no seu ensaio, um misto de elogios e críticas a Bernardo Guimarães, mas sempre preocupado com a questão da nacionalidade e buscando apontar condutas e rumos para os escritores brasileiros. No processo de construção de uma literatura de qualidade, pois, parecia-lhe inevitável ter de corrigir alguns erros para apurar-lhes as virtudes e ter de denunciar os vícios de outros para que não proliferassem; contudo esses juízos deveriam ser ponderados com parcimônia.

Homem de Mello (1837-1918), no entanto, é menos condescendente que Macedo Soares. Em artigo sobre a obra de Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878), adverte o fato de esse autor ter utilizado a estratégia de proferir, no segundo volume da *História geral do Brasil*, elogios e homenagens a grandes homens na tentativa de livrar-se da crítica, ou seja, ter se embebido na prática laudatória como forma de garantir recompensa semelhante. De acordo com Mello (1858, p.459), num primeiro momento tal subterfúgio surtiu efeito e Varnhagen recebeu de vultos das literaturas estrangeira e

nacional – como Humboldt, representantes da Academia das Ciências de Munich, Araújo Porto Alegre, Gonçalves Dias, Odorico Mendes, Ferdinand Denis – palavras lisonjeiras e animadoras, pois a crítica ter-se-ia sentido quase desarmada, "receando não poder acrescentar uma palavra ao parecer de juízes tão abalizados". Todavia, Homem de Mello (1858, p.459) considera que, por maior que fosse o seu respeito por esses grandes homens, isso não deveria salvar a obra de Varnhagen do exame da crítica literária, pois "as ideias não valem pelo nome que as rubrica, e sim, pelo que elas são". Mello (1858, p.459) apela, para sustentar seus argumentos, assim como fizera Macedo Soares, a François-René de Chateaubriand, que disse:

> [...] "a crítica nunca matou o que deve viver, e o elogio, sobretudo, nunca deu vida ao que deve morrer". O mesmo podemos dizer desses rasgados elogios. [...] Essas homenagens podemos traduzi-las como simples cortesias, inspiradas aliás pelo nobre desejo de animar o autor; mas o juízo sobre sua obra, ditado por uma crítica imparcial e severa, ainda não apareceu. Essas cartas tão lisonjeiras dirigidas ao autor não constituem a crítica literária. Cumpre quebrar essa mudez, que se tem guardado em nosso país sobre uma obra de tanta importância; cumpre apreciá-la devidamente e dar-lhe o seu justo quilate.

O tom apologético ou, em contraponto, a denúncia dos prejuízos do jogo cortês, a propósito, foram muito comuns nos discursos críticos publicados na imprensa brasileira. Embora os letrados fizessem questão de anunciar nos trabalhos que estavam realizando análises e interpretações, imparciais e rigorosas, das obras literárias, parte significativa do que se qualificava como crítica literária não passava de gestos de mesura de amigo para amigo ou de aspirantes a serem incorporados em algum grupo. O mais comum era o elogio fácil, o excesso de generalizações e as comparações absurdas e desmedidas, de forma que "qualquer estreante inexpressivo lembrava Lamartine, Musset e Victor Hugo" (cf. Machado, 2001). Na maioria das vezes, os escritores posicionavam-se no elogio dos amigos, ou seja,

os amigos eram sempre uns gênios, escritores de talento, homens brilhantes, além de outros tantos adjetivos. Nesse jogo da intelectualidade, portanto, qualificar de gênio o escritor amigo era quase tão trivial como qualquer regra de polidez, e, em contrapartida, ao elogio para "os nossos" correspondia o ataque e as perseguições aos "deles". Silva Ramos (apud Rio, s.d., p.179), um dos membros fundadores da ABL, em seu depoimento ao inquérito realizado por João do Rio em 1905, chegou a declarar que o princípio fundamental da crítica entre nós era o seguinte: "os nossos amigos são uns gênios, os outros são todos uns alarves". A esse respeito, inclusive, Sílvio Romero (2002b, p.47), apesar de ter sido um dos mais fiéis partidários desse princípio, teve o desplante de afirmar, em seu estudo depreciativo sobre Valentim Magalhães (1859-1903), que

> [...] uma geração que se elogia, que anda aí às tontas a admirar-se, não é uma geração séria e verdadeiramente meritória. É insensata em qualquer grau; porque dá-se com os grupos o que se dá com os indivíduos. O homem que borda a própria casaca de pontos de admiração é um desmiolado; a plêiade de velhos ou moços que bestializa-se, admirando a própria suposta superioridade, começa a merecer compaixão.

Em outro contexto, mas reiterando o questionamento sobre o elogio dos amigos, na *Revista Mensal da Sociedade Brasileira Ensaios Literários*, órgão da carioca Sociedade Brasileira Ensaios Literários, Bonsucesso Júnior (1874, p.136) declara quão importante é a crítica, "porque ela, como afirma Ernesto Renan (1823-1892), é o juiz dos deuses e dos homens". Uma crítica, para ele, tinha que ser como aquela que Gustave Planche (1808-1857) escrevera: "inteligente, severa, assisada, que julgava do produto e não da personalidade do autor, que censurava corrigindo ou louvando" (ibidem). Essa era a finalidade da crítica defendida por Bonsucesso Júnior (1874, p.136), a qual não deveria se confundir com o "elogio de *cotterie*", o "louvor pretensioso" ou a "carta do amigo convertida em alvidramento literário". E completa: "fora com semelhante crítica! Não há de ser ela

que dará lustre e vida às obras que em razão de sua esterilidade hão de cair no esquecimento, ou que venha matar as que devem passar aos vindouros" (ibidem).

Todos esses discursos críticos, cada um a seu modo, buscaram apontar os rumos que a literatura e os letrados deveriam seguir. Malgrado tenha prevalecido o caráter apologético e algumas ideias básicas – como o estabelecimento de uma genealogia literária, a análise da capacidade criadora dos índios e os aspectos locais como estímulos da inspiração –, o discurso crítico desenvolvido ao longo do Oitocentos brasileiro, do ponto de vista histórico, que aqui nos interessa, serviu, em larga medida, para dar amparo aos escritores, orientando-os para a importância do nacionalismo da cultura escrita. Além disso, contribuiu de modo acentuado para o desenvolvimento e conhecimento da literatura entre nós, promovendo a identificação e avaliação dos autores do passado, por meio da publicação das suas obras e das narrativas da vida desses letrados. Esses homens de letras, portanto, entendiam a crítica como uma síntese de argumentos, juízos e interpretações gerais acerca da literatura brasileira, que deveriam servir como uma espécie de guias para penetrar nos estudos estrangeiros e para distinguir a expressão do caráter nacional.

Nesse palco, como buscamos apontar ao longo do capítulo, as sociedades literárias tiveram um papel nada negligenciável, sobretudo por produzirem periódicos empenhados em formar uma consciência crítica que deveria orientar a nossa criação literária, especialmente no sentido de reconhecer a sua originalidade, dar-lhe vigor e detalhar a sua nacionalidade. Os impressos das associações literárias surgidas em São Paulo e no Rio de Janeiro, desse modo, cumpriram papel decisivo na formação da crítica literária oitocentista, crítica essa que se tornou peça importante na orientação dos escritores e na definição da literatura e da história do Brasil. Passemos, então, à análise da contribuição da produção das sociedades literárias para o escritor brasileiro em formação e para a construção da história do Brasil oitocentista.

Quadro 1 – Associações literárias e suas publicações fundadas em São Paulo e no Rio de Janeiro entre as décadas de 30 e 70 do século XIX

ASSOCIAÇÃO	FUNDAÇÃO	PERIÓDICO	MEMBROS	COLABORADORES
Sociedade Filomática	1833 São Paulo	*Revista da Sociedade Filomática* (1833)	Francisco Bernardino Ribeiro, José Inácio Silveira da Mota, Carlos Carneiro de Campos, José Joaquim Fernandes Torres, Tomás Cerqueira, Justiniano José da Rocha, Antônio Augusto de Queiroga, João Salomé Queiroga e José Marciano Gomes Batista	Carneiro de Campos, Bernardino Ribeiro, Silveira da Mota, José Justiniano da Rocha, Antônio Augusto de Queiroga e João Salomé Queiroga
Instituto Literário Acadêmico	1846 São Paulo	*Ensaios Literários. Jornal de uma Associação de Acadêmicos* (1847-1851)	José Carlos d'Almeida Areias, Joaquim Ferreira Valle, José de Alencar, João d'Almeida Pereira Filho, Aureliano José Lessa, Antonio José Leite Lobo e José Bonifácio, o moço	Bernardo Guimarães, José de Alencar, Álvares de Azevedo, Almeida Pereira Filho, Antonio Joaquim Ribas e José Bonifácio, o moço
Ensaio Filosófico Paulistano	1850 São Paulo	*Revista Literária: Jornal do Ensaio Filosófico Paulistano* (mudança de nome em 1852 para *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*) (1851-1864?)	Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, Lafaiete Rodrigues Pereira, Ferreira Viana, Paulino José Soares de Sousa, Félix da Cunha, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, José Bonifácio, o moço, e Álvares de Azevedo	A. J. Macedo Soares, A. C. Tavares Bastos, Pessanha Póvoa, Barros Júnior, A. M. Fernandes, Antonio Manoel dos Reis, Cirilo Reis, Couto de Magalhães, Joaquim Augusto de Camargo e Álvares de Azevedo

(continua)

Ateneu Paulistano	1852 São Paulo	*Ensaios Literários do Ateneu Paulistano* (1852-1866?)	Francisco Gomes dos Santos Lopes, Antonio Ferreira Vianna, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, José Diogo de Menezes Froes, José Bonifácio, o moço, José Maria Corrêa de Sá e Benevides, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Castro Alves	Francisco Gomes dos Santos Lopes, Antonio Ferreira Vianna, José Bonifácio, o moço, José Maria Corrêa de Sá e Benevides e A. J. Macedo Soares
Arcádia Paulistana	1857 São Paulo	*Arcádia Paulistana* (1857)	Martim Francisco R. de Andrada, José Fernandes da Costa Jr., Lindorf Ernesto Ferreira França, José Ferreira Dias, Thomaz Coelho de Almeida, Luiz José de Carvalho Mello e Mattos, João Baptista Pereira e Luiz Rômulo Peres de Moreno	José Fernandes da Costa Pereira Jr., Linderf Ernesto, Ferreira França, João Baptista Pereira, Couto de Magalhães, Duque Estrada Teixeira e Homem de Mello
Instituto Acadêmico Paulista	1858 São Paulo	*O Caleidoscópio*: publicação semanal do Instituto Acadêmico Paulistano (1860)	José Bonifácio, o moço, Caetano Xavier da Silva Pereira Filho, Emílio Valetim Barrios, José Tito Nabuco de Araújo, Francisco Nepomuceno Prates, Pedro Antônio Ferreira Vianna e Teófilo Carlos Benedicto Ottoni	Tavares Bastos, Marques Rodrigues, Belfort Duarte, Carlos Mariano Galvão Bueno e Salvador de Mendonça
Associação Culto à Ciência	1859 São Paulo	*Memórias da Associação Culto a Ciência* (1859-1861)	José Bonifácio, o moço, Luiz F. de Brito Abreu Souza Menezes Jr., Albino Pinheiro Siqueira, Constantino José Gonçalves, Antonio Gonçalves de Andrade, M. Ferraz de	Rangel Pestana, F. de Britto Jr., Américo Lobo, Campos Salles, Florêncio de Abreu, Francisco Nepomuceno Prates e Maximiniano de Souza Bueno

(continua)

			Campos Salles, Francisco Nepomuceno Prates, Pedro de Araujo Leite, Florêncio Carlos de Abreu e Silva, Manoel Pereira de Sousa Arouca, Antonio Alves Velloso de Castro e Maximiniano de Souza Bueno	
Sociedade Brasileira Ensaios Literários	1859 Rio de Janeiro	*Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários* (1865-1874)	F. Teixeira Leitão, Manoel Antonio Major, Joaquim Gomes Braga, Manoel de Macedo, Silvio Rangel, Luis Ayque, Gregório F. de Almeida e Cícero Pontes	F. Teixeira Leitão, Manoel Antonio Major, Joaquim Gomes Braga, Manoel de Macedo, Silvio Rangel, Luis Ayque, Gregório F. de Almeida e Cícero Pontes
Sociedade Acadêmica Brasília	1859 São Paulo	*Ensaios da Sociedade de Brasília* (1859-?)	Clemente Falcão de Sousa Filho, Albino Pinheiro de Siqueira, José Rodrigues Coelho de Macedo, José A. Fernandes Lima Jr., João Evangelista N. Sayão Lobo, Felisberto S. de Gouvêa Horta e Constantino José Gonçalves	Queiroz Mattoso, Ulhôa Cintra e Aureliano de Sousa Oliveira Coutinho
Associação Recreio Instrutivo	1859 São Paulo	*Revista da Associação Recreio Instrutivo* (1861-1863)	Antonio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva, Joaquim Antunes de Figueiredo Jr., Affonso Guimarães Jr., Manuel da Cunha Lopes e Vasconcellos, Souza Lima, Bernardo Vicent, Luiz Ramos Figueira Carvalho Bastos, João Correa de Jesus e Faria Jr.	Domingos Ramos de Mello Jr., Jorge Frederico Moller, Francisco Pedro de Miranda e Castro, Joaquim Xavier da Silveira, Olympio Conrado de Niemeyer, Antonio Manoel Fernandes, Pedro Vicente de Azevedo, Fagundes Varella, Francisco de Assis e F. de Mendonça Jr.

(continua)

Associação Club Científico	1859 São Paulo	*Exercícios Literários do Club Científico* (1859)	Theodomiro Alves Pereira, José Carlos de Araújo Moreira, Couto de Magalhães, L. P. Barretto, José Ignacio de Macedo Pombo, Antonio Gonçalves Chaves Jr., João Soares e Martins Pereira	Theodomiro Alves Pereira, José Carlos de Araújo Moreira, Couto de Magalhães, L. P. Barretto, José Ignacio de Macedo Pombo, Antonio Gonçalves Chaves Jr., João Soares e Martins Pereira
Associação Ensaio Acadêmico	1861 São Paulo	*Anais do Ensaio Acadêmico* (1861-1865?)	Clemente Falcão de Souza Filho, Custodio José da Costa Cruz, Aureliano Moreira Magalhães, Manoel A. Rodrigues Torres, João Pereira da Silva Borges Fontes, Joaquim Xavier da Silveira, Virgilio Martins de Mello Franco, Generoso Marques dos Santos, Carlos Thompson Flores e Rufino Furtado	Virgilio Martins de Mello Franco, Generoso Marques dos Santos, Carlos Thompson Flores, Rufino Furtado e Virgilio Martins de Mello Franco
Instituto Científico	1862 São Paulo	*Revista Mensal do Instituto Científico* (1862-1866?)	Duarte Azevedo e J. Maria Correa de Sá e Benevides	Duarte Azevedo e J. Maria Correa de Sá e Benevides.
Associação Tributo às Letras	1863 São Paulo	*Revista da Associação Tributo as Letras* (1863-1866)	Vicente Mamede de Freitas, Ignacio Teixeira, Amaral Fontoura, João Francisco Diana, Gomes Tolentino, Carvalho Amorim, Diogo S. A. P. Vasconcellos, Francisco A. e Souza, Diniz Goulart, José Rubino de Oliveira, Marcondes Machado, Antonio Correa, Guimarães Jr. e F. Teixeira de Souza Magalhães	Fagundes Varella, Fernandes de Almeida, Bento de Oliveira, Rodrigues Freire, Santos Malheiro, Amaral Fontoura e Souza Lima

(continua)

Club Acadêmico	1863 São Paulo	*Revista da Associação Club Acadêmico* (1863-?)	Francisco Luiz da Veiga, Antonio Antunes Ribas, José Maria da Silva Paranhos Jr., França Carvalho, Ferreira Lopes, Graciano A. Correa, Borges Fortes, Saturnino Epaminondas de Arruda e Assis Mascarenhas	Francisco Luiz da Veiga, Pedro Vicente de Azevedo, Levindo Ferreira Lopes, J. F. de Menezes, Candido Leitão, Benedito Ottoni, Nogueira Penido, Epaminondas de Arruda, Antonio Ribas e Herculano de Figueiredo e Souza.
Associação de Homens de Letras	1862 Rio de Janeiro	*Biblioteca Brasileira. Revista Mensal por uma Associação de Homens de Letras* (1862-1863)	Conselheiro Souza Franco, Antonio Joaquim Ribas, Quintino Bocaiuva, J. Felício dos Santos, Henrique Muzzio, Manoel Antonio da Silva Jr., Homem de Mello e Luiz Felício dos Santos	Conselheiro Souza Franco, Antonio Joaquim Ribas, Quintino Bocaiuva, J. Felício dos Santos, Henrique Muzzio, Manoel Antonio da Silva Jr., Homem de Mello, Luiz Felício dos Santos e Machado de Assis
Fraternidade Literária	1878 São Paulo	*Revista da Fraternidade Literária* (1878)	José Vieira da Cunha, Abdias d'Oliveira, João Jacinto de Mendonça Filho e Antonio da Silva Jardim	João Jacinto Mendonça Filho, Afrodisio Vidigal e Leopoldo Teixeira Leite

Fonte: Elaborado pela autora com base nos periódicos dessas associações e em Freitas (1915).

4
Dos conselhos aos escritores

> *"Tantas e tão diversas qualidades são necessárias ao perfeito literato que o homem, a quem algumas faltam, não deve desacoroçoar e perder esperanças de poder, utilmente para si e para os outros homens, cultivar as letras."* (J. J. da Rocha, 1833)

Com essas palavras José Justiniano da Rocha abre seu "Ensaio crítico sobre a coleção de poesias do Sr. D. J. Gonçalves Magalhães", publicado, em julho de 1833, na *Revista da Sociedade Filomática*. O preâmbulo do então jovem escritor, ao destacar a necessidade dupla de mais escritores e de cultivo das letras, bem como presumir um certo perfil do literato, anuncia uma preocupação que se tornou cada vez mais recorrente no século XIX brasileiro. Desses primeiros delineamentos de um discurso crítico até os escritos do último quartel do Oitocentos, quando a crítica passa a ser produzida de forma mais regular e sistematizada, como esboçamos no capítulo anterior, é perceptível um coro crescente no sentido de orientar e estabelecer lições de condutas, de forma mais ou menos direta, aos escritores brasileiros. O nascente discurso crítico, de acordo com

toda uma historiografia sobre o assunto[1] parece não ter escapado a certo compromisso pedagógico que caracterizou os escritos do século XIX, pois salta aos olhos seu empenho em traçar as diretrizes da cultura escrita brasileira e, inclusive, moldar um certo perfil do escritor daquele tempo. Esses ensaios, palestras, artigos e discursos publicados pelas associações literárias, ao discutirem e avaliarem o desenvolvimento da incipiente literatura brasileira, ocuparam-se de questões fundamentais como: a definição dos gêneros literários que estavam surgindo no país; os problemas de forma e técnica; a discussão sobre o conteúdo da literatura e o seu papel; a função do escritor; e a formação do leitor. Tais escritos, como abordaremos ao longo deste capítulo, vão se consolidando como um importante meio de propagação da nacionalidade brasileira, ou seja, uma das linguagens possíveis para traduzir os anseios e os projetos da nascente nação brasileira. Um processo de duplo sentido, em que, ao mesmo tempo que se auto-nutria e nutria a escrita literária, dava origem à própria história da literatura e da crítica.

Vejamos, então, as lições e prescrições, se não apenas sugestões, presentes na produção crítica das agremiações literárias de São Paulo e do Rio de Janeiro, para interrogarmos como a incipiente intelectualidade daquele tempo idealizou e procurou definir e forjar, em associação, uma cultura escrita e uma nacionalidade brasileiras.

Poetar com as coisas da terra

Comecemos nossa jornada colhendo algumas posições sobre a poesia no Brasil. De saída, contemplemos um amplo panorama da importância desse gênero oferecido pelo autor de "Reflexões sobre a poesia brasileira", em um ensaio publicado na revista do Instituto Literário Acadêmico:

1 Entre outras obras, ver: Romero, 1980; Veríssimo, 1969; Coutinho, 1968, 1969, 1974; Castello, 1999; Candido, 2007; Amora, 1967; Ventura, 1991; França, 1999; Süssekind, 1994.

> [...] a poesia é um dos mais preciosos dons, que a Divindade deixou cair sobre a terra, para compensar os males desta existência fenomenal e precária. [...] Mas ela não é só um mero passatempo, um refúgio onde vão as almas sensíveis se por ao abrigo dos dissabores [...] não, compete-lhe também uma alta importância social, pois que tem representado um grande papel no desenvolvimento da humanidade. As mais altas máximas sociais, os princípios mais fecundos em grandes resultados foram muitas vezes propagados por sua doce voz; por meio dela popularizaram-se crenças e princípios civilizadores: seus acentos falando à fantasia e ao coração são mais bem compreendidos pelo povo, do que a voz grave e austera da filosofia; foram seus cantos melodiosos que embalaram no berço a sociedade nascente, ela, e não a filosofia, ensinou e divulgou os dogmas da religião, apertou os laços da sociabilidade e despojou o homem primitivo de seus hábitos ferozes, substituindo costumes mais doces e humanos. (Guimarães, 1847a, p.13)

Não somente nesse excerto de Bernardo Guimarães, como também nos escritos de praticamente todos os outros homens de letras do século XIX, fica notório o papel social sobremaneira destacado que vai ganhando a poesia, entre outros motivos, pelo seu poder de inserção na sociedade e pelo tom mais suave, e supostamente mais penetrante, que a filosofia. Esses letrados, cabe ressaltar, liam em Madame de Staël (1766-1817) que a faculdade mais preciosa para o homem era a imaginação, isto é, "as ficções são feitas para seduzir; e quanto mais o resultado pretendido tende para a moral ou para a filosofia, mais necessário será enfeitá-las com tudo o que pode emocionar e conduzir o leitor".[2] Essa forma literária, pois, é apontada como uma espécie de tradutora privilegiada dos anseios

2 A esse respeito, Bresciani (1996, p.15-6) ressalta que em Madame de Staël, *Essai sur les fictions suivi de l'influence des passionsi*, "encontra-se uma reflexão sobre o poder dos textos ficcionais na formação do caráter dos jovens: a identificação com os personagens produz no leitor emoção e interesse pelo argumento, o que faz com que a 'mensagem' moral que se deseja passar tenha acesso às mentes por um caminho suave e eficaz, ao contrário daqueles proporcionados

da recém-fundada nação, sendo, portanto, fundamental para o desenvolvimento da intelectualidade que começava a autointitular-se brasileira. Nas palavras de Guimarães (1847a, p.14), entre as nações jovens, "os poetas são os representantes do gênio nacional, seus cantos são a expressão da índole e das crenças populares, neles legam à posteridade o retrato moral de sua época".

Entre os "juízes literários" que inspiraram os jovens letrados brasileiros desse tempo, além de Madame de Staël, um dos nomes mais citados foi o de Alphonse de Lamartine (1790-1869). Os aspirantes a críticos partilhavam as afirmações desse pensador francês de que a poesia era "a encarnação" do que o homem tinha "de mais íntimo no coração e de mais divino no pensamento", ou mesmo, que ela formaria "a linguagem perfeita", capaz de exprimir "o homem em toda a sua humanidade" e capaz de falar "ao espírito pela ideia, à alma pelo sentimento, à imaginação pela imagem e ao ouvido pela música" (Ribeiro, 1863, p.10). A literatura, nomeadamente aqui a poesia, passa a ser concebida como um termômetro pelo qual seria possível medir o grau de civilização de um povo.

Em outra de suas indicações sobre a função pública da poesia, Bernardo Guimarães (1847a, p.13), ao analisar o "espírito" de sua época, acreditava, alicerçado pelas ideias desses pensadores franceses supracitados, na força desse espírito para "transtornar a ordem eterna e necessária do desenvolvimento literário das nações" e, inclusive, sinalizava aos jovens escritores que o que tínhamos de melhor era a poesia. Pregava, pois, que "na infância das nações tudo é poesia, porque tudo é sentimento e imaginação. A poesia, no seu entender, abrangia artes, ciências, crenças e costumes, imprimindo em tudo suas formas e seu caráter" (ibidem). E o Brasil, alardeava ele, em tom de ensinamento, "ainda na infância, fraco para pleitear tão a peito com as luzes da filosofia, devia aproveitar-se dessa brilhante faculdade que domina no berço dos povos – a imaginação; cantar e inspirar-se" (ibidem, p.19). A poesia, assim, aparecia como uma

---

pelos áridos tratados dos moralistas". E completa, "nossa autora atribui às ficções a finalidade de dirigir e de esclarecer as ideias morais" (ibidem).

parte da infância das nações, um momento em que a imaginação, ainda na sua forma pura e sem a contaminação das formas elaboradas e supostamente não genuínas, expressava a verdade de um povo; e era justamente nessa primeira fase que o Brasil estava. Em contrapartida, a filosofia, aos seus olhos, só viria posteriormente, quando o espírito nacional já não mais pudesse ser puramente espontâneo, seria uma segunda fase, na qual se encontravam justamente os países europeus, céticos e sem originalidade.

Duarte Paranhos Schutel (1857, p.9-10), sócio e colaborador dos *Anais da Academia Filosófica* do Rio de Janeiro, declara, igualmente reforçando o papel social da poesia no país, que "há na alma dos brasileiros uma como que tendência inata para a poesia", pois, no espírito de nossos poetas, é perceptível uma mescla da "doçura do Espanhol", da "sutileza fácil do Francês", da "imaginação do Germano e Inglês" e da "altivez e força do Lusitano". Nossa poesia, assevera Schutel (1857, p.9-10), era "uma harpa" em que vibravam os sons tirados por todos os cantores estrangeiros: "é Petrarca e Dante, Calderón e [Lopes de] Vega, Chateaubriand e Lamartine, Hoffmann, Goethe, Milton, Byron, Camões e Herculano, é tudo isso, e mais um *quê* particular e nosso, que nenhuma poesia tem, que nenhum poeta estranho sente, e que faz o nosso tipo". O autor, numa postura que se tornará corrente entre a intelectualidade brasileira, não só afirma que o país apresenta condições de produzir uma literatura como também exalta um tal *quê* a mais dos nossos literatos, um *quê* não exemplificado ou explicitado por ele, mas que não deixa de servir como instrumento de afirmação da singularidade da alma do brasileiro. Exaltava, pois, algo intrínseco ao brasileiro que, no seu discurso de exaltação ao povo, dispensava maiores especificações, dado que estava amparado num pré-acordo tácito do destinatário, igualmente já imbuído do desejo de distinguir-se e igualmente motivado a olhar ao seu redor e encontrar índices da sua originalidade. Uma espécie de natureza predestinada era o que se anunciava e que ajudava na autoestima e na valorização de nossos escritores.

Outros argumentos em favor da importância de produzir poesia podem ser encontrados em "Esboços literários", de Cícero de

Pontes (1865). Nesse ensaio, publicado na *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*, Pontes (1865, p.466) propõe aos leitores que o Brasil era uma "terra fadada para a poesia", pois tudo aqui "fala à imaginação e ao sentimento". E entre os requisitos dessa predestinação, estavam os indícios claros na própria natureza: as suas "matas frondosas"; os seus "imensos e gigantes rios"; os seus montes "crivados de eternos verdores"; o canto de suas aves; as suas "campinas lindas esmaltadas de flores"; as suas "leis climatéricas"; enfim, a combinação de elementos do mundo natural contribuía todo o tempo "para despertar esse eco íntimo e secreto, que constitui a verdadeira poesia; 'essa música que todo o homem tem em si', de que fala Shakespeare" (ibidem). A poesia surgia, assim, para Pontes (1865), como uma espécie de elemento natural ou até uma decorrência dessas privilegiadas condições naturais de que podiam gozar nossos escritores. Seu papel social, portanto, seria igualmente grande, pois, na cadeia de causalidades que estabeleciam, a afirmação da nacionalidade vinha colada à exaltação da natureza, ou seja, de acordo com Pontes e muitos outros letrados do período, a própria grandiosidade da natureza brasileira já era em si poética e por si inspirava nacionalidade. Desse modo, para esses homens de letras, o Brasil já possuía a sua musa, a natureza, a qual estava à espera de ser cantada, a fim de traduzir os anseios poéticos e nacionais do século XIX brasileiro.

No que se refere à necessidade de cantar a natureza, praticamente todos os "críticos" compartilham tal postura. Embebidos pelas ideias filosóficas propagadas no século XVIII, as quais apontavam a natureza como a fonte de inspiração criadora para a literatura, ou melhor, como disse Voltaire (1704): "*on m'apelle Nature et je suis tout art*",[3] os letrados brasileiros buscaram propagar aquele binômio, caro ao pensamento romântico, Arte e Natureza. Para J. J. da Rocha (1977, p.51), por exemplo, a natureza da América oferece "quadros tão virgens como ela ao poeta que os quiser pintar". Relata que,

3 Vale destacar que não é nosso objetivo aqui, nem viria ao caso, remontar o conceito de natureza desde Platão e Aristóteles. Apenas apontamos certos sentidos que animaram, mais diretamente, os nossos homens de letras do XIX.

quando se lembra de que "o azulado Céu do Trópicos" ainda não foi cantado, que nenhum "só vate fez descansar seus amantes à sombra amena de nossas mangueiras", atreve-se a esperar que nossa poesia, com os qualitativos de "majestosa, rica, variada e brilhante, como a natureza que a inspira, nada terá que invejar às cediças descrições Europeias de Coridons e Tireis deitados sempre debaixo de cansadas faias" (ibidem). A poesia hoje, deixa Rocha (1977, p.52) sua lição na *Revista da Sociedade Filomática*, "já não é uma reunião de sílabas harmoniosas, quer-se dela mais, não deve só satisfazer aos ouvidos, mas penetrar os corações, e neles derramar seu bálsamo consolador". Anunciava, dessa maneira, o comprometimento que deveria ter em expressar o que havia de mais genuíno na trajetória de um povo. E ajudando a trilhar o que ele próprio afirma ser "uma estrada quase inteiramente abandonada", J. J. da Rocha (1977, p.52) declara, agora em tom otimista: "a liça poética está aberta" e a "árvore da literatura está plantada".

João Carlos de Araújo Moreira (1859, p.10), do mesmo modo, na revista *Exercícios Literários do Club Científico*, assevera que devemos acreditar que o Brasil "tem mais inspiração do que a velha Europa cercada de todo esplendor e cortejo de suas tradições". E as razões para esse claro favorecimento eram simples, a saber:

> Ide aos sertões de nossas províncias, onde o homem só tem por inspiração o céu e os campos, e lá vereis à noite em sua choupana o rústico acompanhar a viola ternas modinhas; lá ouvireis o eco repetir as canções melancólicas do canoeiro, que assim parece querer deter as águas que lhe fogem... (Moreira, 1859, p.10)

Ou seja, mais uma vez a ideia de inspiração natural dos povos na infância, a espontaneidade e, inclusive, aquele *quê* a mais do brasileiro, graças a seus privilégios de origem, estiveram na pauta dos discursos de uma crítica literária empenhada na afirmação da literatura que analisava e ajudava a construir.

A preocupação do incipiente discurso crítico brasileiro era assinalar a necessidade de reproduzir a natureza, ao mesmo tempo que

pregava o abandono da imitação dos clássicos. Inclusive, quanto mais de acordo com a natureza circundante, tanto melhor e mais nacional era a obra literária! Com esse posicionamento, os principais conselheiros de nossos aspirantes a críticos, no que se refere a essa aproximação entre natureza e poesia, foram Chateaubriand (1960), o qual afirmava que a natureza se exprimia de muitas maneiras, numa ligação entre paisagem e estado de espírito, e Lamartine (1918), que acreditava que havia uma relação entre Deus e natureza, ou seja, a natureza era um lugar de encontro do homem, do poeta com Deus.[4] Os escritores inspirados pela poética romântica, portanto, acreditavam e buscaram reproduzir em seus ensaios críticos que a legítima literatura brasileira tinha que ser aquela que canta a paisagem "americana" a fim de adquirir a cor local necessária à sua caracterização nacional.

Todavia, ao mesmo tempo que uns letrados destacavam a necessidade de cantar a natureza, outros anunciavam que essa evocação carecia de limites. Macedo Soares, por exemplo, reafirma nos seus trabalhos a necessidade de nacionalização da literatura, contudo ressalta que só o louvor e a exaltação da natureza não bastavam para criar uma literatura brasileira. A esse respeito, na *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*, o autor traça um esboço comparativo entre a poesia brasileira e a literatura norte-americana sobre o sentimento da natureza:

> [...] há na poesia do Norte mais sobriedade de imagens, mais sábia economia no emprego delas [...] o contrário é justamente o defeito capital dos nossos poetas. A causa disto parece-me que se deve buscar na maneira errada por que tem sido compreendido o nacionalismo na arte. O próprio chefe da escola nacional, o Sr. Gonçalves Dias não escapa a esta observação. Há nos Timbiras demasiada profusão de cores, cruzam-se os ornatos como as laçarias de um templo gótico, sobre as quais mal podem fixar-se por momentos os olhos do observador. (Soares, 1859b, p.90)

4 Ver também Coutinho (1968, p.66).

Nesse paralelo, Macedo Soares (1859a)[5] vem alertar que o abuso na descrição da natureza não garantiria a expressão da literatura brasileira, ou seja, lançando uma espécie de advertência e, ao mesmo tempo, um ensinamento aos nossos escritores, o crítico reconhece a importância da paisagem, mas repreende os poetas que se restringem ao sentimento da natureza e aos temas tradicionais ou americanistas. De forma propositiva e renovadora, propunha ele, pois, que era necessário "nacionalizar a ideia em todas as ordens de conhecimento" e assumir nova postura poética, diferentemente daquele primeiro momento vivido por Gonçalves de Magalhães (ibidem, p.73), em que a natureza por si só exalava poesia.

Assim como Macedo Soares, Bernardo Guimarães (1847a, p.14), tempos antes, no periódico *Ensaios Literários. Jornal de uma Associação de Acadêmicos*, de 1847, também analisara a poesia de Gonçalves de Magalhães e ponderara que, para os cânticos de Magalhães serem considerados um verdadeiro monumento de literatura pátria, era preciso que representassem a índole e o caráter nacional, ou seja, era preciso que a sua "musa peregrina", depois de conversar "com o entusiasmo frenético de Byron e as harmonias religiosas de Lamartine, não se esquecesse de pousada à sombra de nossos coqueiros inspirar-se de toda esta nossa natureza". Essas declarações de Bernardo Guimarães e de Macedo Soares, pois, já assinalam a tentativa de uma nova postura da poesia nacional depois daquele primeiro momento inaugurado por Gonçalves de Magalhães, em que já se buscava cantar não somente a natureza, mas igualmente outros elementos, como os costumes, as religiões, a história dos povos etc.[6]

---

5 Afrânio Coutinho (1968, p.86) ressalta que a formulação de Macedo Soares sobre a nacionalidade da literatura brasileira "é um germe da que desenvolverá Machado de Assis, em 1872, no ensaio *Instinto de Nacionalidade*".

6 José Aderaldo Castello (1963, p.11), sobre essa nova postura do discurso crítico brasileiro, afirma que essas reflexões "já exprimem um grau de amadurecimento crítico que marca uma etapa nova no romantismo brasileiro, principiando pelo desafogamento da onda nacionalista que envolvia a exaltação da nossa paisagem, e que, desde as sugestões de Almeida Garrett e de Ferdinand

Ainda acerca dessa nova postura perante a natureza, Macedo Soares (1857b, p.387), em outro texto publicado na *Ensaios Literários do Ateneu Paulistano*, ao analisar a obra de Bernardo Guimarães, afirma que o autor de *Cantos da solidão*, em muitas de suas poesias, compreendeu como poucos escritores o que "é a cor local, é esse perfume, essa harmonia, esse colorido, esse *quê* enfim que se sente e não se exprime, e que dá logo a conhecer que céu inspirou o poeta". No entanto, segundo "nosso Saint-Beuve", a julgar-se imparcialmente, Bernardo Guimarães ainda não é "um poeta verdadeiramente nacional" (ibidem). Para Macedo Soares (1857b, p.55), os requisitos necessários para ser um escritor nacional eram:

> Eu penso com Mennechet (1) que a literatura é nacional quando está em harmonia perfeita com a natureza e clima do país, e ao mesmo tempo com a religião, costumes, leis e história do povo que o habita. O elemento principal da literatura é a poesia; e pois o poeta deve contemplar o espetáculo da natureza, sentir e saber as impressões dele recebidas; deve mostrar-se possuído de muito sentimento religioso, porque sem religião não há arte (2); deve apreciar os costumes, porque eles são a filosofia do povo, – eles formam, como diz o autor citado, o primeiro laço social que une o homem a seus concidadãos; – deve conhecer as instituições do país, porque sem elas não há sociedade, não há povo, não há família; finalmente deve compreender as tradições pátrias, revelar o segredo do passado, o laço místico que o une ao presente para pressentir os infortúnios ou as glórias do futuro. Se estes são os elementos que a crítica exige para a nacionalidade da literatura, por certo o Sr. Bernardo Guimarães não é poeta verdadeiramente nacional. Nem é preciso que o artista escreva especialmente um poema, uma epopeia, para dar conta da cor local, das crenças, dos costumes, das instituições ou da história: os *Cantos da Solidão* mesmo poderiam compreender tudo isso. Infelizmente hoje quase geralmente não se

---

Denis até os pronunciamentos de Gonçalves de Magalhães, banhou as nossas primeiras manifestações românticas".

> pensa assim: os poetas, salvas raras exceções, ocupam-se consigo, e tal egoísmo não lhes deixa um momento para se dedicarem à pátria. É uma poesia frouxa, enervada, onde de vez em quando lá aparece um laivo de verdadeira inspiração, um assomo de entusiasmo que logo esfria. Esmiúçam tudo, submetem tudo aos sentidos, nada deixam à adivinhar à imaginação. É talvez ainda um eco do sexualismo do século passado.

Como se vê, malgrado ressalte certa tendência negativa ao individualismo de alguns escritores com produções sem grandes expressões, um escritor verdadeiramente nacional, pelas palavras deste arrebatado crítico, seria aquele que conseguisse harmonizar os elementos da natureza e os elementos sociais, ou seja, um escritor que soubesse cantar a paisagem, a fauna e o clima do país ao mesmo tempo que contempla os costumes, as tradições, as religiões, as instituições, entre outros elementos sociais relacionados. Macedo Soares, vale destacar, apesar de não confessar, talvez – levando em consideração as dificuldades de mapear os caminhos das leituras desses homens – tenha tido acesso ao texto de Édouard Mennechet (1794-1845) pela tradução feita por Januário da Cunha Barbosa e publicada na *Minerva Brasiliense*, de 1844. Barbosa (1844, p.168) traduziu um extrato do discurso de Mennechet proferido em Paris num congresso histórico, no ano de 1843, sobre o problema da nacionalidade em literatura, em que o autor de *Le Plutarque Français* (oito volumes, 1835-1841), além dos trechos já apresentados por Soares, indaga: "onde pois o poeta que quer ser nacional irá procurar suas inspirações, a não ser no que vê, no que sente, no que crê, no que sofre, no que ama e no que espera?". Essas são, pois, orientações propagadas e seguidas por grande parte dos letrados brasileiros.

No texto de Macedo Soares (1857b), inclusive, já começa a ficar mais forte um discurso sobre o papel social da literatura ou sobre seu caráter duplamente histórico, isto é, por nascer na história e por exprimi-la de alguma forma. Impunha-se, pois, uma concepção de literatura não tanto como fenômeno essencialmente estético, mas como um fenômeno sociocultural. O autor declara que o escritor

nacional "deve compreender as tradições pátrias, revelar o segredo do passado, o laço místico que o une ao presente para pressentir os infortúnios ou as glórias do futuro" (ibidem, p.55). Alertava, dessa forma, para o potencial histórico da produção literária, bem como para sua inclinação pedagógica nos moldes da história de inspiração ciceroniana, a história *magistra vitae*.[7] Anunciava-se, assim, a necessidade de uma reflexão histórica da literatura que viria a culminar nas histórias da literatura.

No que se refere a essa questão do desenvolvimento do pensamento historiográfico da literatura brasileira, cabe destacar que, nesse final da década de 60 do século XIX, quando Macedo Soares anunciava a necessidade de compreender as tradições pátrias e revelar o passado, Joaquim Norberto de Sousa Silva retomava o seu projeto de uma história da literatura brasileira na *Revista Popular*, um projeto que, lamentavelmente, nunca chegou a ser concluído. Apesar de o compilador dos escritos de Joaquim Norberto Silva (2000, p.23) ressaltar que o processo de publicação por capítulos dessa planejada história literária tinha se dado de modo bastante assistemático e possuído um caráter desordenado, o mérito mínimo que lhe cabe creditar é o pioneirismo, isto é, deve-se a ele a primeira tentativa de uma história da literatura brasileira.

Sílvio Romero (1980, p.839), a esse respeito, salienta, em *História da literatura brasileira*, que Joaquim Norberto foi um dos brasileiros que mais escreveram e nas mais variadas esferas, mas afirma ele que, nem tudo que anunciou, veio a escrever: "o escritor fluminense por certo trabalhou muito, um pouco demais talvez, mas foi também

7 Essa clássica definição de história pautada num caráter moralizador e pedagógico de toda a experiência histórica, cabe ressaltar, não serviu de apoio somente para a nascente história literária, tal concepção da história como mestra da vida já era partilhada pelos primeiros trabalhos de história do Brasil apresentados pelo IHGB. Guimarães (1988, p.17), em seu estudo sobre o IHGB, destaca que os membros dessa instituição tinham uma ideia da história nacional como "forma de unir, de transmitir um conjunto único e articulado de interpretação do passado, como possibilidade de atuar sobre o presente e o futuro", ou seja, a história *magistra vitae* mantém-se como princípio orientador da atividade historiográfica do instituto no período.

muito pródigo em promessas, e algumas delas irrealizáveis". De qualquer forma, não deixa de reconhecer que foi um arauto do que viria a ser a nossa história literária brasileira.[8] Romero (1980, p.850) afirmava que tinha pressa em "avistá-lo" nos seus trabalhos de história e crítica literária, pois, "nesta esfera", o primeiro elogio que lhe faria seria o seguinte: "hoje é impossível escrever a história, principalmente a história literária do Brasil, sem recorrer às publicações deste laborioso escritor". Nesse palco do Oitocentos brasileiro, em que a escrita vinha alcançando importância efetiva e fazendo cada vez mais parte da nossa existência histórica, a historiografia literária foi ganhando cada vez mais espaço, numa aproximação com a neófita crítica literária e a história da nação, ou seja, para boa parte dos letrados desse tempo, e isso é ponto central deste trabalho, produzir crítica literária era ajudar nos alicerces da construção de uma história da literatura que, por sua vez, compunha um edifício muito maior e mais digno de consideração: a história do Brasil.

Desde Gonçalves de Magalhães, é sabido, a historiografia literária começava a trilhar seu caminho, quando, no seu conhecido "Ensaio sobre a história da literatura", Magalhães (1978a, p.142) ponderou que a finalidade desse estudo não era "traçar a biografia cronológica dos Autores Brasileiros", mas sim a "história da literatura do Brasil", pois toda a história, "como todo o drama, supõe lugar da cena, atores, paixões, um fato progressivo, que se desenvolve, que tem sua razão, como tem uma causa e um fim. Sem estas condições nem há história, nem drama", ou seja, a literatura deveria ser um fenômeno histórico que exprimisse o espírito nacional.

---

8 Afrânio Coutinho (1968), em seu estudo sobre o espírito de nacionalidade na crítica brasileira, ressalta, sobre a questão da originalidade, um dos principais pontos aprofundados e desenvolvidos por Norberto, que "o pensamento romântico brasileiro identificava o problema da originalidade com o da nacionalidade literária, e esta vista como um reflexo da influência de clima e da natureza. Joaquim Norberto é talvez o teórico e crítico ao qual se deve a maior sistematização desse conceito na sua projetada história da literatura brasileira, que hoje devemos considerar a síntese do pensamento crítico no que tange à nacionalidade em literatura".

Declarações como essas e escritos tentando traduzir esse espírito ou explicitar os caminhos para traduzi-lo foram definindo os contornos do conjunto da história da literatura e da crítica literária no Oitocentos brasileiro. Mas vejamos mais sobre a poesia e o que para ela foi prescrito e sugerido para que assumisse o tal caráter nacional. Em outras palavras, para concluir este tópico, atentemos um pouco mais sobre a poesia como um dos dispositivos lançados pelo discurso crítico dos letrados gregários para forjar uma nacionalidade brasileira, isto é, um dos mecanismos de propagação e afirmação da nacionalidade brasileira foi a poesia.

Para além de ser o gênero literário mais produzido no país nesse tempo, o grande privilégio alcançado pela poesia pode ser relacionado, entre outros fatores, às afirmações de que uma nação, ainda em formação, não tem bagagem suficiente para produzir filosofia ou outras áreas do conhecimento mais complexas, restando-lhe explorar majoritariamente a poesia. Por ser uma faculdade mais dependente da inspiração do que do trabalho minucioso e estar relacionada a uma escrita mais rápida e com um caráter de improviso – o que não diminuía seu valor –, agradava, e muito, à mocidade aspirante a escrever.[9] Nesse sentido, quase 80% dos autores de livros de poesias, publicados durante o século XIX, estavam na faixa dos 18 aos 25 anos. Enquanto essa mocidade não se iniciava na vida profissional, havia um grande prestígio em ser poeta e estudante, de modo que os jovens acadêmicos gostavam de realçar essa condição de escritor/estudante em seus volumes de poemas. Nos livros de poesias editados entre as décadas de 40 e 70 desse século, por exemplo, era de praxe na folha de rosto, sob o nome do autor, a alusão à turma e à faculdade em que esses acadêmicos estudavam (cf. Machado, 2001, p.105). Sem contar que parecia muito mais fácil, no que se refere ao esforço por atrair novos escritores, instigar um jovem escritor a

9 Machado (2001, p.106) destaca que, "enquanto não se iniciava a vida profissional, havia um grande prestígio em ser poeta e estudante. Os jovens acadêmicos gostavam de realçar essa condição em seus volumes de poemas. Nos livros editados entre as décadas de 1840 e 70, tornou-se hábito declarar na folha de rosto, sob o nome do autor, a turma e a faculdade em que estudava".

produzir poesia em vez de filosofia, ou mesmo, a leitura do gênero poesia soava mais simples e agradável ao publico leitor.

Em certa medida, portanto, embora tenha sido o gênero literário que inaugurou a literatura brasileira e seu papel social tenha sido exaltado recorrentemente, a poesia, ao longo do século XIX, passou a ser vista como uma produção sobretudo de jovens, nomeadamente de acadêmicos. Aquele escritor, porém, que quisesse seguir uma carreira literária mais consistente nas letras tinha que produzir outros gêneros e não somente poesias – apesar de os literatos iniciarem sempre por ela. Vale destacar, inclusive, que muitos desses poetas foram fundadores e sócios das associações literárias aqui analisadas, e, desse modo, o perfil da produção da poesia em muito se aproximava das agremiações literárias surgidas no Oitocentos brasileiro, em razão de serem movimentos efêmeros da mocidade acadêmica em formação, ou seja, experiências realizadas durante a fase de faculdade. Ademais, malgrado essas advertências, a poesia, com o seu poder de penetração na sociedade, como salientado ao longo do tópico, foi ganhando uma função pública cada vez mais significativa, e o poeta passou a ser considerado uma espécie de tradutor ou porta-voz da brasilidade nos moldes oitocentistas.

Romancear em torno da paisagem

Se a poesia foi aclamada e exaltada pelo discurso crítico publicado nas revistas das associações literárias do século XIX como a forma literária por excelência, o mesmo não pode ser dito acerca do romance. Embora tenha tido um papel sobremaneira importante na produção escrita oitocentista, o romance, durante o auge das publicações dessas sociedades literárias, ainda estava florescendo entre nós e não tínhamos muitos escritores representantes desse gênero até a década de 60 do século XIX.[10] Se, como vimos, a maciça produção de

10 De acordo com Antonio Soares Amora (1967, p.193), nossas primeiras experiências, em matéria de ficção romântica, reduziram-se a modestas adaptações

poesia devia-se ao fato de o Brasil ser uma nação jovem intelectualmente, capaz de expressar-se majoritariamente por meio da poesia, essa ideia de nação na infância não tinha apenas seu lado glamoroso e promissor, pois a promessa não escondia uma certa imaturidade na escrita e na reflexão dos nossos letrados. Uma imaturidade que pouco lhes permitia aventurar-se por outros gêneros tidos como mais complexos. Dito de outra forma, uma espécie de ingenuidade na leitura e no entendimento do Brasil levava-os a passear sempre pelos mesmos temas, abordagens e por uma forma de expressão que impunha sempre os mesmos limites. Uma condição, pois, que já estava na hora de ser alterada. E foi com esse propósito certamente que a escrita do romance começou a ser exaltada. Ela era divulgada entre os letrados como uma produção árdua, guardada somente para as mentes mais maduras e experientes. Como disse certa vez Sílvio Romero (1980, p.1808), "a grande reação na arte da palavra escrita, na difícil arte da prosa, foi operada por José de Alencar".

Das poucas análises sobre o romance presentes na produção escrita das sociedades literárias, temos o ensaio "Considerações sobre a atualidade da nossa literatura" (Soares, 1857a), lançado na *Ensaios Literários do Ateneu Paulistano*. Nesse texto de 1857, Macedo Soares (1857a, p.365) apresenta um panorama da literatura brasileira até aquele momento, afirmando que já se podia dizer que existia uma "poesia brasileira" e, desse modo, aquele era o momento de valorizar "o gênero que mais prometia": o romance. Até então, o Brasil tinha produzido, segundo o crítico, alguns parcos romances, como, por exemplo, *Gonzaga* (1848-1851), de Teixeira e Sousa (1812-1861), o qual considerava ser "bem pobre de inspiração e de poesia" e "nenhum vulto" fazia "nas letras brasileiras", mas, em contrapartida, igualmente havia surgido *A heroína do Pará* (1840), *Mata escura* (1849) e "mais dois ou três romances" de Joaquim José

---

do romance europeu à nossa realidade, como *Os assassinos misteriosos* (1839) e *As duas órfãs* (1849), de Joaquim Norberto de Souza e Silva. Este teria sido um primeiro passo até uma forma mais acabada com *O filho do pescador* (1843), de Teixeira e Sousa, e, principalmente, *A moreninha* (1844), de Joaquim Manoel de Macedo.

Teixeira (1811-1885), bem como *A moreninha* (1844), *O moço loiro* (1845), *O forasteiro* (1855) e "outras composições" de Joaquim Manuel de Macedo, romances que mereciam ser lidos, pois eram "assuntos nacionais e bem manejados" (ibidem).

O alvo de Macedo Soares (1857a) com a apresentação desse quadro sobre a situação dessa forma literária era alertar, lançando mão de algumas lições para os escritores brasileiros, que, nos romances de assunto pátrio, deveria haver alguma coisa mais do que a narração dos fatos, a descrição da natureza e os costumes. Deveria "aí recender um perfume que seria peculiar a nossos arbustos recamados de verduras e matizes"; deveria, ainda, "o sol fulgurar com brilho novo"; e mais, deveria haver "um pouco mais de sentimentalismo, ao lado das graças ingênuas, dos símplices atavios de uma natureza virgem" (ibidem, p.365). Alicerçado na produção de François-René de Chateaubriand para afirmar tais pontos, Macedo Soares (1857a, p.365), em tom de prescrição para os pretendentes a romancistas, declara que, para ser romancista como o grande letrado francês, era preciso ser poeta como ele, isto é:

> [...] não basta ver, é preciso sentir; não basta sentir, é preciso saber exprimir-se. A grande arte do escritor é combinar a ideia com a forma, de maneira que uma, bem longe de desmentir a outra, sirva antes para realçar-lhe o brilho. Entre nós tem-se geralmente em muito pouca conta a questão da forma; mas entretanto ela mereceria ser melhor estudada. Ninguém ignora que às vezes um pensamento medíocre produz muita impressão quando é dito por uma frase feliz.

Macedo Soares (1857a) não deixa bem explicitado como seria possível esse maior sentimentalismo e um certo "americanismo" no romance, mas propôs caminhos aos futuros escritores para que abandonassem a simples narração dos fatos e seguissem os passos dados por Chateaubriand em *Atala* (1801) e em *Les Natchez* (1826). Assevera, inclusive, que a grande arte do escritor era "combinar a ideia com a forma". A questão da forma, a propósito, como era de

se esperar em se tratando de crítica, tornou-se corrente entre os "críticos" brasileiros e será mais bem explorada no próximo tópico deste capítulo.

Ubaldino do Amaral (1842-1920), da mesma maneira, na *Revista da Associação Tributo às Letras*, ao analisar a relação da literatura com o homem e a sociedade, de maneira bem genérica mas não menos importante, deixa algumas lições sobre o romance aos leitores da seção "Estudos literários". O crítico parte da ideia de que o romance moderno visava a altos destinos, manifestava aspirações e, desse modo, abordava todos os temas, ou seja, questões religiosas e filosóficas, problemas de organização social, quadros históricos, ciências físicas, "tudo tem sido material para este gênero de literatura, o mais importante, pensamos, pelo poder que exerce sobre as almas que estremecem – sensitivas – ao menor contato" (ibidem, p.90). Para Amaral (1865, p.90), o romance, por ampliar o campo de imaginação do leitor, era mais atrativo e dava mais oportunidades para o escritor criar e o leitor entrar de corpo e alma na obra, isto é, "ainda mais o romance lido no silêncio, na solidão", favorecia a exaltação dos sentimentos. Sugerindo, a esse respeito, uma comparação entre o romance e o teatro, Ubaldino do Amaral (1865, p.90) destaca – com base nas ideias de Eugène Pelletan (1813-1884) sobre o papel negativo das gravuras nas obras literárias, por tenderem a materializar os mais puros ideais dos artistas – que a mesma suposição pode ser pensada para o teatro, pois "a voz, o gesto, a figura de um ator" bastariam, por vezes, "para matar toda a ilusão". E mais, as "conveniências sociais tiram no teatro a liberdade de dar expansão às agitações da alma; forçam-nos a partilhar emoções que quiséramos guardar só para nós, de receio de não achar quem nos saiba bem compreender" (ibidem). Desse modo, apresentando o romance como o gênero que mais fielmente retrataria o homem e a sociedade, e, igualmente, ampliaria a sensibilidade do escritor e do leitor, conclui sobre a literatura:

> A literatura é uma imagem em que se contempla prazenteira a sociedade; seja puro o espelho, não lhe empreste rugas que não são

dela, derrame antes luz sobre a cópia, e longe de tornar-se vaidosa, a sociedade caminhará para o ideal que a atrai, e que confunde-se muitas vezes com o real. (Amaral, 1865, p.90)

Aqui, Amaral (1865) toca num ponto fulcral da produção literária do período, toca na questão da literatura como espelho da realidade. Segundo o crítico, a literatura ao mesmo tempo idealiza a realidade e tenta espelhá-la, mas o autor tende sobretudo a destacar o potencial da criação literária de ser retrato fiel da sociedade, em que estariam reproduzidos os costumes, as tradições, as questões religiosas e filosóficas, a natureza, além de outros elementos que, para esses homens, compunham a realidade. Deixa, ainda, ressaltado o seu comprometimento social de dar a conhecer a sociedade para que ela se reconheça como tal.

Tempos depois desses dois ensaios, Manoel Antonio Major (1839-1874) (1872, p.683), na seção "Perfis literários", da *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*, inicia esse escrito convocando a mocidade letrada da época para uma "cruzada intelectual", que, entre outros desígnios, iria destronar a "raça egoística dos ídolos literários", pois já brilhavam "na fronte da mocidade os raios esplendidos da crítica que alenta, estuda, generaliza e discute". Partilhando de uma concepção de crítica que estava despontando na década de 1870 e que vai desembocar na crítica cientificista de caráter militante,[11] Major (1872) não se opõe à afirmação de Soares sobre o papel social do romance, contudo assegura um lugar ainda de maior destaque para esse gênero literário.

11 Os letrados, representantes desse tempo, armados com os recursos da divulgação científica, haviam tomado para si a missão de modernizar a sociedade brasileira e edificar um saber que nos mostrasse a razão do nosso atraso e as formas de superá-lo. Era necessário, na visão de um dos seus principais representantes, Sílvio Romero (1978, p.XIV), deixar de julgar os produtos literários por meio de "convenções retóricas" e começar a conceber a crítica "como uma vasta e complexa atividade de análise realista e rejeição de preconceitos mentais, com vistas a uma reavaliação objetiva de toda a cultura". Ver também Ventura (1991).

O crítico inicia sua análise do romance *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, com a seguinte citação de Hegel: "o romance é a epopeia burguesa e supondo uma sociedade prosaicamente organizada, é do seu fim entregar à poesia as regalias que esta perdeu" (Major, 1872, p.685). Tais palavras de Hegel – filósofo muito referenciado pelos letrados brasileiros para pensar e organizar a sociedade – assinalam uma inversão dos papéis entre poesia e romance, destituindo a primeira do cargo de tradutora da nação brasileira e reservando ao romance um papel que antes lhe cabia. Desse modo, o que se proclamou, em grande medida, até a década de 1860 sobre o papel social da poesia como um dos principais instrumentos para forjar a nacionalidade brasileira passa agora, pelas palavras de Manoel A. Major (1872), para a alçada do romance. Essa forma literária, então, iria assumir a função pública de esclarecimento, liberando a poesia para que retornasse à sua função originária de cantar as musas e os temas clássicos, isto é, retomasse as "suas regalias perdidas", abandonando aquele lugar de tradutora da nacionalidade brasileira tão pregado pelos críticos das associações do XIX.

Major (1872, p.686), portanto, ao realizar um panorama das letras desde o Brasil colônia, destaca que, nos tempos coloniais, a poesia brasileira "inspirou-se nos torneios cavalheirosos dos paladinos da Lusitânia e descantou em églogas os amores que sentia". Em seguida, houve uns brasileiros que se encantaram com a contemplação da natureza, como, por exemplo, Basílio da Gama e Santa Rita Durão, "com suas epopeias, verdadeiros monumentos, onde já fulge a cor local, o matiz de nossos plainos, a majestade de nossas florestas e a riqueza infinita que Deus entornou por este mundo que os homens chamam Brasil" (ibidem). No entanto, continua o crítico, conhecida a necessidade da nacionalização da poesia, foi Magalhães quem "operou uma revolução com os *Suspiros poéticos*; mas, dita a primeira palavra", era preciso continuar essa nacionalização em termos mais patentes (ibidem). Para ele, as *Brasilianas*, de Porto Alegre, as *Americanas*, de Gonçalves Dias, e a *Confederação dos Tamoios*, de Magalhães, podiam ser indícios de uma nova fase literária, "mas não o verbo complementar" (ibidem). E completa, resumindo as

ideias lançadas a partir da frase de Hegel, "à parte uma ou outra descrição da natureza ou um canto aos heróis da guerra contra batavos, quem, a não ser o romance, tem se esforçado *por entregar à poesia as regalias que esta perdeu?*" (ibidem), isto é, por tudo o que ocorreu no Brasil e nas letras até aquela hora, havia chegado o momento de outra forma literária responder aos anseios da sociedade e libertar a poesia do compromisso social assumido, passando, assim, ao romance a função social de revelar o retrato da recém-fundada nação brasileira.

No que se refere às suas prescrições para os jovens escritores, Major (1872, p.686) ressalta que, além de, no Brasil, a literatura ainda não possuir os caracteres precisos para ostentar a originalidade, acresce que a poesia contemporânea era uma "psalmodia eterna e rouquenha das trivialidades". Nesse sentido, acreditava que bem tinha feito Manoel Antonio de Almeida, quando escreveu o seu romance, "em não perder nem um costume e não esquecer-se de nem um hábito daquele tempo" (ibidem). E ainda sobre essa importância de descrever a história, alerta aos pretendentes a romancistas que era necessário compreender que, "além da execução dos preceitos artísticos", era preciso "colher as riquezas que se desprendem da nossa história e que valem bastante para serem apresentadas a alheios olhos" (ibidem), isto é, o propósito de Major nesse ensaio era tentar demonstrar aos escritores como o romance era o gênero por excelência que revelaria nossa história e nos ajudaria a aprendê-la.

Para tanto, o crítico manifesta que a receita para um bom romance teria que conter os ingredientes lançados por Manuel A. de Almeida, a saber: "os tropos simples e naturais"; as "imagens verossímeis e coerentes"; e o estilo, "que desata-se todo em uma dicção espontânea e límpida, é como a fonte que desliza branda por entre a mata" (ibidem, p.688). Tudo, portanto, deveria concorrer para que o romance cumprisse a função de refletir. De acordo com Major (1872), o romancista carioca havia conseguido alcançar um protótipo que deveria servir de modelo para seus congêneres, ou seja, tinha conseguido contemplar, nas *Memórias de um sargento de milícias*, o cotidiano e os caracteres da sociedade carioca e realizar um romance histórico. Essa obra, assevera Major (1872, p.688), "é antes

de tudo uma descrição exata, segura e minuciosa do Rio de Janeiro no tempo de D. Joao VI", e, como estudo de costumes, "o *Sargento de Milícias* vale muito" (ibidem). Um potencial histórico que, pelo que sugere Major (1872), não era menos importante que o da narrativa histórica na afirmação do país e do povo. Todavia, no seu ímpeto laudatório, o crítico se limita a elogiar o romance de Manuel Antônio de Almeida, concluindo não ser "estreme" de defeitos, mas "alevanta-se como um monumento da literatura nacional" e o nome desse autor "passará aos vindouros" (ibidem).

Malgrado nosso foco seja a produção das associações literárias, é quase impossível falar em preceitos, rumos, para o romance no século XIX e não mencionar a obra de José de Alencar (1893) *Como e porque sou romancista* (1873).[12] Entre outros motivos, pelo fato de o autor ter sido um letrado gregário e ter estado, como já visto, entre os fundadores do Instituto Literário Acadêmico, mas principalmente por essa obra ter sido lida como uma espécie de manual para os escritores brasileiros.[13] Nesse texto em forma de carta, Alencar (1893, p.7), ao tentar traçar sua "peregrinação literária", deixa clara a sua expectativa de trazer a sua "pequena quota para a amortização desta dívida de nossa ainda infante literatura". Quota que, se considerarmos o quanto suas orientações serviram aos jovens escritores e aspirantes a romancistas brasileiros, não pode ser considerada de somenos importância, tendo valido a Alencar o rótulo de criador do romance brasileiro.

Assim sendo, a primeira lição já aparece no começo do texto quando Alencar (1893) indaga se o fato de ele ter ocupado, em sua casa, o cargo de "ledor" incutiu sua predileção para o romance.[14]

12 O texto foi escrito em 1873 e publicado em 1893, no formato de livro, pela Tipografia Leuzinger. Cf. Alencar, 1893.

13 Para Afrânio Coutinho (1969), o livro *Como e porque sou romancista* pode ser considerado um "autêntico roteiro de teoria literária". Do mesmo modo, Antonio Candido (1981) vai afirmar que "o escrito mais importante para conhecimento da personalidade é a autobiografia literária *Como e porque sou romancista*..., um dos mais belos documentos pessoais da nossa literatura".

14 Sobre a importância da leitura e da oralidade, ou melhor, sobre o papel da prática da leitura coletiva, que, como é sabido, foi largamente exercitada nesse

O romancista inicia a reflexão pontuando que o nosso repertório romântico era muito pequeno, mais ou menos uma dúzia de escritos, e que "esta mesma escassez, e a necessidade de reler uma e muitas vezes o mesmo romance, quiçá contribuiu para mais gravar em [seu] espírito os moldes dessa estrutura literária" (ibidem, p.22). A insistência sobre o papel da leitura como reveladora e influenciadora de qualquer tipo de produção é, num tempo em que a prática era pouco corriqueira até mesmo entre os escritores, uma de suas mais importantes lições. Sobre tal importância para a fabricação de seus romances, José de Alencar, um apaixonado pelo mar, não se exime de dizer que, antes de se entregar à escrita, devorou os romances marítimos de Walter Scott, Cooper e os do capitão Marryat, bem como os de Alexandre Dumas, Balzac, Arlincourt, Frederico Soulié, Eugenio Sue e outros. Depois do contato com essa literatura, ele afirma que passou a ter uma concepção mais madura de romance, identificando-o como "o poema da vida real". Com isso, nas suas próprias palavras, "os arremedos de novelas [daquele tempo da juventude] que eu escondia no fundo do meu baú, desprezei-os ao vento" (ibidem, p.31). Alencar, dessa forma, apregoa a necessidade de que, muito mais que a poesia, os romances não se façam sem leituras diversas. Pregões que serão lançados igualmente por muitos outros escritores depois dele, os quais sobrepõem a leitura à inspiração como uma forma de apuração do espírito e aperfeiçoamento do que se escrevia.

Malgrado ressalte o papel capital da leitura, no que se refere às inspirações de seus romances, Alencar (1893, p.46) anuncia, lançando mão de algumas orientações aos pretendentes a romancistas, que o seu verdadeiro mestre foi "esta esplendida natureza" que lhe envolveu e particularmente a "magnificência dos desertos" que ele perlustrou ao entrar na adolescência. Esses foram, portanto, o "pórtico majestoso" por onde sua alma penetrou no passado da pátria brasileira e, nas suas próprias palavras:

---

tempo, Nelson Schapochnik (1994) ressalta que o traço característico desta "cultura auditiva" era a "persuasão sedutora" e que tal "situação comunicacional parece ter deixado cicatrizes profundas na própria produção literária". Ver também Lajolo e Zilberman (1996) e Abreu (2005).

> [...] daí, desse livro secular e imenso, é que eu tirei as páginas do *Guarani*, as de *Iracema*, e outras muitas que uma vida não bastaria à escrever. Daí e não das obras de Chateaubriand, e menos das de Cooper, que não eram senão a cópia do original sublime, que eu havia lido com o coração. (Alencar, 1893, p.46)

Associando, pois, natureza e texto, ou melhor, secundarizando as referências literárias e destacando o peso das condições naturais na inspiração do seu romance, Alencar defendia que o alimento do romance não diferia muito daquele da poesia. O livro *O guarani*, é importante mencionar, havia sido acusado por parte da crítica da época de ser uma imitação da obra de James Cooper, *O último dos moicanos* (1826), e Alencar apressou-se em responder, com argumentos nativistas, que sua inspiração vinha da sua terra. Embora tenha batido, por vezes, na tecla da necessidade de o escritor realizar leituras diversas para o amadurecimento das ideias e depuração do espírito, o romancista brasileiro adverte que isso não deveria ser confundido com imitação ao texto lido, mas sim como uma porta para melhor captar o genuíno que buscava, e que se originava na história. Segundo José de Alencar (1893, p.46-7), o Brasil, assim como os Estudos Unidos e qualquer outro povo da América, teve um período de conquista, em que houve uma luta entre os invasores e os indígenas e, desse modo, "o romancista brasileiro que buscar o assunto do seu drama nesse período da invasão, não pode escapar ao ponto de contato com o escritor americano". Essa aproximação entre os romances, pois, vem "da história, é fatal, e não resulta de uma imitação", mesmo porque, completa Alencar (1893, p.46-7), "se Chateaubriand e Cooper não houvessem existido, o romance americano havia de aparecer no Brasil a seu tempo".

Sua diferenciação em relação ao romancista americano devia ser tomada, inclusive, como uma preleção aos nossos escritores. Se a matéria, o indígena, necessariamente coincidia, a abordagem devia ser outra. José de Alencar (1893, p.47), entre outros pontos, procura marcar a distinção das abordagens do indígena presentes nos dois romances, a saber: "Cooper considera o indígena sob o ponto de vista

social; e na descrição dos seus costumes foi *realista*; apresentou-o sob o aspecto vulgar". Já em *O guarani*, ao contrário, "o selvagem é um ideal, que o escritor intensa poetizar, despindo-o da crosta grosseira de que o envolveram os cronistas, e arrancando-o ao ridículo que sobre ele projetam os restos embrutecidos da quase extinta raça" (ibidem). No seu romance, portanto, diferentemente de Cooper, ao indígena era conferida dignidade e até elevação, pois empenhava-se em escavar, por meio da escrita, sua idealidade escondida.

Além dessa preocupação em se defender da cópia, mas especialmente tornar patente sua singularidade, preocupação que não se restringiu somente a ele, Alencar não tardou em alertar os escritores brasileiros sobre a necessidade de serem muito persistentes, pois havia dois outros obstáculos difíceis a serem enfrentados: a crítica e a tipografia. Sobre esse primeiro, a dificuldade estava em conviver e saber ter trato com a crítica que desdenha e julga sem critério; Alencar confessa que foi penoso lidar com essa crítica, dada sua falta de sustentação e excesso de subjetivismo ou achismo. Declara, nesse sentido, que teve que abrir uma "rota aspérrima [...], através da indiferença e do desdém, desbravando as urzes da intriga e da maledicência" (ibidem, p.50). No que se refere às tipografias, a luta não foi menos árdua. Assegura que ninguém podia calcular a "má influência" que exerceu na sua carreira de escritor "o atraso da nossa arte tipográfica", isto é, se ele tivesse a fortuna de achar oficinas "bem montadas com hábeis revisores", seus livros teriam saído mais corretos (ibidem, p.53). Numa espécie de combinação entre exemplos para os escritores e desabafo denunciador, José de Alencar, conscientemente ou não, acaba por delinear a trajetória de sua experiência na produção escrita, apresentando os caminhos possíveis para os jovens pretendentes a romancistas. Uma trajetória que, vale destacar, nesse tempo de primeiros passos das letras, é emblemática da trajetória dos próprios escritores de então.

Se era o romance ou se era a poesia a melhor forma literária que definiria o caráter do povo brasileiro, não cabe aqui julgar. O que buscamos aqui, ao contrário, foi pintar o discurso pedagógico crítico apresentado aos leitores/escritores nas revistas das associações literárias, um discurso que, como vimos, a despeito de seu caráter

idealizador, ganhou significativa concretude, pois pretendeu modelar aquilo que deveria ser registrado como nacional e alcançou algum sucesso nessa tarefa. De todo modo, apesar de, em cada momento do Oitocentos brasileiro, um ou outro gênero ter estado mais em foco – segundo essas publicações analisadas, até a década de 60 e 70 era a poesia, e, depois desse período, o romance passa a ter mais força –, o que todos esses críticos tinham em mente era a necessidade de forjar uma literatura que fosse nacional, embora os limites do que se entendia como tal não estivessem ainda muito claros. Portanto, na produção desses letrados, os quais assumiram uma postura de faróis das letras, as prescrições se encaminharam no sentido de fomentar a produção de uma cultura escrita brasileira, fosse ela em prosa ou verso. Inclusive, ao mesmo tempo que os letrados buscavam exaltar uma ou outra forma literária capaz de traduzir nossa nacionalidade, esses mesmos homens de letras não se esqueceram de alertar sobre os cuidados com os aspectos formais que os aspirantes à produção literária deveriam tomar.

Combater o desleixo

Tais prescrições sobre a estrutura formal das obras publicadas no século XIX são já lançadas por Bernardo de Guimarães (1849, p.14), por exemplo, na revista *Ensaios Literários*. Refletindo sobre a poesia de Araújo Porto Alegre, afirma que o "sócio de peregrinação pelo velho mundo" de Gonçalves de Magalhães ergueu, a par dos *Suspiros poéticos*, um "hino digno de ser levado à mais remota posteridade", com a sua *Voz da natureza* ou *Canto sobre as ruínas de Cumas*. No entanto, segundo Guimarães (1849, p.14), nas publicações posteriores a esta, quando já estava de volta ao Brasil, seu gênio não conseguiu conservar o mesmo nível, de forma "que sua musa enfraqueceu e esfriou-se o seu entusiasmo; nas suas *Brasilianas* torna-se árido e seco". Destaca, pois, o descompasso entre os escritos produzidos na França e no Brasil, apontando, em tom de ensinamento aos escritores, que, nesse segundo momento, há graves

defeitos na sua dicção, pois "usa muitas vezes de fraseados obscuros e alambicados e não é – como deve ser um literato – muito rigoroso nas regras da gramática" (ibidem). E, continuando sua crítica, ressalta que, quanto à metrificação, Porto Alegre dá a seus versos uma certa forma rápida e estrepitosa, "conservando-se inflexível e monótona de começo a fim e acentuando quase sempre na mesma sílaba, o que fatiga um pouco na leitura" (ibidem). Entretanto, de acordo com Bernardo Guimarães (1849, p.14), apesar de todas essas ressalvas, Porto Alegre é admirável "pela riqueza de sua linguagem e mais ainda pelo seu talento descritivo", porém é quando pinta que ele revela o seu gênio eminentemente artístico, em razão de essa habilidade ser "a sua natural tendência, porque quase sempre é plástico nas suas poesias" (ibidem). Toca, assim, nessa breve avaliação, na relação entre elementos indispensáveis na qualidade de um texto: linguagem, ritmo, apuração formal e evocação da realidade.

Continuando os comentários sobre a escrita poética de Araújo Porto Alegre, Macedo Soares (1857a, p.363), em "Considerações sobre a atualidade da nossa literatura", ressalta, partilhando das colocações de Guimarães, que Porto Alegre era um dos poetas brasileiros que com mais força e energia exprimia seus pensamentos, e suas *Brasilianas* transluziam "muita vivacidade de inspiração, muito amor à pátria", requisitos, pois, importantes para ser um escritor nacional naquele tempo. No entanto, Porto Alegre era, de acordo com Soares (1857a, p.363), descuidado na forma, sendo seus versos "duros, ásperos como o poetar de Filinto Elísio" (1734-1819), de modo que, se ele tivesse que ser classificado em uma escola, seria na de Victor Hugo. Mas esses defeitos, prossegue Macedo Soares (1857a, p.363), "seriam imperdoáveis se não fosse compensado pela agradável e duradoura impressão que nos deixa a leitura de suas poesias". Nem Bernardo Guimarães, nem Soares fazem uma análise minuciosa da obra de Porto Alegre, mostrando, em detalhe, os problemas na escrita e na forma do poema *Brasiliana*, porém o que fica evidente nesses excertos é que, ao mesmo tempo que denunciavam um certo desleixo de Porto Alegre com a estrutura formal do texto, os críticos, num *modus operandi* semelhante de análise, exaltavam quão nacional era a obra.

Em "*Cantos da solidão* (impressões de leitura)", ensaio igualmente publicado na revista *Ensaios Literários do Ateneu Paulistano*, o mesmo Macedo Soares (1857b) debruça-se sobre a poesia de Bernardo Guimarães e adverte que seu fito não era criticar com arte os trabalhos desse mancebo, mas apenas traduzir nesse artigo as suas impressões por ocasião da leitura dessa obra, como o próprio subtítulo sugere. Assim sendo, inicia o texto proferindo vários elogios ao colega e, ao mesmo tempo, apontando como "seu colorido é fresco, mas por vezes demasia-se; seu estilo é fluido, mas por vezes tropeça, e o poeta decai um tanto" (ibidem, p.388). Bernardo Guimarães, segundo o crítico, não foi tão feliz na forma, pois é possível encontrar em seus poemas muito "desleixo na metrificação", como também "falta de combinação de consoantes", fazendo desaparecer a harmonia que se requer em bons versos (ibidem). O autor de *Cantos da solidão*, segundo Soares (1857b, p.388), parece não estar "muito senhor do segredo do ritmo, e por isso sua forma é muito nua de arte". E, fazendo alusão, assim como havia procedido na crítica a Araújo Porto Alegre, à escrita poética de Victor Hugo, o qual trabalhou para introduzir "maior liberdade na distribuição das rimas, nas elisões, nas cadências e nos versos quebrados", o crítico aponta que esse exemplo do poeta francês – que se empenhara em se diferenciar dos seus antecessores – tinha sido prejudicial aos poetas brasileiros, pois a maior parte dos nossos "tem tido para com a forma suma incúria abusando dessa liberdade" (ibidem). Em outras palavras, denunciava que o que lá era combate a uma forma excessivamente fechada, aqui acabava por configurar-se como certo desleixo. Por isso argumentava: não devemos ser tão exclusivistas como Goethe, o qual defende que a "forma é tudo", e nem tão flexíveis como Victor Hugo. Importava encontrar, sim, um meio-termo entre esses dois poetas e deixar de justificar os erros ancorando-se num desses estilos.

Esclarece, ainda, deixando algumas orientações aos pretendentes a críticos, que o seu fito não era apontar – apesar de o fazer – os "desconcertos na variedade do metro, sílabas longas e breves misturadas a esmo, rimas mal colocadas e mal distribuídas e até erros de metrificação" da obra de Bernardo Guimarães (ibidem, p.391).

Antes acreditava, apoiando-se em Chateaubriand, que a crítica deveria ocupar-se "em mostrar belezas e bondades que devam ser seguidas e não erros e descuidos que devam ser evitados" (ibidem). Macedo Soares não nega, portanto, que a crítica devesse ser judicativa, mas defende que ela precisa ser consciente de seu papel e não transformar-se em trabalho de circunstância, ou seja, reforça o papel pedagógico dessa linguagem e a importância de profissionalizar-se, de habilitar-se. Nesse estudo, inclusive, "nosso Saint-Beuve" apresenta como seria o ideal do poeta:

> Vede agora o ideal do poeta, essa contemplação de uma beleza celeste que se encarna na imaginação daquele que nasceu fadado para sentir e amar:
> Era uma tarde amena e sossegada,
> Tão plácida como esta,
> (Oh! Que viva saudade desse tempo
> Que n'alma ainda me resta!...)
> Era uma tarde: – e ela reclinada
> Na encosta da colina,
> Na branca mão pousava tristemente
> A face peregrina.
> Não sei que amargo sonho lhe vergava
> A fronte divinal:
> Sondar quem pode os cândidos mistérios
> De um peito virginal?! [...] (Soares, 1857b, p.389)

Prossegue o texto reproduzindo mais algumas partes dessa poesia intitulada "Recordação", que, segundo Macedo Soares (1857b), é a mais linda e bem-acabada dos *Cantos de solidão*, fazendo-o lembrar-se de *Atala*, de Chateaubriand.

Diante dessas orientações sobre a forma, o balanço parcial que se pode fazer é de que aquele poeta que canta a pátria e a natureza, mesmo que de forma imperfeita, podia ter os seus erros perdoados, pois, no olhar desses críticos interessados em forjar uma nacionalidade para a literatura brasileira, as paisagens, em muitos casos,

substituiriam a forma e o rigor gramatical. Essa defesa dos críticos para estimular e/ou firmar os jovens escritores faz lembrar, a propósito, uma polêmica travada no último quartel do século XIX entre o jornalista brasileiro Carlos de Laet (1847-1927) e o português Camilo Castelo Branco (1825-1890), o famoso "polemista invencível". Nesse debate de 1879, Camilo Castelo Branco (2005b, p.294) atacou ironicamente a obra de Fagundes Varela por possíveis erros de sintaxe e solecismos, afirmando que, "em poesia, um sabiá não substitui a sintaxe, e as flores do ingá que recendem no jequitibá não disfarçam a corcova dum solecismo". O jovem Carlos de Laet (2005a, p.298), na defesa de nosso romancista, declarou que, sendo Castelo Branco um "homem de ação e moldado para a luta, não lhe assenta bem a toga de juiz do tribunal das letras". Chega a chamá-lo de "ortopedista de aleijões sintáxicos" e completa que "o certo é que o Sr. Castelo Branco nutre, como boa parte de seus compatriotas, grande cópia de preconceitos relativos à literatura e o modo de viver brasileiro" (ibidem). Em sua réplica das acusações de Laet, o crítico português, em tom bem mais irônico, avisa aos brasileiros que lhe enviaram as "preleções de linguagem portuguesa" que teria sido muito mais proveitoso que lhe tivessem enviado "um papagaio, uma cotia, e alguns frascos de pitanga. Quanto à linguagem, muito obrigada, mas não se incomodem" (Branco, 2005a, p.302). Carlos de Laet (2005b, p.311) responde, em seu último artigo a Castelo Branco, sobre a insistência do polemista português em receber pitangas e macacos, sarcasticamente:

> De pitanga não é mais tempo, e quanto ao macaco entro a hesitar se devo mandar-lhe do antigo ou do novo continente.
>
> Sim, porque os há de uma e de outra parte do Atlântico, fique o Sr. Camilo sabendo...
>
> Catarríneos e platirríneos – chamou-lhes o eminente e zoologista Saint-Hilaire.
>
> Estes, os meus patrícios, têm as narinas separadas por largo septo, 32 a 36 dentes, cauda apreensora.

Aqueles, os compatriotas do Sr. Castelo Branco, têm o septo nasal pouco espesso, sacos nas bochechas, e calosidades nas nádegas.

Agora é escolher...

Vista tal pugna, voltemos às prescrições! No que se refere à preocupação, ainda que às vezes precárias, com o estilo, José de Alencar (1850) publicou um estudo na *Ensaios Literários*, intitulado "O estilo na literatura brasileira", que, é importante mencionar, prometia continuação, mas não foi possível em decorrência do fim do periódico. Nesse ensaio, em que reflete sobre importantes prescrições aos escritores e lança mão delas, Alencar (1850, p.34) destaca que a sensibilidade e o talento de dominar as palavras são as aptidões mais necessárias ao escritor, ou seja, a "palavra é a reflexão, o eco do pensamento", ela reveste as ideias de "uns toques suaves, de uma melodia sonora que encanta: – e os lábios acham certo prazer indefinido em repetir a frase doce e maviosa de um escritor de bonito estilo". Há escritores, segundo Alencar (1850, p.34), que ponderam tão bem a palavra ao ponto de materializarem "nos seus acentos a expressão, o tom do pensamento". E questionando-se sobre qual estilo, o "quinhentista" ou o "moderno", caberia melhor para nossa literatura, projeta lições aos iniciantes na carreira das letras:

> [...] a expressão ardente e animada de nossa literatura não casa com essa lenta e pausada inflexão da fase antiga. Nunca a dicção do estilo quinhentista poderia exprimir com a doce facilidade do espírito uma cena encantada de nossa terra, um suave retiro de nossas florestas, uma tarde pura de nossos céus, com esses tons maviosos, com esses timbres sonoros que lhe reflete o sol descaindo no ocidente. (Alencar, 1850, p.36)

Alencar (1850, p.36), ao realizar essa análise comparativa entre o estilo quinhentista e aquele que lhe era contemporâneo, como se nota pela passagem, elege o estilo moderno como o de maior pertinência para a literatura brasileira daquele momento, em razão de haver nesse estilo "uma fluidez, uma elasticidade admirável: a frase corre solta

com o pensamento e se expande em toda a sua força de expressão"; algo que traduzia melhor a própria natureza do povo. Todavia, apesar de ressaltar que o estilo moderno responderia melhor aos anseios dos letrados daquele tempo, o romancista não deixa de marcar as vantagens do emprego do estilo quinhentista em narrativas históricas, pelo seu poder de "reverter o pensamento e as ideias de uma cor antiga e austera e [...] emprestar-lhe o respeito e a autoridade das coisas velhas" (ibidem). Essa orientação do autor de *O guarani*, pois, se encaminha no sentido de sugerir que uma neófita literatura como a nossa teria mais respaldo se fosse ancorada pela "cor antiga".

Nesse ensaio, portanto, José de Alencar (1850, p.33) estava preocupado em reforçar o papel capital que o estilo cumpria na edificação de uma literatura sólida, pois, quando se lê um obra escrita em "lindo estilo, em dicção pura e correta, o espírito parece que se abre espontaneamente sem esforço e sem meditação à percepção do pensamento, às aspirações do sentimento: a imaginação se embala deliciosamente na cadência da frase". O estilo, por fim, era uma espécie de depuração da escrita e da maturidade literária da nação, algo tão solicitado pelo discurso crítico para instruir os escritores, mas também ele deveria ter uma cor local. Além disso, a preocupação com a estrutura formal e com a definição e a clareza do estilo assumido pelo escritor que se pretendia nacional eram fundamentais para a tomada de consciência de uma outra problemática igualmente abordada por esses letrados nas revistas das sociedades literárias, a saber, a questão da imitação.

Reprimir o deslumbre pelo que vem de fora

Bernardo Guimarães (1847a, p.14), ao refletir sobre a condição da poesia brasileira, lamentava a "funesta influência" que os escritos de Gonçalves de Magalhães haviam exercido sobre a nossa poesia, ao desprezar "as pitorescas e grandiosas cenas do nosso país" e ir buscar tão longe da pátria inspirações para sua alma e assentos para a sua lira". Embora tenha advertido que isso não significava

"um desbotar da glória bem adquirida do Sr. Magalhães", o crítico mineiro não deixou de apontar que Magalhães era um intérprete e imitador dos poetas românticos europeus, pois, em vez de empregar "o gênio que lhe coube em sorte para estrear entre nós uma carreira inteiramente nacional", nada mais fez que "furtar-nos ao jugo do classicismo português para nos impor outro mais pesado" (ibidem). De acordo com Guimarães (1847a, p.14), Gonçalves de Magalhães havia substituído a sujeição literária portuguesa pela francesa, numa manobra que abriu as portas para uma admiração "cega e fanática" da mocidade brasileira pelos poetas da "escola romântica". Admitia que Magalhães tinha, sem dúvida, sido pioneiro na defesa da autonomia literária e do nativismo no Brasil, ao partilhar a tendência antilusitana corrente no Brasil após a Independência, a qual defendia a ideia de que "cada povo tinha sua literatura própria" (ibidem) e que veio a tornar-se uma forte tradição do pensamento brasileiro durante todo o decurso do século XIX.[15] Havia, de acordo com esse antilusitanismo, chegado o momento de a literatura brasileira ter sua autonomia e assumir uma nova postura literária, contudo, segundo Bernardo Guimarães (1847a), o que o poeta carioca fez, na verdade, foi substituir a origem da literatura que seria imitada.

E, como consequência dessa mudança de referencial iniciada pelo nosso "patriarca da independência romântica do Brasil", a escola francesa, segundo o condoído crítico mineiro, havia lançado os escritores "em tão baixo servilismo", que destruiu "todas as esperanças que por ventura poderíamos conceber de tão cedo aparecer alguma literatura à qual pudéssemos chamar nossa" (ibidem). No entanto, apesar desse tom comovente, Bernardo Guimarães (1847a) defende, assegurando um lugar de destaque ao poeta e, ao mesmo tempo, alertando os futuros escritores, que Magalhães sabia, como ninguém, imitar, ao contrário do que ocorrerá com muitos poetas posteriores. Embora tenha escutado "tão de perto os acentos da poesia moderna, com os ouvidos pejados dessa harmonia melancólica e suave exalada da alma religiosa de Lamartine" (ibidem,

15 Sobre essa questão do antilusitanismo nas letras, ver Coutinho (1968).

p.15), seu modelo favorito, Gonçalves de Magalhães, para o crítico, era um exímio imitador e não levou a imitação a ponto de copiar. Havia uma certa originalidade nos *Suspiros poéticos e saudade*, pois jamais se esquecera de sua querida pátria, quando "cheio de patriotismo se [dirigia] ao Céu de preces ardentes por ela", quando "com entusiasmo se [dirigia] à mocidade brasileira" ou mesmo quando, "no meio dos seus cantos [vinha]-lhe continuamente à lembrança [...] do perfume de seus bosques, uma ou outra harmonia de suas campinas, que ele [enlaçava] nos seus hinos". E, mesmo reservando o lugar de "anjo tutelar do Brasil" para o poeta, Bernardo Guimarães (1847a, p.15) não deixa de salientar que "o gosto estrangeiro já tinha fanatizado tudo", isto é, a "funesta influência" dos escritos de Magalhães nas letras estava feita. Infelizmente, porém, nem todos eram imitadores criativos, e muitos já se tinham deixado levar pelas facilidades da mera cópia.

Para Guimarães (1847a, p.16), a lira francesa, a partir desse momento, havia embalado e adormecido "em tão profundo sono o espírito nacional que tão cedo não despertará". Mas a questão central dessa problemática da imitação, orienta Guimarães (1847a) aos escritores, era que o espírito brasileiro ainda não tinha achado um intérprete, ou seja, Magalhães, por tudo o que o crítico advertiu sobre sua obra, não poderia ser considerado o tradutor da nacionalidade literária brasileira. Macedo Soares (1857a, p.364), igualmente sobre quem poderia ser o representante do gênio brasileiro, dez anos depois, não nega a importância de Magalhães, juntamente com Araújo Porto Alegre e Gonçalves Dias, como iniciadores de uma poesia nova, de uma "literatura verdadeiramente brasileira", entretanto declara que desejava que, nos poemas do autor de *Suspiros poéticos e saudade*, "houvesse um pouco mais de *brasileirismo*, que seu colorido fosse mais fresco e sobretudo houvesse mais justeza na expressão". Não era, pois, ainda ele o legítimo representante de nossa singularidade literária e nosso "espírito".

Luís Ramos Figueira (1963), da mesma maneira, também em busca dos intérpretes genuínos para nossa literatura, publicou na *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*, a tese "É justo o

título de chefe da literatura brasileira dado ao Sr. Domingos José Gonçalves de Magalhães?", em que afirma que a glória de Gonçalves de Magalhães é inegável, porém uma literatura como a nossa não podia ter chefes. Seguindo os preceitos de Saint-Beuve, Figueira (1963, p. 174) acreditava que o chefe de uma literatura é "aquele que abre o caminho aos outros talentos e ilumina-o, mostrando o que e como devem cantar, narrar e pensar"; e, por essa razão, Gonçalves de Magalhães não o foi. Na perspectiva do crítico, que buscava esclarecer e ao mesmo tempo propor caminhos aos jovens escritores, ninguém podia ser chefe de uma literatura como a nossa "que se desenvolve com tantos brilhos" (ibidem). De forma um pouco sentimental, anunciava que todos, até então, eram, na verdade, "soldados do belo, todos, todos, cantam a pátria e sua glória; porém, o chefe ainda não veio. O chefe, por hora é a imaginação do brasileiro, é ela que inicia e tem iluminado o caminho da literatura" (ibidem, p.176). Aproveitava, assim, para lançar sua pedra no que veio a ter fortuna posteriormente: a capacidade imaginativa do brasileiro. Era essa a promessa que se anunciava e que deveria convencer nossos autores e servir-lhes de guia; em suma, cabia-lhes explorar o que, por natureza, tinham de superior.

Essas leituras e questionamentos sobre a obra de Gonçalves de Magalhães, a propósito, estavam relacionados, entre outros fatores, ao fato de esta ter sido a publicação mais relevante daquele primeiro momento da literatura brasileira na década de 1830, depois da Independência; do mesmo modo, por não haver muita produção literária naquele tempo, o nascente discurso crítico sempre girava em torno das mesmas obras. Assim, esse discurso crítico pedagógico, preocupado em instruir e assinalar aos jovens escritores os caminhos das letras, buscava, a partir do comentário dessas obras até então publicadas, apresentar uma nova proposta literária, bem como um perfil distintivo – nacional – para a recém-fundada literatura brasileira. A questão da nacionalidade da literatura brasileira, como buscamos apontar ao longo deste estudo, foi um dos temas mais caros ao século XIX e à literatura brasileira. Os diálogos alimentavam-se da necessidade de dotar o Brasil de uma identidade, uma língua, uma

história, um povo, enfim, de uma cultura que pudesse ser qualificada de nacional.[16] De 1836, quando Gonçalves de Magalhães publica os seus *Suspiros poéticos e saudades*, até aproximadamente o final da década de 1870, quando começam a aparecer os trabalhos da então chamada "nova geração", pode-se dizer que a poesia brasileira traçou as linhas mestras da sua nacionalidade. Uma nacionalidade que não foi ali estabelecida em sua inteireza, pois foi se definindo aos poucos, sendo discutida e redefinida até mesmo no século seguinte a esses primeiros passos. De qualquer forma, mesmo que ainda a nacionalidade estivesse por inventar no tempo de Gonçalves de Magalhães, o certo é que esse homem de letras e sua obra sempre estiveram na pauta da produção crítica, não somente das associações literárias Oitocentistas, mas também das outras publicações do período.

Mas, mesmo que sempre em questão, Magalhães não parece ter alçado, para aquele discurso crítico da década de 50 do Oitocentos, a condição de modelo. Bernardo Guimarães (1847b, p.14) chega a afirmar que, em razão de o Brasil não possuir um representante nas letras, "o jugo da imitação tinha esterilizado as inspirações do coração e com seu sopro infesto crestado as asas do gênio". Para o crítico, a literatura brasileira estava revestida de um forte "verniz literário francês", o qual tolhia a inspiração da juventude poética e revelava a pobreza e a incapacidade das nossas letras. Mas a imitação, pondera Guimarães (1847b, p.14), até certo ponto era o resultado natural de nossa posição, pois as nações na infância não podiam senão modelar-se por outras, "logo que tem um modelo diante dos olhos o copia fielmente". Apesar de tal ressalva, contudo, não hesita em afirmar que havia chegado o momento de alterar esse quadro, no qual "o Brasil, proclamando sua independência política, deixou ainda sua inteligência sujeita ao jugo da imitação" (ibidem). E, entre as orientações e os caminhos propostos para reverter a lamentável situação, Bernardo Guimarães (1847b, p.19) assegura que somente quando

16 Ver, entre outros autores, Candido, 2000, 2007; Coutinho, 1968, 1969; Cesar, 1978; França, 1999.

o "luzeiro da civilização difundir suas luzes pelas províncias, e extensão do Império, o espírito nacional se despertará, e comunicará sua seiva às suas produções, e o caráter nacional refletir-se-á mais saliente na nossa literatura". A defesa dessa expansão da civilização pelos recônditos do país, ainda em sono indolente, era o que daria lugar a um gênio "verdadeiramente patriótico e grande", este, se ainda não tinha desígnio e destinos certos, ousaria, ao menos, "quebrar as cadeias da imitação e alçar o estandarte da regeneração poética"; momento em que "o Brasil possuirá uma literatura nacional!" (ibidem). Com essa pretensão de buscar despertar nossos escritores para que fossem capazes de abandonar o "verniz literário francês", o crítico mineiro não chega a traçar um claro perfil do poeta, por ele considerado verdadeiramente nacional, mas lança uma pista para um passo importante: somente um escritor dotado de grande gosto para a poesia, um "poeta em toda a extensão da palavra, não contaminado pela epidemia da imitação, é que poderia salvar a nossa nacionalidade poética" (ibidem).

Continuando sua aclamação por uma literatura e um escritor nacionais, Bernardo de Guimarães (1847b), depois de ter dramatizado o papel nefasto da influência francesa, começa finalmente a lançar indicações sobre o perfil desse aspirado escritor. Em um longo porém ilustrativo trecho, denuncia o que era para ser evitado e aponta os traços a serem explorados pelo escritor nacional e os alvos em que deveria investir sua força:

> [...] a imitação é o refúgio dos espíritos estéreis, das almas áridas de sentimento; só não ousa quebrar-lhe as cadeias quem não acha em si mesmo esse fundo de sensibilidade e entusiasmo, essa abundância de ideias e imagens que produzem a originalidade; mas a mocidade brasileira cujo coração palpita de vida e dedicação por tudo quanto é belo e grande deve ser assaz altiva para sacudir o jugo que pesa sobre seu colo. E para isso duas fontes se abrem fecundas de inspirações para a musa brasileira – o nosso passado, e o nosso presente – a raça extinta e a dominadora. Naquela que é os nossos tempos heroicos, acharemos essas aventuras romanescas, esse heroísmo das

> idades primitivas que tão vasto assuntos dão para o gênero histórico, como o drama e a epopeia: a historia, as tradições, os usos e costumes bizarros e bárbaros das tribos brasileiras, suas continuas lutas, já entre si, já com os europeus, todas essas reminiscências de nossa história primitiva tão cheias de heroicos acidentes e aventuras romanescas, são ricos tesouros de poesia nacional que devemo-nos apressurar em salvar das garras do olvido, consagrando-os perduravelmente nossos cantos. (Guimarães, 1847b, p.16-7)

A nossa nacionalidade poética, como define e tenta prescrever o crítico, estaria na combinação entre a raça dominadora e a raça extinta, ou seja, enxerga em nosso passado potencialidades épicas e dramáticas, originadas no conflito racial, e no nosso presente vislumbra a "aura da liberdade política". Guimarães (1847b), em suma, lançando mão de significativas orientações aos jovens escritores, chama a atenção para três pontos: o uso indevido que se tem feito dos ricos materiais nacionais em nossa literatura; o desprezo pelo que é nosso; e o consumo excessivo de literatura estrangeira. Sobre esse último ponto, é importante destacar que, apesar das denúncias sobre a imitação, o crítico não nega totalmente o papel da literatura francesa para nossa formação, pois também ele se declara leitor de Lamartine, Madame de Stäel e Mennechet. Além disso, muitas de suas concepções sobre inspiração, natureza, poesia, entre outras questões, estiveram alicerçadas nas obras desses letrados franceses. O que pretendia o crítico, portanto, era denunciar o excesso de uso e deslumbre pelo que vinha de fora.

Bernardo de Guimarães (1847b, p.17), no entanto, advertindo mais uma vez sobre o fanatismo pela literatura francesa, chega a declarar que talvez seria mais conveniente para o "desenvolvimento do espírito nacional" se entregar aos "clássicos dos períodos mais brilhantes da literatura portuguesa, mas só quanto à forma, pondo de parte a mitologia grega", pois, até certo ponto, o crítico considerava que "éramos para com [os clássicos portugueses] isentos dessa admiração fanática que sufoca inteiramente a voz do nacionalismo". Deveríamos, inclusive, "cingir-nos aos poetas antigos pois que entre

os modernos vão-se apagando esses caracteres distintivos da poesia nacional" (ibidem), ou seja, o contato das civilizações modernas, denominado por ele de "época mercantil", teria descaracterizado as literaturas. Na perspectiva do crítico mineiro, portanto, essa retomada dos clássicos portugueses era apreendida como uma das soluções para a maior valorização das matérias nacionais em nossa literatura, já que seus escritos podiam ser tomados mais como um modelo a ser seguido do que como uma imitação.

Macedo Soares (1857a, p.367), sobre tal consumo excessivo da literatura estrangeira, alerta, em *Ensaios Literários do Ateneu Paulistano*, os jovens escritores sobre a grande influência que Byron, Lamartine e Goethe tinham promovido sobre as literaturas contemporâneas, ou seja, "entre nós devaneia-se à Goethe, suspira-se à Lamartine, maldiz-se a vida com Byron, porém não se poeta como brasileiro". Para o crítico, entre essa nova geração de poetas que começa a aparecer, nota-se uma "tendência extraordinária, talvez irrefletida", para a escola byroniana, a tal ponto que "muito se assemelha à servil imitação" (ibidem). Falando mais diretamente aos escritores acadêmicos da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, Soares (1857a, p.369) lamenta o fato de nossos letrados desprezarem os "pátrios esplendores para ataviar-se de falsos brilhantes colhidos no estrangeiro" e, em tom imperativo, adverte, "entre nós – e é à nova geração que me dirijo – há um gosto particular em imitar, copiar mesmo, Byron e Goethe". Pouco tempo antes desses escritos de Macedo Soares, cabe ressaltar, a Faculdade de Direito de São Paulo assistia ao auge dos escritos de Antônio Augusto de Queiroga, Cardoso de Menezes, Bernardo Guimarães, Aureliano Lessa, Almeida Areias, Francisco Otaviano, Pinheiro Guimarães e Álvares de Azevedo, o *primus inter pares* do "byronismo brasileiro",[17] e talvez aí resida essa crítica de Soares, que se

17 Pires de Almeida (1962, p.26) ressalta que "não perdurou a influência byroniana, no Brasil; mas, de S. Paulo, onde tivera origem a fulgurante escola, irradiando-se profusa, inúmeros foram os trabalhos originais da seita, e múltiplos também foram as paráfrases e versões, para a língua vernácula, de várias poesias e de poemas inteiros do poeta-lorde".

encaminhava no sentido de alertar aqueles futuros escritores que pretendiam seguir os passos dessa denominada "escola byroniana".

O "nosso Saint-Beuve", buscando esclarecer os nossos jovens escritores sobre os prejuízos dessa "servil imitação", assegura que os sentimentos expressos nos escritos de Byron e Goethe, como dores, mágoas, descrença, agonias, sofrimento, estavam em desacordo com os dos jovens poetas brasileiros, cheios de vida e de esperança. Nessa idade conhecida como a "primavera da vida do poeta", continua Soares (1857a, p.392) com certa ironia, "quererem alardear de encanecidos pela dor, céticos, sem esperança de glória, sem animação nem vida, é quererem à toda força cair no ridículo", isso ecoa, pois, como artificial. Nas palavras de Macedo Soares (1857a, p.392), "chamam isto de *byronismo*: a palavra é eufônica; mas a escolha foi infeliz". Além disso, deixando mais uma lição aos literatos, ressalta que uma só coisa deve ter em vista o poeta que quiser ser nacional, a saber, é não se deixar levar por "influência de escolas e menos ainda de grandes nomes" (ibidem). O que se deve imitar, volta a reafirmar Macedo Soares (1857a, p.394) nos seus ensinamentos,[18] "é a natureza, e só ela, por que aí reside, como alguém o disse, a unidade na variedade e a variedade na unidade, isto é o tipo do belo artístico. Fora daí, só um poderoso gênio". Mantém-se, pois, sobre o mesmo referencial de nacionalidade que haviam proposto seus contemporâneos de meados do século XIX, antecessores para os poetas: o singular mundo exterior que tinham diante dos olhos.

A súplica para que fosse superada a imitação estrangeira teve outros adeptos. Cícero Pontes (1865), de forma mais abreviada, ao analisar a obra de Gonçalves Dias, lança algumas orientações sobre o perfil do escritor para que se alçasse à condição de nacional. Destaca, antes de tudo, a importância do combate ao que vinha de fora.

---

18 José Aderaldo Castello (1963, p.14) considera que, em Macedo Soares, o qual apresentava uma concepção mais apurada da crítica, tem-se "uma compreensão ampla e arejada do sentido e do destino da nossa literatura, já tendo o crítico superado, completamente, a onda de programas e manifestos nacionalizantes das primeiras décadas da implantação do romantismo no Brasil e da chamada reforma de nossa literatura, tudo feito muito debaixo da influência francesa".

Afirma, nesse sentido, que os esforços desse literato para levantar uma verdadeira "revolução" contra o estrangeirismo foram de suma importância para a mudança de comportamento dos escritores brasileiros. Desde então, segundo Pontes (1865, p.466), o Brasil começou a ter uma poesia propriamente sua: "doce e cândida pela sua singeleza, expressiva e nobre pela sua expansão cordial, pela sua íntima profundez". E acrescenta que as imagens lançadas por Gonçalves Dias eram "inteiramente originais, expressas com uma simplicidade grandiosa, em estilo fácil e sublime" (ibidem). Graças aos desvelos desse poeta, considerado verdadeiramente nacional, "a *árvore* começou a medrar ao sopor do gênio brasileiro", de forma que não faltariam adeptos a essa "a poesia nacional" recém-criada (ibidem, p.467). Para Cícero Pontes (1865), portanto, Gonçalves Dias era o modelo de escritor nacional a ser seguido.

Fica, assim, amenizada a condenação à imitação, pois, embora esses literatos critiquem com veemência a imitação e assumam uma postura de cautela quanto ao consumo da produção estrangeira, não descartam a importância de modelos a serem seguidos. Além disso, não se pode esquecer também que nenhum desses críticos deixou de beber em fontes europeias, especialmente francesas. Essas orientações e alertas sobre a imitação se encaminharam, por vezes, no sentido de apontar a necessidade de uma diferenciação, ou melhor, assinalar, por meio dessas denúncias de imitação, a singularidade da literatura brasileira. Uma singularidade, portanto, que deveria ser a base da afirmação da nacionalidade brasileira e de uma maior valorização das coisas do Brasil. Antônio Antunes Ribas (1864, p.43-4), a esse respeito, em discurso na sessão magna da Associação Tributo às Letras, em tom de manifesto, convoca os escritores brasileiros a abandonar aquela postura de exaltação da literatura estrangeira em detrimento da nossa: "sejamos nacionais, não desprezemos o canto melodioso do sabiá pelo gorjeio do estrangeiro Rouxinol! Nós também temos poetas e literatos, a imaginação americana voa tão alto como as águias brancas no céu de Tessália!". E mais, nossa poesia "não é mais o sombreado da poesia europeia", nossa pátria "não é mais o leão que dormita à sombra das palmeiras ou o índio

que se embala indolente em sua rede de penas", nós somos agora "o gigante do Atlântico, que acompanha o movimento acelerado da civilização!" (ibidem). O Brasil, assim, já não ficava atrás, pois tinha aderido aos preceitos civilizacionais de então e trazia um contributo, por natureza, que era sem equivalente, a grandeza.

Entre esses juízos e prescrições lançados pela crítica literária, os quais, pela negativa ou de forma propositiva, buscavam moldar um certo perfil do escritor brasileiro, orientando-o no sentido do que deveria ser seguido e o que deveria ser abandonado na escrita de uma literatura a ser forjada nacional, nenhum foi tão manifesto como a necessidade de valorização do Brasil e da nossa cultura e a advertência contra o deslumbre pelo forasteiro. Dito de outra forma, as orientações vistas sobre quais gêneros responderiam melhor aos anseios da cultura escrita nacional, as lições apontadas sobre a estrutura formal da literatura e as advertências levantadas sobre a questão da imitação confluíam, pois, nessa busca pela valorização do gênio brasileiro. Nesse discurso crítico, um compromisso pedagógico se impunha em prol da necessidade de alteração e valorização da imagem do Brasil e da cultura escrita brasileira, um compromisso cujas nuances merecem ser a partir de agora analisadas para encerrarmos este breve mapeamento das lições e orientações lançadas pela produção escrita das associações literárias.

Inventar o Brasil pelas letras

De saída, tomemos o balanço da situação das letras brasileiras na década de 60 do Oitocentos oferecido por Quintino Bocaiuva (1836-1912) e outros editores da *Biblioteca Brasileira* na introdução ao segundo ano de existência da revista. Partindo de um cenário não muito positivo, os editores destacam que, de todas as nações do continente americano, o Brasil era a única que não tinha uma autonomia literária, das "línguas civilizadas", a portuguesa era a menos conhecida, bem como a inteligência nacional não tinha "irradiação externa", não havia "ecos que repercutissem os sons das nossas liras,

nem as vozes dos nossos oradores, nem os acentos varonis dos apregoadores das nossas glórias nacionais" ("Introdução", 1863, p.IV). Continuando esse quadro desanimador das letras, os redatores da revista propuseram uma comparação entre a literatura brasileira e a portuguesa simultâneas e chegaram à seguinte conclusão: dois nomes, Alexandre Herculano e Almeida Garret, bastaram "para salvar do abatimento e do olvido a literatura de uma nação" (ibidem). No entanto, no caso nossa literatura, somente dois nomes desse mesmo valor seriam impotentes para tornar o Brasil conhecido. O motivo da impossibilidade de o Brasil ser representado somente por dois vultos da literatura, segundo os autores da introdução, era simples: "em Portugal a literatura é uma profissão. No Brasil não o é. Lá o exercício das letras é honrado e apreciado. Aqui passa por ser um ócio. E para que a indiferença nacional tivesse no exterior uma triste reprodução, nem mesmo em Portugal se lê o que aqui se escreve!" (ibidem, p.IV-V).

Ferreira Dias (1857, p.380-1), do mesmo modo, na *Ensaios Literários do Ateneu Paulistano*, destaca que uma das causas evidentes do nosso atraso é a "falta de um centro que ilumine e esclareça o país, que resuma em si as mais altas aspirações intelectuais da sociedade, como Paris o faz para a França e Londres para a Inglaterra, e que o Rio de Janeiro ainda não o faz para o Brasil". Ou seja, faltava-nos uma cidade referência para dar ensejo à produção. Outra causa da "nossa pequenez intelectual", continua o crítico, "é a ausência de homens próprios para fazer rebentar do seio de um povo uma nova literatura ou renová-la e reatar as tradições do pensamento, quando ela é decadente ou quase extinta" (ibidem). Sobre essa carência de letrados hábeis, conta Dias (1857), numa tentativa de apontar exemplos que serviriam de estímulo aos nossos escritores, as trajetórias de reabilitação da literatura realizadas pela Alemanha e França. Partindo do caso da Alemanha, o crítico ressalta que "homens próprios para aviventar, ou para fixar e dirigir esses desejos, apareceram. Klopstock, Lessing, Goethe, Schiller, eis os grandes nomes, eis as glórias da Alemanha no seu renascimento literário" (ibidem, p.381). Diante de tamanha grandeza de referências, e depois de indicar no

texto os feitos de cada um destes letrados para a literatura alemã, só lhe resta uma exclamação com uma subliminar comparação da vantagem de lá em relação à condição de cá: "Que nomes! Que talentos capazes de encher de orgulho, e despertar uma nacionalidade, ainda que tivesse caído no marasmo o mais profundo!" (ibidem).

Sobre a França, Ferreira Dias (1857, p.380-2) afirma que, depois de sua grande revolução, parece ter havido "um desânimo geral, um desgosto de ação se apoderou dos espíritos, um misticismo sonhador dominava as almas, muitos queriam reconstruir o passado (empresa vã!) outros continuaram num ceticismo sem alimento". Nessas circunstâncias, pois, dois gênios, "que são duas maravilhas no nosso século", abriram um novo campo, "onde a razão e a imaginação francesa pudessem espraiar-se" (ibidem). Eram eles: Chateaubriand e Madame de Stäel. Além desses dois países, Ferreira Dias (1857, p.382) exemplifica também o caso de Portugal, que, no princípio do século XIX, estava numa situação intelectual "lamentável", quando surgiu Almeida Garrett para "reviver a inteligência no país de Bernardim Ribeiro, de Ferreira, e de Camões". Portugal, para o crítico, era um exemplo claro da necessidade que tem "uma literatura em agonia de um homem de gênio e perseverante para fazê-la reviver" (ibidem). O gosto pelas singularidades aparecia, assim, paradoxalmente como alimento indispensável para que surgisse um movimento coletivo. Por isso, recordando e louvando esses exemplos de literaturas estrangeiras que se reergueram por figuras notáveis das letras, Dias (1857, p.383) lança uma indagação sobre a literatura brasileira:

> Ora se nações mais adiantadas necessitaram desses seres privilegiados, desses audazes talentos, dessas inteligências superiores, que diremos do Brasil jovem, e, posto que viçoso, vacilando nos seus primeiros passos por falta da experiência adquirida com a ação, e que tem a criar uma literatura?

Como se vê, a condição da literatura brasileira revelada por esses críticos em meados do século XIX era limitada e precária, e o clamor por uma renovação se mostrava evidente. Os editores da *Biblioteca*

Brasileira, por exemplo, declararam que a revista tinha "por missão abrir um horizonte menos limitado às inteligências que se dedicam ao sacerdócio das letras e ao cultivos das artes" ("Introdução", 1863, p.III). Outros, como João Carlos de Araújo Moreira (1859, p.11), na *Exercícios Literários do Club Científico*, lastimavam a indiferença "para com as letras e as grandes cousas pátrias", a qual produzia em nosso país "os mais funestos resultados". Todavia, embora esse discurso crítico pinte um cenário desolador das letras no Brasil, esse estudos buscaram, ao mesmo tempo, traçar as diretrizes da cultura escrita brasileira e, inclusive, moldar um certo perfil do escritor daquele tempo. Ao discutirem e avaliarem o desenvolvimento da incipiente literatura brasileira, como vimos ao longo deste capítulo, esses ensaios críticos ocuparam-se de questões fundamentais como: a definição dos gêneros literários que vinha surgindo no país; os problemas de forma; a discussão sobre o conteúdo da literatura e o seu papel; a função do escritor; as razões de nosso atraso e as formas de superá-lo. Nesses escritos de crítica, portanto, apesar da perspectiva inicial um pouco pessimista, nota-se um empenho instrutivo, isto é, estão impressas significativas lições e prescrições para os escritores que se pretendem nacionais, como, por exemplo, a urgência em ter um centro literário no país e, especialmente, a necessidade de ter um guia capaz de traduzir o gênio brasileiro e tornar o Brasil conhecido. Esse padrão de exposição da situação da literatura no país, no qual se pintava inicialmente um quadro negativo das letras nacionais, para então iluminar a trajetória dos escritores com ensinamentos e orientações, era, pois, recorrente entre os letrados gregários do Oitocentos brasileiro.[19] Tal modelo de escrita, inclusive, pode ser visto como um dos subterfúgios dos críticos para avivar os jovens escritores e estimulá-los a tomar as rédeas da nacionalidade da literatura brasileira.

Com esses propósitos de valorização da cultura escrita brasileira e autoafirmação de nossa nacionalidade, o próprio Ferreira Dias

19 Não só entre a produção escrita das sociedades literárias, cabe ressaltar, esse padrão de exposição da situação das letras no Brasil foi recorrente, podendo ser encontrado também nos ensaios críticos das pioneiras *Niterói* e *Minerva Brasiliense*, entre outros escritos.

(1857), que num primeiro momento havia apresentado um panorama nada otimista das letras no Brasil, mais adiante no texto demonstra esperança nos jovens e futuros escritores. Declara, nesse sentido, que "se até o presente não temos encontrado um talento arrojado e resoluto que nos brade", não devemos temer, pois a mocidade brasileira, "mocidade inteligente e ambiciosa dos louros da glória", já estava despontando (ibidem, p.383). E mais, assumindo um papel de tutor dos jovens escritores, afiança o crítico: "eu conheço vossos desejos, eu compreendo vossos secretos tormentos, vosso louvável ardor, eu serei o vosso chefe e vos mostrarei os caminhos a seguir" (ibidem). Na perspectiva de Dias (1857, p.383), perspectiva que se encaminhava para um otimismo no decorrer do estudo, o país "não era um terreno estéril de inteligência", pois, a despeito de todos os obstáculos da época colonial, em que "a instrução era oferecida a nosso país por migalhas e à custa de fadigas e amarguras tão numerosas", a então colônia portuguesa viu surgir em seu seio Basílio da Gama, Santa Rita Durão, frei Francisco de São Carlos, Souza Caldas, Gonzaga, Antônio José, Cláudio Manoel e tantos outros. Esses homens, na verdade, eram as provas "que não desmentem nossa vitalidade intelectual", e ninguém, completa o crítico, pode negar que "o *Uruguai*, o *Caramuru*, a *Assunção da Virgem*, *Marilia de Dirceu* e tantas outras produções brasileiras do tempo colonial merecem uma séria atenção da crítica" (ibidem).

Apesar de ressaltar que o cenário literário estava mudando, que era inegável a existência no Brasil de talentos, de uma mocidade inteligente que frequentasse as academias e de um desejo enorme de criar uma literatura pátria, Ferreira Dias (1857) adverte os jovens escritores de que ainda faltava um luzeiro para nossa literatura. Para o autor de "As letras no Brasil", Araújo Porto Alegre, Gonçalves de Magalhães, Álvares de Azevedo, Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo e Bernardo de Guimarães eram, sem dúvida, os maiores nomes de nossa literatura e escreveram trabalhos de grande importância, contudo, "de todos estes altos engenhos que o nosso país viu nascer nenhum tem sabido imortalizar-se", ou seja, nenhum desses homens de letras tem sabido cantar o país verdadeiramente, com um

coração que "arde o sagrado amor da pátria" (ibidem, p.385). Essa era, portanto, uma das principais questões levantadas pelos críticos sobre a nossa literatura, pois, na lógica desses homens de letras, se não tínhamos um gênio "verdadeiramente nacional", também não teríamos uma literatura capaz de afirmar nossa nacionalidade e valorizar o caráter do povo brasileiro.

E mais uma vez, nesse movimento de denúncia da situação das letras e estímulo para os pretendentes a escritores, Ferreira Dias (1857, p.385) assevera:

> [...] o que é certo, o que temos como evidente, é que sintomas de renovação existem no Brasil. [...] Nós cremos fortemente, e a Providência não nos desmentirá, que esses tolos insípidos, que por aí vagam no nosso país, que se dão todos a vaidades desprezíveis, e preconizam os gozos materiais, se verão breve tratados como merecem e conhecerão o seu lugar. [...] Não convém desanimar. [...] O que é necessário é que entre a mocidade Brasileira que se entrega ao estudo, em cujo coração arde o sagrado amor da pátria, a quem pretende o futuro, não hajam ódios mesquinhos, críticas injustas, rivalidades vergonhosas, mas em vez disso o abraço fraternal, a benevolência geral, e uma desinteressada apreciação de todos os méritos e de todas as vocações. São os nossos votos.

Se, portanto, até esse momento em que Dias (1857) escrevia, as letras não tinham tido amplo desenvolvimento no Brasil, se a falta de estímulos não as tinha alimentado, se "talentos superiores", como Porto Alegre e Magalhães, não tinham apoderado "da ocasião de dirigi-las e servi-las conforme suas necessidades e circunstâncias", não convinha desanimar. E era justamente esse quadro que o discurso pedagógico dos periódicos literários, como já anunciado, buscava pintar, isto é, apesar das dificuldades e limitações da nossa literatura, as vibrações de uma nova postura literária eram expressas nesses discursos, já era hora de emergir "um gênio nacional".

Essa ideia de "gênio nacional", é importante destacar, esteve alicerçada, entre outras obras, no trabalho de François-René de

Chateaubriand (1960), *O gênio do cristianismo* (1802). Presente nos escritos sobre a literatura desde o "Ensaio sobre a história da literatura" (1836), de Gonçalves de Magalhães (1978a), ou mesmo antes no *Parnaso brasileiro* (1829), de Januário da Cunha Barbosa (1829-1832), essa concepção foi fundamental para a nossa nascente reflexão literária, pois funcionou como um substrato para a construção da ideia de pátria, isto é, para a construção da ideia de um povo dotado de costumes, história, sentimentos e, consequentemente, literatura próprios.

Bonsucesso Júnior (1874), com esses mesmos desígnios, nas páginas da *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*, buscou mapear o percurso que nossos escritores deveriam traçar para construir uma literatura que fosse a expressão mais viva e sincera da pátria. Para tanto, inicia o texto afirmando que já estava na hora de abandonar "essa poesia do eu, essa cantiga eterna das mágoas individuais: pode ser flor, perfume, mas é flor que morre, perfume que se evapora", ou seja, aquele era o momento de deixar de lado as questões menores das letras e começar a enxergar que havia no Brasil muitos fatos importantes, muitos documentos valiosos para serem investigados e estudados por nossos poetas, havia chegado o momento de produzir trabalhos que trouxessem "o cunho americano" e levantassem "bem alto a nossa fraca literatura" (ibidem, p.133). O Brasil, com sua natureza "encantadora e poética", com sua história "gigantesca e sua vida cheia de fatos heroicos e admiráveis", assegura Bonsucesso Júnior (1874, p.133), tinha plenas condições de rivalizar com as "ações mais afortunadas dos países europeus" e com os "fastos grandiosos das civilizações asiáticas".

Assim, apresentando uma espécie de manual de autoafirmação e valorização do gênio brasileiro em comparação com outras nações, Bonsucesso Júnior (1874, p.133-4), num longo mas significativo trecho de seu "Artes e letras no Brasil", traça, em tom de prescrição, o caminho para o conhecimento de nosso passado literário e de nossa história, a saber:

> Compare-se os usos e costumes do gentilismo, as crenças e superstições dos indígenas, com os hábitos e práticas das hordas

nômades da Ásia e ver-se-á que existe mais de um testemunho histórico em nosso favor.

Estude-se as guerras entre os portugueses e os Tamoios e outras tribos; a luta gigante contra os Batavos; o amor da liberdade simbolizando-se em Beckman, Silva Xavier e Alvarenga, e as revoluções abafadas porém jamais menos condignas de admiração.

Pasme-se ante as solenidades dos Caetés e Potiguares, da carnificina entre os Papanás, Goytacazes e Tupiniquins.

Estude-se a pouca civilização de nossos pais, as pisadas de um Cooper ou René [Chateaubriand] que devassaram as preciosidades de nossas florestas virgens, ouvindo sussurro da brisa ciciando por entre as palmeiras, o estrondo cadente e harmonioso das torrentes, o murmúrio suave dos rios que ornam nossas planícies sempre em primaveras e nossas várzeas sempre florescentes. [...]

Daí segue-se que o Brasil apresenta caracteres de uma vida robusta, e que tem ele muitos fatos ainda não estudados que podem atear o estro dos nossos poetas e aquecer a imaginação dos nossos escritores, concorrendo destarte para que se não perca de todo a nacionalidade de nossa literatura.

Como se vê, essas prescrições e sugestões do discurso crítico literário oitocentista encaminharam-se no sentido de forjar uma nacionalidade brasileira e apresentar aos leitores/escritores possibilidades de narrar a história da recém-fundada nação brasileira, num extraordinário movimento, próprio desse tempo, em que essa crítica se confundia com a história literária e esta com a história do Brasil, ao mesmo tempo que de alguma forma a alimentava. Ou melhor, a crítica literária – para nos encaminharmos para a finalização – assumiu no século XIX brasileiro uma posição semelhante à de tutora de nossos escritores e, inclusive, tradutora dos anseios e projetos da sociedade brasileira, ou seja, esse discurso metaliterário pretendeu ajudar a criar os contornos do literato que teria dado feição ao brasileiro. A crítica, portanto, na concepção daquele que foi um dos maiores representantes desse gênero no Oitocentos brasileiro, abarcava "todas as áreas do pensamento" e aplicava-se a todas as "criações humanas, a todas as

pesquisas e construções espirituais, quer as que tratam da natureza cósmica, física-química, biológica; quer as que se reportam ao mundo psíquico, político, moral, sociológico" (Romero, 2002d, p.391-2). E completa Sílvio Romero (2002c, p.39), "só a crítica, a tão desdenhada crítica, nos pode preparar um futuro melhor".

Se o propósito dessa crítica, como salientamos ao longo deste capítulo, era valorizar o gênio brasileiro e forjar uma nacionalidade literária, Macedo Soares, que foi um dos mais expressivos em apontar prescrições aos nossos escritores, mais de uma vez lançou importantes orientações sobre as diretrizes da nacionalidade brasileira na *Ensaios Literários do Ateneu Paulistano*. Partindo da conhecida expressão de Louis de Bonald (1754-1840), "a literatura é a expressão da sociedade", que se tornou, como é sabido, uma espécie de tópica nas introduções dos estudos de crítica, "nosso Saint-Beuve" defende que a nacionalidade da literatura "não significa senão a exata expressão da vida de um povo e de suas relações com o país que habita" e, como tal, continua o crítico, ela tem acompanhado o homem em todos os seus estudos, tem considerado "todas faces da medalha de sua vida moral", tem refletido "todas as evoluções da sociedade" (Soares, 1857a, p.394). Propondo, dessa forma, uma comparação entre a literatura brasileira e a do velho continente, Soares (1857a, p.394) ressalta que a nossa literatura está ainda "bem longe de emparelhar com as outras em nacionalidade", no entanto, apesar de nossas instituições não serem "inteiramente peculiares" e nossa história não ter "essa pompa das páginas da meia-idade", temos, ao menos, segundo ele alerta aos jovens escritores, instituições e história nossas, as quais são fontes importantíssimas de nacionalidade e devem aparecer nas produções brasileiras. Para alcançar uma nacionalidade em literatura, continua suas lições, são necessárias exigências subjetivas e materiais, a saber: "inteligência culta, imaginação viva, sentimentos e linguagem expressiva, eis os requisitos subjetivos do poeta; tradição, religião, costumes, instituições, história, natureza, eis os materiais" (ibidem). E lançando mão de mais algumas orientações aos escritores, descreve o papel sobremodo destacado que a natureza ocupava na nacionalidade da literatura:

> Quanto à natureza [...] onde ir-se-á buscá-la mais cheia de vida, de beleza e poesia, fonte mais rica de inspirações, uma vegetação mais luxuriante, do que sob os trópicos?... Inspirai-vos por ela, estudai-a, compreendei-a em seus mais íntimos mistérios, pintai-a de lances bem escolhidos e com cores próprias; então tereis dado um grande passo para a nacionalidade. (Soares, 1857a, p.397)

A empreitada do escritor nacional, em suma, como declara Macedo Soares (1857a, p.397), era "despir estranhos andrajos e falsos atavios, compreender a natureza, compenetrar-se do espírito, da religião, das leis e da história, dar vida às reminiscências do passado; eis a tarefa do poeta, eis os requisitos da nacionalidade da literatura".

A literatura, pela pena dos críticos, portanto, foi ocupando cada vez mais destaque no palco intelectual do século XIX brasileiro. Rangel Pestana (1860, p.44), a esse respeito, nas *Memórias da Associação Culto à Ciência*, conclama aquele que quer estudar os usos, os costumes, o grau de civilização de um povo, a sua filosofia e mesmo suas instituições "estudai a literatura desse mesmo povo; estudai os seus soterrados monumentos, porque ali e aqui encontrareis todos os traços de sua nacionalidade e de sua civilização". Para Pestana, o "progresso moral", desencadeado em meados deste século XIX, havia trazido perspectivas que possibilitaram uma maior atenção para as letras, para as ciências e para as artes e, dessa maneira, acreditava que a política já não devia "absorver tudo, porque se o país necessita de uma reforma, essa reforma deve ser completa". (Pestana, 1860, p.44). Entre as lições sobre a necessidade de valorização das letras e instrução do povo, o crítico, apoiando-se nas ideias do jurista Eugène Lerminier (1803-1857), pontua que "o estado é a harmonia de todos os elementos sociais: sendo assim a indústria, as ciências, as artes e as letras formam esta harmonia; o poeta, o filósofo, o sábio e o artista são também grandes representantes dos estados" (ibidem), isto é, a política não estava sozinha na construção da nacionalidade brasileira.

Muitas foram, portanto, as lições ou prescrições estabelecidas pela crítica literária oitocentista. De modo geral, o escritor moldado nas páginas das associações literárias – sem grandes dissidências – deveria

ser aquele que valorizasse o gênio brasileiro, que cantasse a pátria, que ajudasse a trilhar novos rumos da literatura e, sobretudo, exaltasse os homens da terra e o espaço de origem para daí tirar o alimento dos seus escritos e para a partir daí encontrar instrumentos e inspiração para nacionalizar. As sociedades literárias de São Paulo e do Rio de Janeiro, nesse sentido, empenharam-se em formar uma consciência crítica que deveria orientar a nossa criação literária, especialmente no sentido de revigorar a sua singularidade e definir a sua nacionalidade, ou seja, malgrado a efemeridade desses movimentos, nas publicações dessas associações literárias, fica notório um projeto de nação que ganha seus contornos sobretudo pelo discurso crítico. O conhecimento do Brasil e do brasileiro no século XIX, por fim, pelo que se depreende do discurso assumido pela intelectualidade letrada, se deu primeiramente pela literatura e pela crítica literária, ou seja, a literatura no século XIX, como já foi largamente explorado, foi a principal forma de expressão e de conhecimento brasileiros, e o literato, pode-se dizer, foi o pensador por excelência de nossa intelectualidade, ou melhor, foi o sintetizador do nosso ser e do nosso vir a ser naquele momento.

Eis aqui o principal motivo para mapear as prescrições da crítica literária, pois, em ampla medida, o que ela estava assinalando aos jovens e futuros escritores eram indicações de como deveria ser contada e inventada a história do Brasil e forjada a expressão do gênio brasileiro, ou seja, o que vingou nesse discurso crítico produzido pelas associações literárias foi a preocupação com a construção da ideia de um povo dotado de costumes, sentimentos, literatura e história próprios e singulares. Daí, portanto, o papel de destaque da crítica literária no século XIX, pois ela ajudou a traçar as linhas mestras daquilo que, até certo ponto, nos forjou, isto é, a literatura. Desse modo, se todos esses críticos destacam a tópica de que a literatura brasileira oitocentista estava na infância, essa mesma literatura teve como tutora a neófita crítica literária brasileira.

Considerações finais

Depois desse breve caminhar pelo surgimento, pela organização, pela produção e pela contribuição das associações literárias surgidas em São Paulo e no Rio de Janeiro no século XIX, encerremos o estudo recordando a frase de um jovem estudante da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, o qual, em 1850, declarou, em tom de reverência à pioneira Sociedade Filomática, que, "desde a fundação desta sociedade", tinha-se plantado um ideal na mocidade de "que nas letras, como em tudo o mais, a união faz a força" (Magalhães, 1881, p.6). Tal lema, exaltado não só por Couto de Magalhães (1881) mas por praticamente todos os homens daquele tempo, foi largamente propagado no século pelos letrados, e esse propósito de união gerou, sem dúvida, uma força traduzida em conhecimentos úteis ao Brasil e ao brasileiro. Esse modelo de organização da intelectualidade, nomeadamente as agremiações literárias, criou, pois, uma atmosfera estimulante para a vida intelectual brasileira, favorecendo o desenvolvimento de uma consciência de grupo entre os homens de letras e encorajando-os efetivamente a produzir. Reunir-se em associação, como é notável nas diversas citações recolhidas neste estudo, havia se tornado um hábito entre os letrados oitocentistas, um gosto e, por que não dizer, uma necessidade para que seus escritos não fossem engavetados.

Malgrado as instituições literárias tenham se destacado pelo caráter efêmero e pouco duradouro e/ou pelo caráter ritualístico e cerimoniático, ou seja, malgrado o gosto pelas encenações e os protocolos tenham dado, por vezes, a feição do que deveriam ser os encontros para pensar um projeto de Brasil por meio das letras e das trocas intelectuais, esse tipo de sociabilização dos letrados ajudou, e muito, a forjar os escritores brasileiros do século XIX, bem como ajudou a criar um ambiente propício à promoção e produção de uma cultura escrita e ao desenvolvimento do país. Essa relação entre os homens de letras pode ser vista, portanto, como uma forma fundamental de produção e apropriação do conhecimento, pois resultou do incentivo à convivência e às trocas de experiências e de conteúdos, mais talvez do que da dedicação individual e do isolamento. Em uma sociedade cujas expressões culturais eram ainda recentes, as bibliotecas escassas, os escritores eram em grande parte os próprios consumidores de sua produção e as carências de informação e referências escritas eram muitas, as sociedades literárias apresentavam-se como uma forma importante de obtenção de conhecimento e de estímulo a ele.

As sociedades literárias, embora tenham sido empreendimentos vítimas da inconstância própria da juventude, funcionaram como uma espécie de laboratório, um laboratório onde os acadêmicos com pretensão a escritor ou político iniciavam seus trabalhos, configurando-se como uma espécie de espaço iniciático para a vida pública. Esses grêmios, como vimos, realizavam reuniões com frequência, faziam sessões solenes, tinham estatutos, lançaram periódicos, possibilitaram a publicação das primeiras obras de jovens escritores e deram espaço para os aspirantes a políticos exercerem cargos de liderança, exercitarem sua eloquência e se organizarem dentro desse meio. A passagem por associações literárias, portanto, era um primeiro passo da formação de homens que, até certo ponto, se tornaram figuras significativas do Oitocentos Brasileiro, isto é, era uma primeira fase de formação intelectual num tempo em que se tentava convencer sobre a importância do espírito de associação para aquilo que se acreditava ser a missão dos estudiosos, dos sábios

e dos cultivados: criar um país civilizado, inspirado nas conquistas do passado e nas promessas do futuro.

Nesse palco, a publicação de periódicos apresentou-se para aquela incipiente intelectualidade como a forma mais segura de sustentação e legitimação da existência de uma agremiação, de divulgação dos escritos dos letrados e de garantia de um lugar no meio intelectual da época. A imprensa periódica, conforme o que foi desenvolvido neste livro, ocupou um lugar central no movimento, pois, mais do que um meio de propagação da produção das sociedades literárias, os impressos foram poderosos instrumentos de manutenção da prática de associar-se dos letrados daquele tempo. Entre os escritos mais publicados nesse tipo de periódico, dado o seu caráter literário, avultam ensaios críticos. Daí a importância desse percurso em torno das associações literárias para chegar aos pontos fulcrais desta estudo: o lugar da crítica literária e que lugar ela atribuiu aos homens de letras e às suas produções na construção da cultura escrita brasileira.

As circulares das associações literárias surgidas em São Paulo e no Rio de Janeiro, como buscamos mapear, cumpriram papel decisivo na formação da crítica literária oitocentista, ao se empenharem, intencionalmente ou não, em formar uma consciência crítica que deveria orientar a nossa criação literária, especialmente no sentido de reconhecer a sua singularidade, dar-lhe vigor e detalhar a sua nacionalidade. Todos os ensaios publicados por associações literárias trabalhados neste livro, juntamente com outros textos a que infelizmente não foi possível acessar, contribuíram inegavelmente para a fabricação de um discurso crítico-literário no Brasil. Já é mais que sabido, pois, que tal discurso nasceu na imprensa, no entanto pouco se diz sobre como parte significativa dessa produção crítica foi elaborada pelos participantes desse movimento associativo e lançada nas páginas dos periódicos de agremiações literárias, colaborando, como exposto, para o desenvolvimento da atividade entre nós.

Essa produção englobava desde o comentário literário até a crítica mais sistematizada do final do século XIX e buscou apontar, cada uma a seu modo, os rumos que a literatura e os letrados deveriam

seguir. Apesar de ter prevalecido o caráter apologético e algumas ideias básicas – como o estabelecimento de uma genealogia literária, a análise da capacidade criadora dos índios e a natureza como estímulo da inspiração –, o discurso crítico desenvolvido ao longo do Oitocentos brasileiro, do ponto de vista histórico, que aqui nos interessa, serviu, em larga medida, para dar amparo aos escritores, orientando-os para a importância da nacionalidade na cultura escrita. Além disso, contribuiu de modo acentuado para o desenvolvimento e conhecimento da literatura entre nós, promovendo a identificação dos autores e a avaliação dos seus escritos, por meio da publicação das suas obras e de breves narrativas da vida de cada literato. Esses homens de letras, portanto, entendiam a crítica como uma síntese de argumentos, juízos e interpretações gerais acerca da literatura brasileira, que deveriam servir como uma espécie de guias para penetrar nos estudos estrangeiros e para distinguir a expressão do caráter nacional.

O tom pedagógico, ora edificante, ora prescritivo, ora corretivo, que caracterizava a crítica de então, foi de tal modo impositivo na produção crítica literária brasileira que esta acabou por assumir uma postura declarada de farol das letras. Entre esses juízos e prescrições lançados pela crítica, os quais, pela negativa ou de forma propositiva, buscavam moldar um certo perfil do escritor brasileiro – orientando-o no sentido do que deveria ser seguido e o que deveria ser abandonado na escrita de uma literatura a ser forjada nacional –, nenhum foi tão manifesto como a necessidade de valorização do Brasil e da nossa cultura. Dito de outra forma, as orientações vistas sobre quais gêneros responderiam melhor aos anseios da cultura escrita nacional, as lições apontadas sobre a estrutura formal da literatura e as advertências levantadas sobre a questão da imitação confluíam, pois, nessa busca pela valorização do gênio brasileiro.

Sobre o escritor moldado nas páginas das associações literárias, vale, por fim, dizer que para ele se aspirou que cantasse a pátria, que ajudasse a trilhar novos rumos da literatura e, sobretudo, que exaltasse em seus escritos a necessidade de nacionalizar não apenas a literatura, mas também todos os segmentos da vida brasileira, em

especial aqueles relacionados à vida cultural. Nas publicações dessas associações literárias, fica notório um projeto de nação que ganha contornos mais nítidos no discurso crítico, um campo que não era, como defendemos aqui, de somenos importância, pois, ao analisar o que se produzia, definia-se o que viria a ser produzido. Essas prescrições do discurso crítico literário oitocentista, em linhas gerais, encaminharam-se no sentido de apresentar aos leitores/escritores possibilidades de narrar a história da recém-fundada nação brasileira, num extraordinário movimento, próprio desse tempo, em que a crítica se confundia com a história literária e esta com a história do Brasil. Ou melhor, o que percorria esse discurso crítico produzido pelas associações literárias era a preocupação com a construção da ideia de um povo dotado de costumes, sentimentos, literatura e história próprios e singulares. Daí a crítica literária ter assumido, no século XIX brasileiro, uma posição semelhante à de tutora de nossos escritores e, inclusive, tradutora dos anseios e projetos da sociedade brasileira, ou seja, esse discurso metaliterário pretendeu ajudar a criar os contornos do literato que teria dado feição ao brasileiro.

Muito mais, pois, poderia ser dito sobre o surgimento, a organização, a produção e a significativa contribuição das associações literárias surgidas em São Paulo e no Rio de Janeiro no século XIX, mas o que fica para finalizar são indagações ao leitor sobre a atualidade dessa forma de produção e apropriação do conhecimento, bem como o quanto ainda elas nos dizem sobre o Brasil, a intelectualidade brasileira e a nossa cultura escrita.

Referências

Textos oitocentistas

168ª SESSÃO em 10 de junho de 1847. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, p.278-9, 1896.

170ª SESSÃO em 22 de junho de 1847. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, p.291, 1847.

ABREU E SILVA, F. C. de. A Academia de S. Paulo. *Memórias da Associação Culto à Ciência*, p.38-9, 1859.

ALCOFORADO, C. F. G. Discurso. *Ensaios Literários. Jornal de uma Associação de Acadêmicos*, São Paulo, p.31, 1850.

ALENCAR, J. de. O estilo na literatura brasileira. *Ensaios Literários. Jornal de uma Associação de Acadêmicos*, 1850.

______. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger e Filhos, 1893.

______. *Ao correr da pena*. São Paulo: Melhoramentos, s. d.

ALMEIDA, C. M. de. *Atlas do Império do Brasil*: compreendendo as respectivas divisões administrativas, eclesiásticas, eleitorais e judiciárias. Rio de Janeiro: Litografia do Instituto Filomático, 1868.

AMARAL, U. do. Estudos literários. Da literatura em relação aos destinos do homem e da sociedade. *Revista da Associação Tributo às Letras*, São Paulo, n.5, 1865.

AOS LEITORES. *Revista Mensal da Sociedade Brasileira Ensaios Literários*, Rio de Janeira, ano 1, n.12, p.449, 1865.

ARARIPE JÚNIOR, T. A. *Obra crítica de Araripe Júnior*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1960. 3v.

AREIAS, A. Discurso recitado por ocasião da solenidade do dia 11 de agosto de 1848. *Ensaios Literários. Jornal de uma associação de acadêmicos*, São Paulo, 3ª série, n.3, maio 1848.

ATA DAS SESSÕES de criação da Academia Fluminense das Ciências e das Artes. Rio de Janeiro, 16, 1821. Notação DL4.004.

AYQUE, L. P. dos S. M. Discursos. *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*, Rio de Janeiro, n.12, maio 1865.

AZEVEDO, Á. de. *Cartas de Álvares de Azevedo*. Comentários de Vicente de Azevedo. São Paulo: Biblioteca da Academia Paulista de Letras, 1976.

______. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

AZEVEDO, M. A. D. de. Discurso. *Ensaios Literários do Ateneu Paulistano*, São Paulo, n. 2, set. 1852.

AZEVEDO, M. D. M. de. Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do atual reinado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t.48, 1885.

BARBOSA, J. da C. *Parnaso brasileiro ou coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto inéditas como já impressas*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1829-1832. 2v.

______. Discursos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1839.

______. Da nacionalidade da literatura. *Minerva Brasiliense*, Rio de Janeiro, n.6, v.1, jan. 1844.

______. *Plutarco brasileiro*. Rio de Janeiro: E. E. H. Laemmert, 1847.

BLAKE, S. *Diccionário bibliográphico brazileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. 7v.

BONSUCESSO JÚNIOR, V. J. do. Artes e letras no Brasil. *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*, Rio de Janeiro, 1874.

BRANCO, C. C. Réplica de Camilo. In: BUENO, A.; ERMAKOFF, G. (Org.) *Duelos no serpentário*: uma antologia da polêmica intelectual no Brasil 1850-1950. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2005a.

BRANCO, C. C. Cancioneiro alegre (1879). In: BUENO, A.; ERMAKOFF, G. (Org.) *Duelos no serpentário*: uma antologia da polêmica intelectual no Brasil 1850-1950. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2005b.

BRANDÃO, R. de O. Os manuais de retórica brasileiro do século XIX. In: PERRONE-MOISÉS, L. (Org.) *O ateneu*: retórica e paixão, comemoração do centenário de *O ateneu* (1888-1988). São Paulo: Brasiliense, 1988.

BUENO, M. de S. Crônica da Academia de S. Paulo. *Memórias da Associação Culto à Ciência*, São Paulo, n. 1, maio 1859.

CAMPOS, C. C. de et al. Introdução. In: *Revista da Sociedade Filomática*. Edição fac-similar prefaciada por Antônio Soares Amora. São Paulo: Metal Leve, 1977.

CHATEAUBRIAND, F-R de. *O gênio do cristianismo*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1960.

COELHO NETO, H. M. *A conquista*. [S.l.]: Virtual Books, 2003. Disponível em: <http://virtualbooks.terra.com.br/freebook/port/a_conquista.htm>. Acesso em: 5 mar. 2011.

CORUJA, A. A. P. Discursos lidos no sarau de 31 de dezembro de 1864. *Revista Mensal da Sociedade Brasileira Ensaios Literários*, Rio de Janeiro, 3º ano, n.10, 1865.

COUSIN, V. *Cours d'histoire de la philosophie*. Paris: Didier Libraire Éditeur, 1841.

DEBRET, J. B. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978. t.II.

DENIS, F. Resumo da história literária do Brasil. In: CÉSAR, G. *Historiadores e críticos do romantismo*: *a contribuição europeia*: crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.

______. *Brasil*. Trad. João Etienne Filho e Malta Lima. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

DIAS, F. As letras no Brasil. *Ensaios Literários do Ateneu Paulistano*, São Paulo, 1857.

DISCURSO recitado na Assembleia Geral da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*, Rio de Janeiro, n.10, p.361, 1865.

DISCURSO recitado pelo presidente por ocasião da abertura do Instituto Literário Acadêmico. *Ensaios Literários. Jornal de uma Associação de Acadêmicos*, São Paulo, 15 mar. 1848.

ENSAIOS LITERÁRIOS DO ATENEU PAULISTANO, São Paulo, 1852-1864.

ENSAIOS Literários. Jornal de uma Associação de Acadêmicos, São Paulo, 1847-1851.

EXTRATOS das atas das sessões. *Revista da Associação Club Acadêmico*, São Paulo, ano 2, n.2, abr./maio 1864.

EXTRATOS dos estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1839.

FIGUEIRA, L. R. Parecer. In: CASTELLO, J. A. *Textos que interessam à história do romantismo*. Revista da época romântica. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1963. v.II.

FIGUEIREDO, G. H. Ordem do dia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t.XLI, 1878.

GARRETT, A. *Parnaso lusitano ou poesias seletas dos autores portugueses antigos e modernos, ilustrado com notas*. Precedido de uma história abreviada da língua e da poesia portuguesas. Paris: J. P. Aillaud, 1826-1827. 5v.

GUIMARÃES, B. J. da S. Reflexões sobre a poesia brasileira. *Ensaios Literários. Jornal de uma Associação de Acadêmicos*, São Paulo, 1ª série, n.2, 1847a.

______. Reflexões sobre a poesia brasileira. *Ensaios Literários. Jornal de uma Associação de Acadêmicos*, São Paulo, 1ª série, n.3, 1847b.

______. Reflexões sobre a poesia brasileira. *Ensaios Literários. Jornal de uma Associação de Acadêmicos*, São Paulo, 3ª série, 1849.

GUIMARÃES JÚNIOR, A. Relatório. *Revista da Associação Recreio Instrutivo*, São Paulo, ano 1, n.1, ano 1, jul. 1861.

HOMEM, F. S. T. Resumo da história das ciências do Brasil. In: DEBRET, J. B. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978a. t.II, v.3.

______. *Suspiros poéticos e saudades*. Per D. J. G. Magalhães. In: *Revista Niterói*. Edição fac-similar coordenada pela Academia Paulista de Letras. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978b. t. II, p. 246-56.

ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, Rio de Janeiro, n.36, 15 dez. 1877.

INTRODUÇÃO. *Biblioteca Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 2, t.1, 1863.

INTRODUÇÃO. *Ensaios Literários do Ateneu Paulistano*, São Paulo, n.1, ago. 1852.

INTRODUÇÃO. *Ensaios Literários. Jornal de uma Associação de Acadêmicos*, São Paulo, set. 1847.

INTRODUÇÃO. *Revista Mensal da Sociedade Brasileira Ensaios Literários*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 1863.

LAET, C. de. O cancioneiro alegre de Camilo Castelo Branco. In: BUENO, A.; ERMAKOFF, G. (Org.) *Duelos no serpentário*: uma antologia da polêmica intelectual no Brasil 1850-1950. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2005a.

______. Resposta de Laet. In: In: BUENO, A.; ERMAKOFF, G. (Org.) *Duelos no serpentário*: uma antologia da polêmica intelectual no Brasil 1850-1950. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2005b.

LAMARTINE, A. de. *Harmonies poétiques et religieuses*. Paris: Hachette, 1918.

LEITÃO, F. T. Crônica. *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*, Rio de Janeiro, n.10, 1865.

______. Os poetas dos Ensaios. *Revista Mensal da Sociedade Brasileira Ensaios Literários*, Rio de Janeiro, n. 11, jun. 1873.

MACEDO, J. M. de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Rio de Janeiro: Ediouro, s. d.

MACHADO DE ASSIS, J. M. O ideal do crítico. In: ______. *Obras completas de Machado de Assis*. São Paulo: Gráfica e Editora Brasileira, 1955a. v.29.

______. Instinto de nacionalidade. In: ______. *Obras completas de Machado de Assis*. São Paulo: Gráfica e Editora Brasileira, 1955b. v.29.

______. A nova geração. In: ______. *Obras completas de Machado de Assis*. São Paulo: Gráfica e Editora Brasileira, 1955c. v.29.

MAGALHÃES, D. J. G. de. Ensaio sobre a história da literatura. In: *Niterói, Revista Brasiliense*. Edição fac-similar coordenada pela Academia Paulista de Letras. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978a. t.1.

______. Filosofia da religião. Sua relação com a moral, e sua missão social. In: *Niterói, Revista Brasiliense*. Edição fac-similar coordenada pela Academia Paulista de Letras. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978b. t.2, p.9-38.

MAGALHÃES, D. J. G. de et al. Ao leitor. In: *Niterói, Revista Brasiliense*. Edição fac-similar coordenada pela Academia Paulista de Letras. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978. t.1.

MAGALHÃES, J. V. C. de. Fundação da Academia – trabalhos da mocidade – associações – jornais. In: VALE, P. A. do. *Parnaso acadêmico brasileiro*. São Paulo: Tip. do Correio Paulistano, 1881.

MAJOR, M. A. Perfis literários. *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*, Rio de Janeiro, 1872.

MALLET, P. Sociedade dos homens de letras. *Correio do Povo*, Rio de Janeiro, 15 maio 1890.

MARTIUS, C. F. P. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.21, 1853.

MATTOS, R. J. da C.; BARBOSA, J. da C. Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1908.

MELLO, F. I. S. H. de. História geral do Brasil por Francisco Adolpho de Varnhagen. *Ensaios Literários do Ateneu Paulistano*, São Paulo, 1858.

MEMÓRIAS DA ASSOCIAÇÃO CULTO À CIÊNCIA, São Paulo, 10 maio 1859.

MINERVA BRASILIENSE, Rio de Janeiro, 1843-1845.

MONTE ALVERNE, F. Discurso preliminar. In: ______. *Obras oratórias*. Rio de Janeiro: Garnier, 1856. t.I.

______. *Compêndio de filosofia*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1859.

MOREIRA, J. C. de A. Ligeiras considerações sobre a literatura pátria. *Exercícios Literários do Club Científico*, São Paulo, jun. 1859.

NABUCO, J. *Um estadista no Império*: Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899.

______. *Minha formação*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1970.

O AUXILIADOR da Indústria Nacional ou coleção de memórias e artigos interessantes. Rio de Janeiro: Tip de Seignot-Planchet, 1833. Disponível em: <http://books.google.com.br/ebooks/reader?id=7H8EAAAAQAAJ&printsec=frontcover&output=reader&pg=GBS.PA12>. Acesso em:

O CALEIDOSCÓPIO, São Paulo, jul. 1860.

O GUANABARA: Revista Artística, Científica e Literária, Rio de Janeiro, 1849-1855.

PEREIRA FILHO, J. de A. Discurso lido no dia da inauguração da Associação Ensaio Filosófico Paulistano. *Ensaios Literários. Jornal de uma Associação de Acadêmicos*, São Paulo, n. 1, 9 maio 1850.

PESTANA, R. As letras, ciências e artes no Brasil. *Memórias da Associação Culto à Ciência*, São Paulo, n. 5, 1860.

PINHEIRO, J. C. F. Programa histórico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.2, t.1, 1839.

______. *Curso elementar de literatura nacional*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier Editora, 1862.

______. A Academia Brasílica dos Esquecidos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1868.

PITA, S. da R. *História da América portuguesa*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1730. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01495300#page/1/mode/1up>. Acesso em: 2 out. 2010.

PONTES, C. Esboços literários. *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*, Rio de Janeiro, 1865.

PORTO ALEGRE, A. Resumo da história das artes no Brasil. In: DEBRET, J. B. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978. t. II, p.109-16.

PÓVOA, P. *Anos acadêmicos*: São Paulo (1860-1864). Textos que interessam à história do romantismo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1964.

PROJETOS d'Estatutos para a organização da Sociedade Filopolitécnica empreendida em a Vila de São João D'El Rei. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano IV, 1889.

REIS, J. S. dos. *Curso de literatura*. São Luís do Maranhão: Tipografia País, 1866-1873. 5v.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO RECREIO INSTRUTIVO, São Paulo, 1861-1863.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO TRIBUTO ÀS LETRAS, São Paulo, 1863-1866.

REVISTA DA SOCIEDADE FILOMÁTICA. Edição fac-similar prefaciada por Antonio Soares Amora. São Paulo: Metal Leve, 1977.

REVISTA MENSAL DA BIBLIOTECA BRASILEIRA, Rio de Janeiro, 1863.

REVISTA MENSAL DA SOCIEDADE ENSAIOS LITERÁRIOS, Rio de Janeiro, 1865-1874.

NITERÓI, REVISTA BRASILIENSE, Paris, 1836.

REVISTA POPULAR, Rio de Janeiro, n. 4, 1859.

RIBAS, A. A. Discurso. *Revista da Associação Club Acadêmico*, São Paulo, abr./maio 1864.

RIBEIRO, J. A. de S. Juízes literários. *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*, Rio de Janeiro, n. 1, mar. 1863.

RIBEIRO, S. N. Nacionalidade da literatura brasileira. *Revista Minerva Brasiliense*, Rio de Janeiro, v.I, p.7-23, 1843.

RIO, J. do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: H. Garnier, s.d.

ROCHA, J. J. da. Ação, reação, transação: duas palavras acerca da atualidade. In: MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Três panfletários do segundo reinado*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956. p. 160-218.

_______. Ensaio crítico sobre a coleção de poesias do Sr. D. J. G. Magalhães. In: *Revista da Sociedade Filomática*. Edição fac-similar prefaciada por Antônio Soares Amora. São Paulo: Metal Leve, 1977.

ROMERO, S. Discurso de recepção ao acadêmico Euclides da Cunha. Resposta do Sr. Sílvio Romero. 1906. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8351&sid=196>. Acesso em: 5 jun. 2012.

______. *Sílvio Romero*: teoria, crítica e história literária. Sel. e introd. Antonio Candido. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.

______. *História da literatura brasileira*. 7.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1980. 5v.

______. Machado de Assis – estudo comparativo de literatura brasileira (1897). In: BARRETO, L. A. (Org.) *Autores brasileiros*. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002a. (Edição comemorativa).

ROMERO, S. Valentim Magalhães. In: BARRETO, L. A. (Org.) *Autores brasileiros*. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002b. (Edição comemorativa).

______. A literatura brasileira e a crítica moderna (1880). In: BARRETO, L. A. (Org.) *Autores brasileiros*. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002c. (Edição comemorativa).

______. Da crítica e sua exata definição. In: BARRETO, L. A. (Org.) *Autores brasileiros*. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002d. (Edição comemorativa).

SCHUTEL, D. P. Análise das obras de M. A. Álvares de Azevedo precedida por breves considerações sobre a poesia no Brasil. *Anais da Academia Filosófica*, Rio de Janeiro, 1857.

SIGAUD, J. F. X. *Du climat et des maladies du Brésil ou statistique médicale de cet empire*. Paris: Chez Fortin, Masson et Cie, Libraires, 1844.

SILVA, J. M. de L. e. Ata da sessão fúnebre do Ateneu Paulistano. *Ensaios Literários do Ateneu Paulistano*, São Paulo, 1858.

SILVA, J. M. P. da. *Parnaso brasileiro ou seleção de poesias dos melhores poetas brasileiros*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1843-1848.

______. Estudos sobre a literatura. In: *Niterói, Revista Brasiliense*. Edição fac-similar coordenada pela Academia Paulista de Letras. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978. t.2, p.214-43.

SILVA, J. N. de S. *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Organização, apresentação e notas por Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: Zé Mário Editor, 2002.

SIMÕES, J. Sessão magna, discurso do presidente. *Revista Mensal da Sociedade Brasileira Ensaios Literários*, Rio de Janeiro, n.1, 31 jan. 1874.

SOARES, M. Considerações sobre a atualidade da nossa literatura. *Ensaios Literários do Ateneu Paulistano*, São Paulo, 1857a.

______. *Cantos da solidão* – impressões de leitura. *Ensaios Literários do Ateneu Paulistano*, São Paulo, 1857b.

______. Harmonias brasileiras – cantos nacionais coligidos e publicados pelo Sr. A. J. de Macedo Soares. *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*, São Paulo, n. 4, jul. 1859a.

______. Ensaios de análise crítica – Teixeira de Melo. *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*, São Paulo, n. 6, 1859b.

______ .Da crítica literária. *Revista Popular*, Rio de Janeiro, ano 2, t.8, set./dez. 1860.

TEIXEIRA, L. J. D.-E. Relatório. *Ensaios Literários do Ateneu Paulistano*, São Paulo, 1857.

TEIXEIRA JÚNIOR, G. J. Relatório. *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*, São Paulo, n. 2, 1852.

TOLEDO, L. de. Imprensa paulista – memória histórica (1896). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.3, p.303-521, 1898.

TOLENTINO, M. G. Relatório. *Revista da Associação Tributo às Letras*, São Paulo, n.3, 30 abr. 1864.

TOSTA FILHO, M. V. *Ensaios Literários do Ateneu Paulistano*, São Paulo, jul. 1857.

VARNHAGEN, F. A. de. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1854.

______. *Florilégio da poesia brasileira*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1946. 3v.

VASCONCELLOS, L. de A. P. de. Ata. *Revista da Associação Tributo às Letras*, São Paulo, n.3, 1864.

VEIGA, E. F. da. Introdução. *Aurora Fluminense – Jornal Político e Literário*, Rio de Janeiro, n.1, 21 dez. 1827.

VERÍSSIMO, J. *História da literatura brasileira*. 5.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969.

______. *Estudos de literatura brasileira (1901-1907)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

______. Das condições de produção literária no Brasil. In: ______. *Estudos de literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.

______. *Que é literatura? E outros escritos*. São Paulo: Landy, 2001.

ZALUAR, A. E. *Peregrinação pela província de S. Paulo (1860-1861)*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1862.

Estudos

ABREU, M. *Cultura letrada no Brasil*: objetos e práticas. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 2005. (Coleção Histórias da leitura).

ADORNO, S. *Os aprendizes do poder*: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1988.

AGUIAR, C. *Franklin Távora e o seu tempo*. São Caetano do Sul: Ateliê Editorial, 1997.

ALMEIDA, J. R. P. de. *A instrução pública no Brasil (1500-1889)*: história e legislação. São Paulo: Educ, 2000.

ALMEIDA, P. de. *A escola byroniana no Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1962.

ALONSO, Â. *Ideias em movimento*: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMORA, A. S. *História da literatura brasileira (séculos XVI-XX)*. Lisboa: Ática Limitada, 1961.

______. *O romantismo*. São Paulo: Cultrix, 1967. v.2.

AZEVEDO, C. M. M. de. Maçonaria: história e historiografia. *Revista da USP*, São Paulo, n.32, 1996-1997.

BARATA, A. M. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. São Paulo: Editora UFJF, Annablume, Fapesp, 2006.

BASILE, M. Sociabilidade e ação políticas na Corte regencial: a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. *Dimensões*, v.18, p.349-83, 2006.

BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1987.

BRESCIANI, M. S. Razão e paixão na política. In: BLAJ, I.; MONTEIRO, J. M. *História & utopias*. 1996.

______. (Org.) *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001.

______. *O charme da ciência e a sedução da objetividade.* Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

BROCA, B. *A vida literária no Brasil – 1900*. 2.ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1960. (Coleção Documentos brasileiros).

______. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos*: vida literária e romantismo brasileiro. São Paulo: Polis, 1979.

______. *Naturalistas, parnasianos e decadistas*: vida literária do realismo ao pré-modernismo. Campinas: Editora Unicamp, 1991.

BRUNO, E. S. *História e tradições da cidade de São Paulo*. O burgo de estudantes (1828-1872). Rio de Janeiro: José Olympio, 1953. t.2.

______. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Burgo de estudantes (1828-1872). São Paulo: Hucitec, 1984. v.II.

BUENO, A.; ERMAKOFF, G. (Org.) *Duelos no serpentário*: uma antologia da polêmica intelectual no Brasil 1850-1950. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2005.

CALMON, P. *A vida de D. Pedro II*: o rei filósofo. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

CAMPOS, H. de. *Antologia da Academia Brasileira de Letras*. Trinta anos de discursos acadêmicos (1897-1927). Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1928.

CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira*: momentos decisivos. 6.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

______. *O método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: Edusp, 1988.

______. *Literatura e sociedade*. 8.ed. São Paulo: T. A. Queiroz, Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

______. *Formação da literatura brasileira*: momentos decisivos. 11.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

CARDIM, E. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. (Brasiliana, 318).

CARPEAUX, O. M. *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1951.

CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

______. *D. Pedro II*. Coord. Elio Gaspari e Lilia M. Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, J. M. de. *A construção da ordem*: a elite política imperial. *Teatro de sombras*: a política imperial. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, J. M. de; NEVES, L. M. B. P. das (Org.) *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARVALHO, R. de. *Pequena história da literatura brasileira*. 9.ed. Rio de Janeiro: Briguiet & Cia., 1953.

CASTELLO, J. A. *Textos que interessam à história do romantismo*. Revista da época romântica. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1963. v.II.

______. Manifestações literárias do período colonial. In: ______. *A literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1972. v.1.

______. *A literatura brasileira*: origens e unidades (1500-1960). São Paulo: Edusp, 1999. 2v.

CÉSAR, G. *Historiadores e críticos do romantismo: a contribuição europeia*: crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.

COSTA, E. V. da. Urbanização no Brasil no século XIX. In: ______. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos. 6.ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

COUTINHO, A. *Da crítica e da nova crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

______. *O conceito de literatura brasileira (ensaio)*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

______. *A tradição afortunada*: o espírito de nacionalidade na crítica brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Edusp, 1968.

______. *A literatura no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1969. v.III.

______. (Org.) *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Americana, 1974. v.1.

______. *Introdução à literatura no Brasil*. 12.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

DOMINGUES, H. M. B. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as ciências naturais no Brasil Império. In: DANTES, M. A. (Org.) *Espaço da ciências no Brasil (1800-1930)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

DUARTE, P. *História da imprensa em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1972.

DEAECTO, M. M. *O império dos livros*: instituições e práticas de leituras na São Paulo oitocentista. São Paulo: Edusp, 2011.

EDMUNDO, L. *A corte de D. João no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939-1940. 3v.

______. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

FAORO, R. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. 2.ed. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Edusp. ano. 2v.

FOUCAULT, M. *L'ordre du discours.* Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre. Paris: Éditions Gallimard, 1971.

______. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972.

______. *As palavras e as coisas.* 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, M. *O que é um autor?* 6.ed. Lisboa: Nova Vega, 2006.

FRANÇA, J. M. C. *Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1999.

______. A construção de um público. In: COSTA, H. J. da. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Correio Braziliense, 2002. v.XXX, t. I.

______. *O Patriota* e a invenção de padrões literários. In: LUSTOSA, I. (Org.) *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

FREITAS, A. A. de. *A imprensa periódica de São Paulo*. Desde os seus primórdios em 1823 até 1914. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1915.

FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1951. 3v.

______. *Ordem e progresso*. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 1990.

______. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. São Paulo: Global, 2008.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 22.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

GARMES, H. *O romantismo paulista*: os *Ensaios Literários* e o periodismo acadêmico de 1833 a 1860. São Paulo: Alameda, 2006.

GUIMARÃES, L. M. P. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ano 156, n.388, p.459-613, jul./set. 1995.

______. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu de República, 2006.

GUIMARÃES, L. M. P. et al. (Org.) *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p.5-27, 1988.

______. *Historiografia e nação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Uerj, 2011.

HALLEWELL, L. *O livro no Brasil*: sua história. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2005.

HARDMAN, F. F. *Trem-fantasma*: a Ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOLANDA, S. B. de (Dir.) *História geral da civilização brasileira*. O Brasil monárquico. Do Império à República. 2.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972. v.5.

______. *Raízes do Brasil*. 7.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1973.

______. *Capítulos de história do Império*. Org. Fenando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

IGLESIAS, F. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

JAUSS, H. R et al. *A literatura e o leitor*: textos de estética da recepção. Coord. e trad. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: 1979.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

LEITE, D. M. *O caráter nacional brasileiro*: história de uma ideologia. 4.ed. Intr. Alfredo Bosi. São Paulo: Pioneira, 1983.

LIMA, L. C. *Teoria literária em suas fontes*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.

______. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

LIMA, O. *Aspectos da história e da cultura do Brasil*. Conferências inaugurais. Lisboa: Livraria Clássica, 1923.

______. *O Império brasileiro*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

______. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

______. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

LINS, Á. *Rio Branco*: biografia pessoal e história política. São Paulo: Alfa--Omega, 1996.

LINS, I. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1964.

LUSTOSA, I. *Insultos impressos*: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

______. (Org.) *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

LYRA, M. de L. V. *O Império em construção*: Primeiro Reinado e Regência. 2.ed. São Paulo: Atual, 2005.

MACHADO, U. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. Rio de Janeiro: Editora Uerj, 2001.

MACHADO NETO, A. L. *Estrutura social da república das letras* (sociologia da vida intelectual brasileira – 1870-1930). São Paulo: Edusp, 1973.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

MARSON, I. A. *O império do progresso*: A Revolução Praieira em Pernambuco – 1842-1855. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MARTINS, A. L. *Revistas em revista*: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp, 2001.

MARTINS, A. L.; BARBUY, H. *Arcadas*: história da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. São Paulo: Alternativa, BM&F, 1998.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. (Org.) *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, W. *Interpretações* (ensaios de crítica). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1946.

______. *A palavra escrita*. São Paulo: Anhambi, 1957.

______. *História da inteligência brasileira*. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1977-1978. 4v.

MATTOS, I. R. de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.

MENEZES, R. de. *José de Alencar*: literato e político. 2.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

MOLLIER, J.-Y.; DUTRA, E. de F. *Brasil, Europa e América nos séculos XVIII-XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

MORAES, R. B. de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. São Paulo: Edusp, 1979.

MOREL, M. Sociabilidades entre luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.28, 2001-2002.

______. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
MORSE, R. *Formação histórica de São Paulo*: de comunidade a metrópole. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
NAXARA, M. R. C. *Estrangeiros em sua própria terra*: representações do brasileiro, 1870/1920. São Paulo: Annablume, 1998.
______. *Cientificismo e sensibilidade romântica*: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Editora UnB, 2004.
NAXARA, M. R. et. al. C. *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: Editora Unimep, 2003.
NEVES, F. *A Academia Brasileira de Letras*: notas e documentos para a sua história, 1896-1940. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: ABL, 2008. (Coleção Afrânio Coutinho).
OLIVEIRA, M. da G. de. *Escrever vidas, narrar a história*: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
PAIM, A. *História das ideias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, Edusp, 1967.
PEREIRA, M. da S. *Insultos e afagos*: Sílvio Romero e os debates de seu tempo. Franca, 2008. 120f. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista.
PIZARRO, A. (Org.) *América Latina*: palavra, literatura e cultura. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994. (Emancipação do discurso, v.2).
PORTA, P. (Org.) *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. v.2.
PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. 32.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
______. *Formação do Brasil contemporâneo*. 19.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
______. *Evolução política do Brasil*. Colônia e Império. 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
RABELLO, S. *Itinerário de Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1944.
RIZZINI, C. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822)* – com um breve estudo geral sobre a informação. São Paulo: Imesp, 1988.
RODRIGUES, J. H. *Teoria da história do Brasil*. São Paulo: CEN, 1957.
______. *História e historiadores brasileiros*. São Paulo: Fulgor, 1965.
______. *História da história do Brasil*. São Paulo: CEN, 1978.
RODRIGUES, J. P. C. de S. *A dança das cadeiras*: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). Campinas: Editora Unicamp, Cecult, 2001.

SCHAPOCHNIK, N. Contextos de leitura no Rio de Janeiro do século XIX: salões, gabinetes literários e bibliotecas. In: BRESCIANI, M. S. (Org.) *Imagens da cidade, séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

SCHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, M. *O sorriso da sociedade*: literatura e academicismo no Brasil da virada do século (1890-1920). São Paulo, 2001. 299 f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SILVA, M. B. N. da (Org.) *Teoria da história*. São Paulo: Cultrix, 1976.

______. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

______. *Vida privada e quotidiano no Brasil*: na época de D. Maria e D. João VI. Lisboa: Estampa, 1993.

SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, R. A. de. *O império da eloquência*: retórica e poética no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora Uerj, Editors UFF, 1999.

SÜSSEKIND, F. *Cinematógrafo de letras*: literatura, técnicas e modernização no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

______. *O Brasil não é longe daqui*. O narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

______. O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro. In: PIZARRO, A. (Org.) *América Latina*: palavra, literatura e cultura. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994. v.2.

SÜSSEKIND, F.; DIAS, T. (Org.) *A historiografia literária e as técnicas de escrita*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, Vieira e Lente, 2004.

TÁTI, M. *Estudos e notas críticas*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1958.

VAINFAS, R. (Org.) *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VAMPRÉ, S. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1924. v.1.

VENÂNCIO FILHO, A. *Das arcadas ao bacharelismo*: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. São Paulo: Perspectivas, 2004.

VENTURA, R. *Estilo tropical*: história tropical e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VEYNE, P. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4.ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

______. *Foucault*: seu pensamento, sua pessoa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VIANA FILHO, L. *A vida do barão do Rio Branco*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

VIANNA, H. *Contribuições à história da imprensa brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

VISCONDE DE MAUÁ. *Autobiografia*. Rio de Janeiro, 1942.

VOLTAIRE. *Dictionnaire philosophique*. 1704.

WERNET, A. *Sociedades políticas*: 1831-1832. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1978.